



Revista  
*Ideação*

Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde.  
v. 26, nº1, 2024. ISSN: 1518-6911; e-ISSN: 1982-3010.

# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - Unioeste

REITOR

Alexandre Almeida Webber

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Sanimar Bussi

DIRETOR DO CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU

Sérgio Moacir Fabríz

DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE

Adriana Zilly

## CONSELHO EDITORIAL

Adriana Zilly – Unioeste

Alessandra Rosa Carrijo – Unioeste

Arminda Rachel Botelho Mourão – UFAM

Carla Macedo Martins – Fiocruz

Consuelo Uribe Mallarino – Universidad

Javeriana - Colômbia

Dermeval da Hora – UFPA

Dermeval Saviani – UNICAMP

Djalma Thurler – UFBA

Euclides Marchi – UFPR

Fabiany Tavares Silva – UEMS

Felipe Botelho Corrêa – King's College

London

Fernando José Martins – Unioeste

Isis Ribeiro Berger – Unioeste

Ivani Catarina Fazenda – PUC - SP

Jacob Blanc – University of Edinburgh

João Wanderley Geraldi – UNICAMP

Juan Carlos Villa Soto – UNAM - México

Julia Malachen – Unioeste

Luciana Aparecida Fabríz – Unioeste

Marcel Bursztyn – UnB

Maria Paula Meneses – Universidade de  
Coimbra

Marilena Chauí – USP

Marymárcia Guedes – UNESP

Michael Lowy – Ecole des Hautes Etudes en  
Sciences Sociales

Regina Coeli Machado e Silva – Unioeste

Reinaldo Antonio Silva Sobrinho – Unioeste

Robert Frodeman – University of North  
Texas

Roberto Follari – Universidad Nacional de  
Cuyo

Rosane Andrade Berlinck – UNESP

Rui Canário – Universidade de Lisboa

Sérgio Lessa – UFAL

Sonia Maria Lazzarini Cyrino – UNICAMP

Uskali Mäki – University of Helsinki

Yolanda Rodríguez González – PUC - Peru

Zaida Azeredo – Instituto Piaget – Portugal

Viviane Gontijo – Harvard University

## PARECERISTAS

Max André Araújo - UFRR  
Monique Lima de Oliveira - UNICAMP  
Fabio dos Santos Coradini - UFRRJ  
Clara de Cássia Versiani - UNIMONTES  
Fernando Tureck - UNC  
Maria Regina Lins Brandão - UFMG  
Ana Elisa Pillon - UFSC  
Michelly Ferreira de Mendonça - UNIOESTE  
Dennis Castanheira - UFF  
Denilson Marques dos Santos - UEPA  
Raimundo Borges da Mota Junior - UFBA  
Reinaldo Kovalski de Araujo - FURG  
Marluce da Silva Santana - UFBA  
Monique Ramos Paschoal Dutra - Maternidade Escola Januário Cicco  
Anderson José de Oliveira - UFJF  
Jefferson Luis da Silva Cardoso - UFRA  
Julio Cesar Souza - UFU  
Anderson Cristiano da Silva - SEE-SP/PUC-SP  
Marcia Ione Surdi - Unochapecó  
Mariangela Garcia lunardelli - UNIOESTE  
Joyce Nascimento Silva - UFRJ  
Josiele Kaminski Corso Ozelame - UNIOESTE  
Juçara Moreira Teixeira - UFMG  
Nila Luciana Vilhena Madureira - IFPA  
Sirneto Vicente da Silva - UFC  
Ana Carine Maia de Oliveira - SEDUC/CE  
Ricardo santos David - Florida Christian University / EUA  
Francisca Paula Soares Maia - UNILA  
Thayenne Roberta Nascimento Paiva - UFF  
Lorivaldo do Nascimento - UNIOESTE  
Ginésio Justino Gomes de Sá - UFRGS  
Rodrigo Luis dos Santos - UNISINOS  
Roberth Jesus De-Carvalho - IFSC  
Ana Karine Laranjeira de Sá - IFPE  
Ana Karla Farias - Unicamp  
Mariana Marcon Benicá de Souto - UFJF  
Rafael José Bona - FURB/UNIVALI  
José Ediane Pereira da Silva - SEED/PR  
Miguel Ahumada Cristi - UNILA  
Hector Luis Baz Reyes - IFSP  
Lairtes Chaves Rodrigues Filho - Universidad Central del Paraguay  
Anísio Batista Pereira - UFU  
Éderson Luís Silveira - UFSC  
Francisco Fagundes Paiva Neto - UFRN  
Aguinaldo de Jesus Moraes Marques - UFPA  
Andréa Carolina Bernal Mazacotte - UNIOESTE  
Letícia Jovelina Storto - UENP  
Patrícia Torme de Oliveira - NUPEAM/UEA  
Neide de Almeida Lança Galvão Favaro - UNESPAR  
Caruanã Guatara Oliveira Frescurato - UFRRJ  
Cleiser Schenatto Langaro - UNIOESTE  
Maria Clara Pereira dos Santos - UENF  
Ailson Barbosa de Oliveira - UFGD  
Regiane Bezerra Campos - USP  
Ranieri Carli - UFF  
Will Montenegro Teixeira - FAPEN/FAPAN/FEAPA  
Marcelo Nicomedes dos Reis - UFMA  
Joceli de Fatima Arruda Sousa - UNIOESTE  
Adriane Elisa Glasser - UNIOESTE  
Kelly Priscilla Lóddo Cezar - UFPR  
Polyana Zwirtes - UNIOESTE  
Julia Malanchen - UNIOESTE  
Fátima Cristina da Costa Pessoa - UFPA  
Gesualda Santos Rasia - UFPR  
Evander Ruthieri Saturno Da Silva - UNILA  
Ailton Salgado Rosendo - UEMS  
Edgar da Silva Queiros - UCDB

© 2024

CAPA

Diogo Teixeira Soares

PROJETO GRÁFICO

Central de informações/Unioeste Campus Foz do Iguaçu

DIAGRAMAÇÃO

Diogo Teixeira Soares

IDEAÇÃO / Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Foz do Iguaçu. Centro de Educação, Letras e Saúde. – Foz do Iguaçu, PR, Edunioeste, n. 1, (1998).

Publicação Semestral

ISSN: 1518-6911

e-ISSN: 1982-3010

1. Estudos linguísticos e literários – Periódicos. 2. Educação – Periódicos. 3. Ciências humanas – Periódicos. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Foz do Iguaçu. Centro de Educação e Letras.

CDU 80/82(05)  
37(050)

INDEXADA EM / INDEXED IN:

Crossref

Diadorim – Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

DOAJ – Directory of Open Access Journals

ERIH PLUS – European Reference Index for the Humanities and Social Sciences

EuroPub – Directory of Academic and Scientific Journals

EZB – Elektronische Zeitschriftenbibliothek – University Library of Regensburg – Universität München

Google Acadêmico

LATINDEX – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

LatinREV – Red Latinoamericana de Revistas Académicas en Ciencias Sociales y Humanidades

LivRe – Revistas de Livre Acesso

MIAR – Matriz de Información para el Análisis de Revistas – Universitat de Barcelona

PKP-Index – Public Knowledge Project – Universidade de British Columbia – Canadá

Portal de Periódicos Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior

REDIB – Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico

ResearchBib – Academy Resource Index

ROAD - Directory of Open Access scholarly Resources

Sumários de Revistas Brasileiras - Fundação de Pesquisas Científicas de Ribeirão

WorldCat – Online Computer Library Center (OCLC)

Dialnet





## DOSSIÊ: “TRABALHO, LINGUAGEM E SOCIEDADE”

---

A proposta de escrevermos um dossiê que fosse atravessado por campos de saberes de ordens distintas, mas complementares, tem relação com o próprio campo da interdisciplinaridade. E, aqui, não entendemos a interdisciplinaridade de forma aligeirada, mas com o fato de que

[...]Na aproximação interdisciplinar, haver a possibilidade de se atingirem camadas mais profundas da realidade cognoscível. Uma aproximação interdisciplinar não é uma aproximação que deva ser pensada unicamente do lado do sujeito, daquele que faz a ciência. É algo que tem a ver com o próprio objecto de investigação e com a sua complexidade. Tem a ver com o facto de o átomo não ser efectivamente a partícula mínima. (POMBO, 2010, p.15)<sup>1</sup>

Nos parece, então, de acordo com as palavras da autora, que estamos diante da possibilidade de pensarmos nossos objetos de investigação não apenas de forma linear, mas de modo quase transgressor. Recorrendo a alianças teóricas que questionam o estabelecimento de epistemes científicas como bem pontuou Seriot (2016) ao questionar que “se a ciência pode ser dividida em epistemes locais e é estreitamente dependente de

---

<sup>1</sup> POMBO, O. Epistemologia Da Interdisciplinaridade. *Ideação*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. p.9–40, 2010. DOI: 10.48075/ri.v10i1.4141. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141>. Acesso em: 13 dez. 2023.

culturas nacionais, pode ainda ser ciência?<sup>2</sup>

O questionamento que funciona como um ponto de reflexão sobre como podemos entender a ciência: quais metodologias, quais campos de saberes, quais epistemologias são organizadas a partir de um objeto. Como tal objeto se torna relevante? Para quem?

Nesse sentido, o presente dossiê apresenta como temática central para o debate as diferentes formas de constituição da sociedade são, de modo indissociável, vinculadas ao trabalho e às condições de produção do trabalho. Por isso, não casualmente, Volochinov (2013)<sup>3</sup> aponta para a relação entre o desenvolvimento da linguagem e, conseqüentemente, da estrutura linguística como parte dos movimentos transformativos da sociedade por meio da transformação da natureza e do aprimoramento dos modos de trabalhar. Diferente do encaminhamento previsto por alguns teóricos de que a linguagem seria uma condição inata, encaminhamos o debate para tratá-la como parte do real que se instaura pelo e para o trabalho conforme Marx (2007)<sup>4</sup>.

Assim, os trabalhos deste número especial da *Ideação* transitam pela literatura como um lugar de vozes sociais, de resistência, de luta, tal qual nos apontou Bakhtin (2013)<sup>5</sup>: obras que colocam em funcionamento o diálogo que materializa a sociedade como um lugar de disputas e tensões. E também estão presentes no dossiê, temáticas que falam sobre o trabalho docente, sobre o trabalho da/na língua na Base nacional curricular comum, sobre a o trabalho da/na língua como forma de poder, de lugar e de identidade, isto é, a linguagem e a sua relação com o trabalho e esse base da existência histórica da sociedade. Desejamos uma ótima leitura!

Luciana Vedovato (Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE)

Fernando José Martins (Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE)

---

<sup>2</sup> Em *Estrutura e Totalidade: as origens intelectuais do Estruturalismo na Europa Central e Oriental*. Trad. Maristela Cury Sarian e Mariangela Peccioli Galli Joaquinho. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cáceres, MT: Editora Unemat, 2016.

<sup>3</sup> Volóchinov, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 2ed. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekatarina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.

<sup>4</sup> Marx, K. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e o socialismo alemão em seus diferentes profetas (1846-1846)*. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007

<sup>5</sup> BAKHTIN, M. M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 5 ed. Tradução, notas e prefácio de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.



## "DESPEDIRAM-NO PORQUE NÃO SABIA FALAR."<sup>1</sup> LUCIANO BIANCIARDI FILÓSOFO DO TRABALHO

DOI: 10.48075/ri.v26i1.32525

Angelo Nizza<sup>2</sup>

**RESUMO:** No centenário do nascimento do autor e sessenta anos após a publicação de *La vita agra*, é o momento de tomar Luciano Bianciardi como um filósofo do trabalho. Neste artigo pretendo apoiar tal afirmação. Pretendo opor-me a dois modelos sobre a nova natureza do trabalho: "a linguagem como trabalho", "o trabalho como linguagem". O primeiro modelo remonta a Ferruccio Rossi-Landi e tem o seu protótipo no artesanato dos nomes do *Crátilo* de Platão. O segundo modelo pode ser deduzido de uma passagem filosoficamente significativa contida no romance mais importante de Bianciardi. Para além dos resultados ociosos e impolíticos da sua ficção e da sua vida, penso que o modelo de Bianciardi é o mais fiável para compreender o trabalho contemporâneo e para imaginar formas de luta e de fuga ao nosso descontentamento.

**Palavras-chave:** Linguagem; comunicação; *práxis*; *poiesis*; trabalho.

## "THEY FIRED HIM BECAUSE HE COULDN'T SPEAK." LUCIANO BIANCIARDI PHILOSOPHER OF WORK

**ABSTRACT:** On the centenary of the author's birth and sixty years after the publication of *La vita agra*, it's time to take Luciano Bianciardi as a philosopher of work. In this article I mean to support

<sup>1</sup> A citação completa é "[...]demitiram Carlo, meu nobre amigo e verdadeiro senhor, apenas porque, diziam os outros, os ativistas, ele não conseguia falar, era lento na pronúncia e retardava o ritmo de toda a produção[...]" (Bianciardi, 2008, 107).

<sup>2</sup> Doutor e professor de Filosofia da Linguagem na Universidade da Calábria, é coordenador da Escola de Verão de Filosofia "Remo Bodei" em Roccella Jonica, organizada pela Associação Cultural Scholé e dirigida por Simona Forti. Membro do conselho editorial da "Rivista Italiana di Filosofia del Linguaggio" (Revista Italiana de Filosofia da Linguagem), publicou em revistas profissionais e coletou livros. Em 2018, fez uma intervenção na Conferência Nacional da Sociedade Italiana de Filosofia da Linguagem (Universidade de Milão). [angelo.nizza@gmail.com](mailto:angelo.nizza@gmail.com)

such a statement. I intend to oppose two models about the new nature of work: ‘language as work’, ‘work as language’. The first model dates back to Ferruccio Rossi-Landi and it has a prototype in the craftsman of the names in Plato’s *Cratylus*. The second model can be deduced from a philosophically meaningful passage contained in Bianciardi’s most important novel. Beyond the idle and impolitic outcomes of his fiction and his life, I think that Bianciardi’s model is the most trustworthy one for understanding contemporary work and for imagining forms of struggle and of escape from our discontent.

**Keywords:** Language; communication; *práxis*; *poiesis*; work.

## INTRODUÇÃO

Há uma percepção do escritor italiano Luciano Bianciardi (1922-1971) que, como destaca Paolo Virno (2002, 46), tem “um indubitável valor teórico”. Para apreciá-la plenamente, é necessário desligá-la das conclusões ociosas e apolíticas de *La vita agra*, romance que a contém e que narra o insucesso político-revolucionário do protagonista e a sua gradual e sofrida integração na indústria cultural italiana<sup>3</sup>. Cem anos após o nascimento do autor e sessenta anos após a publicação da obra, é hora de Bianciardi ser plenamente legível como filósofo do trabalho. Neste artigo, que retoma o ensaio escrito para o número 2/2023 da revista italiana de filosofia da linguagem dedicada à *Linguagem e economia*, gostaria de justificar tal afirmação.

Na Itália, Bianciardi foi o primeiro trabalhador intelectual precário: tradutor freelancer, jornalista e autor de narrativa. Ele se formou em filosofia na *Scuola Normale Superiore de Pisa* (seu trabalho final foi sobre John Dewey, 1948) e, por um breve período, deu aula de filosofia no Liceu Clássico de Grosseto (Toscana), antes de ser nomeado diretor da Biblioteca *Chelliana* (1951)<sup>4</sup>. O seu perfil constitui uma desvantagem para a tese que se quer demonstrar, porque Bianciardi não é um filósofo profissional: não escreve ensaios nem tratados, não ministra aulas ou seminários. Ao mesmo tempo, porém, a sua antifilosofia marca um ponto a favor de quem escreve porque consente de lhe atribuir a habilidade de observar certos fenômenos, por exemplo o do trabalho, com olhos livres de preconceitos metafísicos e, portanto, capazes de não apenas de se maravilhar diante das coisas que vê, mas também de penetrá-las, manuseando-as com grande imaginação.

O uso filosófico de Bianciardi não é nada linear. O artigo segue, portanto, um itinerário por etapas, a última culmina na teoria bianciardiana do trabalho. A primeira etapa

---

<sup>3</sup> A chamada *Trilogia da Raiva* inclui, além de *La vita agra* (1962), também *Il Lavoro cultura* (1957) e *L'integrazione* (1960).

<sup>4</sup> Para uma biografia intelectual ver Corrias (2011).

(§2) tem por objetivo ilustrar a passagem do fordismo ao pós-fordismo através de algumas reflexões sobre alguns indícios: uma propaganda e um fato empírico. O segundo momento (§ 3) visa expor as linhas gerais da constelação linguagem-comunicação-trabalho, distinguindo dois modelos principais: *linguagem como trabalho e como comunicação; trabalho como linguagem e como luta*. O terceiro (§ 4) e o quarto (§ 5) momentos do percurso são dedicados à gênese de cada um dos dois modelos mencionados, utilizando no primeiro caso o *Crátilo* de Platão e no segundo *La vita agra* de Bianciardi.

## UM WHATSAPP ENCURTA A VIDA

Nos anos 90, a empresa italiana de telecomunicações promoveu os seus serviços com uma célebre publicidade realizada de acordo com o esquema fordista “enquanto trabalha, não fala”. Ambientada em um forte no deserto, o comercial tinha como protagonista um prisioneiro que estava prestes a ser fuzilado por um pelotão de policiais. O capitão pediu ao condenado à morte que fizesse o seu último pedido e mandou trazer um telefone: a chamada interrompeu o trabalho dos soldados e *prolongou* a vida do homem.

Quando você atira, você não fala. Apenas o capitão tem o direito de falar para instruir seus subordinados, que devem cumprir a ordem em silêncio. E o prisioneiro, esgotado o seu último desejo, deve morrer mudo, porque também ele é uma peça da engrenagem e não lhe é permitido dizer uma palavra. Mas se o último desejo é fazer um telefonema, então o processo de trabalho é bloqueado e o prisioneiro salva a pele.

No fordismo, se a linguagem entra no trabalho, obtêm-se dois resultados: a. o tempo de trabalho é suspenso; b. o tempo de vida é prolongado *além e contra* o trabalho. Esse dado, isto é, a forte oposição entre linguagem e trabalho ligada à capacidade da primeira de praticar atos de sabotagem contra o segundo e, portanto, dificultar o tempo trabalhado em favor do tempo vivido, está sintetizado na expressão *La Parole ouvrière* (Faure, Rancière, 1976). Como observam alguns expoentes da linguística do trabalho francesa, por exemplo Boutet e Gardin (2001, 92), o artigo definido 'a' indica que a palavra trabalhador deve ser identificada univocamente com aquela pronunciada em oposição ao trabalho, no seu *exterior*, com o objetivo de contestá-lo e negá-lo. A observação é interessante porque o objetivo é justamente tomar o lugar da palavra no fordismo. Boutet e Gardin conseguem fazer isso olhando para o estudo de Faure e Rancière que reúne as brochuras, artigos, cartas, poemas e manifestos produzidos pelos trabalhadores franceses

entre 1830 e 1851 durante os movimentos revolucionários que foram derrotados em 1848 pela aliança reestabelecida entre a burguesia e o exército, de que o outro Bonaparte, ou seja, Napoleão III, era a efígie. É no mesmo período que levará Marx e Engels a escreverem o *Manifesto* e sempre Marx, cerca de vinte anos depois, no primeiro livro de *O Capital*, afirmará que para descrever o trabalho não há «necessidade de apresentar o trabalhador em relação com outros trabalhadores» (Marx, 2006, trad. da edição it., 132). A questão é: trabalho, então nenhuma interação comunicativa; comunicação, então nada de trabalho. O engenheiro Taylor funda a organização científica da produção precisamente sobre essa tese.

Hoje as coisas não são mais assim. E é significativo que em 2000, a nova empresa de telecomunicações - Telecom - tenha tomado medidas e corrigido aquele comercial já anacrônico. Agora, linguagem e trabalho não denotam procedimentos e tempos alternativos, mas estão ambos integrados num fluxo contínuo de palavras e atos produtivos. No novo esquema os soldados atiram, o prisioneiro fala e sobrevive e se torna parceiro deles. No papel de jaqueta à prova de balas está um laptop, símbolo das tecnologias de comunicação hoje incorporadas ao processo de trabalho<sup>5</sup>. A mensagem publicitária é explicada por aquelas teorias de desenvolvimento tecnológico que estabelecem uma relação linear de causa e efeito entre inovação e trabalho (Marazzi, 1999, 68). Como se a entrada da linguagem na produção determinasse a diminuição da quantidade de trabalho, porque é um processo que tem como unidade de medida a capacidade de falar ao invés de ter como critério a necessidade de terminar em um produto. Para o capital e os seus apologistas, o trabalho linguístico é aquele trabalho sem *fim* que promete o *fim* do trabalho. Como até dois economistas do mainstream (Posner e Weyl, 2018) sabem, isto é um truque: não se trata do fim do trabalho, o tempo da vida não substitui o tempo trabalhado libertando o ser humano das necessidades e do cansaço. Pelo contrário, o trabalho linguístico é um trabalho sem *fim*: não só não tem um seu fim no produto externo, mas também e sobretudo não tem fim algum, não tem *fim*. Isso é dito muito bem por Cristina Morini (2022), em "*Vite lavorate*", que faz um balanço muito fecundo de pesquisas sobre a feminização do trabalho. Para compreender a conexão entre a linguistização do ciclo de trabalho e o «trabalho das vidas» (Ibid., 61), devemos procurar fazer uso dos atributos socioculturais das atividades reprodutivas femininas (criar relações, criatividade, regeneração dos relacionamentos, aptidão para ouvir). A «feminização da “natureza” do trabalho contemporâneo» (Ibid, 37)

---

<sup>5</sup> Data as labor (Posner, Weyl, 2018, 205 e seguintes).

provoca a ruptura da distinção entre produção e reprodução, trabalho produtivo e trabalho improdutivo, tempo de trabalho e tempo de vida.

Na capital do século XXI, não vale mais o slogan *Um telefonema prolonga a vida*. Em vez disso, estamos lidando com um mundo em que o WhatsApp encurta o tempo de vida porque aumenta o tempo de trabalho:

Deslocadas as dicotomias fundadoras, baseadas no tempo, na troca, numa medida de valor que se baseava em elementos materiais e quantitativos, a *máquina* contemporânea (as tecnologias do capitalismo de plataforma) consente prolongar a jornada de trabalho de todos e de cada um, que é dada gratuitamente ao capital. E de mudar a forma do *trabalho* (Ibid., 59).

Não é do fim do trabalho que se trata, mas do fim da vida, na medida em que a existência é integralmente voltada para o trabalho produtivo. Para além do capitalismo de plataforma sobre o qual insistem estudos como Casilli (2020) e Srnicek (2017), o uso desenfreado do Whatsapp em qualquer ofício ou profissão constitui a prova, que todos podem experimentar diariamente, da completa sobreposição entre vida e trabalho. Ou seja, refiro-me ao uso da plataforma de mensagens telefônicas como um verdadeiro instrumento de trabalho, portanto, ao fato de estarmos conectados 24 horas por dia com a produção de informações e dados que contam como trabalho prestado<sup>6</sup>. Trabalho entregue, trabalho produtivo, trabalho ininterrupto, mas não reconhecido. Não mensurável, simplesmente gratuito. Vivemos numa época na qual o ato mais subversivo coincide com a recusa de ser inserido em chats e grupos de colegas e chefes, atraindo antipatias e atitudes de bullying e, em certos casos, provocando demissão. A menos que você apresente a carta da demissão antecipadamente (Coin 2023).

## LINGUAGEM, COMUNICAÇÃO, TRABALHO

*Comunicação e trabalho*. Apoiar hoje a tese da conexão entre linguagem e comunicação não é apenas um modo de fornecer uma representação restrita do ato linguístico. É também um gesto de conotação política, que achata a linguagem sobre o trabalho. Deduzir o uso da linguagem da comunicação – há uma mensagem que um emissor produz e pretende transmitir a um destinatário – significa torná-la um instrumento de

---

<sup>6</sup> «Data as labor» (Posner, Weyl, 2018, 205 e seguintes)

trabalho adequado ao capital do século XXI. Dizer “linguagem como comunicação” é o mesmo que dizer «linguagem como trabalho» (Rossi-Landi, 1968).

Um exemplo não é a habitual agência de marketing ou o call center, mas sim a escola e a universidade. Na Itália, nos últimos trinta anos, a escola transformou-se num «lugar sem estudo» (Starnone, 2022, 339). A linguagem do trabalho na escola não está mais ligada à *episteme* e muito menos à *phronesis* (o mesmo pode ser dito da universidade). É uma linguagem que serve para produzir e comunicar conteúdos funcionais à *techne*, ao saber instrumental direcionado ao sucesso pessoal, à competição, ao mercado. Os termos do problema são os seguintes: o destino do trabalho do intelectual é inseparável do processo de intelectualização da totalidade do trabalho contemporâneo. Quer dizer: a linguagem cada vez mais mecanizada das salas de aula escolares e universitárias é um fenômeno que deve ser compreendido - teórica e empiricamente - na integração histórica das capacidades intelectuais genéricas do ser humano no trabalho vivo. Tal entendimento comporta duas consequências. A primeira: a decadência da figura do intelectual burguês, já incompatível com o estreitamento capitalista da fronteira entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. A segunda: a falta de reconhecimento social e econômico do intelectual na medida em que a intelectualidade de massa provoca inevitavelmente a inflação do valor de uso e do valor de troca do seu trabalho. Todavia, para não jogar fora coisas que ainda servem, é urgente, como sugere um mestre da teoria materialista da linguagem e do trabalho, adquirir a *consciência de classe* que

a destruição da consciência cultural tradicional abre caminho para processos de reflexão proletária, para a libertação, isto é, das ficções idealistas de propriedade, e isso também permite que os produtores científicos reconheçam nos produtos de seu trabalho o poder objetivo e hostil do capital e, em si mesmos, dos explorados (Krahl 2021, trad.da edição it., 107).

*Trabalho e linguagem.* O esquema oposto e alternativo que nestas páginas pretendemos remontar a Bianciardi e que consegue descrever de forma mais fidedigna a constelação linguagem-comunicação-trabalho baseia-se no enunciado ‘trabalho como linguagem’. Isso não implica a ligação entre linguagem e comunicação, portanto, não esmaga a linguagem no processo de trabalho. Dizer “trabalho como linguagem” leva em conta que a linguagem *não é* trabalho e que, precisamente por ser separada e oposta, o trabalho a ocupa, a absorve em si mesmo.

A linguagem serve para pensar e agir no mundo, mostrando-se “aos olhos dos outros” (Arendt, 2014, trad. da edição it., 131). Retomando as categorias aristotélicas caras a Hannah Arendt, pode-se afirmar que a linguagem está fora do trabalho e é essencialmente *práxis* e não *poiesis*. A ocupação capitalista da linguagem no trabalho é um fato histórico, que se configura, por um lado, como o êxito do desenvolvimento de forças produtivas cada vez mais baseadas na ciência incorporada nas máquinas e no *intelecto geral* infundido nos corpos dos trabalhadores e, por outro lado, como a resposta violenta da capital às demonstrações internacionais da autonomia da linguagem em relação ao trabalho durante os anos 60 e 70.

Uma vez que se consumou o devir linguístico do trabalho, a linguagem torna-se um fator econômico, serve para produzir e a sua eficácia depende do de utilizá-la como instrumento comunicativo. Além de constituir um coerente critério epistemológico, o enunciado “trabalho como linguagem” é útil politicamente porque conserva a antinomia trabalho-linguagem e sublinha o excedente da linguagem sobre o trabalho. Ou seja, mantém um distanciamento entre trabalhar e falar dentro do qual sobrevive a potência de renunciar ao uso comunicativo da linguagem, de rejeitar a sua finalidade de trabalho. Renunciar e refutar como premissa da *práxis* (Virno, 2021).

*Linguagem e luta*. A alternativa à comunicação é a linguagem como *luta*. A esse respeito, é significativo que no *Eutidemo* de Platão o paradigma da luta seja pensado como a solução que se opõe ao paradigma da exatidão dos nomes. Parece-me um gesto digno de nota porque, no parágrafo seguinte, o modelo platônico do *orthotes onomaton* será levado em consideração na tentativa de explicar o esquema rossilandiano (Rossiland) da linguagem como trabalho.

No início do diálogo, Sócrates apresenta ao leitor e ao seu interlocutor Críton as figuras de Eutídemo e Dionisodoro. São imigrantes, nômades, praticam o pancrácio e «são verdadeiros especialistas em qualquer tipo de luta» (Platão, *Eutídemo*, trad. da edição it., 271c), capazes de combater não só com o corpo e com as armas, mas «extraordinariamente fortes na luta nos tribunais [...] ninguém poderia de forma alguma se opor a eles, de tão hábeis que eles se tornaram no *combate com as palavras*” [*logos machomai*] (Ibid., 271d-272a, *italico meu*). Segue a primeira das três performances dos sofistas (Ibid., 275d-277c) que trata de num dos temas clássicos da filosofia socrático-platônica, a saber, o que significa 'aprender': aprender (*manthano*) algo significa que, basicamente, alguém está em uma condição de ignorância ou de sabedoria? Enquanto alguém aprende, ele já sabe

alguma coisa ou não? Antes que a infeliz vítima, isto é, Clíncias, sucumba aos golpes de Eutídemo e Dionisodoro, Sócrates intervém e, para salvá-lo, declara: «antes de mais nada [...] é preciso aprender a exatidão dos nomes» (Ibid., 277e) . Os dois estrangeiros usam o termo 'aprender' uma vez como *manthano* = aprendo algo sem ter nenhum conhecimento prévio; uma outra vez como *synimi* = compreender algo, já possuindo conhecimento. Eles manejam as palavras explorando as sinonímias e os duplos sentidos derivantes do sistema de relações que dá substância à língua e que expressa o valor dos signos independentemente da sua correspondência com as coisas. As palavras não servem para eles comunicarem nada, não há nada antes da linguagem que a linguagem comunique. Não existe um uso correto de palavras que esteja em conformidade com a coisa, porque as coisas não preexistem às palavras. Existem as palavras e os atos que com elas se realizam: o fato de lutar deve ser entendido dentro desses atos linguísticos e, de fato, é o ato que permite a sobrevivência do falante-lutador, colocando-o em condições de sempre se reapropriar do poder da palavra.

### CRÁTILLO E CAPITAL

A tese exposta no *Crátilo* platônico é significativa porque ajuda a reforçar o nosso domínio sobre a ligação linguagem-comunicação-trabalho. Anteriormente (§ 3), tentei mostrar a implicação que liga os enunciados “linguagem como comunicação” e “linguagem como trabalho”. Agora, gostaria de percorrer a implicação na direção inversa: se “linguagem como trabalho”, então “linguagem como comunicação”.

O problema do diálogo diz respeito à exatidão dos nomes e Platão contrapõem duas teses. De um lado, a explicação naturalista: há um nome para cada coisa e cada coisa tem um nome próprio, a correspondência entre a linguagem e o mundo é um fato natural. 'Cachorro' representa o meu amigo de quatro patas porque a sequência de sons de c-a-c-h-o-r-r-o está naturalmente predisposta a se conectar ao significado que se refere ao lobo domesticado. Há uma ligação necessária entre a palavra e o seu objeto, a relação – lembrando as categorias da linguística saussuriana – não é *desmotivada*, não é *arbitrária*.

De outro lado, a concepção histórico-social ou convencionalista: as coisas têm um certo nome até que esse uso vigorar na comunidade humana que fala uma determinada língua. Em italiano dizemos 'cachorro' para nos referirmos ao cachorrinho habitual que mora dentro de casa, porque afinal a partir de Dante nos acostumamos a usar esse tipo de significante para exprimir aquele significado.

Platão, pela boca de Sócrates, intervém para resolver a disputa e oferece uma terceira opção. A solução se encontra numa espécie de antecipação da teoria das ideias que o filósofo desenvolve em seus diálogos mais maduros. 'Cachorro' significa aquele *cocker* ao qual me afeiçoei porque o cachorro deve ser assumido como um objeto ideal e é a esse objeto que o nome se refere. Para Platão, os nomes não correspondem imediatamente às coisas nem por natureza nem por convenção histórico-social, a correspondência entre linguagem e mundo é um efeito da ideia que atua assim não apenas como critério ontológico e cognitivo, mas também como unidade de medida do que pode ser dito. Há algo de extralinguístico que fundamenta o uso correto dos nomes. A questão é, como acontece frequentemente nas relações platônicas entre o mundo aqui em baixo e o seu fundamento metafísico, aquele de estabelecer uma ligação que organize a separação (*chorismos*). No caso da exatidão dos nomes, a solução consiste no trabalho de um ser humano *onomatúrgico*: um artesão capaz de traduzir em uma sequência de sons como c-a-c-h-o-r-r-o a ideia do nome 'cachorro', aquela expressão já predisposta a nomear o cachorro entendido como *eidos*.

Do movimento de Platão, o aspecto mais significativo reside em ter colocado o trabalho antes do uso<sup>7</sup>. O uso, ligado à prática histórico-social, não é suficiente para que o filósofo dê conta da exatidão dos nomes, porque antes de tudo é preciso esclarecer «quem nos transmite os nomes que usamos» (Platão, Crátilo, trad. da edição ital., 388d9 -10). A *chresis* cede o posto de comando à *techne* de um fabricante de nomes (Ibid., 389a1). O nome para ser utilizado deve ser produzido, é antes de tudo um *ergon*, uma obra no duplo sentido do termo: obra e produto do trabalho. O tema do uso correto dos nomes refere-se, portanto, ao tema da origem (Ibid., 436d4) da linguagem e isto é a linguagem como trabalho. A linguagem como trabalho produz palavras que são ferramentas de comunicação, ou seja, expressões que servem para nomear as coisas, distinguindo-as e para *informar o destinatário* sobre elas<sup>8</sup>.

Platão nos dá uma descrição instrumental da linguagem: se é como trabalhar, então falar é um agir instrumental que visa comunicar/informar sobre as coisas do mundo. As coisas preexistem à linguagem e, uma vez produzidas, o instrumento linguístico as nomeia e as comunica aos outros. É verdade que Platão afirma que só quem utiliza o instrumento - e

---

<sup>7</sup> É interessante salientar que mesmo Ferruccio Rossi-Landi (1968, 77-126), tentando conectar Marx com Wittgenstein a fim de encontrar elementos para apoiar a tese da linguagem como obra, critica a noção wittgensteiniana de uso porque seria deixar de fora o âmbito da produção em benefício das esferas de troca e circulação. A solução, segundo Rossi-Landi, está em incluir o uso no trabalho, ofuscando assim uma concepção em que se privilegia o momento da *poiesis* em detrimento da práxis.

<sup>8</sup> O verbo de Platão é *didaskhein* que significa “ensinar”, mas também significa “informar” (Barney, 2001, 42).

não quem o constrói - julga a sua eficácia, mas o dado antropológico relevante consiste no fato de fazer da linguagem uma *poiesis* e de tornar até o dialético - o tipo humano mais hábil no uso de nomes – dependente do artesão especializado na construção de palavras.

### LA VITA AGRA CONTRA BIANCIARDI

A condição para aproveitar a percepção sobre a metamorfose pós-fordista do trabalho contida no romance *La vita agra* consiste em separá-la do contexto narrativo em que está inserida e utilizá-la contra as deduções de caráter existenciais e apolíticas de seu autor.

A grande limitação de Bianciardi, destacada por Italo Calvino às vésperas da publicação do romance (Varotti, 2017, 135), reside na sua incapacidade de traduzir em um sentimento político construtivo as contradições socioeconômicas que é capaz de captar. Ele continua irremediavelmente vítima de uma crise de presença tão potente que o leva, na sua imaginação literária e na vida real, à destruição psicofísica e à morte. Bianciardi é um pioneiro lúcido e sem preconceitos do diagnóstico do trabalho contemporâneo e ainda assim cede à tentação de fugir da vida *agra*, que significa não apenas 'dura' e 'desagradável', mas também 'raivosa', para se colocar na pele de uma vida *arga*, isto é, sem *ergon* (Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, trad. da edição it., 1097b-ss), uma vida desprovida de tarefas específicas da espécie, uma existência inoperante.

A *vida agra*. No penúltimo capítulo, o escritor propõe um manifesto de inoperosidade ao imaginar um «neo-cristianismo de fundo desativista e copulatório» (Bianciardi, 2008, 163), uma comunidade anárquica, com uma economia de subsistência baseada na dádiva e nos produtos da terra, em que “as pessoas aprendem a não se mover, a não colaborar, a não produzir, a não criar novas necessidades e, mesmo, a renunciar às que têm” (Ibid., 160). Sem lucro, sem propriedade privada, sem família: «grandes, barbudos, eloquentes, os homens cultivarão nobres paixões, como a amizade e o amor» (Ibid., 162).

Ao considerar o experimentalismo linguístico de Bianciardi e as suas extraordinárias competências como tradutor<sup>9</sup>, parece-me legítimo propor a leitura do título do romance como um anagrama no qual a palavra de origem latina “*agra*” se transforma na expressão grega italianizada “*arga*”. De acordo com o *Liddell-Scott-Jones Greek-English Lexicon*, o adjetivo *argos*, além de ter o significado técnico de 'terra não cultivada' (not working the

---

<sup>9</sup> Sobre o estilo di Bianciardi, além do estudo de Varotti (2017), ver também Grignani (1992, 89-107).

ground), equivale a 'preguiçoso'/'inativo', 'preguiçoso' / 'lento', 'inativo' (idle, lazy)<sup>10</sup> . Segundo o *Vocabulário Rocci* (1993, 253), o primeiro significado do termo é 'ocioso', 'não trabalhar a terra', 'preguiçoso', 'desempregado', 'que não faz nada', 'ocioso'. A vida *arga* designa a nova antropologia pós-capitalista imaginada por Bianciardi depois de ter constatado «a impossibilidade de qualquer alternativa revolucionária ao sistema» (Varotti, 2017, 143). Com um gesto teórico semelhante ao de Giorgio Agamben (2014), o escritor estende o «ativismo ateleológico» que inerva a produção contemporânea a toda a performatividade humana, tentando assim retirá-la do domínio da economia de mercado e dos mitos da sociedade do espetáculo.

Ao não mais reconhecer o trabalho como *poesis*, mas considerá-lo igual à práxis semobra, o autor extrai uma utopia baseada na inoperosidade que desativa toda a performance: não é tanto a ausência de obras, mas a suspensão completa da característica de performatividade humana dotada de propósitos.

*Vida trabalhada*. Com Bianciardi, mas também contra ele, proponho entender a existência agra caracterizada pela «agitação frenética sem propósito que condena a vida de todos, mesclada na inescapável lógica da produtividade» (Varotti, 2017, 170), como o equivalente da *vida trabalhada*, isto é, de um modo de viver essencialmente orientado para o trabalho, que já não distingue o tempo de vida do tempo de trabalho. A vida agra é uma vida trabalhada, porque é a vida daqueles que integraram a linguagem no trabalho, dando assim evidência empírica, por um lado, a um conceito amplo de *trabalho produtivo* que não pode ser reduzido à ação instrumental, mas que é cada vez mais descritível em termos de ação comunicativa e, por outro, à definição de *força de trabalho* como «o conjunto de *aptidões físicas e intelectuais* que existem na corporeidade, isto é, na personalidade viva de um homem» (Marx, 2006, trad. da edição it., 120, itálico meu).

Leiamos, portanto, o trecho mais marcadamente filosófico do romance:

O fato é que o agricultor pertence às atividades primárias e o operário às secundárias. Um produz do nada, o outro transforma uma coisa em outra. O critério de avaliação, para o operário e para o agricultor, é fácil, é quantitativo: se a fábrica produz tantas peças por hora, se a fazenda produz. Nas nossas profissões é diferente, não há critérios quantitativos. Como se mede a competência de um padre, de um publicitário, de um PRM? *Eles não produzem do nada nem transformam*. Eles não são primários nem secundários. São terciários e, na verdade, ousado dizer, se o marido de Billa não se opuser, até mesmo do quarto setor. Não são ferramentas de produção, nem mesmo correias de transmissão. São lubrificantes, no máximo, vaselina pura. Como avaliar um padre, um publicitário, um PRM? Como calcular a quantidade de fé, de desejo de compra e de simpatia que terão

---

<sup>10</sup> Ver a edição online de *LSJ* (<http://stephanus.tlg.uci.edu/ljsj/#eid=1>).

conseguido despertar? Não, não temos outro critério senão a capacidade de cada pessoa de se manter à tona para subir mais alto, em suma, para se tornar bispo. Em outras palavras, *aos que escolhem uma profissão terciária ou do quarto setor necessitam de competências e aptidões políticas.* [...] Nas profissões terciárias e e do quarto setor, *como não há uma produção visível de bens que sirva de parâmetro, o critério será o mesmo* (Bianciardi, 2008, 108-109, *italico meu*).

Desenvolvo o comentário em três pontos. Primeiro: Bianciardi intercepta a nova configuração do trabalho produtivo na sobreposição entre *poiesis* e *práxis*. A produção de valor é sempre menos descritível em termos de ação técnico-instrumental e, de fato, produzir para o capital significa cada vez mais usar aquelas formas de fazer que tradicionalmente qualificam o trabalho improdutivo: atividades que resultam em performances com um elevado nível de comunicação e que não terminam em produtos externos, mas têm como objetivo o sucesso virtuoso. Segundo: o esquema que descreve a transformação da natureza do trabalho consiste em afirmar o *dever práxis da poiesis*. O fato de produzir comporta de uma noção ampla de *poiesis* que inclui em si o seu oposto. Terceiro: integrar a *práxis* na *poiesis* implica uma noção de trabalho baseada na identidade entre ação e produto. Se a ação virtuosa e comunicativa se torna o fator determinante do trabalho, então o trabalho se torna uma performance sem obra<sup>11</sup>.

A estes três pontos, que a meu ver representam as três teses contidas no texto, devem ser acrescentados dois corolários. Um: o contraste entre a percepção de Bianciardi e a tese de Rossi-Landi sobre a linguagem como trabalho deriva da afirmação do *dever práxis da poiesis*. O argumento do linguista marxista, na verdade, gira em torno do esquema que inverte sujeito e predicado (*tornando-se poiesis da práxis*). Anteriormente (§ 4), procurei mostrar as desvantagens teóricas e empíricas desta tese: a redução da linguagem à comunicação; a redução da linguagem no trabalho. Além disso, utilizando um paradigma ilustre, isto é o artesanato dos nomes apresentado no *Crátilo* de Platão, tentei relacionar a redução da linguagem ao trabalho com o fato de reduzi-la à comunicação. Dois: o que na análise da indústria cultural de Adorno e Horkheimer é descrito «como obscuro e como metafísica verbal» (Adorno, Horkheimer, 1966, trad. da edição it., 177) e, portanto, é «banido» do sistema porque não é funcional ao processo de trabalho da linguagem e, portanto, ao fato de «a linguagem se resolver em comunicação» (Ibid., 176), tudo isso é concebido por Bianciardi como a nova base do trabalho produtivo. A sociedade do espetáculo é, sim, aquela

---

<sup>11</sup> No romance, fica claro o quanto o autor se surpreende com suas próprias percepções, que aos seus olhos registram uma exceção à regra do trabalho operário. Contudo, para efeitos de uma epistemologia do trabalho contemporâneo, há aqui o esboço de uma tese que antecipa a do “trabalho sem teleologia”, no centro da análise operária de Virno (2011). Dito isso, fica claro que as tendências anárquicas e ociosas de Bianciardi o tornam incompatível com a pesquisa operária que se formava nos anos de *La vita agra*.

em que floresce a indústria cultural descrita por Adorno e Horkheimer, que produz comunicação por meio de comunicação segundo os padrões do trabalho de fábrica, mas é também e sobretudo aquela em que a linguagem torna-se o modelo universal dos processos de produção. O trabalho linguístico designa um determinado setor econômico e é ao mesmo tempo, com Debord (2013, trad. da edição it., 57), a «exposição geral da racionalidade do sistema».

No capitalismo contemporâneo, para ser profissional e ter sucesso é preciso aprender a trabalhar falando e não a utilizar o produto final como unidade de medida do trabalho. O trabalho linguístico é, por definição, sem medida, é fundamentalmente um trabalho gratuito e é precisamente por essa razão que deve ser reconhecido como um rendimento incondicional separado do salário. O devir linguístico do trabalho tem algo de perturbador (o *unheimliche* de Freud) porque capta a familiaridade na estranheza: identifica precisamente na linguagem, isto é, no inimigo do trabalho, o elemento que agora se torna familiar. De duas uma: ou o desconforto se transforma em solidão inativa e cirrose hepática como acontece em Bianciardi, ou deve ser superado, dando lugar a exemplos de *laboriosidade do comum*<sup>12</sup>.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *L'uso dei corpi*. Vicenza: Neri Pozza, 2014.

ARENDT, H. *Vita activa*. trad. it. Milano: Bompiani, 2014.

ARISTOTELE *Etica Nicomachea*. trad. it. Roma-Bari: Laterza, 1999.

BARNEY, R. *Names and Nature in Plato's Cratylus*. New York: Routledge, 2001.

BIANCIARDI, L. *La vita agra*. Milano: Bompiani 2008.

BOUTET, J., GARDIN, B. *Une linguistique du travail*, in BORZEIX, A., FRAENKEL, B., *Langage et travail. Communication, cognition, action*. Parigi: CNRS Éditions 2001, pp. 89-112.

CASILLI, A., *En attendant les robots. Enquête sur le travail du clic*. trad. it. Milano: Feltrinelli, 2020.

---

<sup>12</sup> Durante mais de quinze anos (final anos 90 - outubro de 2018, quando o prefeito foi preso), antes de ser eliminada pelo Ministério do Interior, na cidadezinha calabresa de Riace - sul da Itália - vivia uma comunidade de *philoxenoi* e novos metecos, animada por um espírito anticapitalista e antifascista, que suspendeu algumas normas dominantes do direito e da economia: a oposição amigo-inimigo, a prioridade do consumo sobre as práticas de uso e o trabalho de cuidado, a identidade vida-trabalho, o nexo propriedade-lucro. Riace não pode ser dissociada de outros exemplos de *laboriosidade do comum*: centros socioculturais de produção e distribuição de bens e serviços, sindicalismo para trabalhadores autônomos e precários, associações independentes e baseadas no autofinanciamento, comissões de reapropriação dos espaços da cidade.

- COIN, F., *Le grandi dimissioni. Il nuovo rifiuto del lavoro e il tempo di riprenderci la vita*. Torino: Einaudi, 2023.
- CORRIAS, P., *Vita agra di un anarchico. Luciano Bianciardi a Milano*. Milano: Feltrinelli, 2011.
- DEBORD, G., *La Société du Spectacle*. trad. it. Milano: Baldini&Castoldi, 2013.
- FAURE, A., RANCIÈRE, J., *La parole ouvrière*. Parigi: Union Générale d'Éditions, 1976.
- GRIGNANI, M. A. *La lingua agra*. in Abati, Velio et alii, *Luciano Bianciardi tra neocapitalismo e contestazione*. Roma: Editori Riuniti, 1992, pp. 89-107.
- HORKHEIMER, M., ADORNO, T. W. *Dialektik der Aufklärung. Philosophische Fragmente*. trad. it. Torino: Einaudi, 1966.
- KRAHL, H.-J., *Konstitution und Klassenkampf. Zur historischen Dialektik von bürgerlichen Emanzipation und proletarischer Revolution*. trad. it. Verona: Ombre corte, 2021, pp. 90-115.
- Liddell-Scott-Jones Greek-English Lexicon*, (<http://stephanus.tlg.uci.edu/ljsj/#eid=1>), lemma 'argos'.
- MARAZZI, C., *La svolta linguistica dell'economia e i suoi effetti nella politica*. Torino: Bollati Boringhieri, 1999.
- MARX, K., *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie Buch I: Der Produktionsprozess des Kapitals*. trad. it. Roma: Editori Riuniti, 2006.
- MORINI, C., *Vite lavorate. Corpi, valore, resistenze al disamore*. Roma: manifestolibri, 2022.
- PLATONE, *Cratilo*. trad. it. Roma-Bari: Laterza, 2018.
- PLATONE, *Eutidemo*. trad. it. Milano: Bompiani, 2015.
- POSNER, E. A., GLEN WEYL, E. *Radical Markets. Uprooting Capitalism and Democracy for a Just Society*. Princeton: University Press, 2018.
- ROCCI, L., *Vocabolario greco italiano*, 37a edizione. Roma: Società editrice Dante Alighieri 1993, lemma 'argos'.
- ROSSI-LANDI, F., *Il linguaggio come lavoro e come mercato*. Milano: Bompiani, 1968.
- SRNICEK, N., *Platform Capitalism*. trad. it. Roma: Luiss University Press, 2017).
- STARNONE, D., *Solo se interrogato*, in STARNONE, D. *La scuola*. Torino: Einaudi, 2022, pp. 329-473.
- VAROTTI, C., *Luciano Bianciardi, la protesta dello stile*. Roma: Carocci, 2017.
- VIRNO, P., *Grammatica della moltitudine. Per una analisi delle forme di vita contemporanee*. Roma: Derive Approdi, 2002.
- VIRNO, P., *Convenzione e materialismo. L'unicità senza aura*. Roma: Derive Approdi, 2011.

VIRNO, P., *Dell'impotenza. La vita nell'epoca della sua paralisi frenetica*. Torino: Bollati Boringhieri 2021.

TAYLOR, F., *The Principles of Scientific Management*. trad. it. Milano: Etas 1967





## O TRABALHO COLETIVO E A ATORIALIDADE DOCENTE DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO EM CURSOS DE LICENCIATURA: UMA ANÁLISE À LUZ DO INTERACIONISMO SOCIODISCURSIVO

DOI: 10.48075/ri.v26i1.31537

Andreia Rezende Garcia-Reis<sup>1</sup>  
Andressa Barcellos Correia da Silva<sup>2</sup>  
Ariane Rodrigues Gomes Leite Godoy<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo foi produzido a partir dos resultados de duas pesquisas de mestrado recém-defendidas no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Nelas, deparamo-nos com duas categorias do trabalho do professor no contexto universitário: o trabalho coletivo e a atorialidade docente, temáticas analisadas neste texto à luz do Interacionismo Sociodiscursivo (BRONCKART, 2006; MACHADO; 2007) em diálogo com princípios da Clínica da Atividade (CLOT, 2010) e do campo da formação de professores (GATTI et al., 2019; NÓVOA, 2022). Os dados originam-se de entrevistas semiestruturadas com professores de cursos de licenciatura de uma universidade pública sobre o desenvolvimento de seu trabalho. Espera-se, com as reflexões apresentadas, contribuir com as práticas de formação docente e com o trabalho do professor, tanto no contexto do ensino superior quanto no contexto da escola básica, a partir da problematização das categorias de trabalho coletivo e atorialidade docente.

**Palavras-chave:** Trabalho docente; Formação de professores; Trabalho coletivo; Atorialidade docente.

<sup>1</sup> Departamento de Educação da Faculdade de Educação da UFJF. E-mail: andreiargarcia@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Mestre em Educação e doutoranda em Educação pelo PPGE/UFJF. E-mail: andressabcsilva@outlook.com.

<sup>3</sup> Mestre em Educação e professora da Rede Estadual de Ensino de MG. E-mail: ariane-csc@hotmail.com.

## GROUP WORK AND TEACHING ACTORSHIP OF A UNIVERSITY PROFESSOR IN LICENTIATE DEGREE COURSES: A REVIEW IN LIGHT OF SOCIODISCURSIVE INTERACTIONISM

---

**ABSTRACT:** This article was produced from the results of two recently defended Master's Degree investigations in the Post-Graduate Program in Education at the Federal University of Juiz de Fora. In these, we are faced with two categories of a teacher's work in a university context: group work and a teacher's actorship, which are themes that were analyzed in this text in the light of Sociodiscursive Interactionism (BRONCKART, 2006; MACHADO; 2007) in a dialogue with the principles of the Clinic of Activity (CLOT, 2010) and the field of teacher education (GATTI et al., 2019; NÓVOA, 2022). The data originate from semi-structured interviews with professors of undergraduate courses at a public university about the development of their work. It is expected, with the reflections presented, that these may contribute to teacher education practices and to a teacher's work, both in the context of Higher Education and in the context of Basic School, from the problematization of the categories of group work and teacher's actorship.

**Keywords:** Teaching work; Teacher education; Group work; Teacher's actorship.

### INTRODUÇÃO

Este artigo originou-se de duas pesquisas de mestrado recém finalizadas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora que tiveram como temática comum investigações em torno do trabalho docente no contexto universitário (SILVA, 2020; GODOY, 2020). Após a sua finalização, seguida por um diálogo a partir de seus resultados no Grupo de Pesquisa Interação, Sociedade e Educação (GISE/UFJFQCNPq), deparamo-nos com apontamentos comuns nas duas pesquisas, o que nos levou a outras leituras, debates e a uma nova análise dos dados gerados, a fim de compreender com maior profundidade aspectos relacionados ao trabalho docente em dois cursos de licenciatura: Pedagogia e Letras.

O trabalho docente na universidade tem suas especificidades se comparado ao que é exercido na Educação Básica, devido ao tripé ensino-pesquisa-extensão que é praticado nas universidades, sobretudo nas instituições públicas brasileiras, em que frequentemente atuamos tanto no ensino na graduação e na pós-graduação, quanto em atividades de extensão voltadas à comunidade e também de pesquisa – a partir de nossa inserção em programas de pós-graduação das diferentes áreas de atuação. Além desse tripé, também atuamos em muitos cargos administrativos, como em chefias de departamento, coordenações dos cursos de graduação e pós-graduação e direção de unidades, por exemplo.

Por ter um caráter diferente do trabalho exercido na Educação Básica, é igualmente relevante que sejam empreendidos estudos e pesquisas sobre o trabalho docente na Educação Superior, de modo a compreender e aperfeiçoar cada vez mais esse *métier* e estabelecer diálogos em torno das aproximações e distanciamentos entre esse trabalho e aquele exercido em outros níveis de ensino. Assim, o objetivo mais específico deste artigo é analisar duas dimensões do trabalho docente no contexto universitário que surgiram em dados de pesquisas de mestrado recentemente terminadas, quais sejam: o trabalho coletivo e a atorialidade docente. Os dados foram gerados em duas pesquisas de mestrado que realizaram entrevistas semiestruturadas com professores da Educação Superior, lotados em departamentos diferentes de uma mesma universidade pública brasileira, situada na região sudeste do país.

Pretende-se neste texto abordar questões teórico-conceituais em torno do trabalho docente, numa perspectiva sociointeracionista (BRONCKART, 2006; 2009; MACHADO, 2007), em diálogo com princípios da Clínica da Atividade (CLOT, 2007; 2010), com ênfase nos conceitos de trabalho coletivo e atorialidade docente; para, após a explanação sobre o percurso metodológico, proceder à análise dos dados gerados; seguida pelas considerações finais. Espera-se contribuir com os campos da formação de professores e do trabalho docente, numa interação contínua entre eles, na compreensão de que se retroalimentam e estão intrinsecamente relacionados.

## O TRABALHO DOS PROFESSORES

A discussão sobre a definição de um conceito de trabalho é ampla e vem passando por várias redefinições ao longo da história. Em consonância com nossa filiação ao Interacionismo Sociodiscursivo (BRONCKART, 2006; 2008), partilhamos da mesma concepção de Machado (2007), ao afirmar que

[...] a atividade do trabalho: a) é uma atividade situada, que sofre a influência do contexto mais imediato e do mais amplo; [...] b) é prefigurada pelo próprio trabalhador, na medida em que ele reelabora as prescrições, [...]; c) é mediada por instrumentos materiais ou simbólicos na medida em que o trabalhador se apropria de artefatos socialmente construídos e disponibilizados para ele pelo meio social; d) é interacional, no sentido mais pleno do termo [...]; e) é interpessoal, pois envolve interação com vários outros indivíduos presentes na situação de trabalho e até mesmo com ausentes; f) é transpessoal, no sentido de que também é guiada por 'modelos do agir' específicos de cada ofício, sociohistoricamente constituídos pelos coletivos de trabalho; g) é conflituosa, pois o trabalhador deve permanentemente fazer escolhas para (re)direcionar seu agir em diferentes situações, [...]; h) pelo

próprio fato de ser conflituosa, pode ser fonte para a aprendizagem de novos conhecimentos e para o desenvolvimento de capacidades do trabalhador, ou fonte de impedimento para essas aprendizagens e para esse desenvolvimento (MACHADO, 2007, p. 91-92).

Assim como a caracterização de trabalho acima, o conceito de trabalho docente também vem sofrendo várias redefinições ao longo do tempo, sobretudo numa sociedade capitalista e de retrocessos no campo dos direitos trabalhistas como temos presenciado nos últimos anos no Brasil (AFFONSO et. al., 2021). Saujat (2004) apresenta alguns pontos das diferentes abordagens que têm estimulado a reflexão sobre a eficácia do ensino e sobre como essas abordagens têm contribuído para o surgimento de um objeto de pesquisa: o trabalho do professor.

As primeiras pesquisas sobre o ensino foram desenvolvidas nos Estados Unidos e tinham um caráter pragmático, pois buscavam identificar indicadores da eficácia dos professores. Outros estudos destacavam o caráter multideterminado das aprendizagens escolares e ainda a importância do papel das ações dos professores. Já os estudos atuais, no que diz respeito à avaliação das práticas educacionais, afastaram-se um pouco dessas abordagens, começaram a considerar várias variáveis e inscreveram-se em uma visão interativa da eficácia dos professores (SAUJAT, 2004).

Outras investigações, ainda mais atuais, têm tido a preocupação com os trabalhadores da docência em contextos variados e em situações cada vez mais desafiadoras de formação e de exercício da docência (GATTI et al., 2019; AFFONSO et. al., 2021; NÓVOA, 2022). Neles, destacam-se, entre outros aspectos: (i) a necessidade da demarcação da dimensão profissional desta profissão, (ii) o reconhecimento dos docentes enquanto classe de trabalho diversa e plural, (iii) as interferências do mercado financeiro e do capital privado em documentos, currículos e políticas de formação docente, (iv) o anúncio de uma nova sociedade e, assim, de construção de uma nova escola e de novos modos de atuação dos professores.

Acreditamos, assim como Saujat (2004), que o ensino é um objeto de pesquisa que inspirou e continua inspirando inúmeros trabalhos. Ressaltamos que a atividade possui um caráter enigmático, logo, o trabalho é um enigma e, assim como afirma Machado (2007), o trabalho do professor carece, também, de muitos estudos, “[...] dado que não temos conceitos já prontos e definitivos, mas sim, conceitualizações provisórias que vão se construindo e desconstruindo no confronto com os dados e com os resultados das pesquisas” (MACHADO, 2007, p.91).

Baseado na concepção ergonômica de trabalho centrada na atividade, Amigues (2004) defende que a atividade do professor não se dirige somente aos alunos, mas também aos pais, à instituição que o emprega e a outros profissionais. Nas palavras do autor,

[...] a atividade não é a de um indivíduo destituído de ferramentas, socialmente isolado e dissociado da história; pelo contrário, ela é socialmente situada e constantemente mediada por objetos que constituem um sistema. Para agir, o professor deve estabelecer e coordenar relações, na forma de compromisso, entre vários objetos constitutivos de sua atividade (AMIGUES, 2004, p. 42).

Amigues (2004) defende ainda que o trabalho do professor é uma atividade coletiva, um ofício como outro qualquer. Nesse sentido, Bronckart (2009, p.162) é enfático ao afirmar que “Não, o ensino não é um sacerdócio, mas um verdadeiro trabalho: não, os professores não são ‘iluminados’, dotados de um hipotético ‘dom’; ao contrário, são trabalhadores que têm, como os outros, de aprender seu ‘*métier*’, de adquirir experiências sobre ele, e, assim, tornarem-se profissionais cada vez mais”. Nóvoa (2017) também argumenta em favor da profissionalidade da docência, em que a formação docente deve estar alicerçada na formação especializada para o exercício de uma profissão. Nesse sentido, formação e trabalho estão intrinsecamente ligados e um retroalimenta o outro.

A história desta profissão, os documentos que a orientam e a grande gama de pesquisas realizadas sobre o processo de aprendizagem escolar, o processo de ensino e as lutas desta profissão ao longo da formação do Estado brasileiro nos levam à defesa do ensino como trabalho (MACHADO, 2004; BRONCKART, 2006; AFFONSO et al., 2021; FRIGOTTO, 2021) e, portanto, à defesa do exercício desta profissão em ambientes escolares e não escolares, sobretudo num contexto de pós-pandemia em que as escolas permaneceram fisicamente fechadas e que muito se demandou dos trabalhadores do campo educacional (AFFONSO et al., 2021; NÓVOA, 2022).

Ressaltamos, a partir de Machado (2007, p.93), que o trabalho docente

[...] consiste em uma mobilização, pelo professor, de seu ser integral, em diferentes situações – de planejamento, de aula, de avaliação –, com o objetivo de criar um meio que possibilite aos alunos a aprendizagem de um conjunto de conteúdos de sua disciplina e o desenvolvimento de capacidades específicas relacionadas a esses conteúdos, orientando-se por um projeto de ensino que lhe é prescrito por diferentes instâncias superiores e com a utilização de instrumentos obtidos do meio social e na interação com diferentes outros que, de forma direta ou indireta, estão envolvidos na situação.

O trabalho docente, para Gatti et al. (2019, p. 19), precisa ser aprendido, pois é um trabalho que deixou de ser espontâneo e precisa se desenvolver “com base em fundamentos filosóficos-sociais, histórico-psicológicos e fundamentos de práticas específicas que demandam domínio de conhecimentos integrados a conhecimentos científicos e humanistas [...]”. A partir de então, as autoras defendem que neste momento de tantas mudanças sociais é necessário compreender tanto o trabalho quanto a formação docente numa perspectiva interseccional, num movimento de diálogo entre a persistência de padrões e as alterações próprias deste tempo.

Por isso é importante também considerarmos o conceito de gênero da atividade, fundamentado no conceito de gênero discursivo bakhtiniano e que tem nos levado a compreensões acerca do trabalho e suas configurações em diferentes espaços laborais. O gênero da atividade seria um

[...] conjunto de regras explícitas ou implícitas para o agir, construídas pelo próprio coletivo de trabalho, pelo próprio conjunto de trabalhadores de uma determinada profissão, ausentes ou presentes. Esse conjunto indica as formas de fazer, sentir e agir em determinado ofício ‘sancionadas’ pelo coletivo de trabalho no decorrer de sua história para a resolução dos conflitos próprios de um determinado métier (MACHADO; ABREU-TARDELLI, 2009, p. 106).

O gênero da atividade, portanto, pode ser considerado como um pré-construído humano, ou seja, podem ser criados novos gêneros e adaptações aos que já existem, a partir das necessidades dos contextos. Os gêneros da atividade são a memória de um local de trabalho, como ressalta Clot (2007).

Importa-nos também discutir sobre os conceitos de coletivo de trabalho e trabalho coletivo, como os trata Clot (2010). O autor, amparado em Cru (1995), considera que para haver o coletivo de trabalho são necessários vários trabalhadores, uma obra e uma linguagem comuns, regras e o respeito a elas por cada um dos trabalhadores. Poderíamos afirmar que o coletivo de trabalho é uma reunião de indivíduos. No entanto, somente o coletivo de trabalho não garante o trabalho coletivo, pois os indivíduos postos ao isolamento estarão privados de um trabalho coletivo. É preciso que haja uma história comum de reorganização do trabalho, uma construção de repertórios de agir e regras comuns, desenvolvidos historicamente e transferíveis de um trabalhador a outro. Há, portanto, na atividade coletiva de trabalho, uma relação entre a atividade individual e a atividade coletiva desenvolvida no meio profissional.

A defesa de um trabalho coletivo desenvolvido por um coletivo de trabalho no ambiente escolar também é tratada em Nóvoa (2022). O autor, ao apostar na transformação da escola, em sua forma e em outras dimensões educacionais, argumenta em favor de ambientes propícios ao estudo e ao trabalho conjunto, ao trabalho cooperativo e colaborativo entre os professores, na construção de uma escola em que haja diálogo, pesquisa e maior interação entre todos que ali frequentam.

Nesse sentido, assim como Magalhães (2021), defendemos a docência como uma profissão de participação, de engajamento, de tomada de decisões políticas e pedagógicas contextualizadas em respeito a cada trabalhador, ao coletivo de trabalho e aos estudantes. Por isso, torna-se relevante que a dimensão do trabalho coletivo seja estudada e pesquisada no contexto da formação docente, contrariando inclusive os que defendem e pensam na desintegração da escola e em sua capacidade formativa e política, de construção de identidades profissionais.

Medrado e Costa (2020) em pesquisa sobre a formação docente com ênfase na constituição dos coletivos de trabalho, revelam o potencial formativo que os coletivos têm na graduação inicial e no desenvolvimento do trabalho docente, algo possível por meio da imersão na escola de graduandos das licenciaturas de Letras-Inglês e Letras-Espanhol da Universidade Federal da Paraíba, no contexto do Projeto de Residência Pedagógica<sup>4</sup>. Segundo os autores, os residentes graduandos foram construindo laços e vínculos uns com os outros e com os demais profissionais que atuam na escola, possibilitando a construção de coletivos de trabalho que atuaram no fortalecimento das experiências docentes e, nesse sentido, ampliaram o poder de agir profissional (CLOT, 2010) de todos.

Sobretudo num cenário de ataques à educação e à educação pública de modo particular (AFFONSO, C. et. al., 2021), fortalecer os coletivos de trabalho é fundamental, pois eles terão condições de debater a profissão docente e trazê-la para ser igualmente repensada pelas instituições formativas e sociedade de modo mais amplo e respeitoso. A necessidade de afirmar a profissão docente, como defende Nóvoa (2017), passa pela constituição dos coletivos de trabalho e pela formação de identidade docente, que não se projeta fora de um coletivo denso e coeso.

---

<sup>4</sup> “O Programa Residência Pedagógica é um programa de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior – CAPES, que tem por finalidade fomentar projetos institucionais de residência pedagógica implementados por instituições de Ensino Superior, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica nos cursos de licenciatura.” <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica> Acesso em 09 de novembro de 2022.

Sobre a condição de atorialidade docente, nos apoiaremos nos estudos do Interacionismo Sociodiscursivo (BRONCKART; MACHADO, 2004; MACHADO; BRONCKART, 2005; BRONCKART, 2006) para discutir o estatuto do trabalho do professor, comentado por cada docente do ensino superior, durante as conversas empreendidas em situação de pesquisa. Utilizamos o termo ator, para caracterizar a atividade ou ação desenvolvida pelos trabalhadores ou prescrita a eles, ao designarmos uma pessoa implicada no agir, como fonte de um processo, com capacidades, motivos e intenções para agir. Essa caracterização ajuda-nos a discutir as escolhas feitas pelos professores, suas intenções ao fazê-las e a condição de ator de seu próprio trabalho, a partir das prescrições que lhes são dadas.

Segundo Nóvoa (2022), a autoria docente é fundamental para pensarmos as mudanças que estamos vivenciando na educação e aquelas que estamos sendo levados a fazer num contexto de grandes desafios e rupturas sociais e educacionais como o que estamos vivendo, nesta segunda década do século XXI. Num cenário de pós-pandemia e ensino remoto a que estivemos submetidos, os professores, os estudantes e, em interface, a formação para o exercício da docência, estão construindo respostas e dinâmicas formativas para alternativas simplistas de ensino adotadas durante aquele momento, que nos privam do direito à autoria profissional e da construção de políticas de ensino e de formação docente. Por isso, fortalecer os trabalhos coletivos e a atorialidade docente revela-se fundamental neste momento pelo qual passamos.

É diante dessa perspectiva de investigação do trabalho docente que até aqui discutimos que passaremos à análise das entrevistas com os professores formadores, antecedida pela apresentação do percurso metodológico.

## **PERCURSO METODOLÓGICO DO ESTUDO**

Como já anunciamos, este artigo tematiza duas dimensões do trabalho docente de professores universitários: o trabalho coletivo e a atorialidade docente, dimensões presentes em dados de duas pesquisas de mestrado recentemente defendidas no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Para a geração dos dados destas pesquisas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (MOREIRA; CALEFFE, 2008) com professores formadores dos cursos de licenciatura em Letras e Pedagogia desta universidade, pertencentes a departamentos e unidades acadêmicas diferentes. Cada entrevista teve duração média de 60 minutos, foram gravadas em áudio e posteriormente

transcritas para análise, realizadas pelas mestrandas, à época da inserção no campo, juntamente com a professora orientadora. Todas elas aconteceram na universidade, nas respectivas unidades nas quais os docentes são lotados. Mais detalhes sobre os professores<sup>5</sup> com os quais conversamos sobre o trabalho no contexto universitário são apresentados no Quadro (1), a seguir:

**Quadro (1): Professores participantes da pesquisa**

<b>Professores</b>	<b>Departamento ao qual pertencem</b>	<b>Área de atuação</b>
Amanda <sup>6</sup>	Departamento de Letras-Português	Coordenação/Linguística
Antônio	Departamento de Letras-Português	Literatura
Eduardo	Departamento de Letras-Português	Línguas Clássicas
Juliana	Departamento de Letras Estrangeiras Modernas	Línguas Estrangeiras
Lucas	Departamento de Educação	Educação/Linguística Aplicada
Rafaela	Departamento de Letras-Português	Linguística
Sandra	Departamento de Educação	Educação/Ensino de língua

Elaborado pelas autoras

Consideramos importante destacar o departamento de cada um dos entrevistados e a área em atuam como pesquisadores e professores, mas é necessário também descrever, mesmo que minimamente, a atuação deles, suas experiências e seus temas de pesquisa, uma vez que o contexto em que estão inseridos, suas vivências profissionais e acadêmicas, ou seja, seus percursos, afetam os seus discursos, produzidos na situação de interação com as pesquisadoras.<sup>7</sup>

Amanda era, na época das entrevistas, coordenadora do curso de Graduação em Letras/Português. Além disso, é professora do curso e tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Psicolinguística e Aquisição da Linguagem, atuando principalmente nos seguintes temas: tópicos linguísticos na interface entre língua e outros domínios cognitivos, a dimensão cognitiva da variação linguística e o processamento de linguagem não literal.

---

<sup>5</sup> Os nomes dos professores aqui apresentados são fictícios, de modo a manter a responsabilidade ética com a pesquisa.

<sup>6</sup> Amanda era coordenadora do curso de Licenciatura Letras/Português, mas também atuava como professora do curso, uma vez que a função de coordenação a desobriga a ministrar duas disciplinas na graduação e, por isso, ministra pelo menos uma disciplina na formação inicial de professores a cada semestre letivo.

<sup>7</sup> Essas informações foram retiradas do Currículo Lattes de cada participante da pesquisa, consultado em novembro de 2019.

Antônio tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Cultura e Identidade, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura brasileira, poesia, cultura afro-brasileira, imagens, identidades, cultura popular, modernidade, literatura juvenil e infanto-juvenil.

Eduardo tem experiência na área de Letras e Filosofia, com ênfase em Estudos Clássicos, atuando principalmente nos seguintes temas: história e filosofia das ciências da linguagem, discurso gramatical grego e latino, Platão e ensino de línguas clássicas.

Juliana tem experiência nas áreas de Aquisição de Espanhol como L2/LE, Psicolinguística, Teoria e Análise Linguística. Na Universidade, além de ser docente da graduação, atua também como Presidente da Comissão Orientadora de Estágios (COE) das Licenciaturas em Línguas Estrangeiras da Faculdade de Letras. Além disso, tem experiência como professora da Educação Básica, pois já trabalhou como professora da Prefeitura de Juiz de Fora/MG e também em um cursinho de idiomas da mesma cidade.

Lucas tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: Análise da interação e do discurso, Estudos de Letramentos, Linguagem, Gênero e Sexualidade em contexto institucional (ênfase na saúde e na educação), Ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica, Formação de Professores/as de Línguas. Além disso, também tem experiência como professor da Educação Básica, pois atuou como professor do Estado do Rio de Janeiro e como professor da Rede Municipal do Rio de Janeiro.

Rafaela tem experiência na área de Teorias da Linguagem e Ensino. Na Universidade, além de ser docente da graduação em Letras/Português, é professora do PROFLETRAS/UFJF e atua como pesquisadora no laboratório FrameNet Brasil<sup>8</sup>. Além disso, é autora de coleções de livros didáticos de língua portuguesa destinadas ao Ensino Fundamental e também tem experiência como professora da Educação Básica, pois já atuou em escolas particulares de Juiz de Fora/MG e como professora substituta do Colégio de Aplicação João XXIII.

A professora Sandra é formada em Pedagogia pela UFJF, possui mestrado em Linguística Aplicada e doutorado também em Linguística Aplicada. É professora da UFJF desde 1992, com um regime de 40h em dedicação exclusiva. A formadora possui ainda ampla experiência em projetos de extensão que visam trabalhar a leitura e a escrita, incluindo o “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa”.

---

<sup>8</sup> A FrameNet Brasil é um laboratório de Linguística Computacional sediado na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Após a transcrição das entrevistas, os dados foram analisados individualmente pelas duas pesquisas de mestrado em andamento, ao longo do ano de 2019, tendo sido defendidas em 2020. Após a defesa, os resultados e considerações foram discutidos no Grupo de Pesquisa GISE (UFJF/CNPq), coordenado pela orientadora dos trabalhos e líder do grupo, com a presença de outros mestrandos, doutorandos e bolsistas de iniciação científica. Ao reconhecermos aspectos comuns entre os resultados, passamos a investigar novamente os dados, a partir de uma perspectiva qualitativa, com ênfase nas duas dimensões que este artigo aborda mais diretamente: o trabalho coletivo e a atorialidade docente, temas das duas próximas seções.

## TRABALHO COLETIVO

Como já mencionamos anteriormente, analisaremos as falas dos professores formadores no que diz respeito a como se sentem em relação ao trabalho com seus pares. Conforme já destacamos, a atividade de trabalho docente é também uma atividade interpessoal, pois envolve a interação com outros indivíduos presentes na situação. A partir de nossas pesquisas, verificamos que essa interação é citada pelos professores em relação aos seus alunos. Em uma de suas falas, a professora formadora Juliana destacou a importância dessa interação ao afirmar que:

### Excerto 1:

“então eu sempre aprendo muito com os meus alunos nas aulas, eles trazem às vezes experiência que eu nunca havia pensado e eu acredito que a aprendizagem é uma troca, né?” (JULIANA).

Eduardo também afirmou que

### Excerto 2:

“todas as vezes que eu ofereci oficinas, por exemplo, foi um momento de aprendizado coletivo com os alunos” (EDUARDO).

É importante observar que o trabalho coletivo entre os próprios professores não aparece nas falas deles, ou seja, a aprendizagem, para eles, acontece na relação com o

coletivo de alunos, o que deixa claro que há uma ausência de interação com o coletivo de trabalho. Assim, quando questionados em relação às trocas com seus pares, outros professores formadores, as respostas são diferentes, ressaltando uma ausência de trabalho coletivo.

Sandra, em uma de suas falas, ressaltou que todas as disciplinas (se referindo às disciplinas que são dadas no mesmo período em que ela leciona) possuem a mesma visão de sujeito e ensino e que ela deseja e cerca os outros professores no corredor para fazerem um trabalho interdisciplinar, mas isso ainda não foi possível. Afirmou ainda:

**Excerto 3:**

“Eu não sei... Às vezes e... eu me sinto muito sozinha aqui na faculdade (SANDRA).

Sandra comenta sobre o fato de se sentir só, o que evidencia a falta de um trabalho coletivo. Assim também a Rafaela se sente, pois destaca o fato de cada um ficar no seu gabinete, ou seja, há um coletivo de trabalho, mas não há evidências de um trabalho coletivo, pois este coletivo nem sempre consegue se organizar para a implementação de um trabalho em conjunto. Vejamos outro excerto:

**Excerto 4:**

“a gente quer ensinar aos nossos alunos uma coisa que a gente também não consegue fazer, que é criar essas redes de colaboração, cada um fica no seu gabinete, no seu projeto de pesquisa, cada um pensando muito no seu afazer e falta a gente achar esse termo comum, não estou dizendo que a gente não tente, né?” (RAFAELA).

As falas dessas docentes ratificam o que destaca Lima (2019), que entre os trabalhadores da educação, é mais comum que eles coexistam e estejam justapostos no tempo e no espaço, sem conseguirem explorar o potencial do trabalho coletivo. De acordo com ele, “nesse caso, longe de se constituírem como coletivo de trabalho, acabam por formar mera coleção de indivíduos desarticulados” (LIMA, 2019, recurso online).

Percebemos, a partir da análise dos excertos, que essas professoras se sentem sozinhas. Mas sabemos que quanto maior o número de contatos que o trabalhador possui com aqueles que também pertencem ao mesmo gênero profissional, menos “ingênuo” ele se torna em seu ofício (CLOT, 2010). É necessário ter um cuidado com o trabalho coletivo,

pois quando esse é escasso, “Cada um, individualmente, é confrontado, então, com surpresas ruins de uma organização do trabalho que o deixa ‘sem voz’ diante do real” (CLOT, 2010, p. 171).

Além disso, Clot (2010) evidencia que a falta do trabalho coletivo, marcada na fala das professoras, é uma situação muito difícil no trabalho, pois a “ausência, a falência ou, ainda, a perda dessa postura simbólica e coletiva da ação individual estão na origem da maioria das experiências penosas suportadas, atualmente, no mundo do trabalho” (CLOT, 2010, p. 88).

Chama-nos a atenção que, dos sete docentes entrevistados, somente Rafaela e Sandra destacam/lamentam a ausência do trabalho coletivo na universidade, os demais não mencionam essa dimensão em sua atividade cotidiana. Assim, a partir dos excertos acima, pudemos ver que há indícios de que o coletivo de trabalho não promove ações de trabalho coletivo, o que, a nosso ver, é um obstáculo a ser enfrentado no trabalho docente do professor dos cursos de licenciatura em Letras e Pedagogia desta universidade. Sabemos que ações de trabalho coletivo ainda não são muitas no ofício do professor, mas, principalmente, na formação de professores, isso deveria ser mais recorrente, pois os egressos seriam formados vendo na teoria e na prática como se desenvolve um trabalho partilhado, co-planificado e com envolvimento de vários docentes em sua concepção, realização e avaliação. Acreditamos também que esse movimento formaria profissionais mais críticos e reflexivos sobre sua prática profissional e o mundo a sua volta, pois o trabalho coletivo é uma dimensão muito importante para a formação e para o trabalho docente, uma vez que é na interação com o outro que o desenvolvimento pessoal e profissional poderá ocorrer.

Entretanto, quando a perspectiva nas entrevistas muda e os professores discorrem sobre o trabalho do egresso do curso em que atuam, consideram que o trabalho coletivo existe na prática do licenciado, como aponta Rafaela:

**Excerto 5:**

“tem que repensar nessa relação que é a relação do professor de português com os demais professores ou mesmo do professor de português com o colega professor de português que tem que dialogar” (RAFAELA).

A professora Rafaela, docente do ensino superior, acredita que o diálogo com outros docentes existe na prática profissional do egresso, o que possibilita que haja trabalho

coletivo. Entretanto, essa interação não aparece em nenhuma fala dos entrevistados quando dizem sobre seu próprio trabalho, ou seja, na atividade dos professores universitários, há um coletivo de trabalho, mas esse coletivo não interage de modo que potencialize um trabalho coletivo e, com isso, há poucas possibilidades de ele acontecer. Dessa forma, questionamo-nos: como os profissionais que estão sendo formados sem vivenciarem ações de trabalho coletivo as desenvolverão em sua própria prática? Ou seja, como os egressos vão promover o trabalho coletivo e, conseqüentemente, práticas interdisciplinares, se não vivenciam essas ações na formação inicial?

Defendemos a prática do trabalho coletivo porque sabemos que “o trabalho coletivo tem necessidade de um coletivo de trabalho, cuja história permeia cada um e da qual cada pessoa possa sentir-se responsável” (CLOT, 2010, p.79). Essa prática, em que cada um tem o seu papel e sua responsabilidade, é muito importante para a saúde física e mental dos trabalhadores, pois os sujeitos constituem-se nele e com ele, não é só uma interação, é uma interação que promove um fortalecimento, um sentimento de pertencimento, e potencializa o trabalho realizado.

## ATORIALIDADE DOCENTE

Discutiremos, a partir de agora, trechos das falas dos professores formadores em relação ao grau de atorialidade que têm na sua atividade profissional, na organização, no planejamento e nas ações e atividades desenvolvidas. O trabalho docente, como já ressaltamos, é também uma atividade conflituosa, pois o trabalhador deve sempre fazer escolhas para (re)orientar seu agir em diversos momentos. Além disso, constitui-se uma atividade de reelaboração das prescrições para planificação cotidiana, a partir das vivências e do contexto mais imediato. No entanto, a autoria desejada, a interação democrática entre pessoas (e profissionais da docência) responsáveis (BRONCKART, 2006) e a atorialidade docente têm sido cada vez mais ameaçadas por movimentos conservadores que visam limitar e impedir o poder de agir dos professores em situações de trabalho.

No diálogo empreendido com os professores universitários, verificamos o quanto eles têm consciência e prezam a condição que têm de fazer suas escolhas didático-pedagógicas, bem como suas propostas avaliativas e as de ensino, orientadas pelos documentos prescritivos dos cursos em questão. Destacamos, primeiramente, três trechos:

**Excerto 6:**

“E aí é toda a discussão sobre o ensino de Língua Portuguesa... que já não caberia em quatro meses, então, assim, o que que acaba acontecendo? Eu sou obrigada a selecionar alguns pontos. Se eles são os pontos relevantes, eu não sei, eu não tenho certeza. Porque isso é... de certa forma, uma particularidade, já que a universidade não determina o que é que tem que ser estudado, né...” (SANDRA).

**Excerto 7:**

“essa questão da prescrição, eu não trabalho a partir de um modelo que esteja pré-definido, né? Eu vou montando o programa de curso, os conteúdos, né, eles vão sendo escolhidos a partir da análise prévia do contexto” (JULIANA).

**Excerto 8:**

“eu altero a disciplina todo período porque todo período eu vejo alguma coisa que poderia ser melhor, que eu poderia colocar mais nessa prática, que eu poderia usar exemplos diferentes, então isso faz parte de mim” (RAFAELA).

Constatamos assim, nas falas dessas professoras formadoras, como o trabalho docente universitário é uma atividade prefigurada pelos próprios trabalhadores (MACHADO, 2007), que podem avaliar o contexto, as demandas de aprendizagem dos graduandos e adequá-las aos documentos prescritivos, como o Projeto Pedagógico dos cursos, o Projeto Pedagógico Institucional para os cursos de licenciatura da UFJF e as Diretrizes Nacionais para a formação de professores em vigor; além de pautarem-se na avaliação e reflexão sobre seu próprio trabalho, vivido em semestres anteriores.

Há, portanto, evidências da atorialidade no trabalho docente dos professores que formam outros professores, uma vez que possuem razões, motivos e intenções para agir (BRONCKART; MACHADO, 2004; MACHADO; BRONCKART, 2005). A nosso ver, essa condição é devido ao fato de que eles têm mais liberdade em seu trabalho e prescrições menos impositivas para o seu agir, o que lhes oferecem maior autonomia em sua atividade profissional e, conseqüentemente, maior engajamento com as escolhas feitas, com os próprios alunos e com os artefatos utilizados. Nesse sentido, os trabalhadores são constantemente modificados pelo meio em que estão inseridos, alterando-o à medida que trabalham.

Acreditamos que o trabalho docente tem uma dimensão de liberdade, como aponta Machado (2009, p. 83): “sendo a atividade educacional constitutivamente interativa, é preciso considerar que nele emerge uma dimensão de liberdade”. Entretanto, sabemos que tal liberdade irá variar de acordo com o contexto educacional em que o profissional estará inserido (público, privado, militar, educação básica, educação superior). No caso dos professores universitários entrevistados, parece-nos que a autonomia é uma característica muito intrínseca a esse ofício.

Chama-nos a atenção que, dos sete entrevistados, cinco citam de forma direta ou indireta que as prescrições que orientam seu trabalho são vagas. Além dos três excertos acima que exemplificam isso, Eduardo e Antônio também demonstram esse movimento de elaboração e reelaboração da atividade profissional:

**Excerto 9:**

“então eu elaboro princípios que não são normatizados pela universidade, mas são princípios meus que eu sigo” (EDUARDO).

**Excerto 10:**

“o fato de ter inclusive essa relação constante com a realidade fora da universidade, me obriga muito a reelaborar os meus próprios métodos de ensino” (ANTÔNIO).

Mais uma vez, os entrevistados confirmam que são atores em suas atividades e não são meros executores das prescrições, pois eles têm razões, intenções e motivos para o seu agir, podendo, dessa forma, reelaborar seu trabalho, o que amplia o poder de agir do trabalhador.

Em relação ao trabalho prescrito – textos e normas que estão em torno do trabalho do professor, com a intenção de orientá-lo – Amigues (2004) e Bronckart (2009) ressaltam que as prescrições exercem um papel decisivo do ponto de vista da atividade e que enquanto em outros contextos de trabalho são produzidos variados textos que prefiguram, até detalhadamente, sobre os procedimentos que devem ser seguidos para realizar uma tarefa ou outra, no âmbito do trabalho do professor, essas prescrições são vagas, de caráter geral e impreciso.

Acreditamos que essas características permitem ao professor usar essas prescrições adaptando-as de acordo com seu contexto de trabalho. Isto é, assim como Clot (2007),

consideramos positivo o fato de as prescrições serem gerais, pois permitem a prefiguração do trabalho pelo professor e o torna ator, ou seja, aquele que tem o comando ou a pilotagem de sua sala de aula, “negociando permanentemente com as reações, os interesses e as motivações dos alunos, mantendo ou modificando a direção, em função de critérios de avaliação dos quais só ele é senhor ou o único responsável, isto é, no quadro das ações ele é o único ator” (BRONCKART, 2006, p.226-227).

Pontuamos aqui uma ressalva com relação à vagueza e à imprecisão por vezes encontrada em textos prescritivos do trabalho docente: elas são positivas desde que sejam garantidas as condições de trabalho e de formação, para que o docente possa ter tempo em sua jornada de trabalho para dedicar-se ao planejamento, à elaboração de materiais didáticos e de instrumentos avaliativos, estudo das prescrições, interação com seus pares e participação em atividades de formação continuada, que lhes garantam prefigurar e planificar o trabalho a ser realizado e rever o que já foi feito.

O trecho da entrevista de Lucas, excerto 11, evidencia que existem prescrições no trabalho do professor universitário, mas que elas não são impositivas:

**Excerto 11:**

“eu entendo que nesse sentido essas prescrições, elas não são determinantes do meu trabalho, né? Elas são orientadoras e eu me sinto muito autônomo de propor ações e mudanças que em alguma medida podem até subverter esses documentos, mas, na minha perspectiva, de uma forma responsável, porque também a gente não deixa de fazer aquilo que se pretende em relação à formação docente” (LUCAS).

Dessa forma, constatamos que por mais que no trabalho dos entrevistados haja prescrições de instâncias hierarquicamente superiores, este “não é só organizado pelos projetistas, pelas diretrizes e pelo enquadramento [...] é reorganizado por aquelas e aqueles que o realizam” (CLOT, 2007, p. 18). Ou seja, não há uma ausência de prescrição, pois ela existe na atividade desses trabalhadores, mas é evidente que também há o objetivo pessoal do trabalhador, uma vez que “o agente [...] não se limita a realizar a tarefa prescrita, mas visa também, por essa realização, a objetivos de ordem pessoal” (CLOT, 2010, p. 7).

Como já afirmamos, Amanda, na época da entrevista, assumia o papel de coordenadora do curso de Letras e também de professora. Ela demarca com mais expressividade a presença das prescrições:

**Excerto 12:**

“Até a atividade em sala de aula, ela, a princípio, quem toma as principais decisões sou eu, como professora, mas, obviamente eu tenho que seguir algumas questões que não dependem de mim. Então tem questões do tipo ementa das disciplinas, a bibliografia prevista no projeto pedagógico do curso, é... enfim, uma série de questões que são pré-determinadas, mas a princípio, digamos que eu posso tomar várias decisões com relação a isso” (AMANDA).

Amanda é a única entrevistada que reforça a questão das restrições que existem em seu trabalho. Acreditamos que isso acontece por causa do seu papel de coordenadora, o qual, em tal cargo, é necessário prezar pelas prescrições e coordenar um coletivo de trabalho que preserve o gênero da atividade (CLOT, 2007; 2010), pelo que temos de mais estável no gênero da atividade docente e que esteja mais em diálogo com as prescrições. Talvez, se ela não estivesse exercendo essa função no momento da entrevista, teria outra concepção acerca do papel dos textos prescritivos e os compreenderia de outro modo.

Portanto, pudemos constatar que no trabalho desses professores universitários há textos que prescrevem, mesmo que de forma mais vaga, a atividade. Porém, a dimensão da atorialidade é muito presente, o que, junto a outros fatores – salário, estrutura, organização –, permite-lhes mais ampliação do seu poder de agir, uma vez que ele “se desenvolve ou se atrofia na “caixa preta” da atividade de trabalho. Ele avalia o raio de ação efetivo do sujeito ou dos sujeitos em sua esfera profissional habitual, o que se pode também designar por irradiação da atividade, seu poder de recriação” (CLOT, 2010, p.15). Assim, defendemos que o docente tenha condições de atorialidade em seu trabalho, principalmente por ser uma atividade que exige interação, criatividade, escolhas, o que acreditamos ser essencial, sobretudo nos dias atuais, mediante os muitos ataques a essa autonomia e liberdade ao trabalho dos professores.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste estudo, que partiu inicialmente de duas pesquisas de mestrado recentemente defendidas, objetivamos analisar duas dimensões de trabalho docente na atividade

profissional de professores que atuam em uma universidade pública, mais especificamente em dois cursos de graduação: Letras e Pedagogia. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cada um deles, individualmente, num diálogo sobre as dimensões que perpassam o seu trabalho e, por vezes, o trabalho do egresso cujo curso tem o objetivo de formar.

As duas dimensões analisadas foram o trabalho coletivo e a atorialidade docente. Com relação ao trabalho coletivo, observamos que ele tem sido desenvolvido pelos professores e seus alunos, mas não pelo conjunto de professores do curso ou do período em que atuam num determinado semestre letivo. Mesmo sendo o desejo de alguns professores implementar um trabalho coletivo, as entrevistas revelaram que o coletivo de trabalho não tem conseguido efetivar atividades de maior articulação e cooperação entre os docentes. Isso leva a alguns apontamentos finais para nossa reflexão: o coletivo de trabalho não estaria negligenciando a potência e a ampliação do poder de agir a partir de um trabalho coletivo que lhes imprimiriam maior pertencimento e o fortalecimento da própria profissão? A formação profissional dos egressos dos cursos de licenciatura não seria mais rica e diversa se os graduandos vivenciassem práticas de um trabalho coletivo implementadas pelos seus professores?

Sobre a atorialidade docente, há aqui aspectos muito relevantes a serem ponderados. Os entrevistados revelaram o quanto têm liberdade para atuarem como atores de seu próprio trabalho na universidade. Essa dimensão é para nós bastante importante, uma vez que a conquista da atorialidade no exercício da prática docente na universidade leva-nos a fazer escolhas conscientes e de responsabilidade enunciativa e política, contribuindo verdadeiramente com a nossa formação profissional, com a formação dos alunos da graduação e com a formação de uma sociedade mais ciente dos reais problemas atualmente e contextualmente enfrentados, a fim de atuarmos de modo mais crítico e como trabalhadores que enfrentam os desafios do tempo presente.

Por fim, cabe-nos continuar investindo nossos esforços em compreender o trabalho docente em diferentes espaços institucionais, com a intenção de fortalecer essa profissão e zelar por ela, já que acreditamos o quão importante ela é para a formação de uma sociedade que se revela cada vez mais desigual, plural e desafiadora.

## REFERÊNCIAS

- AFFONSO, C. et al. *Trabalho docente sob fogo cruzado* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021.
- AFFONSO, C. Apresentação. In: AFFONSO, C. et al. *Trabalho docente sob fogo cruzado* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. p. 08-29.
- AMIGUES, R. Trabalho do professor e trabalho de ensino. In: In: MACHADO, A. R. (org.). *O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva*. Londrina: Eduel, 2004. p. 35-53.
- BRONCKART, J. P.; MACHADO, A. R. Procedimentos de análise de textos sobre o trabalho educacional. In: In: MACHADO, A. R. (org.). *O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva*. Londrina: Eduel, 2004. p. 131-163.
- BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Campinas: Mercado de Letras, 2006.
- BRONCKART, J. P. Posfácio. In: MACHADO, A. R.; ABREU-TARDELLI, L. S.; CRISTOVÃO, V.L.L. (Orgs). *Linguagem e educação: o trabalho do professor em uma nova perspectiva*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.
- CLOT, Y. *A função psicológica do trabalho*. Tradução de Adail Sobral. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- CLOT, Y. *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- FRIGOTTO, G. Entrevista com Gaudêncio Frigotto. In: AFFONSO, C. et al. *Trabalho docente sob fogo cruzado* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. p. 70-83.
- GATTI, B. A. et al. *Professores do Brasil: novos cenários de formação*. Brasília: UNESCO, 2019.
- GODOY, A. R. G. L. *O trabalho docente na formação inicial de professores para o ensino da leitura*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação da UFJF, Juiz de Fora: 2020.
- LIMA, A. Coletivo de trabalho e coleção de indivíduos nas escolas. Blog Clínica da atividade docente. Disponível em: <https://formacaoesaudeprofessor.com/>. Acesso em 13 de agosto de 2019.
- MACHADO, A. R. (org.). *O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva*. Londrina: Eduel, 2004.
- MACHADO, A. R.; BRONCKART, J. P. De que modo os textos oficiais prescrevem o trabalho do professor? Análise comparativa de documentos brasileiros e genebrinos. *DELTA*. 21:2. 2005.
- MACHADO, A. R. Por uma concepção ampliada do trabalho do professor. In: GUIMARÃES, A. M. M.; MACHADO, A. R. *O Interacionismo Sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. p. 77-97.

MACHADO, A. R. Trabalho prescrito, planejado e realizado na formação de professores: primeiro olhar. In: MACHADO, A. R.; ABREU-TARDELLI, L. S.; CRISTOVÃO, V. L. L. (orgs.). *Linguagem e educação: o trabalho do professor em uma nova perspectiva*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009. Capítulo 3, p. 79-99.

MACHADO, A. R.; ABREU-TARDELLI, L. S. Textos prescritivos da educação presencial e a distância: fonte primeira de estresse do professor? In: MACHADO, A. R.; ABREU-TARDELLI, L. S.; CRISTOVÃO, V. L. L. (orgs.). *Linguagem e educação: o trabalho do professor em uma nova perspectiva*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009. Capítulo 4, p. 101- 116.

MAGALHÃES, J. E. P. Consciência socioprofissional e docência: a dimensão ético-política do trabalho docente no contexto da pandemia. In: AFFONSO, C. et al. *Trabalho docente sob fogo cruzado* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. p. 31-68.

MEDRADO, B. P.; COSTA, W. P. de A. O Programa de Residência Pedagógica: refletindo sobre a formação dos coletivos de trabalho. In: GUIMARÃES, A. M. de M.; CARNIN, A.; LOUSADA, E. G. (orgs.) *O Interacionismo Sociodiscursivo em foco: reflexões sobre uma teoria em contínua construção e uma práxis em movimento*. Araraquara: Letraria, 2020. p. 141-162.

MOREIRA, H; CALEFFE, L. G. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. *Cadernos de pesquisa*. Vol. 47, n. 166. 2017. p. 1106-1133.

NÓVOA, A. Colaboração de Yara Alvim. *Escolas e professores: proteger, transformar, valorizar*. Salvador, SEC/IAT, 2022.

SAUJAT, F. O trabalho do professor nas pesquisas em educação: um panorama. In.: MACHADO, A. R. (org.). *O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva*. Londrina: Eduel, 2004. p. 4-34.

SILVA, A. B. C. da. *As significações de trabalho de formadores de professores*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação da UFJF. Juiz de Fora: 2020.

Recebido em 23 de julho de 2023.

Aprovado em 17 de novembro de 2023.





## SETE DE SETEMBRO: UMA ANÁLISE DA POLARIDADE EM POSICIONAMENTOS DE PUBLICAÇÕES NO INSTAGRAM

DOI: 10.48075/ri.v26i1.31581

Júlio César Paula Neves<sup>1</sup>

**RESUMO:** Tendo em vista o atual cenário político brasileiro e a expressiva utilização da internet como meio de transmissão de informações, este artigo tem como objetivo analisar, por meio da indexicalidade, a constituição de publicações do Instagram de temática político-partidária com posicionamentos socioideológicos contrários. Para isso, foram selecionadas duas publicações de páginas do Instagram com a mesma temática, mas com posicionamentos político-ideológicos contrários, no caso, a comemoração do bicentenário da Independência do Brasil, que ocorreu no ano de 2021. As análises e discussões ocorreram amparadas nos estudos discursivos sobre Indexicalidade em consonância com as contribuições de Cesarino (2020) sobre o populismo digital e algorítmico e as redes sociais, dos estudos de Blommaert (2020) sobre a comunicação política de massa e as relações algorítmicas e, por fim, uma reflexão sobre a relação entre política e a mídia digital, como proposto por Maly (2020). As considerações finais apontam para aspectos indexicais que marcam tanto a polaridade de posicionamentos quanto o poder do populismo digital no espaço online-offline.

**Palavras-chave:** Indexicalidade; Populismo Algorítmico; Polaridade; Redes Sociais.

## SEPTEMBER 7TH: AN ANALYSIS OF POLARITY IN POSITIONS OF PUBLICATIONS ON INSTAGRAM

<sup>1</sup> Doutorando em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sendo bolsista FAPESC. E-mail: [jcpngv@gmail.com](mailto:jcpngv@gmail.com)

**ABSTRACT:** In view of the current Brazilian political scenario and the expressive use of the internet as a vehicle for transmission of information, this article aims to analyze, through the indexicality, the constitution of Instagram publications of political theme with contrary socio-ideological positions. For this, two publications were selected from Instagram pages with the same theme, but with contrary political-ideological positions, in this case, the celebration of the bicentennial of Brazil's Independence, which occurred in the year 2021. The analysis and discussions occurred supported by the discursive studies on Indexicality in line with the contributions of Cesarino (2020) on digital and algorithmic populism and social networks, the studies of Blommaert (2020) on political mass communication and algorithmic relations and, finally, a reflection on the link between politics and digital media, as proposed by Maly (2020). The final considerations point to indexical aspects that mark both the polarity of positions and the power of digital populism in the online-offline space.

**Keywords:** Indexicality; Algorithmic Populism; Polarity; Social Networks.

## INTRODUÇÃO

O cenário político brasileiro tem sido motivo de discussões e de reflexões, sobretudo a respeito da polarização entre grupos que se articulam a partir de posicionamentos político-partidários de direita e de esquerda, o que pode ser facilmente visualizado e resgatado tanto em publicações nas redes sociais de sujeitos atuantes na política quanto em sites de jornalismo nacionais e internacionais. Como temática para este artigo, foi selecionado o evento de 7 de setembro de 2021, em que se comemorou o bicentenário da independência do Brasil, organizado pelos membros que compõem a equipe da presidência da República, comandados por Jair Messias Bolsonaro (sem partido, na época), e por seus apoiadores.

Tendo como horizonte as falas e os posicionamentos do então presidente, o evento foi marcado por manifestações e protestos a favor e contra o governo Bolsonaro em diversas cidades espalhadas por todo o país. O chefe do Executivo compareceu pela manhã à Esplanada dos Ministérios, em Brasília, que, segundo dados da Polícia Militar do Distrito Federal, responsável pela segurança do evento, discursou para cerca de 100 mil pessoas que estiveram no local, cuja fala foi marcada por seu recorrente discurso de ódio aos ministros do Supremo Tribunal Federal e demais instâncias que não comungam com seu posicionamento político-ideológico.

A referida comemoração marca a Declaração de Independência ao Império Português no dia 7 de setembro de 1822, quando o Brasil rompeu sua ligação de dependência política com Portugal e consolidou-se como país independente. Dito isso, considerando que as redes sociais na internet têm se apresentado como espaço onde sujeitos se posicionam ideologicamente, sobretudo, acerca da política nacional, toma-se

como ponto norteador para este trabalho como a linguagem é mobilizada em eventos de teor político-partidário, por exemplo, as manifestações do dia sete de setembro de 2021.

Levando em consideração que tal evento foi marcado por grupos que se mobilizaram pró-governo e contra as ações do governo Bolsonaro, foram selecionadas duas publicações do Instagram com essa temática político-partidária, sendo uma postagem da página *Mídia Ninja* – de orientação política de esquerda – e outra publicação da página *Direita Oficial* – de orientação política de direita –. A escolha dessas duas páginas se deu, primeiramente, por serem páginas com divergência de posicionamentos, não apenas sobre as manifestações do dia 7 de setembro, mas em relação a outros eventos políticos que se marcam pela aprovação e/ou pela reprovação do governo em questão, que se autointitulava de direita e conservador; outro fator considerado para a escolha das supracitadas páginas foi a popularidade, os números (a quantidade de seguidores e de postagens publicadas).

Até o dia 14 de novembro de 2021, a página *Direita Oficial* contava com 82 mil seguidores e com seis mil oitocentos e doze publicações; a página *Mídia Ninja*, na mesma data, contava com 44,6 mil publicações e com 4 milhões de seguidores. Vale ressaltar que, dentre as duas, apenas a página *Mídia Ninja* possui o selo de verificação do Instagram, que atesta a autenticidade de um perfil na rede social; por fim, considerou-se também, para a escolha das páginas, mídias que não fossem canais oficiais do governo, e que fossem de acesso público, uma vez que páginas do Instagram podem estar no modo privado e aceitar ou rejeitar que outros perfis os sigam e acompanhem suas publicações.

Adentrando as redes sociais na internet, observa-se que o Instagram é mobilizado de maneira socio-pragmática como instrumento ideológico, o que pode ser verificado pela quantidade de usuários que seguem, comentam e curtem as publicações das páginas selecionadas para este trabalho. Dessa forma, o intento desse artigo se insere na proposta de discutir, por meio da noção de indexicalidade, como as plataformas digitais não apenas refletem, mas constituem a polaridade de posicionamentos ideológicos em publicações específicas nos interstícios do Instagram, ou seja, como a digitalização afeta a própria indexicalidade/uso da linguagem nesses espaços digitais.

Amparados em discussões sobre o populismo digital e algorítmico e as redes sociais (CESARINO, 2020); a comunicação política de massa e as relações algorítmicas (BLOMMAERT, 2020); e sobre a atenção para o conteúdo ou para a informação, além da relação entre política e a mídia digital (MALY, 2020), este artigo tem como objetivo geral analisar, por meio da indexicalidade, a constituição de publicações do Instagram de temática político-partidária

com posicionamentos socioideológicos contrários; e esse objetivo desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: (i) verificar a constituição de polaridade entre posicionamentos ideológicos nas publicações; e (ii) identificar as marcas indexicais na composição das publicações sobre as manifestações projetadas para acontecer no dia sete de setembro de 2021.

Com vista a alcançar os referidos objetivos, como processos metodológicos, por meio de procedimentos qualitativos, foram selecionadas as supracitadas publicações das páginas *Mídia Ninja* e *Direita Oficial* no Instagram. Considerando que houve publicações posteriores às manifestações, resolveu-se manter as postagens da projeção do evento, e não as publicações pós evento. Após a seleção, foi realizada análise linguístico-discursiva partindo da noção de indexicalidade. Segundo Silva e Lopes (2018), o termo indexicalidade, foi cunhado pelo semiótico Charles Peirce como a propriedade que um signo tem de representar um objeto. Gonzalez e Moita Lopes (2018, p. 1113) postulam que indexicalidade “é a propriedade que o signo linguístico tem de apontar para significados que excedem seu contexto de enunciação”. Dessa forma, buscou-se desenvolver uma análise que contemple aspectos multissemióticos das publicações selecionadas com vista a investigar a constituição das significações através das publicações.

## POPULISMO ALGORÍTMICO E A RELAÇÃO ENTRE MÍDIA DIGITAL E POLÍTICA

Tendo em vista as publicações selecionadas para a análise, discutir-se-á sobre o populismo algorítmico que atravessa e constitui as redes sociais, sobretudo páginas que constroem e divulgam materiais com teor marcadamente populista de orientação político-partidária. Tratar sobre o populismo é considerar as diversas possibilidades que colocam tanto determinados sujeitos quanto temáticas específicas em foco. Maly (2020), ao adentrar no conceito de populismo, aponta para um populismo algorítmico de forma muito específica como uma relação comunicativa que se ampara no funcionamento das mídias digitais e não como uma “ideologia fina”, ou seja, pode-se considerar que se trata de uma das perspectivas de como a comunicação se constitui nos interstícios das redes sociais na internet.

Acredita-se que o populismo já existia antes dos computadores, mas, de certa forma, ele se esbarra ou se ampara nas mídias, como era mais perceptível em rádios e TVs no passado e, como desenvolve o autor, a partir do universo digital na atualidade, considerando

a potência da internet e das redes sociais, de modo que todo esse aparato digital é utilizado para potencializar e difundir informações.

Para Maly (2020, p. 446), o populismo algorítmico “não é constituído apenas em relação aos jornalistas, políticos e acadêmicos, mas também em relação aos cidadão, ativistas e agência computacional”<sup>2</sup>. Logo, abordar a emergência do populismo algorítmico perpassa pela compreensão ampla de que não se trata de uma instância específica com poder de difundir informações na internet, mas de um emaranhado complexo de possibilidades que emerge e se destaca no universo digital, visto que qualquer sujeito, com acesso à internet, e que consiga difundir seu conteúdo para uma quantidade considerável de pessoas, se aproximará do que Maly (2020) aponta como populismo algorítmico. Ao observar as páginas *Mídia Ninja* e *Direita oficial*, se evidencia tal proposição, visto que, neste caso, não são os próprios políticos compartilhando conteúdo, mas influenciadores digitais que, de algum modo, compactuam com as atividades e ideais desses sujeitos inseridos na política ou de seus partidos. Assim, as publicações funcionam/podem funcionar como instrumento de propagação de conteúdo em que o posicionamento contra ou a favor de algum evento aparece explicitamente.

Sobre aspectos dessa perspectiva do populismo algorítmico ou do populista contemporâneo do século XXI, Maly (2020, p. 446) considera que este “usa as possibilidades da tecnologia digital não apenas para atrair a atenção das pessoas comuns e da mídia legada, mas para realmente mobilizar as pessoas para co-construir a ideia de que o partido está verdadeiramente representando 'o povo'”. Ao observar a imagem abaixo (Figura 1), da página *Direita Oficial* (@direitaoficial) no Instagram, pode-se considerar que a fotografia de Jair Messias Bolsonaro sorrindo e com a faixa presidencial, que foi editada – pois ele não estava presente no meio do povo quando a fotografia foi tirada –, opera de forma a parecer que Bolsonaro estava presente com as outras pessoas de verde e amarelo segurando a bandeira do Brasil.

---

<sup>2</sup> Tradução: nossa. Doravante, a tradução de todos os excertos citados de textos consultados em língua estrangeira foi feita por mim.

**Figura 1-** Postagem sobre a manifestação de 7 de setembro.



**Fonte:** Página *Direita Oficial* no Instagram (@direitaoficial).

Ao utilizarem a bandeira do Brasil e camisas em verde e amarelo na publicação, faz-se emergir o que Gonzales e Moita Lopes (2018) apresentam como traços de indexicalidade, ou seja, a capacidade que o signo tem de apontar para outros significados. Assim, tanto as cores verde e amarelo, como a própria camisa da seleção brasileira de futebol operam como construtos de ordem indexical para construir outros sentidos socio-historicamente marcados. Os supracitados autores destacam que, ao empregar-se determinado signo, por conta da repetição de usos, outros sentidos são construídos. Com isso, tanto as cores quanto a camisa foram ressignificadas como símbolo de patriotismo, não por toda a população brasileira, mas por apoiadores de Bolsonaro. Assim, criou-se uma relação de ordem indexical que ultrapassa os limites de uma simples referência, mas a criação de outros sentidos por meio das cores da bandeira do Brasil e a própria camisa da seleção brasileira de futebol, de forma que pessoas de orientação político-partidárias contrárias têm evitado usar tais símbolos para não serem confundidas com bolsonaristas.

Assim, não se tem uma referenciação, mas a construção de outros sentidos e significados por meio da utilização desses instrumentos.

Ainda, sobre aspectos de indexicalidade, Silva e Lopes (2018, p. 159) discorrem que “Há uma porção de significados sociais que não são comunicados pela referência das formas linguísticas, mas por outros elementos não-referenciais, que indicam determinados posicionamentos, relações ou ações que os interlocutores efetuam”. Isso, de certo modo, reafirma a utilização (ou a não utilização) da camisa da seleção brasileira que, apesar de não ter referência linguística, indica a construção indexical de posicionamentos políticos de que algumas pessoas se orgulham de fazer parte de um universo com posicionamentos políticos e ideológicos marcados, como visto por meio de todas as falas e os posicionamentos de Bolsonaro, enquanto outras pessoas se esquivam por não se identificarem com o nicho de apoiadores do então presidente do Brasil.

Pode-se dizer que a fotografia se constitui como exemplo de utilização da tecnologia digital para que apoiadores sintam-se acolhidos e encorajados pelo próprio político. A publicação, a partir dessas características imagéticas, teria a potência de mobilizar sujeitos que compactuam com os posicionamentos ideológicos adotados por Bolsonaro para que participassem da manifestação do dia 7 de setembro de 2021, pró-governo.

Entende-se, também, como aspecto do populismo digital, através do texto inserido na publicação, que as expressões *desesperados* e *oposição está temendo o tamanho das manifestações do dia 7 de setembro*, podem ser compreendidas como instrumentos para atrair a atenção de mais pessoas para que se juntem aos apoiadores de Bolsonaro, com o intuito de que esses participem e deem força às manifestações. Os excertos também apontam para a ideia de que, se a esquerda está temerosa, e que pessoas estão desesperadas, logo, a posição adotada por Bolsonaro é legítima e válida e que ele está representando satisfatoriamente o povo. Pode-se considerar, também, que a escolha por sublinhar a palavra DESESPERADOS com a cor vermelha tem a capacidade semântica de referência ao PT (Partido dos Trabalhadores) e a seus simpatizantes ideologicamente marcados, visto que essa cor historicamente é associada ao partido. Como exemplo, têm-se a máxima “nossa bandeira jamais será vermelha”, difundida pelos apoiadores de Bolsonaro.

Outro ponto é a legenda da publicação *verás que um filho seu não foge à luta!*, trecho extraído do hino nacional brasileiro, que, assim como nos excertos citados anteriormente, pode ser compreendido como uma convocação em nome de Bolsonaro ou, pela própria publicação, como um chamado do próprio Bolsonaro. Isso, pela ótica do

populismo algorítmico, pode despertar um posicionamento patriota de adesão aos seguidores do presidente, uma vez que os próprios algoritmos da internet direcionam essas publicações a sujeitos que buscam por conteúdos semelhantes e referentes, como visto nas redes sociais. Salienta-se que patriota é um dos termos amplamente utilizados pelos seguidores de Bolsonaro, sobretudo nas plataformas digitais, em que esses sujeitos sociais alegam agir em defesa não dos seus próprios interesses, mas do interesse coletivo.

Maly (2020, p. 446) apresenta alguns aspectos que pressupõem o populismo: (i) a existência de um sujeito denominado ou que se autodenomina populista que declara falar em nome do povo; (ii) certa quantidade de exigências e/ou necessidades de um povo (ou parte dele), o qual o populista reivindica representar; (iii) outros sujeitos como jornalistas, políticos, influenciadores digitais ou acadêmicos que classificam um representante, um partido ou um movimento como populista; (iv) o populismo também é composto por uma infraestrutura de mídia (digital), por onde a mensagem do 'populista é distribuída e por onde o conhecimento sobre o público é coletado; e, por fim, (v) trata-se de algum tipo de aceitação, legitimação ou reconhecimento do povo ou de parte dele sob a forma de aspectos como gostos, ações, seguidores etc.

Dessa forma, pode-se considerar que tanto a página *Direita Oficial* no Instagram quanto a supracitada publicação possuem traços que se enquadram no que Maly (2020) evidencia como populismo digital ou algorítmico. Tem-se Bolsonaro como o sujeito que declara falar/agir em nome do povo, ou de parte da população brasileira que comunga de seu posicionamento político-ideológico. Sobre as exigências e/ou necessidades do povo, apesar das controvérsias de seu governo, Bolsonaro é tido por seus seguidores (dentre eles políticos, influenciadores digitais e alguns jornalistas), como aquele que busca suprir tais exigências partindo de uma pauta que defende a liberdade de escolhas, muito embora, “essas escolhas” interfiram em aspectos essenciais da vida do próximo. Outros pontos defendidos por Bolsonaro e que potencializam sua notabilidade como populista no universo digital são: a defesa de um ideal de “família tradicional” e a máxima “o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, o que, de forma nebulosa, interferem na laicidade do Estado, visto que, muitos de seus apoiadores se amparam na religião para interferir em pautas humanistas e de saúde pública, por exemplo, a questão do aborto, da liberação de armas, entre outros assuntos polêmicos. Conseqüentemente, por esses posicionamentos político-ideológicos, Bolsonaro passa a ser aceito e reconhecido por parte da população como exemplo a ser

seguido, sobretudo daqueles que interagem com as páginas comumente denominadas bolsonaristas nas redes sociais.

Como afirma Mally (2020, p. 446) , “as possibilidades da mídia digital e da Web 2.0 nos levam a entender o populismo como uma relação comunicativa mediada digitalmente entre diferentes atores humanos e algorítmicos, daí a noção de ‘populismo algorítmico’”. Assim, deve-se levar em conta que não se trata simplesmente da aceitação de uma quantidade expressiva de seguidores, mas entende-se que esse populismo mediado é consideravelmente atravessado pela emergência da mídia digital que se beneficia de uma gama de códigos digitais que são os algoritmos. Esses, por sua vez, são compreendidos como instrumentos da mídia digital e da Web 2.0, de modo que contribuem para a propagação e para o direcionamento de conteúdos em determinados nichos, o que interfere significativamente na verificação de compartilhamentos de dados e de conteúdo (independente se ocorrem por seguidores reais ou por esses códigos digitais) (KAUFMAN; SANTAELLA, 2020).

Ao trazer para o centro das discussões a problemática dos algoritmos, deve-se atentar para um dado relevante que é a possibilidade de muitos dos perfis no Instagram serem perfis *fake*, criados para aumentar a visibilidade de algumas páginas. Embora esses números funcionem para destacar que o conteúdo de determinada página pode ser relevante ou que muitas pessoas comungam daqueles ideais (no caso, posicionamento político-ideológico de direita), há de se considerar que trata-se de números e não de apoiadores reais. Todavia, reconhece-se que, muito embora, não se trate de seguidores reais, os números podem aumentar a visibilidade de páginas no Instagram e, assim, ampliar a popularidade dessas páginas. Exemplo disso é a alternativa de comprar seguidores fakes e tornar o perfil mais atrativo. Tal aspecto pode ser concebido como uma possibilidade da utilização da mídia digital como ferramenta para que populistas adquiram notoriedade nas redes sociais na Internet.

Contudo, Maly (2020, p. 447), ao citar Chadwick (2017, p. XI) salienta que dentro desse sistema, diferentes atores (políticos, influenciadores, jornalistas, ativistas ou mídia alternativa) tentam "criar, explorar ou dirigir fluxos de informação de maneiras que se adaptem a seus objetivos e de maneiras que modifiquem, habilitem ou desabilitem a agência de outros, através e entre uma gama de meios mais antigos e mais novos". Isso, de certo modo, se insere nas discussões sobre o populismo algorítmico realizadas por Maly (2020). Por essa via, acredita-se as plataformas/páginas digitais não se apresentam apenas como um

reflexo da polaridade entre posicionamentos políticos, partidários e ideológicos, mas essas páginas e plataformas constituem a polaridade, o que é discutido por Cesarino (2020) em como as mídias sociais proporcionam uma política populista.

## AS MÍDIAS SOCIAIS E O DISCURSO POPULISTA NA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

Em seu texto, Leticia Cesarino (2020) discute que, na última década, o populismo e as redes sociais ou mídias sociais, como a autora utiliza em sua pesquisa, têm se apresentado como questões relevantes, tanto no meio acadêmico quanto na esfera pública. A autora, percorrendo a antropologia e a linguística, fomenta reflexões a respeito de como as mídias sociais são utilizadas como mecanismo de mobilização política, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo.

Para Cesarino (2020), as mídias sociais podem ajudar a estabelecer uma base para o florescimento contemporâneo do discurso populista, sobretudo no campo político, onde questões sociais e culturais são marcadas por posicionamentos e perspectivas ideológicas, onde sujeitos, segundo a autora, tornam-se influenciáveis. Para tanto, com base em materiais brasileiros, extraídos de grupos pró-Bolsonaro no *WhatsApp* e em outras plataformas, como *Twitter* e Facebook, Cesarino (2020) trabalha com o comparativo e com a reflexão de traços do posicionamento de Bolsonaro no Brasil em contraste com ocorrências similares em outros países, como o caso da política populista de Narendra Modi, primeiro ministro da Índia e pioneiro na implantação das mídias sociais para a mobilização populista do país.

As contribuições de Cesarino (2020) sobre como as mídias sociais proporcionam uma política populista se ampliam quando ela discorre como, no Brasil, o bolsonarismo e sua aproximação com as mídias sociais se apresentaram como uma ferramenta que pode ter “ajudado a pavimentar o terreno para uma mobilização populista bem sucedida, proporcionando a expansão e estabilização dinâmica de um ambiente on-line” (CESARINO, 2020, p. 406). Isso, possivelmente, aponta para a força que tanto Bolsonaro quanto seus apoiadores vêm tendo nos espaços digitais e midiáticos, mesmo com a explícita propagação de *fake news*.

Assim sendo, a imagem subsequente (Figura 2), demonstra uma preocupação, em forma de notícia, publicada no dia 6 de setembro de 2021 pela página *Mídia Ninja* no Instagram:

**Figura 2** - Postagem da página *Mídia Ninja*.



**Fonte:** Página *Mídia Ninja* no Instagram (@midianinja).

Desde o início do século XXI, segundo com Blommaert (2020, p. 391), vivemos nossa vida social, cultural, política e econômica considerando as diversas possibilidades de interação e comunicação online-offline, no qual, ambos os espaços, de acordo com o autor, não podem mais ser separados e devem ser vistos como fundidos em uma gama desconcertante de novas práticas online-offline de interação social, troca de conhecimentos, aprendizagem, formação de comunidades e trabalho de identidade.

Dito isso, sobretudo considerando a comunicação política de massa, ampara-se em Blommaert com o intuito de fundamentar as discussões de que o nexos online-offline impera, de forma substancial, em como as pessoas compartilham e recebem (ou acolhem) informações. Como o caso da Figura 2, em que se trata de uma publicação marcadamente posicionada ideologicamente, publicada por uma página de orientação política de esquerda, ou melhor, contrária aos posicionamentos ideológicos do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro.

A partir dos elementos discursivos presentes na publicação, pode-se entender que, levando em conta tanto os aspectos imagéticos quanto os textuais, a publicação funciona como instrumento de informação sobre uma possível preocupação globalizada quanto aos atos de Bolsonaro para a comemoração do bicentenário da Independência do Brasil. Como

disposto na frase “Líderes políticos de 26 países alertam para ameaça golpista no 7 de setembro”, as expressões ‘Líderes políticos de 26 países’ e ‘ameaça golpista’ podem remeter tanto ao lugar de líder político como uma atribuição daquele que tem a capacidade de tomar decisões em nome de um grupo, quanto uma preocupação por trás das possíveis ações de Bolsonaro no dia 7 de setembro de 2021, tidas na publicação como uma potencial ameaça à democracia.

Com a máxima “ALERTA!”, em caixa alta, a publicação apresenta um elemento que marca a relevância da notícia que, ao contrário da primeira publicação (Imagem 1) e não possui um texto detalhado, é seguida por um texto explicativo, detalhando quais são os líderes políticos preocupados com as ações de Bolsonaro, o que reforça a credibilidade das informações e da página @Midianinja, como apresentado na imagem a seguir:

**Figura 3** - Texto da postagem da página *Mídia Ninja*.

midianinja Ex-presidentes e parlamentares de 26 países assinaram uma carta alertando para os riscos de uma “insurreição” nos atos golpistas de 7 de setembro convocados pelo presidente brasileiro Jair Bolsonaro. Para essas lideranças, as manifestações “colocam em risco a democracia no Brasil”.

Entre os nomes pesos-pesados que referendam o documento estão o ex-presidente de governo da Espanha José Luis Rodríguez Zapatero, os ex-presidentes Fernando Lugo, do Paraguai, Ernesto Samper, da Colômbia, Rafael Correa, do Equador e o vice-presidente do Parlamento do Mercosul, Oscar Laborde, além de figuras como os intelectuais Noam Chomsky e Cornel West, dos Estados Unidos, e o Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel, da Argentina.

“Estamos seriamente preocupados com a ameaça iminente às instituições democráticas do Brasil —e estamos vigilantes para defendê-las antes e depois do dia 7 de setembro”, diz um trecho do texto, que vem acompanhado da lista de autoridades políticas signatárias, que no total somam mais de 150.

A relação de ex-chefes de governo e parlamentares de Espanha, Paraguai, Alemanha, EUA, Grécia, Colômbia, Reino Unido, França, Nova Zelândia, Austrália, Chile, Equador, Argentina, Uruguai, Guatemala, Bélgica, Suíça, Peru, Panamá, Bolívia, Itália, Costa Rica, El Salvador, México, República Dominicana e Brasil encerra a carta, que foi articulada pela Progressive International, uma rede de líderes políticos progressistas que trava uma severa luta contra a expansão do ultraconservadorismo no mundo.

Via @revistaforum

Ver todos os 6.501 comentários

**Fonte:** Página *Mídia Ninja* no Instagram (@midianinja).

Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 26, n°1, 2024. e-ISSN: 1982-3010.

Tanto a publicação quanto o texto que a segue apresentam o que Melo e Moita Lopes (2014, p. 661), amparados em Blommaert (2010) apontam a respeito de a ordem de indexicalidade corresponder aos “valores, as crenças ou normas que são hierarquizados, estratificados e apontados no processo de indexicalização de Discursos”. Desse modo, entende-se, que, mais que transmitir informações, os operadores indexicais atuam como forma de enfatizar valores e crenças caros a determinado grupo, como o caso daqueles que se identificam com a publicação da página @Midianinja.

Outro ponto a se destacar na publicação é a seleção da imagem que compõe a publicação, em que o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro aparece sorridente, com as mãos erguidas, no centro da imagem, e cercado por dois oficiais das Forças Armadas, criando um efeito de sentido do apoio e da segurança proporcionada pela representação desses oficiais da segurança pública, como se esses sujeitos estivessem a favor de Bolsonaro e do possível golpe enunciado na notícia. Com isso, volta-se aos aspectos da mobilização política no discurso populista proporcionado pelas mídias digitais e que, pela ótica de Blommaert (2020), ocorre nos entremeios dos espaços online-offline.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amparados nas discussões dispostas neste artigo, entende-se que uma análise indexical, ou seja, a indexicalidade como o “princípio de contextualização dos signos linguísticos e extralinguísticos, visto como um componente de significação do signo utilizado no momento” (SILVERSTEIN, 2009, p. 14), pode se mostrar proficiente na visualização da polaridade em posicionamentos de publicações nas mídias digitais, sobretudo no Instagram, espaço onde foi extraído o material de análise desse texto. Ou seja, signos possuem a propriedade de serem contextualizados e gerar significações diversas a depender de elementos sociais, culturais, políticos e ideológicos o que, nas publicações analisadas marcam uma polarização ideológica e de posicionamentos quanto aos rumos da política nacional.

Outro ponto de reflexão é que os espaços online-offline operam de maneira intrínseca e concomitante na divulgação, construção e propagação de informações, mostrando sua potencialidade na compreensão de conceitos como Populismo Digital e

Algorítmico (CESARINO, 2020); (MALY, 2020), em que sujeitos como Bolsonaro utiliza de ferramentas digitais para difundir informações e posicionamentos ideológicos.

Por fim, este texto reafirma a existência da polaridade entre posicionamentos políticos e que a utilização das redes sociais na internet funciona como possibilidade de propagação de informações que extrapolam os espaços digitais, mas que, de algum modo, intensificam a reflexão de que o populismo digital e o nexos online-offline se apresentam como possibilidades de criação e de propagação de informações na sociedade.

## REFERÊNCIAS

BLOMMAERT, J. O discurso político em sociedades pós-digitais. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, SP, v. 59, n. 1, p. 390–403, 2020.

CESARINO, L. Como as mídias sociais proporcionam uma política populista: observações sobre liminaridade com base no caso brasileiro. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, SP, v. 59, n. 1, p. 404–427, 2020.

GONZALEZ, C.; MOITA LOPES, L. P. Reflexividade metapragmática sobre o cinema de Almodóvar numa interação online: indexicalidade, escalas e entextualização. *Trabalhos em linguística aplicada*, v. 57, n. 2, p. 1102-1136, ago. 2018.

KAUFMAN, D.; SANTAELLA, L. O papel dos algoritmos de inteligência artificial nas redes sociais. *Revista FAMECOS*, v. 27, p. e34074, 29 maio 2020.

MALY, I. Populismo algorítmico e a datificação e gamificação do povo pelo interesse flamengo (vlaams belang) na Bélgica. *Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, SP*, v. 59, n. 1, p. 444–468, 2020.

MELO, G. C. V. & MOITA LOPES, L. P. Ordens de indexicalidade mobilizadas nas performances discursivas de um garoto de programa: ser negro e homoerótico. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 14, n. 3, p. 653-673, 2014.

SILVA, D. C. P. Embates semiótico-discursivos em redes digitais bolsonaristas: populismo, negacionismo e ditadura. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, SP, v. 59, n. 2, p. 1171–1195, 2020.

SILVA, D. N.; LOPES, A. C. “Yo hablo un perfeito português”: Indexicalidade, ideologia linguística e desafios da fronteira a políticas linguísticas uniformizadoras. *Revista da ABRALIN*, v. 17, n. 2, p. 144-181, 2018.

SILVERSTEIN, M. Pragmatic indexing. In: Mey, Jacob. *Concise Encyclopedia of Pragmatics*. London: Elsevier, 2009.

Recebido em 26 de julho de 2023.

Aprovado em 04 de outubro de 2023.





## VIOLA XADREZ E LIMINARIDADE: ANOTAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS ENTRE A ANTROPOLOGIA E A HISTÓRIA ORAL A PARTIR DA TEORIA DE FRONTEIRAS

DOI: 10.48075/ri.v26i1.31728

Michel Presley Fernandes<sup>1</sup>

**RESUMO:** mediante a revisão de contribuições teóricas de autores como José de Souza Martins e João Pacheco de Oliveira, promove-se breve inventário de noções, conceitos, categorias epistemológicas que se julgam proveitosas para o desembaraço da proposta de pesquisa encetada em sede de História Oral, qual seja, focalizar a sucessão de três gerações de proprietários de uma “fábrica” de instrumentos musicais de cordas situada no interior do Estado de São Paulo, Brasil. As noções e conceitos buscados invariavelmente acenam para a necessidade de o pesquisador em Ciências Sociais adotar como metodológica a noção mais geral de “liminaridade”, cujas nuances são explicitadas pelos autores ao enfrentarem questões concernentes à teoria de fronteiras. De tais explicitações, parte-se para cotejo com pesquisa antropológica realizada por Rainer Miranda Brito acerca das atividades atuais da aludida fábrica, evidenciando as dificuldades de alocação terminológica face aos critérios mercadológicos atuais, o que leva o autor do presente texto a entendê-la também como possível caso de “liminaridade”.

**Palavras-chave:** Epistemologia; teoria de fronteiras; liminaridade.

## VIOLA XADREZ AND “LIMINALITY”: EPISTEMOLOGICAL NOTES FROM SOCIAL ANTHROPOLOGY TO ORAL HISTORY FROM A THEORY OF BORDERS

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa "Sociedade, Cultura e Fronteiras" da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus Foz do Iguaçu. E-mail: [michelpresley53@gmail.com](mailto:michelpresley53@gmail.com)

**ABSTRACT:** By reviewing the theoretical contributions of authors such as José de Souza Martins and João Pacheco de Oliveira, we present a brief inventory of notions, concepts and epistemological categories that are considered useful for the clearance of our research proposal. Therefore, this research leans on Oral History to study the succession of three generations of owners of a “factory” of stringed musical instruments located in the interior of the State of São Paulo, Brazil. The notions and concepts sought invariably point to the need of adopting in Social Sciences research a methodological approach which carries a more general notion of “liminality”, whose nuances are explained by the authors when facing issues concerning the theory of boundaries. From such explanations, we start analyzing the anthropological research carried out by Rainer Miranda Brito about the current activities of the aforementioned factory, highlighting the difficulties of terminological allocation in the face of current market criteria, which leads the author of this text to also understand it as a possible case of “liminality”.

**Keywords:** Epistemology; frontiers theory; liminality.

## INTRODUÇÃO

Parece ser uma constante das ciências sociais a caminhada por uma estrada estreita ladeada por uma escarpa e seu correspondente declive: o compromisso com uma interpretação fidedigna do real, e a necessidade de generalização do conhecimento.

Iniciamos estas linhas aludindo a tal estreiteza porque é disso que se trata – dificuldade e necessidade permanente de justificação. Nos anos 60 do século passado, Florestan Fernandes (1965, 1972) citava Durkheim para explicar essas duas características, lançando ainda o que pareceria um alerta permanente:

(...) É que todo progresso real, no plano da pesquisa empírica ou no da sistematização teórica, sempre envolve a solução de problemas metodológicos cruciais, de grande significação e atualidade no momento em que podem ser resolvidos. Com o tempo, as contribuições tornam-se obsoletas, perdendo seu caráter construtivo. Quando, porém, tal coisa chega a acontecer, desde que as contribuições sejam pertinentes, elas já terão concorrido para alterar o quadro de conhecimentos positivos da própria ciência. Daí a importância das contribuições metodológicas e a necessidade de educar os especialistas para essa espécie de trabalho, tão pouco compensadora.

Da imbricação entre o conhecimento empírico e o conhecimento científico exsurtem, portanto, momentos de autorreflexão na tarefa dos estudiosos, momentos esses

que por essa mesma autorreflexão podem ser chamados de filosóficos. Nelson Saldanha (1983) assim expõe a situação, em texto escrito já nos anos 80 do mesmo século passado:

Precisa-se reafirmá-lo para reconhecer a precariedade que ingenuamente afeta o trabalho do cientista social, que lida com saber de coisas humanas e não pode aspirar a maiores positivities; mas também para reconhecer, nesta refração que sofre o trabalho do cientista em Ciências Sociais, a corda do humano, presente e pulsante como um testemunho em todo o seu trabalho. São saberes que, por isso mesmo, se veem a cada passo carentes de justificação, e enredados na volta ao problema de sua legitimidade científica. *Se justificar-se é sempre dar parte de fraqueza, as ciências humanas estão no caso, justificam-se a cada passo, muito mais do que as naturais. Justificam-se como a filosofia mesma passou a fazê-la depois de um certo tempo. Mas justificar-se é, por outro lado, cultivar a auto-reflexão e a consciência de ser e de valer, consciência tout court e consciência axiológica: pois aí é que as ciências sociais estão no caso, mesmo.* [destaques nossos].

Essas constatações nos permitem registrar o intento do presente texto, que é ensaiar argumentos acerca da fecundidade de alguns elementos da teoria de fronteiras para o desenvolvimento das Ciências Sociais contemporâneas, e mais propriamente, para o projeto de pesquisa do autor ora em desenvolvimento. No presente texto, o primeiro objetivo será mais aprofundado, pois ao tempo desta escrita a pesquisa de campo, além de ainda estar em fase inicial, encontra-se mesmo em fase cognitivamente preparatória, e desta a própria escrita deste texto faz parte inseparável; é o momento da “autorreflexão” e da “justificativa das próprias fraquezas” de que fala Saldanha, e que nos permitirá vislumbrar com maior clareza os caminhos a serem percorridos no desenvolvimento da própria pesquisa.

## LIMINARIDADE: A EXCEÇÃO COMO PONTO DE PARTIDA

Admitindo as ciências sociais como instância de construção de saberes críticos diante das desigualdades sociais, primeira menção que ora se faz é à ideia de liminaridade defendida pelo sociólogo José de Souza Martins em entrevista ao programa Roda Viva, na TV Cultura, no dia 07/05/2001 (link: <<https://www.youtube.com/watch?v=W-54wmBQysw>> ):

De fato, o grande protagonista dos meus trabalhos, de vários modos e de várias perspectivas, não é, evidentemente, o governo, não é o MST, não é a CPT, eles são personagens que atravessam o cenário e através dos quais eu reflito sobre a realidade. Mas a minha reflexão é sobre essa figura, importante numericamente na sociedade brasileira, e socialmente, que é a figura das pessoas que vivem no limite, isto é, as pessoas simples. As pessoas que não professam uma ideologia, as pessoas

que não se consideram protagonistas da História, embora sejam, as pessoas que estão à margem.

Nos meus trabalhos, invariavelmente, eu trabalho com populações liminares; a liminaridade tem uma função metodológica nas ciências sociais. A liminaridade é um método; você escolher uma figura liminar para analisar, estudar, entender a sociedade é uma opção de natureza metodológica. (entre 1h16min e 1h18min)

Esse registro feito, no início dos anos 2000, assume relevo quando se tem em frente a busca por novos patamares de investigação científica que permitam a renovação e arejamento dos saberes, nos termos em que defendidos por Florestan Fernandes ao início. Se entendermos o marginal, o liminar, como o excepcional, aquilo que foge à normalidade, poderemos compreender que o apelo explicativo que dele advém é algo como que fundamental à própria normalidade. É dizer, a realidade, enquanto algo passível de ordenação e apreensão cognitiva, só o é na medida em que assume em si o normal e o excepcional, sendo que este explica o primeiro. Buscando explicar a natureza da soberania, o polêmico constitucionalista Carl Schmitt, após sustentar que “Soberano é aquele que decide sobre o Estado de exceção” (p. 88) lança as bases do seu entendimento:

A filosofia da vida concreta não pode subtrair-se à exceção e ao caso extremo, mas deve interessar-se ao máximo por ele. Para ela, a exceção pode ser mais importante do que a regra, não por causa da ironia romântica do paradoxo, mas porque deve ser encarada com toda a seriedade de uma visão mais profunda do que as generalizações das repetições medíocres. A exceção é mais interessante que o caso normal. O normal não prova nada, a exceção prova tudo; a força da vida real rompe a crosta de uma mecânica cristalizada na repetição (...). (p. 94)

Os registros dos dois autores permitem-nos uma ilação: o investigador social que quiser dar conta de compreender seu objeto de estudo necessariamente deverá ter em conta situações extremas, pois são elas que permitem vislumbram com profundidade, isto é, com maior capacidade de compreensão; é necessário que tal conduta seja adotada sob pena de resultar em pesquisas infrutíferas, desnorteadas pela repetição do real e pela repetição do(s) método(s).

Somam-se aqui, portanto, os alertas da necessidade de constante renovação metodológica com as proposições de se mirar o real a partir do marginal. Para registro, José de Souza Martins se desincumbe de tal missão na obra “Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano” (2009), na qual sintetizou mais de 30 anos de pesquisas realizadas em diversas fronteiras do Brasil, em diversas regiões amazônicas; nessas pesquisas, procurou

dar voz, mediante o que chama de pedagogia investigativa, àquelas populações em condições de liminaridade – pessoas em situação de conflitos étnicos, fundiários, econômicos, etc. Assim ele expõe, sucintamente, os resultados dos trabalhos (p. 11):

A pesquisa que resultou neste livro nos revela que a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. É nessa dimensão, propriamente sociológica e antropológica, que investigo o tema da fronteira e os desafios interpretativos que propõe em relação à sociedade em que vivemos e em relação à nossa própria condição humana. E na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico. E nela que nos defrontamos mais claramente com as dificuldades antropológicas do é o *fazer história*, a história das ações que superam necessidades sociais, transformam as relações sociais e desse modo fundam e criam a humanidade do homem. (destaques no original)

Esse trecho denota, pensamos, a coerência do autor com sua proposta metodológica, ao evidenciar a ligação existente da situação limítrofe com a do protagonismo do ser humano diante da História.

Visitemos agora uma outra proposta de compreensão da ideia de fronteira, defendida por João Pacheco de Oliveira, a fim de que possamos ao final tentar encontrar um lugar em comum.

## **FRONTEIRA ENQUANTO PROCESSO: A CONTRIBUIÇÃO DE JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA**

Desde o campo da antropologia, em obra mais recente, aparece nova contribuição epistemológica elaborada por João Pacheco de Oliveira; em livro de coletânea de artigos e exposições (2016), o autor promove um balanço de sua própria atividade investigativa, que teve como enfoque as populações indígenas.

Guiado por uma perspectiva de crítica histórica no sentido apontado por Michel De Certeau, o antropólogo procura renovar a compreensão do papel daquelas populações na formação da identidade nacional mediante releitura do que chama de “autorrepresentações nacionais”, construções que reúnem elementos cognitivos e estéticos com vistas a gerar uma cultura “tipicamente” brasileira, que se diferencie dos elementos colonizadores fortemente arraigados na formação histórica daquela mesma identidade nacional.

Interessante é notar aqui que tais autorrepresentações são percebidas por Pacheco como *metáforas* (p. 10):

Por trás das metáforas de fundação, como a do nascimento do Brasil, há a busca e atribuição de uma natureza, de um destino. Não se trata de simples detalhe do passado, mas algo que certamente interfere na interpretação do presente e no antever (ou mesmo prescrever) o futuro. A autorrepresentação instaura uma interlocução duradoura, cria um sujeito histórico e institui um projeto coletivo, se apoia em vozes e aromas locais, engendra muitas expectativas e possibilidades novas. Ela pode permitir tanto vislumbrar ou enunciar coisas não evidentes e não ditas, no contexto de sua criação, quanto recuperá-las pela memória muito tempo depois.

Conquanto estamos em busca de elementos de renovação de saberes, e assim possibilidade de construção de saberes mais acurados, importa trazer o registro acima por denotar que a preocupação analítica do antropólogo mira a contribuição de registros da “História oficial” por meio de obras de arte como pintura, obras literárias, etc, para a instituição de práticas sociais duradouras, que até o presente momento exercem força no imaginário popular brasileiro quanto à relação com os povos indígenas.

Essa questão étnica se avizinha, evidentemente, da levantada por José de Souza Martins; trata-se de um truísmo que tais povos são tratados como dignos de tutela estatal – isto é, indignos de protagonismo social que permita sua busca por direitos – quando não são vistos com desconfiança tal a estimular um olhar que varia entre consternação e estímulo à integração na sociedade branca capitalista. Esse panorama, que é produto daquelas construções sociais metafóricas, necessita, portanto, sofrer revisão crítica, visto que mesmo a Antropologia feita até então tem sido cúmplice de tais tratamentos aos indígenas por assumir pressupostos colonialistas.

Aqui, portanto, a liminaridade reaparece tanto pela opção metodológica quanto pela missão autoimposta pelo autor à disciplina por ele desenvolvida (p. 14):

O que foi deixado de lado na constituição universitária da nova disciplina, a Antropologia, bem como de suas repercussões mais amplas intelectuais e políticas, foi o mundo colonial dentro do qual os indígenas viviam, inseridos em duras relações de dominação – ainda que exercendo sempre que possível a sua agência, colocando em prática formas variadas de resistência e de acomodação. O que tais estudos deixaram fora de seu foco comum de interesse era justamente conhecer as formas concretas pelas quais as coletividades indígenas lograram resistir, se organizaram e continuaram a atualizar sua cultura na contemporaneidade, inclusive

formulando projetos de futuro. É de uma antropologia assim que necessitamos para entender os indígenas de hoje em dia.

Após elucidar que as práticas estatais adotadas ao tempo das colonizações só podem ser compreendidas quando se tem em conta a dualidade de regimes jurídicos que permite distinguir entre lugares apropriados para relações tradicionais ou contratuais – o centro – e lugares para fora – o “sertão” ou as “fronteiras” – Pacheco denota uma consequência séria para o imaginário construído a partir de tal distinção, o papel do outro: “Os moradores dessas regiões, caracterizados como ‘outros’, isto é, exteriores à sociedade, passam à condição de despojos de guerra ou refugiados, vistos em consequência como desprovidos de direitos e investidos em obrigações não claramente estabelecidas.” (p. 18).

Eis novamente o papel da excepcionalidade na construção do saber, isto é, a normalidade só se constitui a partir da exceção, a existência desta é que fundamenta a daquela.

Em capítulo dedicado ao estudo dos seringais no vale amazônico brasileiro, Pacheco desenvolve, em oito tópicos, uma teoria da colonização que define ponto a ponto as características do que é possível compreender como ‘fronteira’. Para as nossas finalidades, importa evidenciar o papel ideológico que tal noção exerce na realidade enquanto mecanismo de viabilização do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Ao criticar o binômio “colônia de exploração” e “colônia de povoamento”, Pacheco o faz apontando que tal binômio parece estar baseado na falsa crença de que o que torna possível a existência de uma fronteira é a existência, natural, de terras livres abundantes a serem conquistadas, de um lado, e superpopulação, de outro.

Tais existências não são nem naturais, nem suficientes para o funcionamento das fronteiras no mundo colonial capitalista; eis a continuação da crítica (p. 126/127):

Essa complementariedade natural entre regiões está suposta na definição de colonização como “ocupação de novas terras”, sendo um componente ideológico fundamental do mito da fronteira aberta (vide Turner, 1967). Deixando de lado a sua eficácia ideológica, o desenvolvimento de tais colônias de povoamento coloca para os economistas uma questão mais básica: a de como importar as relações de produção necessárias ao funcionamento do capitalismo na colônia (Marx, 1976:559-566). Na verdade, o sustentáculo daqueles autores é exatamente uma formulação do problema da colonização em termos que invertem as razões de sua eficácia ideológica: trata-se de ver que, concebida como integrada a um sistema capitalista, a fronteira existe para *aniquilar ou subordinar o pequeno produtor independente*. É por meio da destruição do pequeno produtor independente que em um contexto histórico capitalista as várias teorias sobre colonização se integram em um todo, as distinções tradicionalmente utilizadas (colônias de povoamento

O destaque feito pelo próprio autor em seu texto nos permite vislumbrar, mais uma vez, se estamos caminhando em trilha certa, a fecundidade da inspiração: investigar desde o marginal, o excepcional, pois é ele quem explica o funcionamento do todo.

## DA ANTROPOLOGIA PARA A HISTÓRIA ORAL, DOS RECURSOS AOS PERCURSOS

As contribuições teóricas acima referidas nos permitem refletir sobre o objeto de pesquisa a que nos propomos debruçar, bem como o enfoque eleito: trazer à luz das Ciências Sociais brasileiras um caso que entendemos *sui generis* de sobrevivência de um regime de produção de instrumentos musicais de corda iniciado em meados do século XX.

Quem se debruçar sobre um panorama das artes musicais no Brasil certamente constatará com facilidade os registros acadêmicos em torno dos artistas, dos métodos de aprendizagem, dos estilos e padrões de produção e consumo em um país de imensa riqueza cultural nesse aspecto.

Porém, a obviedade de que a música tem na linha de frente cantores, compositores e intérpretes, quer seja da música cantada, quer seja da música instrumental, acaba por ofuscar algo menos óbvio: a qualidade de tal música está intimamente ligada aos instrumentos musicais operacionalizados por aqueles artistas.

A olho nu, o que se enxerga nos palcos é sempre o grande artista empunhando “apenas um violão”, “apenas uma guitarra”, apenas mais um instrumento musical, enfim. Porém, qualquer iniciado nessa arte sabe que a posse ou não de um bom instrumento musical é fator quase que determinante para o aprendizado e para o sucesso de uma carreira profissional; é dizer, um instrumento musical de má qualidade induz invariavelmente à desistência, nem sempre percebida como causada por aquele instrumento, mas atribuída a uma inespecífica “falta de dom” do aluno.

Essas primeiras constatações nos levam para o projeto ora em apreciação: produzindo desde já um recorte temático possibilitador de uma pesquisa em nível de mestrado, pretende-se fazer exercício historiográfico desde o registro das atividades de uma

das mais antigas fabricantes de instrumentos musicais de corda no Brasil ainda em atividade, a “Viola Xadrez”.

Intimamente ligada à música sertaneja raiz – também dita música caipira – a fábrica situa-se num marco de intensa contribuição para o desenvolvimento daquela espécie de musicalidade no Brasil durante o séc. XX e XXI; fundada em 1944, com produção feita por pai e filho, tendo crescido ao ponto de ter duas sedes para fabricação de instrumentos de cordas em larga escala, e atualmente regredido à completa artesanania, em completa contramarcha da lógica geopolítica desse tipo de indústria, invariavelmente direcionada com todos os seus esforços para a confecção de seus produtos na China, sempre o exemplo maior das consequências nefastas da globalização.

Essa peculiaridade histórica da “Viola Xadrez”, hoje sediada em Catanduva, no interior do Estado de São Paulo, chama a atenção para uma estratégia de sobrevivência em um país assolado pelos já referidos efeitos da globalização, dentre os quais assumem vulto a precarização global da mão de obra – quer assalariada, quer a microempreendedora, como é o caso ora em investigação – e a precarização dos produtos consumidos pela população no setor musical.

Mesmo a identificação do que hoje é a sobredita oficina ofereceu resistência a uma definição precisa. Em dissertação sediada no campo da antropologia social, assim é apresentada a atual configuração da empresa familiar:

A fabril-artesanania não foi até então explicitada. Afinal, por que a especificidade do termo fabril-artesanania para referenciar a oficina da Viola Xadrez? Não o faço por uma questão de estilo, por uma opção incomum de nomeação da oficina, mas sim por causa das confusões promovidas pela Viola Xadrez dos termos nos quais havia alguma confiança inicial para a tarefa de sua descrição. Manufatura, artesanania, luteria, fábrica, indústria. O que era aquele ambiente? De que termo melhor se aproximava? Que reconceitualizações ofereciam? Pois bem, aquele ambiente poderia ser tudo, aproximando-se de todos os termos e oferecendo muitas reconceitualizações possíveis (BRITO, 2015a, p. 42).

A título de ilustração da importância da Viola Xadrez enquanto fonte de contribuição para a música caipira, destacamos os registros de dois dos principais tratadistas do assunto no Brasil: Romildo Sant’anna (2020) e José Hamilton Ribeiro (2015).

Conforme Sant’anna (2020, p. 339/340 – destaques nossos):

Mário de Andrade, no Dicionário Musical Brasileiro relata que ‘em Sabará, Minas Gerais, existe uma rua das Violas, famosa por ter consagrado os melhores fabricantes de violas no Brasil. Estas são mais ou menos conhecidas em todo o país.

Por volta de 1920 havia mais de quarenta fabricantes de violas nessa rua'. Em moldes industriais, a primeira luteria de violas no Brasil está ligada à família de Bernardino Vieira Marques, imigrante de Lisboa, e, assim, a seus filhos, a dupla Vieira e Vieirinha e aos primos-irmãos, também nascidos em Itajobi, SP, Liu e Léu (Lincoln Paulino da Costa, 1934-2012 e Walter Paulino da Costa, 1937-2019), e Zico e Zeca (Antônio Bernardo, 1930-2007, e Domingos Paulino da Costa, 1932-2013). Observa o estudo *A Expressividade Caipira em Vieira e Vieirinha*, de Maria Madalena Bernardelli, que Bernardino fez uma casa na fazendinha da família, chamada Córrego da Figueira, em Campo Triste, hoje Itajobi, SP, 'com assoalho especial para a dança do cateretê. Os filhos [nove ao todo] não podiam dançar baile, que é 'dança com esfregação'; só cantavam e dançavam catira, ou cateretê, que lembravam os cantos e bailados, principalmente o vira, tão ao gosto do pai, em Portugal'.

As primeiras Violas Xadrez (1945, primeiramente fabricadas a canivete, na Fazenda Córrego da Figueira e, a partir de 1950, em Novo Horizonte, SP e em Catanduva, SP) foram feitas do pinho das embalagens do bacalhau importado de Lisboa. O primeiro luthier foi um dos filhos do velho Bernardino, Antônio Paulino Vieira, também violeiro. A visão idílica do surgimento das violas Xadrez e o reconhecimento público do pioneirismo dessa luteria familiar vamos encontrar na seguinte décima composta por Carrerinho:

VIOLA DA FAZENDA

moda-de-viola

Carreirinho

*Cidade de Itajobi, na Fazenda da Figueira,  
O Dêgo e o seu irmão, Antônio Paulino Viêra,  
Entraram na mata virge, à procura de madêra,  
Pra fazê uma viola, e fizeram a primêra,  
E a notícia esparramô, da violinha fandanguêra.  
(Vieira e Vieirinha, 37 anos, 1986)*

José Hamilton Ribeiro (2015, p. 353 – destaques nossos), conhecido jornalista e repórter brasileiro, registrou:

Nascidos em Itajobi, perto de São José do Rio Preto, Vieira (Rubens Vieira Marques, 1926-1999) e Vieirinha (Rubião Vieira, 1928-1990) têm história de viola "pra trás" e "pra frente", como se diz. "Pra frente", porque Zico e Zeca, mais Liu e Léu, são sobrinhos da dupla. Vieira e Vieirinha.

Esses sempre mantiveram a luta em alto nível, puxando a raça dos tios. E 'pra trás' porque o pai deles, Bernardino Vieira Marques, instalou em sua fazenda Córrego da Figueira, em Campo Triste (hoje Itajobi), a primeira fábrica de viola ("luthieria"), da marca Xadrez – isso nos anos 1950. Na moda Viola da Fazenda, Carreirinho cantou...(...).

Como dissemos, os poucos registros históricos, que localizam a sobredita artesanaria como um lócus disseminador de sempre crescente qualidade de suas produções, não dão conta da complexidade por trás de uma vivência de três gerações de uma família integralmente dedicada à persecução daquela qualidade, vivência essa hoje ameaçada de extinção pela falta de sucessores na arte: segundo Renato Vieira, neto e filhos dos

fundadores, possivelmente não haverá uma quarta geração de fabricantes de instrumentos de cordas em sua família (ver “Cordas do tempo”, vídeo-documentário postado no YouTube no link <<https://www.youtube.com/watch?v=hR5pw3TtuGo>>).

Essa exemplaridade histórica que chamou a atenção do antropólogo Rainer Miranda Brito reclama ainda uma maior explicitação; se é certo que nas Ciências Sociais, como dito ao início deste texto, as dificuldades que se impõem variam entre as excessivas abstrações das generalizações contextuais e a pobreza do extremo empirismo, é justamente disto que se trata no lugar; vejamos ainda a continuação das confissões terminológicas de Brito (2015a):

Obviamente, caso levada essa impressão adiante, far-se-ia tudo isso mal, sem rigor, sem coincidências majoritárias. Porque aquele ambiente só soava ser um pouco de tudo, porque ainda não houvera arriscado suficientemente na sua descrição. Isto é, não havia ainda descrição acerca do que ali acontecia; inicialmente, nas primeiras visitas à Viola Xadrez, eram presentes os vícios infrutíferos da busca pelo debate bibliográfico. Desejava inserir na descrição os clássicos, e densos, conceitos de manufatura, indústria, e mesmo de luteria, para provocar algum contraste com o que ocorria na trama técnica da Viola Xadrez. Ora todos os conceitos funcionavam em conjunto, possibilitando uma escrita bastante fluida, ora cada conceito evocava todos os outros, desacelerando o texto; o que ocorria ali que ora se ajustava e ora não? Ocorria a explicitação alternada de termos-conceitos que lutavam para sustentar a ideia da manufatura e de outros para que a desalinhassem, ambos inseridos através de uma prematura iniciativa para que se criasse um problema para ser descrito. E o resultado também prematuro fez jus à falta de rigor: tudo estava funcionando, a descrição e o encaixe de conceitos, muito bem. Havia portanto algo de errado: como um ambiente tão sui generis como a Viola Xadrez servia de apoio para encadeamentos tão pouco conflituosos? Não tardou para que os escritos revelassem uma caricatura feita por tal prematura postura: ao imputar esses termos-conceitos, os escritos se voltaram quase que exclusivamente para um diálogo entre esses termos-conceitos, de como ocorreria a hibridização de um regime manufatureiro, artesanal e industrial por seus aspectos classificatórios. E quase nada, quase que absolutamente nada da Viola Xadrez surgia como descrição fundamental. O lugar dedicado a ela, assim como aquele dedicado à viola nas literaturas acerca da cultura caipira, era o mais inofensivo e estático possível: o lugar do exemplo. (p. 44 – itálicos no original)

Eis aí aquela preocupação que os autores apresentados como expoentes da teoria de fronteiras enunciam, a liminaridade. Se ao antropólogo, municiado de excelentes lentes ampliativas, é complexo o acesso ao real, procuramos com a presente pesquisa usar de outros sentidos que não a visão para também acessá-lo: queremos dar ouvidos aos protagonistas desta história de quase oitenta anos dedicados a fabricar e restaurar instrumentos musicais de corda.

É certo que a pesquisa antropológica mencionada tem como escopo fazer exercício de Tecnologia Comparada, descrevendo em seu trilhar os usos de ferramentais aptos a fazer vir à tona um objeto de configurações específicas chamando “viola”; desde esse ponto de

partida o que pretendemos é, mediante a fala dos operadores daqueles recursos ferramentais, compreender o percurso de aprendizado e permanência de tais operações ao longo de três gerações familiares.

A proposta da pesquisa então é entrevistar os atuais proprietários da Viola Xadrez, José Renato Vieira e José Eduardo Vieira, sucessores dos fundadores da empresa familiar, a fim de trazer para o campo das Ciências Sociais brasileiras o registro de quem tem se dedicado a contribuir para o cultivo da experiência musical ligada ao universo caipira; tendo este sido digno da atenção de muitos pesquisadores – ver por todos Antonio Cândido (2017, 1964) – o específico da questão musical ainda reclama investigações, e a Viola Xadrez aparece a um tempo como objeto e possibilidade metodológica, dada a sua peculiar configuração, quer nos regimes de produção, quer nos meios de envolvimento com o público.

Em texto de caráter analítico, Brito (2015b) expõe assim partes do percurso histórico da aludida fabril-artesania (p.6/7):

A fundação do ofício de construção de instrumentos, sobretudo de violas, da Viola Xadrez atravessa todo o século XX e, se reviradas as superfícies dos arquivos da imprensa televisiva, radiofônica e jornalística paulistas em geral, muito há de se ler sobre a afamada fábrica de violas centro-norte do estado de São Paulo. Da fundação no município de Itajobi na década de 1940 – pelo Sr. Antônio Paulino Vieira e seu filho José Vieira – à estabilização à estabilização da fabril-artesania no município de Catanduva na artesania no município de Catanduva na década de 1980 – assumida então pelos irmãos Eduardo Vieira e Renato Vieira, filhos de José Vieira – a Viola Xadrez percorreu capas, discos, discursos e mãos das mais diversas e importantes da fonografia da Música raiz e mesmo da música instrumental contemporânea.

Havendo notícias de um possível encerramento desse ciclo familiar de envolvimento com o fabrico de instrumentos musicais de corda, face à inexistência de sucessores no ofício, o autor das presentes linhas traz para o ambiente acadêmico as preocupações de quem, valorizando a cultura caipira tal qual alguns grandes pesquisadores mencionados, pretende prestar contributo com a historicização da Viola Xadrez mediante a oitiva de seus atuais mantenedores; é preciso que se diga aqui ainda que tratam-se apenas dos dois irmãos mencionados por Brito, sem empregados, sem aprendizes, e, repetimos, sem, ainda, possíveis sucessores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problematização retora da pesquisa então é: como se dá a persistência e a resistência de um tipo de artesanato inserido num campo específico da cultura brasileira, ante as forças homogeneizantes do modo de produção capitalista e da globalização?

Como dissemos na introdução, o presente texto pretendeu preparar terreno, num sentido cognitivo da expressão, para que possamos nos lançar em campo de pesquisa. As noções havidas da teoria de fronteiras, com ênfase para a de liminaridade, nos permitem entender que a Viola Xadrez é um caso de situação fronteira na história da fabricação de instrumentos musicais de cordas no Brasil; desde o trabalho do antropólogo Rainer Miranda Brito a designá-la, em sua contemporaneidade, como “fabril-artesania”, isto é, considerando não ser ela nem uma indústria, nem apenas um pequeno artesanato, pretendemos, mediante entrevistas com pessoas diretamente envolvidas com o seu evoluir histórico, sustentar o questionamento que encabeça o presente tópico.

Assim, com as contribuições epistemológicas até aqui alcançadas, o que se pretende é um exercício de investigação com as técnicas de entrevistas semi-estruturadas, as quais serão posteriormente, já em sede de dissertação de mestrado, objeto de diálogo com outras fontes como a dissertação já mencionada de Rainer Miranda Brito, dentre textos dedicados ao estudo da música caipira e mais particularmente às notícias acerca da própria Viola Xadrez. As entrevistas serão gravadas em vídeo, após a devida tramitação perante o Comitê de Ética Universitário.

Se com a História Oral pudermos prestar um tal contributo, que nos seja permitido iniciar essa jornada!

## REFERÊNCIAS

BRITO, Rainer Miranda. *O efeito de halo em matéria de viola*. Trabalho apresentado aos Seminários Temáticos da V Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia. Universidade Federal de São Carlos, 2015. Acessado em 08/08/2023: <<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/1373>>.

BRITO, Rainer Miranda. *O regime fabril-artesanal de violas paulistas*. Dissertação de mestrado, Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, 2015. Acessado em 08/08/2023: <[www.ufscar.br/ppgas/wp-content/uploads/rainer-miranda-brito-m.pdf](http://www.ufscar.br/ppgas/wp-content/uploads/rainer-miranda-brito-m.pdf)>

CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 12. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, EdUsp, 2017 (1. ed 1964)

FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª ed., 1ª reimp., 1972

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. *Entrevista prestada ao programa Roda Viva*. TV Cultura, no dia 07/05/2001. Acessado em 08/08/2023: <<https://www.youtube.com/watch?v=W-54wmBQysw>>

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

RIBEIRO, José Hamilton. *Música caipira: as 270 melhores modas*. 2. ed. Santos, SP: Realejo Edições, 2015. 438p

SALDANHA, Nelson. Saber universitário, filosofia e ciências humanas. IN: *Humanismo e história: problemas de teoria da cultura*. Rio de Janeiro. J. Olympio; Recife: FUNDARPE, 1983. p. 5-12

SANT'ANNA, Romildo. *A moda é viola: ensaio do cantar caipira*. 4ª ed. revis. e ampl. Edição do autor: 2020. 624p

SCHMITT, Carl. *A crise da democracia parlamentar*. Tradução de Inês Lohbauer. São Paulo: Scritta, 1996 (Coleção Clássica).

VIEIRA, José Renato. "Cordas do tempo: A transmissão da arte de fabricar violões e violas na família Vieira, fabricantes da Viola Xadrez, no interior de São Paulo", Direção: Dito Inácio, 2013. Acessado em 08/08/2023: <<https://www.youtube.com/watch?v=hR5pw3TtuGo>>

Recebido em 15 de agosto de 2023.

Aprovado em 22 de novembro de 2023.





## A CRÍTICA DA COLONIZAÇÃO PERUANA E DAS TENSÕES CULTURAIS EM *YAWAR FIESTA*, DE JOSÉ MARÍA ARGUEDAS

DOI: 10.48075/ri.v26i1.31763

Alessandra Ferro Salazar Caro<sup>1</sup>

**RESUMO:** O encontro das culturas, como afirma Cuche (2002), não se limita às sociedades globais, mas também entre os sujeitos que compartilham o mesmo espaço social. Dessa forma, o trabalho em questão propõe analisar na obra *Yawar Fiesta* (2006), publicada inicialmente em 1941, pelo escritor peruano José María Arguedas, o encontro das culturas (quéchua e espanhola) nas práticas sociais que geram as desigualdades entre os grupos no Peru. O título da obra produz adorno simbólico que atravessa toda a narrativa. Mesclando enunciados em quéchua e em espanhol, o autor apresenta particularidades de ambas as culturas. Para respaldar essa investigação, utilizamos as contribuições de Cuche (2002) ao afirmar que a identidade cultural de um povo só pode ser compreendida ao estudar suas relações com os grupos vizinhos; Walter Mignolo (2005) e Aníbal Quijano (2005) ao questionar o discurso do europeu no que tange ao progresso e salvação, que conduz a uma divisão entre os povos. A metodologia utilizada para a realização do estudo se pauta na pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. Esse trabalho traz em seu bojo os fundamentos teóricos propostos por Quijano (2005); Cuche (2002) e Walter Mignolo (2005). Os resultados revelam que o reconhecer pelas indumentárias, cores, adereços e interesses, há um sentido social e cultural simbólico, pois é o reflexo de uma sociedade dividida, classista e racista em que um determinado grupo busca preservar a identidade cultural dos antepassados, e outra a nega, por considerar “atrasada”. Dessa forma, conclui-se, que as desigualdades geradas entre os grupos no Peru foram nutridas por um discurso de desenvolvimento e, assim, comprometeu o social e o cultural.

**Palavras-chave:** Arguedas; Decolonialidade; Identidade Cultural; Sociedade Peruana.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (UFMT), orientanda do Prof. Dr. Henrique de Oliveira Lee. Cuiabá, MT, Brasil. Professora EBTT do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), Campus - Monte Castelo, São Luís, MA, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4907-2788>. E-mail: [alessandraferro@ifma.edu.br](mailto:alessandraferro@ifma.edu.br)

## CRITICISM OF PERUVIAN COLONIZATION AND CULTURAL TENSIONS IN *YAWAR FIESTA*, BY JOSÉ MARÍA ARGUEDAS

---

**ABSTRACT:** The meeting of cultures, as Cucho (2002) states, is not limited to global societies, but also between subjects who share the same social space. Thus, the work in question proposes to analyze in the work *Yawar Fiesta* (2006), initially published in 1941, by the Peruvian writer José María Arguedas, the meeting of cultures (Quechua and Spanish) in the social practices that generate inequalities between groups in Peru. The title of the work produces a symbolic adornment that runs through the entire narrative. Mixing statements in Quechua and Spanish, the author presents particularities of both cultures. To support this investigation, we used the contributions of Cucho (2002) when stating that the cultural identity of a people can only be understood by studying their relationships with neighboring groups; Walter Dignolo (2005) and Aníbal Quijano (2005) when questioning the European discourse regarding progress and salvation, which leads to a division between peoples. The methodology used to carry out the study is based on qualitative bibliographical research. This work brings with it the theoretical foundations proposed by Quijano (2005); Cucho (2002) and Walter Dignolo (2005). The results reveal that recognizing clothing, colors, accessories and interests has a symbolic social and cultural meaning, as it is a reflection of a divided, classist and racist society in which a certain group seeks to preserve the cultural identity of their ancestors, and another denies it, considering it "late". Thus, it is concluded that the inequalities generated between groups in Peru were nourished by a discourse of development and, thus, compromised the social and cultural aspects.

**Keywords:** Arguedas; Decoloniality; Cultural Identity; Peruvian Society.

### INTRODUÇÃO

O romance do escritor peruano José María Arguedas, *Yawar fiesta*, foi publicado em 1941. A obra apresenta as tradições e os enfrentamentos dos indígenas para conservar uma cultura que é menosprezada pelo branco. A narrativa está situada dentro do movimento indigenista, mas não é escrita por um indígena, porém a voz dada aos personagens é feita por um mestiço que foi criado pelos nativos.

*Yawar fiesta* é o primeiro romance de José María Arguedas. A obra é composta por 11 capítulos, prólogo e glossário que conduz o leitor à compreensão dos termos em *quéchua*. A narrativa explora os limites da linguagem, apresenta ora o registro de uma linguagem oral, mais coloquial, com gírias, ora uma linguagem mais refinada, mesclando enunciados em espanhol e em *quéchua*, registro que apresenta características e peculiaridades de ambas as línguas, por meio da adição de fonemas, frases e expressões idiomáticas, elementos e sotaques que manifestam os costumes do povo peruano.

A *Festa do Sangue*, tradução da obra para o português, surgiu no período colonial e faz parte das comemorações da festa da pátria em diferentes regiões do Peru. A celebração inicia com um touro e a captura do condor, essa última é considerada ave sagrada no Peru desde o período dos Incas, símbolo dos Andes, a ave era chamada de *Yawar*. O condor é considerado a maior ave voadora do mundo, podendo pesar 14 quilos e as asas ter em torno de 3,3 metros de largura. Após a captura da ave, o nativo adornava-a, embriagava-a e prendia nas costas do touro. O objetivo da dinâmica era que ambos os animais entrassem em confronto.

O ritual tem uma simbologia, se a ave não consegue escapar ou morre durante a luta, significa sofrimento e dias difíceis para a comunidade. De acordo com os relatos da obra, o simbólico da festa é referente à luta de classes, em que o touro representa à classe dominadora e a ave a classe dos oprimidos e explorados. Em *Yawar fiesta*, Arguedas aborda sobre a festa sangrenta de dominação do touro, da competição entre as comunidades indígenas de *K'ayau* com *Pichk'achuri* que envolvia os indígenas dos quatro bairros: *K'ayau*, *K'ollana*, *Pichk'achuri* e *Chaupi*, cada um contribuía com o melhor que podia, cantando, dançando ou tocando algum instrumento musical.

O prólogo escrito na obra por Sybila de Arguedas, em novembro de 2005, questiona: “Por que essa obra vale a pena para nós depois de mais de meio século de aparição?”<sup>2</sup> (ARGUEDAS, 2006, p.9. Tradução nossa). Uma das hipóteses apresentada por Sybila é que as façanhas narradas fazem parte da evolução histórica do Peru em sua essência política, e que nos permite compreender os fatos contemporâneos no Peru. Os relatos trazem as proezas da cidade de *Puquio* que nos brinda com uma radiografia do povoado, com divergências políticas, intrigas, rebelião e outros.

Para Sybila, em *Yawar fiesta*:

Se constitui um grande mural onde se expressa parte da história de uma “grande” cidade, capital da província do Peru, na qual o pincel, a broxa, as cores e o desenho das palavras de Arguedas, dão vida prolongada a uma fase que ele viveu. Pinta Puquio, “onde o autor passou parte de sua infância e adolescência”, segundo ele mesmo; na zona serrana, território chave do país e de onde extrai personagens reais, vitais e verdadeiros<sup>3</sup> (ARGUEDAS, 2006, p.11. Tradução nossa).

---

<sup>2</sup> No original: “¿Por qué nos vale esta obra a más de medio siglo de aparecida?”.

<sup>3</sup> No original: “Se constituye un gran mural donde se expresa parte de la historia de un pueblo “grande” capital de provincia del Perú, en que el pincel, la brocha, los colores y el dibujo de las palabras de Arguedas, dan vida prolongada a una etapa que él vivió. Pinta Puquio, “donde el autor pasó parte de su infancia y adolescencia”, dice él mismo; en zona de la sierra, territorio clave del país y de donde extrae personajes reales, vitales y verídicos”.

A obra é uma das possibilidades de suporte para compreensão dos fatos no Peru contemporâneo, expõe os enfrentamentos, a luta de classes e, em casos mais radicais, a morte dos nativos tratada com banalidade, algo rotineiro para a época. Nesse mural estampado, Arguedas imprimiu suas sensações, apresentou traços das sensações coletivas, bem como, a coragem e o empenho de um povo.

O romance apresenta o Peru com seus elementos culturais, no qual o indígena é apenas um dos diversos personagens nessa sociedade. Encontros e confrontos culturais entre o europeu e a civilização *Inca* são espelhos para os povos de ascendência hispano-indígena, e dão vida aos fatos narrados.

A obra investigada busca o reconhecimento e a inserção do andino, com suas particularidades dentro do mapa da nacionalidade peruana, reivindica a inclusão do andino que vive no exílio da existência dentro de seu próprio território, interpelando uma sociedade acostumada a distribuir gradações sociais em torno do pensamento que associava a raça ao atraso.

Nessa perspectiva, acreditamos que o nosso artigo é relevante para a sociedade, pois permite pensar a realidade e o mundo em que vivemos, possibilitando transformá-lo. Arguedas usa as palavras para denunciar a dominação vivenciada pelos nativos com o consentimento das instituições, traz os conflitos culturais para o núcleo da narrativa e, assim, desvela as peculiaridades de ambas as culturas. Neste artigo, buscamos analisar o encontro das culturas, quéchua e espanhola, nas práticas sociais que geram as desigualdades entre os grupos sociais. Portanto, esperamos contribuir para inspirar novas investigações e ampliar os conhecimentos a respeito da cultura peruana no contexto da América Latina, uma vez que, a análise nos permitiu compreender os elementos e sotaques que compõem a identidade cultural do povo peruano. Além disso, a obra pesquisada é referência nas discussões políticas, sociais e culturais, ou seja, ela dialoga com outras áreas do conhecimento, possibilitando articular o homem (sujeito/indivíduo) com o mundo e, dessa forma, contribui para estabelecer elos acadêmicos e científicos que permitam a reflexão sobre as práticas culturais, as estruturas de poder e dominação do sujeito, uma vez que, a narrativa rompe com as fronteiras e divide opiniões pelo mundo.

Este artigo está dividido em três seções. Primeiramente, exploraremos as contribuições intelectuais que inspiraram José María Arguedas, visando compreender as concepções ideológicas que pautaram sua trajetória e escrita; A seguir, faremos uma exposição pelas vias históricas sobre as estruturas de saber, ser e poder que contribuem para

as desigualdades entre o povo peruano apresentando os problemas sociais e raciais ancorados nos estudos desenvolvidos por Aníbal Quijano (2005) e Walter Mignolo (2005). E, por fim, apresentaremos as tensões culturais entre as classes sociais por meio de excertos da obra.

## A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO ARGUEDIANO

Na metade do século XIX e início do século XX, a produção de narrativa e as políticas de cunho indigenista marcam as manifestações literárias produzidas no Peru. As reflexões e os temas que trazem o indígena para o centro das discussões estão expressos nas obras de Manuel González Prada, José Carlos Mariátegui, Jose María Arguedas e outros.

O crítico literário e ativista peruano Manuel González Prada é considerado o fundador do indigenismo peruano. Prada "assumiu a defesa dos despossuídos, dos trabalhadores, dos indígenas e busca no povo a possibilidade de transformação social" (RIBEIRO, 2017, p.154). O intelectual também considerou o catolicismo inimigo da humanidade, pois aprisionava o ser humano, omitindo o conhecimento e defendendo os interesses da classe dominante.

O sociólogo, escritor e ativista peruano José Carlos Mariátegui foi outro intelectual que defendeu as questões indígenas. No século XX, foi considerado importante pensador do marxismo latino-americano. Na obra *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana* (2007), o autor apresenta ao leitor o sistema econômico dos *Incas*, os interesses políticos que visavam à coletividade, às comunidades que viviam em harmonia e como o colonizador desestabilizou a organização social e cultural do Peru. O intelectual acrescenta que a produção literária no Peru é diferente das outras nações, devido à oposição entre o *quéchua* e o espanhol, pois ambas as línguas possuem princípios históricos, políticos, sociais e culturais diferentes. Mariátegui (2007) afirma que a arte precisa estar nutrida da história de um povo. No caso do Peru, "a literatura não nasceu da tradição, da história, dos indígenas. Nasceu de uma importação de literatura espanhola; foi alimentada após a imitação da mesma literatura"<sup>4</sup> (MARIÁTEGUI, 2007, p.201. Tradução nossa).

Na busca incessante para compreender a sociedade peruana, onde o indígena foi submetido à servidão, ocasionando diferenças raciais entre indígenas e brancos no mesmo substrato espacial, Mariátegui (2007) foi despertando novos adeptos. José María Arguedas

---

<sup>4</sup> No original: "la literatura no ha brotado de la tradición, de la historia, del pueblo indígena. Nació de una importación de literatura española; se nutrió luego de la imitación de la misma literatura".

foi um desses apoiadores que alinhou o seu pensamento com as idealizações defendidas pelo intelectual.

De acordo com Leibner (1999), o pensamento de Mariátegui apresentou limitações devido à ausência de um contato direto com as comunidades. Por um lado, tinha a “tradução intercultural” que comprometia suas observações e, por outro, a forma como era sua “visão *criollo*<sup>5</sup>-mestiça dos índios” (LEIBNER, 1999, p.99). Nessas lacunas, Arguedas aprofundou suas investigações, pois apesar de ter ascendência espanhola, ele vivia com os indígenas, dominava o *quéchua*, e com isso ele apresentava mais domínio do que os estudiosos da época sobre o mundo andino.

O convívio com os indígenas proporcionou ao escritor compreender as desigualdades dentro do Peru, difundir os valores dos nativos para que fossem reconhecidos no país, pois “sem eles, o Peru jamais poderá se integrar, nem jamais poderá ter uma verdadeira identidade”<sup>6</sup> (MIRO-QUESADA, 1994, p.14. Tradução nossa).

Por meio da escrita, com base na sua experiência pessoal, Arguedas pôde mostrar para o mundo o Peru que os livros apresentavam sutilmente. O autor extrai temas e personagens da camada tradicional, de forma a notar o popular com ressaltado valor em suas narrativas, demonstrando apreço e apego aos costumes que demarcam um traço notadamente característico nas obras.

Carmen Pinilla (1994), ao falar sobre o legado de Arguedas na obra *Arguedas: conocimiento y vida* (1994), expõe que:

[...] ao olhar para si mesmo, olha também para a sua sociedade. Que ao viver intensamente com os membros dela, ele os conhecerá e conhecerá a si mesmo. Que ao expressar sua vida ele expressaria um povo inteiro, e que ao expressar esse povo ele se expressaria<sup>7</sup> (PINILLA, 1994, p.23. Tradução nossa).

A realidade andina apresentada nos livros e na literatura indigenista não fazia sentido para o autor que, inconformado com as inconsistências, colocou o mundo indígena, ao qual ele se via pertencente, no núcleo das suas obras.

No Peru, no que diz respeito à diversidade, a convivência foi traumática, pois por um longo período foi negada, ocasionando situações que levaram à exclusão. Arguedas foi um

<sup>5</sup> Segundo o Diccionario de la Lengua Española/RAE: “Criollo,lla. adj. Dicho de una persona: Hija o descendiente de europeos, nacida en los antiguos territorios españoles de América o en algunas colonias europeas de dicho continente”. Disponível em: <https://dle.rae.es/criollo>. Acesso em: 1 ago. 2023.

<sup>6</sup> No original: “sin ellos el Perú jamás podrá integrarse, ni jamás podrá tener una verdadera identidad”.

<sup>7</sup> No original: “[...] al mirarse a sí mismo, mirase también a su sociedad. Que al vivir intensamente con los miembros de ella, los conociera y se conociera a sí mismo. Que al expresar su vida expresara a todo un pueblo, y que al expresar a ese pueblo se expresara a sí mismo”.

escritor que viveu em prol da diversidade e do equilíbrio entre o povo peruano, respeitando e apresentando as convenções das culturas que formam parte do país.

Até aqui, abordamos sobre os principais intelectuais que contribuíram, inicialmente para o pensamento do Arguedas, os projetos, as lutas e causas que foram tomando corpo na narrativa.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Para realizar este estudo, produziu-se uma análise literária da obra *Yawar Fiesta*, de José María Arguedas, em sua versão publicada em 2006, pela Ediciones del Viento S.L. A obra traz um prólogo, de Sybila de Arguedas, e um vocabulário com termos em *quéchua* traduzidos em espanhol. O objetivo da análise consistiu em criar categorias de análise que permitissem compreender os elementos tensionais, de disputas culturais e criolização na cultura peruana, refletidas na narrativa arguediana.

Para tanto, realizamos uma pesquisa de cunho bibliográfico visando analisar e discutir os referenciais teóricos, e esclarecer acerca dos conceitos que envolvem o tema. Dessa forma, o resultado da análise foi organizado a partir de três eixos-categorias, que orientam as reflexões e temas do texto: Sociedade, Colonização e decolonialidade, Tensões culturais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O escritor apresenta os valores, as normas e os costumes referenciando aos elementos da identidade cultural do povo peruano. As vestimentas, os espaços, as preferências e o estilo de vida de uma classe social diferenciam os grupos e demarcam as culturas no Peru. Entretanto, apontar as dimensões sociais não eleva à análise, Candido (2006) afirma que é preciso compreender, com o propósito de adentrar no significado. Dessa forma, os resultados revelam que o reconhecer pelas indumentárias, cores, adereços e interesses há um sentido social e cultural simbólico, pois é o reflexo de uma sociedade dividida, classista e racista em que um determinado grupo busca preservar a identidade cultural dos antepassados e outra a nega, por considerar “atrasada”. A estratificação social está presente na narrativa e se alinha aos costumes. Arguedas leva em consideração o elemento social, pois constrói sua narrativa visando uma reflexão explicativa.

Em *Yawar fiesta*, podemos capturar uma representação do poder econômico, cultural e da organização social em que as ações e os personagens são possíveis de ser detectados. Portanto, Arguedas, em sua função social de escritor, ressalta a língua quéchua, a poesia e os costumes dos nativos, ou seja, ele fortalece os aspectos culturais e evidencia o sistema de dominação, traduzindo-se pelo papel atribuído a ele como artista.

Nesse sentido, considerando que as atitudes comportamentais são norteadas pela cultura, nos questionamos, como José Maria Arguedas representa o encontro das culturas, quéchua e espanhola, na diegese narrativa? De que maneira as práticas sociais contribuíram para as desigualdades raciais e culturais do povo peruano?

### A SOCIEDADE PERUANA PINTADA EM YAWAR FIESTA

Os capítulos que compõem a obra são estruturados em uma espécie de compilado de contos que se entrelaçam e formam a obra, são esboçados com títulos, cujo núcleo traz temas sobre a cultura andina e espanhola, os mitos, o folclore, as narrativas populares e as classes sociais. “Procura exhibir a alma da comunidade, o lúcido e o obscuro do seu ser; a maneira como a maré do seu destino atual os confunde incessantemente”<sup>8</sup> (ARGUEDAS, 2006, p.154. Tradução nossa).

O primeiro capítulo, intitulado, *Pueblo índio* possui 10 páginas. O escritor inicia situando o espaço, em seguida, descreve os recursos naturais, os rios e a chegada dos “*mistis*”<sup>9</sup> que culminou na separação dos espaços e categorizou as classes sociais.

Os *mistis* foram com seu padre, com seu Menino Jesus “estrangeiro”, fizeram sua praça de armas no canto da cidade; Mandaram construir sua igreja, com porta em arco e altar de ouro; e dali, da sua praça, como quem abre uma vala, foram erguendo a sua rua, sem respeitar a existência dos bairros indígenas<sup>10</sup> (ARGUEDAS, 2006, p.20. Tradução nossa).

As ações apresentadas no fragmento acima, nos fazem pensar como se deu o processo de colonização, a apropriação dos recursos e das terras dos nativos, sustentado por um discurso de salvação que ainda se faz presente, figurado de modernidade. Mignolo

<sup>8</sup> No original: “Se intenta exhibir el alma de la comunidad, lo lúcido y lo oscuro de su ser; la forma como la marea de su actual destino los desconcierta incesantemente”.

<sup>9</sup> No original: “El “*misti*” no es el blanco, se designa con ese nombre a los señores de cultura occidental o casi occidental que tradicionalmente, desde la Colonia, dominaron en la región, política, social y económicamente. Ninguno de ellos, es ya, por supuesto, de raza blanca pura ni de cultura occidental pura. Son criollos”.

<sup>10</sup> No original: “Los *mistis* fueron con su cura, con su Niño Dios “extranjero”, hicieron su plaza de armas en el canto del pueblo; mandaron hacer su iglesia, con puerta de arco y altar dorado; y de ahí, desde su plaza, como quien abre acequia, fueran levantando su calle, sin respetar la pertenencia de los ayllus”.

(2008) afirma que “no século XVI, a retórica salvacionista da modernidade enfatizava a conversão ao cristianismo” (MIGNOLO, 2008, p.243). A igreja regimentava e condicionava os sujeitos que, assujeitados aos preceitos religiosos do dominador, tinham que aceitar o catolicismo e, com isso, abrir mão das suas crenças em prol da salvação.

No século XVIII, o discurso de salvação estava atrelado à civilização. Os sujeitos, para obter a salvação, precisavam ser civilizados aos *modus operandi* do colonizador. Após a Segunda Guerra Mundial, “a retórica salvacionista da modernidade celebra o desenvolvimento como condição da modernização” (MIGNOLO, 2008, p.243). O discurso de salvação foi nutrindo ao longo dos séculos e, hoje, está presente nas práticas comportamentais provocando as desigualdades sociais, étnicas e culturais, pois quem discorda é considerado atrasado.

O Peru desenhado em *Yawar fiesta* apresenta o preconceito e as desigualdades atravessando toda a narrativa. A subjetividade do peruano está presente nas estruturas de poder, ser e saber, denotando o reflexo do processo de colonização do continente. As inverdades inventadas com o propósito de obter lucros aparecem adornadas com novos trajes e, a partir dessas novas vestimentas, fazem emergir na diegese os mais variados discursos. “*Yawar Fiesta* é o romance da dicotomia e incompreensão que existe entre o Peru ameríndio e montanhoso e o Peru costeiro ocidental”<sup>11</sup> (HARE, 2021, p.157. Tradução nossa).

O autor nos brinda, a partir da sua perspectiva, com a representação da sociedade peruana, o desconforto do nativo, os vínculos com a capital e a concepção que os *mistis* têm do indígena. Antes da chegada dos forasteiros, a região da puna é descrita como grande extensão de terra, sem espaços demarcados, onde a única divisão é um riacho ou o cume de uma montanha, nesse espaço, todos podem usufruir livremente. Para o homem branco, as montanhas da puna não tinham nada que poderia proporcionar-lhe qualquer benefício.

Ao passo do tempo, os *mistis* perceberam que poderiam ganhar dinheiro se apropriando das terras e dos animais dos indígenas, pois era rentável esse novo investimento. Sorrateiramente, foram tirando escrituras e documentos de toda espécie, dizendo que eram os donos da puna, subornando as autoridades, juízes e subprefeito, para legitimar que eram os verdadeiros donos daquela região.

Na cerimônia de posse, o juiz lia os papéis, porém os indígenas não entendiam, em seguida, ele falava em *quéchua*, dizia que tudo que estava naquela região pertencia ao novo dono.

---

<sup>11</sup> No original: “*Yawar Fiesta* es la novela de la dicotomía y de la incompreensión que existe entre el Perú ameríndio y serrano y el Perú occidental costeño”.

Os indígenas olharam para o juiz com medo (...). O padre pôs nos braços uma larga faixa de seda, como se fosse um batismo, olhou para longe, em todas as direções e, depois, rezou um pouco. Então, como o juiz, dirigiu-se aos indígenas:

- *Cumunkuna*: com a lei foi provado que o senhor Santos é dono desses ranchos. Agora senhor Santos vai impor respeito; vai ser o patrão dos indígenas que vivem nessas terras. Deus no céu também respeita a lei; a lei é para todos, igualmente. *Cumunkuna*, vamos ver! Beijem a mão do senhor Santos<sup>12</sup> (ARGUEDAS, 2006, p.28-29. Tradução nossa).

No romance, os indígenas, com medo das retaliações, quase não questionam as imposições. Por outro lado, a igreja usa o livro sagrado para legitimar as práticas de apossamento dos espaços, validando uma língua e uma cultura em detrimento de outra.

Por meio de artimanhas pactuadas entre as autoridades locais, o dono vira servo do branco, sem defesa e sem direito de reclamar, pois, caso tentasse reverter à situação, o açoite e a prisão os esperam. Bondy (2016) afirma que o escritor Julio Chiriboga apresenta uma visão do Peru com tons de ironia, “se você tem um inimigo, aplique a ele a lei”<sup>13</sup> (BONDY, 2016, p.183. Tradução nossa). Sempre que o nativo se estabelece em outras terras, começa a plantar e a criar animais, novamente o branco aparece para dizer que aquele espaço pertence a ele. Assim, o indígena desce para os povoados e chega como forasteiro do que antes era dono.

## COLONIZAÇÃO E DECOLONIALIDADE

Para Hare (2021), “o verdadeiro protagonista do romance é o confronto de duas visões do mundo. É o conflito entre duas sociedades”<sup>14</sup> (HARE, 2021, p.157. Tradução nossa). Por um lado, temos a visão do indígena com seus costumes e tradições que visa preservá-los. Por outro, temos uma elite que critica os hábitos e a postura dos nativos e busca inserir a cultura espanhola, porém menospreza a cultura dos antepassados e tudo que está relacionado aos indígenas e, assim, colonizar os sujeitos. “Precisamos de autoridades que

---

<sup>12</sup> No original: “Los indios miraban al juez con miedo. (...). El cura se ponía en los brazos una faja ancha de seda, como para bautizos, miraba lejos, en todas direcciones, y después, rezaba un rato. En seguida, como el juez, se dirigía a los indios:

- *Cumunkuna*: con la ley ha probado don Santos que estos echaderos son de su pertenencia. Ahora don Santos va a ser respeto; va a ser patrón de indios que viven en estas tierras. Dios del cielo también respeta ley; ley es para todos, igual. *Cumunkuna* ¡a ver! besen la mano de don Santos”.

<sup>13</sup> No original: “si tiene un enemigo, aplíquele la ley”.

<sup>14</sup> No original: “el verdadero protagonista de la novela es el enfrentamiento de dos visiones del mundo. Es el conflicto entre dos sociedades”.

venham nos ensinar e que estejam determinadas a impor a cultura estrangeira”<sup>15</sup> (ARGUEDAS, 2006, p.58-59. Tradução nossa).

Para Carbonieri (2016), a colonização mais sorrateira é aquela que convence os colonizados que os seus valores culturais e intelectuais são inferiores aos do opressor.

Então, mesmo que a emancipação traga a independência política, nas mentes dos colonizados, as amarras estão tão bem assentadas que eles mesmos muitas vezes não percebem essa restrição e são os primeiros a defender a superioridade da herança ocidental (CARBONIERI, 2016, p.284-285).

Para as autoridades de *Puquio*, a herança colonial representa orgulho e os nativos é a vergonha da nação. A tourada, à moda indígena, é vista de forma grosseira e ultrajante pelas autoridades. Enquanto, as touradas realizadas na capital, Lima, é arte. O discurso colonial é ambíguo, se desliza entre diferentes e iguais, é ancorado com o intuito de expor os colonizados como atrasados e bárbaros. Conforme o excerto da obra, no diálogo entre o subprefeito e algumas autoridades de *Puquio*:

-[...] Porque os índios também são como bichos...[...]  
Mas não pensei que fosse tão selvagem. Já o veremos. Só que talvez isso não seja muito cristão...  
-Não diga, Sr. Subprefeito; seu antecessor era de Lima de ponta a ponta [...]  
-[...] Antes, em outros tempos, nossos avós tinham que lutar para reprimir esses índios. E deram mais de um susto neles! Agora nos damos entre bem e mal. E esses *cholos* valem a pena!<sup>16</sup> (ARGUEDAS, 2006, p.51-52. Tradução nossa, grifos nossos).

Walter Mignolo, na obra *La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial* (2005), afirma que a história do mundo pode ser contada de várias maneiras, desde a perspectiva da modernidade, passando por alto a da colonialidade. Não tratando só de conflitos, mas de distintas interpretações do ponto de vista do europeu, por meio do cristianismo e das ideologias marxistas.

Os povos que viviam no continente americano foram apresentados inferiores nos relatos europeus. A América Latina passou a se considerar inferior. A latinidade foi a identidade que os franceses reivindicaram, e adotada pela elite *criolla* que apagou ou

---

<sup>15</sup> No original: “Necesitamos de autoridades que vengan a enseñarnos y que estén resueltas a imponer la cultura del extranjero”.

<sup>16</sup> No original: “-[...] Porque los indios son también como fieras...[...]  
-Pero yo no creí que fuera tan salvaje. Ya lo veremos. Sólo que quizá no es muy cristiano eso...  
-No diga, señor subprefecto; su antecesor era limeño de pura cepa [...]  
-[...] Antes, en otros tiempos, nuestros abuelos tuvieron que pelearse para sujetar a estos indios. ¡Y más de un susto les dieron! Ahora nos llevamos entre bien y mal. ¡Y valen estos cholos!

degradou a identidade dos indígenas e dos sul-americanos de origem africana. Com esse apagamento a ideia da América Latina foi compartilhada como verdades absolutas.

A ideia de descobrimento e invenção faz parte de dois paradigmas na geopolítica do conhecimento, não se trata somente de uma diferença terminológica, senão também do conteúdo do discurso. O termo descobrimento parte da perspectiva da história mundial adotada pela Europa, enquanto o termo invenção é o ponto de vista daqueles que foram esquecidos.

Para Mignolo (2005), colonizar o ser é difundir a ideia de que alguns povos não têm história, ou seja, não fazem parte da história. Na narrativa produzida pela Europa, os povos que viviam no continente americano foram apresentados inferiores, os nativos sem domínio das línguas oficiais da Europa foram chamados de bárbaros e suas histórias foram sucumbidas ao esquecimento.

Ao esconder o lugar do sujeito da enunciação, a dominação e a expansão coloniais europeias/euro-americanas conseguiram construir por todo o globo uma hierarquia de conhecimento superior e inferior e, conseqüentemente, de povos superiores e inferiores (GROSFOGUEL, 2008, p.120).

A Crítica decolonial questiona as verdades inventadas e transmitidas pelo europeu, que ainda fazem parte da subjetividade, verdades essas que foram fabricadas para excluir uns e beneficiar outros. Ocultar o outro foi uma prática recorrente para que uma cultura se sobreponha.

Aníbal Quijano (2005) ressalta que a história do poder colonial teve duas conseqüências decisivas. Primeiramente, trata-se dos povos que foram despojados de suas identidades históricas. Em seguida, trata da identidade racial, colonial e negativa, que implica o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. O resultado dessas conseqüências seria raças e culturas inferiores. Assim, a base padrão de poder da colonialidade eleva o europeu e desqualifica o não-europeu, ou seja, tudo que está relacionado aos povos da América é ultrapassado, arcaico e inferior. Dessa forma, o europeu se autodeclara como civilização superior aos demais povos, visto que, tinha imposto os seus costumes.

Na América, as relações de dominação são manifestadas pela discriminação racial. Dentro do protótipo de poder da colonialidade, a divisão social da população está imbricada com a ideia de raça, que para Quijano (2005), o termo raça é uma construção mental que construiu na “América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e

redefiniu outras” (QUIJANO, 2005, p.117). Com o objetivo de dominar e classificar a população, associando relações de superioridade e inferioridade entre dominados e dominadores, validação do conhecimento na perspectiva do europeu e menosprezo do conhecimento produzido fora do eixo europeu.

Quijano (2005) aborda que todos esses procedimentos estão mutuamente interligados, de maneira que não poderiam ser "cultivadas e desenvolvidas sem a colonialidade do poder” (QUIJANO, 2005, p.127). A colonialidade inicia com os nivelamentos hierárquicos do europeu e o não-europeu manifestada nos domínios políticos, econômicos, sociais e culturais. Para Mignolo (2005), “A ‘colonialidade’, então, consiste em revelar a lógica oculta que impõe o controle, a dominação e a exploração, lógica oculta por trás do discurso da salvação, do progresso, da modernização e do bem comum”<sup>17</sup> (MIGNOLO, 2005, p.32. Tradução nossa).

O discurso retórico da modernidade foi criado para entreter a atenção para as formas de opressão operada pela colonialidade, prometendo salvação, o discurso é explicado pela retórica do desenvolvimento, democracia e uma economia forte. A colonialidade é um processo multifacetado que se entrecruza e opera, segundo Mignolo (2005), em quatro domínios da experiência humana: o econômico, o político, o social e o epistêmico.

Na contemporaneidade, os grupos étnicos reivindicam sua história. Antes da “invenção da América” não existiam as divisões entre os grupos. Para Quijano e Wallerstein (1992) a etnicidade foi à consequência cultural da colonialidade, pois delineou as fronteiras sociais, dividiu e controlou o trabalho, designou escravidão para os negros e servidão para os indígenas. Por fim, a etnicidade alimentou o racismo que estava camuflado pela meritocracia.

Os questionamentos que tomaram corpo entre os oriundos da Península Ibérica giravam em torno da existência dos indígenas como seres humanos ou se eles tinham almas. Enquanto, difundiam dúvidas, os colonizadores dominavam e destruíram sociedades aborígenes desenvolvidas que não eram apreciadas pelo dominador. Dessa forma, submeteu os donos à servidão.

Em *Yawar fiesta*, as pessoas são classificadas de acordo com os *ayllus* que pertencem. Em todas as montanhas é anunciado o grande festival de sangue. As festividades movimentam a cidade, todo o povoado está eufórico com a competição entre os bairros.

---

<sup>17</sup> No original: “La ‘colonialidad’, entonces, consiste en develar la lógica encubierta que impone el control, la dominación y la explotación, una lógica oculta tras el discurso de la salvación, el progreso, la modernización y el bien común”.

Para a elite, a forma como os indígenas praticam a tourada é classificado como um ato de selvageria e, devido a isso, cogita legitimar a cultura espanhola. Assim, o subprefeito convida as autoridades para informar sobre a circular do governo proibindo as touradas:

Para os senhores que tanto falaram sobre as touradas nesta cidade, é uma fatalidade. Mas creio que esta proibição é para o bem do país, porque põe fim a um costume selvagem, segundo os senhores mesmo me informaram, porque os touros provocam mortos e feridos. Como os senhores percebem, eu tenho que cumprir esta ordem. E aviso a tempo para que contratem um toureiro em Lima, se quiserem ter corrida na comemoração do dia da independência<sup>18</sup> (ARGUEDAS, 2006, p.55. Tradução nossa).

O discurso do subprefeito desvia da argumentação apresentada por ele, pois em primeiro momento, ele afirma que a corrida de touro é um ato de barbaridade, “*salvajismo*”, entretanto, em seguida, ele acrescenta, caso a comunidade aspire à corrida, que contrate um profissional de Lima. O problema não é aparentemente a corrida de touro, mas por quem será realizada. Ao sugerir que a comunidade providencie um profissional da capital, é evidenciado que a corrida, à moda indígena, representa um atraso, ao passo que, a corrida realizada na capital simboliza a civilização.

Ao entrar em contradição, no discurso, o subprefeito permite que o leitor perceba a intenção e se questione: quais os interesses do subprefeito para trazer um profissional de Lima? O Subprefeito estaria atendendo aos interesses de quem?

## AS TENSÕES CULTURAIS

Arguedas ao abordar sobre as mudanças dos costumes, a proibição da corrida de touro e, ao criar a personagem *Don Pancho*, informa ao leitor que todas as comunidades de *Puquio* se divertem com a corrida de touro realizada, à moda indígena, independente de crença, raça ou *status* social. O que podemos perceber é que os costumes indígenas constroem a sociedade elitizada de *Puquio*, porém em algumas ocasiões se mesclam.

Bondy (2016) compreende a cultura como “um sistema de valores, símbolos e atitudes com que um grupo humano responde às solicitações e conflitos que provêm do

---

<sup>18</sup> No original: “Para ustedes que han hablado tanto de las corridas de este pueblo, es una fatalidad. Pero yo creo que esta prohibición es en bien del país, porque da fin a una costumbre que era un salvajismo, según ustedes mismos me han informado, porque los toros ocasionan muertos y heridos. Como ustedes se dan cuenta, yo tengo que hacer cumplir esta orden. Y les aviso con tiempo para que contraten a un torero en Lima, si quieren tener corrida en fiestas patrias”.

mundo e da existência”<sup>19</sup> (BONDY, 2016, p.176. Tradução nossa). Para o referido autor, o sujeito culto é aquele que assimila e atua conforme os valores adquiridos. Assim, mostra o grau de adaptação, aceitação e apreciação do sujeito.

Na narrativa, ser comparado com indígena ou oriundo da serra é repugnante. O subprefeito é do litoral e o Sargento é de Arequipa, ambos valorizam outra cultura, e o que é diferente aos olhos, causa estranheza. Para o senhor Demétrio, *Puquio* é um povoado sujo, “*basureto*”. *Don Pancho* se reconhece em *Puquio*, “eu sou daqui meu corpo cresceu aqui; para mim, verdades sejam ditas. *Puquio* não é feio. Já tentei morar em outras cidades (...)”<sup>20</sup> (ARGUEDAS 2006, p.75. Tradução nossa). Ambas as personagens pertencem ao mesmo espaço, mas com ponto de vista diferente sobre o ambiente, no que tange à cultura.

Na obra, *A noção de cultura nas ciências sociais*, Cuche (2002) aponta que os comportamentos são ditados pela cultura, que é uma produção histórica e se fortalece no conflito, e ao defender a autonomia cultural está defendendo a preservação da identidade coletiva. No campo político, religioso ou em qualquer outro, a cultura não é fixa, “ela não pode ser manipulada como um instrumento vulgar, pois ela está relacionada a processos extremamente complexos e, na maior parte das vezes, inconscientes” (CUCHE, 2002, p.15).

Segundo Cuche (2002), no século XVIII, o termo “cultura” é escrito no singular, pois reflete ao universal e o humanismo dos filósofos. Para os iluministas, a palavra cultura está relacionada “às ideias de progresso, de evolução, de educação”, ou seja, a palavra cultura está próxima ao termo civilização. “Cultura” evoca principalmente os progressos individuais, “civilização”, os progressos coletivos.

Para os filósofos reformistas, a civilização é o processo que arranca a humanidade da ignorância e da irracionalidade; é um processo de melhoria das instituições, da legislação, da educação. Aos povos que estão mais avançados nesse processo “civilizatório” podem se considerar civilizados, e aqueles que, mesmo os mais “selvagens”, têm inclinação para aderir à civilização, cabe aos mais avançados a obrigação de ajudar a diminuir a defasagem.

O termo civilização era preferido pelos pensadores franceses, enquanto o termo cultura era deixado de lado. Contrariamente da França, na Alemanha, a burguesia e a aristocracia não tinham laços estreitos. O distanciamento entre as classes sociais alimentava um ressentimento entre os intelectuais da segunda metade do século, que respingou nos

---

<sup>19</sup> No original: “un sistema de valores, símbolos y actitudes con que un grupo humano responde a las solicitudes y conflictos que provienen del mundo y la existencia”.

<sup>20</sup> No original: “Yo soy pues de aquí mi cuerpo ha crecido en este aire; para mí, valgan verdades. *Puquio* no es feo. Yo he probado a vivir en otros pueblos”.

valores, opondo aos “valores chamados “espirituais”, baseados na ciência, na arte, na filosofia e também na religião, aos valores “corteses” da aristocracia” (CUCHE, 2002, p.24). Para alguns eruditos, somente os primeiros valores eram considerados verdadeiros, os outros eram banais e inautênticos, porque os princípios que o governo alemão estava ancorado desamparavam as artes e a literatura, empregando a maior parte do tempo aos interesses da corte e em “imitar as maneiras civilizadas da corte francesa”.

Assim, cultura e civilização são as palavras para definir os valores dos dois sistemas.

Tudo que o que é autêntico e que contribui para o enriquecimento intelectual e espiritual será considerado como vindo da cultura; ao contrário, o que é somente aparência brilhante, leviandade, refinamento superficial, pertence à civilização (CUCHE, 2002, p.25).

Cuche (2002) aponta que as culturas nascem dos vínculos sociais. Ao abordar sobre cultura “dominante” ou cultura “dominada”, o autor constata que, “na realidade, o que existe são grupos sociais que estão em relação de dominação ou de subordinação uns com os outros” (CUCHE, 2002, p.145).

Na narrativa, a personagem Demetrio Cáceres informa ao leitor que a corrida de touro praticada em Lima é arte, porém a praticada em Puquio “é desonrosa para a nossa cidade”<sup>21</sup> (Arguedas, 2005, p.56. Tradução nossa). Lima aguça a curiosidade, a agitação do fluxo dos carros, a frivolidade e a arquitetura despertam, no serrano, novos costumes. O autor revela que só as autoridades visitam a capital com frequência, o retorno para *Puquio*, às vezes demora meses, e quando regressam, trazem na mala “roupa estrangeira nova”<sup>22</sup> (ARGUEDAS, 2006, p.82. Tradução nossa).

Um costume, que vale ressaltar, emblemático no continente sul-americano, é que muitos filhos de famílias humildes são entregues às famílias ricas, porque consideram que os filhos poderão ter um destino melhor que os genitores. Diante das oportunidades oferecidas pela capital, alguns indígenas decidem ficar. Enquanto, outros decidem regressar, porém trazem na bagagem novos modos. Assim, as cores e vestimentas vão mudando, adequando-se às tendências da costa, dos costumes “civilizados” da capital. De volta a *Puquio*, tornam-se piada por imitar os hábitos diferentes da serra.

De volta, pareciam diferentes, andavam apressados nas ruas, quebrando o corpo para trás; e falam castelhano puro, sem “/e/le/” dizendo “ga/lo” em vez de galinha.

---

<sup>21</sup> No original: “es deshonrosa para nuestro pueblo”.

<sup>22</sup> No original: “ropa extranjera nueva”.

E assustavam os amigos, dizendo que tinham visto casas que chegavam quase ao céu, que as ruas estavam obstruídas por pessoas, os carros soavam mais alto que o trovão em janeiro e fevereiro; [...] <sup>23</sup> (ARGUEDAS, 2006, p.82. Tradução nossa).

No artigo, *Da mímica e do homem Ambivalência do discurso colonial*, Bhabha (1998) aponta que:

A mímica não esconde presença ou identidade atrás de sua máscara (...). A ameaça da mímica e sua visão *dupla* que, ao revelar a ambivalência do discurso colonial, também desestabiliza sua autoridade (BHABHA, 1998, p.133).

Assim, a mímica colonial trata-se da imitação dos modos do colonizador pelo colonizado.

## CONCLUSÃO

Em *Yawar fiesta*, Arguedas apresenta os costumes de um país dividido entre duas culturas em que uma se veste de “civilizada” e a outra, sem domínio dos costumes e da língua espanhola, é considerada degenerada e selvagem aos olhos das autoridades. Com fios soltos, os nativos se enredam à cultura imposta para praticar a corrida de touro à moda espanhola, em nome da modernidade e civilização.

Ao descrever as culturas, Arguedas nos apresenta uma sociedade dividida por um grupo que tentar impor uma cultura ocidental e, por outro lado, um grupo que visa conservar a cultura dos antepassados. As diferenças culturais são notáveis nas práticas diárias, no vestir, no falar ou no andar.

Pelo prisma das autoridades, as atitudes comportamentais são consideradas ignorância. Dessa forma, exploram os nativos e aproveitam para afirmar que o bradar da natureza, o qual deixa os indígenas com medo, é bom e sagrado, e que em alguns casos, o rugir é intencional e, assim, sustentar a servidão.

Ao tecer sobre a cultura e a identidade do sujeito peruano, Arguedas se vale das próprias experiências, apresentando ao leitor as suas criações literárias imbricadas na realidade e ficção de uma nação que fervilha por uma posição melhor dentro dos espaços. O

---

<sup>23</sup> No original: “De vuelta, parecían distintos, andaban ligero en las calles, quebrantando atrás el cuerpo; y hablan puro castellano, sin, “elle” diciendo “gayo” en vez de gallina. Y asustaban a sus amistades, contando que habían visto casas que llegaban casi hasta el cielo, que las calles se atoraban con la gente, los carros sonaban más fuerte que los truenos de enero y febrero; [...]”.

autor deseja a difusão e o reconhecimento da cultura *quéchua* e, de igual modo, da cultura espanhola, sem distinção.

Em meio às luzes e sombras, o autor traz culturas plurais para o núcleo das discussões. Durante as festividades, as classes sociais e culturais se diferenciavam pelas vestimentas, cores, tecidos, adereços e a hostilidade que domina o corpo e a mente.

O processo de colonização na América Latina desequilibrou a cultura local com práticas racistas e classistas, foi disseminando que a civilização tiraria as pessoas da ignorância, pois deixariam de ser “bárbaros” e melhoraria as instituições. Para os “civilizados”, a cultura andina pouco importava. Assim, o imaginário do peruano era nutrido por um discurso de desenvolvimento, mesmo que abrindo mão de um passado histórico. Dessa forma, a cultura do colonizador foi imposta, acarretando traumas, marcas e feridas abertas que ainda jorra sangue no sujeito latino-americano.

A criação literária fertilizada na América Latina produz narrativas que compõem o processo histórico de construção do continente, como: as resistências, apropriação dos recursos naturais, exploração do trabalho, classificação racista, relações de poder, a cultura e os regimes antidemocráticos que, ainda, fazem parte do continente. Portanto, a arte literária serve de apoio para a compreensão desses conflitos e de outros que abalam o homem. Assim, com o nosso artigo, apresentamos como os saberes do europeu contribuíram para as desigualdades raciais e sociais e culturais não só do povo peruano, mas do próprio continente.

## REFERÊNCIAS

ARGUEDAS, J. M. *Yawar fiesta*. España: Ediciones del viento S.L. Viento simún 20, 2006.

ARGUEDAS, J. M. Puquio, una cultura en proceso de cambio. *Revista del Museo Nacional*. Tomo XXV. Lima: 1956. p. 184-232.

ARGUEDAS, J. M. María. *Qepa Wiñaq... Siempre Literatura y antropología*. España: Edición crítica de Dora Sales. Iberoamericana. Vervuert. 2009.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Tradução: Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BONDY, A. S. La cultura de la dominación. In: TANAKA, Martín (Org) *Antología del pensamiento crítico peruano contemporáneo*. 1a ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2016, p. 175-195.

- CANDIDO, A. *Literatura e Sociedade*. 9.ed- Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CARBONIERI, D. Pós-colonialidade e decolonialidade: Rumos e Trânsitos. *Revista Labirinto*. Ano XVI, v. 24, n. 1, 2016, p. 280-300. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/1746/1620>. Acesso em: 14 out. 2022.
- CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*; Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed- Bauru: EDUSC, 2002.
- CRIOLLO. In: Diccionario de la Lengua Española. Real Academia Española [Online]. Madrid: 2023. Disponível em: <https://dle.rae.es/criollo>. Acesso em: 18 fev. 2023.
- GROSFOGUEL, R. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. Revista Crítica de Ciências Sociais. Tradutor: Inês Martins Ferreira. Coimbra, v.80, 2008, p. 115-147. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 9 set. 2022.
- HARE, C. *Arguedas y el mestizaje de la lengua: "Yawar Fiesta"*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2021, p. 156-164. Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmc1130980>. Acesso em: 3 jan. 2023.
- LEIBNER, G. La Protesta y la andinización del anarquismo en el Perú, 1912-1915. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*. v. 5, n. 1, jan.1994. Disponível em: <https://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/1228/1256>. Acesso em: 7 fev. 2023.
- MARIÁTEGUI, J. C. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas. República Bolivariana de Venezuela. Fundación Biblioteca Ayacucho. Colección Clásica, N° 69. 3. ed. 2007.
- MIGNOLO, W. D. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*; traducción de Silvia Jawerbaum y Julieta Barba. Editorial Gedisa Blackwell Publishing, Barcelona, 2005.
- MIGNOLO, W. D. Novas reflexões sobre a “ideia da América Latina”: a direita, a esquerda e a opção decolonial. In: *Caderno CRH. Salvador*, v. 21, n. 53, maio/Ago, 2008, p. 239-252. DOI: 10.9771/ccrh.v21i53.18970. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18970>. Acesso em 5 mai. 2023.
- MIRO-QUESADA. C. F. Prólogo. In: PINILLA, C. María. *Arguedas: conocimiento y vida*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, Fondo Editorial, 1994.
- PINILLA, C. M. *Arguedas: conocimiento y vida*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, Fondo Editorial, 1994.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, p. 107-130.

QUIJANO, A; WALLERSTEIN, I. La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. América: 1492-1992. Trayectorias históricas y elementos del desarrollo. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*. Catalunya, v. XLIV, n. 4, 1992, p. 583-591.

RIBEIRO, L. R. O indigenismo peruano na Revista América Indígena: Organo Trimestral del Instituto Indigenista Interamericano (1941-1946). In: *VIII Congresso internacional de História*. p. 153-157, 2017. DOI: 10.4025/8cih.pphuem.3625. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3625.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Festividades do Peru. Machu Picchu Viagens. *Yawar Festa e Cápac Raymi*. Disponível em: <https://www.viagensmachupicchu.com.br/dicas/festividades/yawar-festa-e-capac-raymi-festividades-do-peru>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Recebido em 21 de agosto de 2023.

Aprovado em 07 de novembro de 2023.





## A DIFUSÃO DA LÍNGUA INGLESA COMO INSTRUMENTO DE PODER: UMA ANÁLISE SOB A GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO

DOI: 10.48075/ri.v26i1.31691

Juliana Zanoni Tao<sup>1</sup>  
Manoela Marli Jaqueira<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo aborda a difusão da língua inglesa como instrumento de poder sob a ótica da geopolítica. Para isso, o objetivo foi estabelecer uma relação entre a geopolítica do conhecimento e a colonialidade do saber com a difusão do inglês na produção de textos acadêmicos. Dessa forma, teve-se o esforço em debater e refletir acerca da naturalização do inglês como língua franca disseminada através de estratégias de poder. Com isso, através de revisões bibliográficas que perpassam o tema e pela revisão sistemática da literatura decolonial, foi possível apresentar os principais enfoques teóricos da geopolítica do conhecimento e os contrastar com políticas de poder de um país falante de língua inglesa. Neste viés, o texto tem como pergunta-problema: De que modo, a partir de uma geopolítica de produção de conhecimento, os Estados de língua inglesa, em específico os Estados Unidos, utilizaram-se do idioma como instrumento de poder para incorporar a produção de textos acadêmicos escritos em países que não possuem o inglês como idioma oficial. Em vista disso, procurou-se investigar o lugar do conhecimento central e universal e como este percorre as espacialidades subalternas uma vez implicando na relação poder e saber.

**Palavras-chave:** Geopolítica do conhecimento; Língua Inglesa; Decolonialidade; Poder.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 6º período do Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Dinâmicas das Cataratas – UDC MONJOLO. Foz do Iguaçu/PR. E-mail: [taona08@gmail.com](mailto:taona08@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Relações Internacionais pelo IRI-PUC-RJ. Professora e Coordenadora do Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Dinâmicas das Cataratas - UDC MONJOLO. Foz do Iguaçu/PR. E-mail: [manoela@udc.edu.br](mailto:manoela@udc.edu.br)

# THE DISSEMINATION OF THE ENGLISH LANGUAGE AS AN INSTRUMENT OF POWER: AN ANALYSIS UNDER THE GEOPOLITICS OF KNOWLEDGE

---

**ABSTRACT:** This article addresses the dissemination of the English language as an instrument of power from the perspective of geopolitics. To this end, the objective was to establish a relationship between the geopolitics of knowledge and the coloniality of knowledge with the diffusion of the English language in the production of academic texts. With this in mind, there was an effort to debate and reflect on the naturalization of English as a lingua franca disseminated through power strategies. With that, through bibliographic reviews that pervade the theme and through the systematic review of the decolonial literature, it was possible to present the main theoretical approaches of the geopolitics of knowledge and to contrast them with power policies of an English-speaking country. In this bias, the article presents the following problem question: In what way, from a geopolitics of knowledge production strategy, English-speaking States, in particular the United States, used the language as an instrument of power to incorporate the production of academic texts written in countries that do not have English as an official language. In view of this, an attempt was made to investigate the place of central and universal knowledge and how it travels through subaltern spatialities once it implies the relationship between power and knowledge.

**Keywords:** Geopolitics of knowledge; English language; Power.

*“What colonialism does is cause an identity crisis about one's own culture.”  
Lupita Nyong'o, Vogue, 2017.*

## INTRODUÇÃO

Os processos de descolonização da América Latina e posteriormente das regiões afro-asiáticas foram caracterizados por diversos movimentos, mas qualquer mudança menos libertação colonial, seja essa no âmbito político, econômico e cultural. Nesse viés, é de conhecimento geral que os processos de colonização do período do Imperialismo trouxeram consequências determinantes para a consolidação das antigas colônias como Estados-nações no cenário internacional. Mais que isso, destaca-se marcas importantes na estruturação dessas novas nações, desde seus sistemas políticos estatais até suas culturas e manifestações culturais.

Deste modo, nota-se um esforço nas literaturas de autores subalternos em questionar essas estruturas de poder no sistema mundial moderno. Nesse contexto, Quijano (2005), por exemplo, apresenta sua teoria de colonialidade do poder a partir da consolidação dos processos de inserção estatal após os movimentos de descolonização. Nesse sentido,

embora na atual fase da globalização e consolidação da economia mundial, exista um “Terceiro Mundo” incluído no “Primeiro”, é entendido que o sistema interestatal e a colonialidade do poder que o organiza categoricamente ainda não desapareceram.

Dessa forma, as teorias de tal fenômeno, introduzido por Quijano (2005), reproduzem-se através de instituições, discursos e práticas sociais. Com isso, vale ressaltar que não obstante a ser uma forma de dominação política, esse modo de poder afeta todas as esferas da vida, incluindo a economia, a cultura, a religião e a linguagem. Assim, surge a necessidade de questionamento e reflexão acerca da geopolítica do conhecimento, que por meio da difusão da língua inglesa, tornou-se precursora de estruturas de dominação no campo acadêmico. Em outras palavras, este artigo tem o interesse em responder a seguinte pergunta: de que forma, a partir de uma geopolítica de produção de conhecimento, os Estados de língua inglesa se utilizaram do inglês como instrumento de poder para incorporar maior espaço na publicação de textos acadêmicos.

Para que a pesquisa fosse possível, a metodologia utilizada foi a revisão sistemática. Nesse sentido, buscou-se identificar, selecionar e avaliar criticamente a literatura disponível acerca do tema para responder a pergunta-problema. Em vista disso, o método consistiu em uma revisão bibliográfica, ou seja, a elaboração de um artigo com base em livros e artigos científicos publicados. As obras da língua inglesa foram traduzidas livremente quando houve a necessidade de referencial teórico para fundamentar um ponto abordado dentro deste artigo. Com isso, as análises de tais monografias, periódicos e/ou livros foram devidamente referenciadas conforme para apoio científico.

O texto organiza-se da seguinte forma. Primeiro, apresenta-se um panorama de análise teórica e crítica da geopolítica do conhecimento e seus efeitos, com base em uma ótica de autores subalternos. Em seguida, teve-se o interesse em contextualizar a prática de utilização do idioma, neste caso, da língua inglesa, como instrumento de poder no enfoque da produção de conhecimento no âmbito acadêmico, uma vez contribuindo para a crítica da colonialidade do saber na perspectiva colonial. Logo mais, aborda-se brevemente os impactos da difusão da língua inglesa e como o seu uso em textos acadêmicos afeta as esferas da sociedade dos países que se utilizam do inglês para obter maior destaque e legitimidade na comunidade científica internacional.

## PANORAMA TEÓRICO

Segundo Almeida (2011, p.4), nos dias atuais, a espacialidade se tornou um fator fundamental para as reflexões acerca da produção de conhecimento e por conseguinte, das compreensões no que refere a concepções de mundo. Com isso, de acordo com a autora, o conceito de geopolítica diz respeito à formulação das teorias e análises no que concerne ao poder e ao espaço. Nesse sentido, as geopolíticas do conhecimento têm tido como objetivo revelar as hierarquias implícitas e/ou explícitas existentes entre diferentes sistemas de epistemologia (ALMEIDA, 2011, p.4).

Assim, observa-se a necessidade em analisar as recepções de conhecimento na América Latina produzidas em outra parte do globo. Nesse viés, este item procura trazer uma análise teórica da geopolítica do conhecimento e da colonialidade do saber. Com isso, pôde-se aprofundar nos principais pontos de pensamentos para uma maior reflexão acerca do tema.

#### **A GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO SOB A PERSPECTIVA DECOLONIAL**

Para Mignolo (2020, p.5), a conjuntura do sistema mundial moderno se inicia no denominado “circuito comercial atlântico” no século XV, com as concepções de modernidade e pós-modernidade inseridas nesse período. Em vista disso, Mignolo (2020, p.6) afirma que tal sistema-mundo moderno/colonial provém da emergência da presença dos portugueses e espanhóis nas Américas, uma vez que, para nações como Inglaterra e França, tal fenômeno era visto como prioridade secundária e estava direcionada ao comércio e não a conversão (MIGNOLO, 2020, p.6).

Dessa forma, em complemento a outro intelectual da área, de acordo com Lander (2005, p.10) “a conquista ibérica do continente americano é o momento inaugural dos dois processos que articuladamente conformam a história posterior: a modernidade e a organização colonial do mundo”. Com isso, é possível pontuar que, não precisamente a produção de conhecimento, mas a intenção de transfiguração deste se perpetua desde o século XV. Desse modo, Mignolo (2020, p.6) apresenta que tais particularidades se encontram conectadas à construção de diferenças coloniais.

A diferença colonial é um conector que, em resumo, se refere aos perfis em mutação das diferenças coloniais através da história do sistema-mundo moderno/colonial e traz para primeiro plano a dimensão planetária da história humana silenciada por discursos centrados na modernidade, pós-modernidade e civilização ocidental (MIGNOLO, 2020, p.6).

Nesse âmbito, os diálogos silenciados da modernidade, pós-modernidade e civilização ocidental podem ser apontados como ocultos no que Lander (2005, p.8) atesta como pensamento científico moderno. Este se dá a partir do que o autor chama de "naturalização das relações sociais". Desta forma, as características estruturais precursoras da sociedade moderna são então vistas como fenômenos espontâneos e naturais do desenvolvimento histórico do sistema-mundo moderno que surgiu no século XV (LANDER, 2005, p.8).

Com isso, relaciona-se ao que Lander (2005, p.8) aponta de "essa força hegemônica do pensamento neoliberal, (...) como conhecimento objetivo, científico e universal (...) está apoiada em condições histórico culturais específicas". Tal controle de força se deu através do processo que levou à consolidação das relações de produção capitalistas e do modo de vida liberal (LANDER, 2005, p.12). Nesse sentido, destaca-se que essa ação também teve uma dimensão colonial/imperialista uma vez que as potências europeias submeteram outros territórios, fundamentando-se na ideia de superioridade racial e cultural dos europeus sobre os povos colonizados.

Com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo mas - simultaneamente - a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória (Mignolo, 1995) e do imaginário (Quijano, 1992). Deu-se início ao longo processo que culminará nos séculos XVIII e XIX e no qual, pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo - todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados - numa grande narrativa universal (LANDER, 2005, p.10).

Nesse âmbito, apresenta-se o que Aníbal Quijano batizou de colonialidade do poder, e é explicado por Almeida (2011, p.4) como um modelo de poder que se consiste em um "padrão de dominação e exploração que interliga a conquista de territórios, a formação racial, o controle do trabalho e a produção de conhecimento". Assim, embora que na etapa atual do sistema capitalista moderno, situa-se às novas nações que emergiram das antigas colônias, inseridas no chamado Primeiro Mundo, tal pensamento da colonialidade do poder não deixou de existir na estruturação do sistema interestatal (MIGNOLO, 2020, p.7).

É neste cenário histórico-cultural, então, que Lander (2005, p.13) atesta para o surgimento da visão de mundo eurocêntrica, na qual fornece os precursores para o edifício dos conhecimentos modernos. Nesse sentido, o autor apresenta quatro dimensões básicas

que incorporam tal noção: a visão universal da história vinculada à ideia de progresso (hierarquização dos povos), naturalização das relações sociais, naturalização das múltiplas separações próprias do coletivo e a infortuna necessidade de superioridade dos conhecimentos que a sociedade aporta em relação aos outros conhecimentos, ao produzir ciência (LANDER, 2005, p.13).

Deste modo, nota-se que os estudos decoloniais contribuíram para explicitar as condições em que, justamente, essa necessidade de superioridade de conhecimentos se manifesta (ALMEIDA, 2011, p.5). Nesse contexto, Almeida (2011, p.5) traz uma análise em que a criação histórica da modernidade, como científica-ocidental, é inerente a sua dicotomia “inferior” do atrasado, o chamado pela autora de “lado escuro”.

“Lado escuro” faz referência àquilo que nunca aparece (lado escuro da lua), justamente o caráter constitutivo da experiência colonial e da colonialidade, que teria sido desprezado quando se pensa a emergência do mundo moderno. Modernidade/colonialidade formariam assim um par conceitual cujos termos se implicam e se definem reciprocamente (ALMEIDA, 2011, p.5).

Em vista disso, de forma a somar-se às suas análises, nota-se que Lander (2005, p.13) explica porque o modo em que a experiência europeia foi interpretada como válida, as formas de conhecimentos elaboradas para o entendimento da sociedade se converteram em sistemas únicos e universais de conhecimento (LANDER, 2005, p.13). Nesse cenário, os conceitos, uma vez europeus, como Estado, mercado, classe social e entre outros, foram postulados como proposições normativas, as quais definiram a estruturação de sociedade de quase todos os povos do mundo (LANDER, 2005, p.13).

## O IDIOMA COMO INSTRUMENTO DE PODER

A comunicação através da linguagem se manifesta pela sua diversidade e subjetividade. Nesse sentido, destaca-se, desde Foucault a Bourdieu, autores os quais revolucionaram a área acadêmica ao abordar as relações entre poder e linguagem. Desse modo, Lima (2019, p.3) explica que Bourdieu compreendia a linguagem como um mecanismo que exerce poderes dentro de uma sociedade, podendo influir na marginalização de caráter linguístico e conseqüentemente, social. Com isso, para o sociólogo, tais meios determinam os comportamentos dos indivíduos enquanto sociedade (LIMA, 2019, p.10).

Em vista disso, ressalta-se que as interações no âmbito social se estruturam em processos de maneira desigual e tácita. Isso ocorre a partir do que Lima (2019, p.10) descreve como “forças materiais tais como forças de trabalho, mercadorias, serviços ou por forças simbólicas tais como sapiência, modo de falar, música e etc”. Dessa forma, entende-se então que, nessas esferas da sociedade, existe um vínculo intrínseco entre dominantes e dominados (LIMA, 2019, p.10). Assim, para se relacionar com a geopolítica do conhecimento, faz-se necessário a compreensão de que tais mecanismos de linguagem, como por exemplo, o idioma, são pertencentes ao sistema-mundo moderno de poder, os quais os Estados se utilizaram ao longo dos séculos.

Neste cenário, em seu artigo intitulado “Por uma abordagem geopolítica da difusão do inglês”, Lacoste (2013, p.7) traz uma clara análise de geopolítica, “toda rivalidade de poderes (e de influências) sobre territórios”. Neste cenário, inserir lentes geopolíticas na dispersão de uma língua, traduz-se em ampliar sua ocorrência além das fronteiras geográficas e compreender suas interações com outras línguas e Estados (LACOSTE, 2013, p.7).

Há séculos, a difusão de uma língua em determinados territórios em detrimento das línguas que até então eram faladas ali traduz rivalidades de poderes nesses territórios. Foi o que se deu na construção dos Estados-nação e na propagação, em cada um deles, de sua língua nacional, em detrimento do que hoje se classifica como “línguas regionais” e que são os falares de antigos conjuntos geopolíticos (LACOSTE, 2013, p.7).

Dessa forma, o autor aponta que o neo-imperialismo não se consiste mais em expandir para outros territórios a fim de exercer a dominação exploratória e expansionista. Ao invés disso, destaca-se um esforço em transmitir e influenciar seus aspectos culturais, como a língua, sobre outras regiões (LACOSTE, 2013, p.8). Nesse cenário, Duarte (2018, p.44) apresenta imperialismo como “tendência para a expansão do poder político e econômico de uma nação ou Estado sobre o outro”. Com isso, pode-se ligar as noções de Lacoste a este pensamento da autora, uma vez que, entende-se então, a língua inglesa como um instrumento desse novo imperialismo. Mais que isso, tal mecanismo pode agir sobre comunidades locais, ameaçando as práticas culturais próprias desses povos, resultando em possíveis perdas de identidades (DUARTE, 2018, p. 44).

Diante disso, Phillipson (2013) cunha o termo Imperialismo Linguístico em seu artigo titulado pelo mesmo nome. Nesse viés, o autor afirma que o presente vigor da língua inglesa e de outros idiomas “populares” são fruto de sucessivas ondas de colonização e de

resultados de conflitos militares entre potências europeias. Mais que isso, ao aprofundar nas práticas que eram exercidas nas antigas colônias, Phillipson (2013, p.3) explica também que, em um primeiro momento, no trabalho e na educação, eram usadas até certo ponto, as línguas nativas do território estadunidense. Tal condição mudou rapidamente uma vez que a competição por recursos entre colonos e povos indígenas se intensificou (PHILLIPSON, 2013, p.3). Com isso, deduz-se então que o idioma foi logo incorporado para ser exercido em práticas de poder.

A educação foi então estabelecida com base no princípio “de que a única perspectiva de sucesso era levar as crianças para internatos e torná-las 'inglesas na linguagem, civilizadas nas maneiras cristãs na religião” (Spring, 1996, p. 152). Isso exemplifica o imperialismo linguístico em relação às línguas minoritárias dentro de uma política (PHILLIPSON, 2013, p.3, tradução nossa).

Nesse sentido, observa-se casos históricos em que existe a difusão de um idioma para fins geopolíticos, como a título de exemplo, os Estados Unidos, assim como outros países colonizados pelos britânicos, os quais possuem como língua oficial o inglês (LACOSTE, 2013, p.8). Com isso, Lacoste (2013, p.10) afirma que atualmente, a difusão mundial do inglês não se restringe, entretanto, somente às colônias históricas colonizadas pelos britânicos. Desse modo, o autor traz que isso procede, “em grande medida, da influência direta e indireta dos Estados Unidos” (LACOSTE, 2013, p.10). Nesse contexto, Duarte (2018, p.43) atesta que a expansão do inglês se deu de maneira o qual é a língua oficial de 62 países e não obstante a isso, ela afirma que “o inglês é provavelmente a única LE (língua estrangeira) que possui mais falantes não nativos do que nativos” (DUARTE, 2018, p.43).

Em vista disso, em um cenário internacional mais interligado em termos políticos, econômicos, sociais e culturais, o inglês se torna a língua da globalização (LACOSTE, 2013, p.8). Não obstante a isso, segundo Lacoste (2013, p. 10), a difusão do inglês se deu especialmente após o fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, o autor cita um exemplo em que o plano Marshall forneceu máquinas e equipamentos mecânicos, os quais eram necessários ter o mínimo de entendimento com o inglês para conseguir ler instruções e se utilizar destes (LACOSTE, 2013, p.10).

Não só isso, mas no campo da aviação, todos os pilotos tinham ao menos um nível intermediário de inglês para conversação com torres de controle de outros países e além disso, o desenvolvimento do turismo se tornou um dos maiores propulsores para a difusão

mundial do inglês mundialmente (LACOSTE, 2013, p.10). Ademais, tal internacionalização da língua inglesa se fez e faz indiretamente através do termo cunhado pelo cientista político Joseph Nye, de *Soft Power* (poder brando). Nesse âmbito, Santos (2019, p.37) explica a estratégia da seguinte forma:

O soft power é um marco da política democrática cotidiana. A capacidade de estabelecer preferências tende a estar associada a ativos intangíveis, como uma personalidade atraente, cultura, valores e instituições políticas, e políticas que são vistas como legítimas ou com autoridade moral. Se eu posso fazer você querer fazer o que eu quero, então eu não tenho que forçá-lo a fazer o que você não quer. (NYE JR, 2008, p. 95, grifo nosso, tradução nossa, apud SANTOS, 2019, p.37 e 38).

A partir disso, Lacoste (2013, p.11) diz também que, através de diversos fenômenos culturais estadunidenses, sejam eles o cinema ou as produções musicais, fizeram com que a disseminação da língua inglesa se desse por vez, indiretamente. Retomando a temática deste artigo, Lacoste (2013, p.11) traz então que “tudo isso tem consequências geopolíticas e participa das rivalidades de poderes e de influências em nível mundial e no quadro de todos os países”. Com isso, é possível compreender que, de um lado, existe o fator histórico geográfico da língua inglesa, por meio dos processos de colonização e dominação. Do outro lado, entende-se o elemento sociocultural, juntamente com o que foi apresentado como neo-imperialismo por Lacoste e Duarte, o qual infiltrou e serviu como dominação implícita pelas esferas da política, economia, comunicação, educação, relações internacionais e entre outros (SANTOS, 2019, p.30).

## **IMPACTOS DA DIFUSÃO DA LÍNGUA INGLESA NA PUBLICAÇÃO ACADÊMICA-CIENTÍFICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Fuza (2017, p. 302) atesta que “no domínio acadêmico-científico, o pesquisador tem como objetivo maior acrescentar conhecimento à sua área de estudo, contribuindo com novos saberes”. Assim, conforme exemplificado anteriormente, a produção de saber é condicionada à formação do sistema-mundo moderno e tal conjuntura é influenciada por instrumentos e estratégias de políticas de poder. Logo, pode-se afirmar que existe um papel realizado pelo idioma nas publicações científicas, uma vez que são um elemento crucial para produção de conhecimento. Este item busca exemplificar tal quadro apresentando as vantagens e desvantagens de existir tal circunstância.

De acordo com Swales (1997, p.374), em seu ensaio intitulado “Inglês como Tiranossauro Rex”, o autor afirma o idioma inglês ser como “um carnívoro poderoso devorando os outros habitantes das pastagens linguísticas acadêmicas” (SWALES, 1997, p.374, tradução nossa). Nesse sentido, Swales (1997, p.374) cita teóricos como o referido Phillipson (2013) e dentre outros, os quais trazem a crítica à escrita pela língua inglesa. Tal opinião é compartilhada por Lillis e Curry (2013, apud FUZA, 2017, p.304), na qual relatam que o inglês é considerado, muitas vezes, por instituições acadêmicas como língua franca, “facilitando trocas transnacionais de novos conhecimentos, o que, por sua vez, ajuda a sustentar o crescimento e o desenvolvimento econômico” (FUZA, 2017, p.304).

Afirmam ainda que o “inglês não é só a língua da ciência, mas sim a língua dos países mais ricos no cerne da produção científica, a linguagem das revistas mais prestigiadas e a linguagem dos sistemas de avaliação e recompensa” (LILLIS; CURRY, 2013, p. 230, tradução minha)(FUZA, 2017, p.304 e 305).

Diante desta citação, retoma-se ao que os teóricos decoloniais consolidam como colonialidade do saber. Nesse cenário, a escrita de textos acadêmicos em inglês recebem destaque, de forma que em muitas instituições ao redor do mundo, a publicação em língua inglesa tem maior status (FUZA, 2017, p.305). Em vista disso, retoma-se aos teóricos decoloniais, os quais consolidam o pensamento da colonialidade do saber.

Dessa forma, destaca-se Dussel (2005, p. 28), o qual afirma a “modernidade como novo paradigma da vida cotidiana, de compreensão da história, da ciência, da religião, surge ao final do século XV e com a conquista do Atlântico”. Com isso, resgatando as explicações de Lander (2005, p.13) apresentadas anteriormente, a condição de experiência europeia de vida foi tomada como única, verdadeira e um fato imutável. Conseqüentemente, pode-se declarar que as asserções transformadas em normativas com a imposição do conceito de modernidade, ultrapassaram as esferas mais coletivas da sociedade como Estado e mercado e se instalaram no meio acadêmico.

Além disso, nota-se também Fuza (2017, p. 305), a qual afirma que o fato de as publicações em língua inglesa ganharem mais destaque nas instituições se dá por meio de processos em que foram estabelecidos marcos de qualidade para tal produção de ciência uma vez que segue o “senso de criação de padrões uniformes de produção” (FUZA, 2017, p.305). Assim, Dussel (2005, p.29) explica o mito da modernidade seguinte algumas descrições, entre elas, destaca-se a primeira, como “a civilização moderna autodescreve-se

como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica)” (DUSSEL, 2005, p.29).

Com isso, entende-se que a geopolítica do conhecimento se consolidou a partir dessas noções eurocêntricas, em que Dussel (2005, p.28) distingue de forma que o centro é visto como Europa e a periferia como África, Ásia e América Latina (Neste artigo, segrega-se propositalmente a América do Norte da periferia de Dussel, uma vez exposto a configuração do Neo-Imperialismo). Dessa forma, existe uma intenção de superioridade na produção de conhecimento, a qual se deu de modo a formular estratégias de práticas de poder, como exemplificado, a difusão da língua inglesa.

De qualquer forma, entende-se que não há como negar que existem vantagens para influência da língua inglesa no campo acadêmico uma vez que permite maior acessibilidade pelos falantes do idioma ao redor do mundo, a partir das instituições nomearem o inglês como língua franca (FUZA, 2017, p.306). Entretanto, Fuza (2017, p.306) explica que Hyland (2006) demonstra os impactos negativos da difusão do inglês, em especial em textos acadêmicos.

Dessa forma, em um primeiro momento, vale notar a perda da diversidade linguística na esfera epistemológica uma vez que acadêmicos são incentivados, pelo cenário atual, a produzir em língua inglesa e assim, cada vez menos se publica em sua língua materna (FUZA, 2017, p.306). Mais que isso, há de se considerar que a publicação em inglês pode acarretar na supressão de conteúdo aos não falantes da língua. Essas particularidades podem incentivar uma certa deterioração da cultura local. Isso pode ser melhor explicado quando há um cenário em que a língua inglesa como instrumento de poder, conforme dito anteriormente, age sobre as culturas locais, resultando em possíveis perdas de identidades (DUARTE, 2018, p. 44).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os padrões de dominação que foram exercidos no período colonial não desapareceram após as descolonizações. Ao invés disso, eles assumiram uma máscara de heróis, os quais trouxeram a modernização para a periferia. Desse modo, desde a consolidação do sistema-mundo moderno, as esferas da sociedade desta periferia atuam sob padrões normativos impostos já desde quando os primeiros europeus pisaram em territórios africanos, asiáticos e latino-americanos. Há de considerar, claramente, que houve uma

evolução e progressão no modo em que se aplica a dominação sob o outro. Nesse sentido, destaca-se o neo-imperialismo atual, operado pelos Estados Unidos, de modo estabelecer domínios de influências nas mais diversas camadas da sociedade, uma vez guiado pelos aspectos da universalidade e padronização.

Ademais, a diferença colonial e o eurocentrismo são aspectos que propulsionam a situação dos diálogos silenciados, em detrimento a verdade “europeia” válida, única e universal. Desse modo, vale ressaltar um aspecto o qual não foi exposto com profundidade neste artigo, a linguagem subjetiva por trás das publicações em inglês. Neste contexto, além de trazer possivelmente perda de identidades ao uso incentivado da língua inglesa nas publicações acadêmicas em detrimento da língua materna, acontece de tais textos possuírem subjetividade. Com isso, nesse cenário, a difusão do inglês no campo acadêmico serve como precursora de diálogos que menosprezam e/ou ocultam a realidade e a quem se dirigem.

Em suma, a difusão da língua inglesa, a partir da geopolítica do conhecimento, é uma estratégia de poder do Neo-Imperialismo, mas que veio sendo consolidada desde a criação do sistema-mundo moderno e da noção de Modernidade em si. Nesse viés, a produção de conhecimento em inglês no meio acadêmico é uma das esferas da sociedade em que tal dominação se perpetuou e continua perpetuando. Com isso, faz-se necessário a valorização de publicações da “periferia”, em especial as decoloniais, para que se garanta a preservação de identidades colonizadas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Júlia. *Geopolíticas e descolonização do conhecimento*. In: Anais do I Seminário Nacional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/snpgcs>. Acesso em: 01 de abr. 2023.

DUARTE, Roseane Kellen dos Santos. *O Inglês como instrumento do imperialismo: língua global e o processo de alienação*. 2018. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 24-32.

FUZA, Ângela Francine. O papel da língua inglesa na publicação acadêmico-científica: reflexões teóricas e o caso dos cursos de escrita on-line brasileiros. *Signótica*, [S.L.], v. 29, n.

2, p. 302, 30 ago. 2017. Universidade Federal de Goiás.  
<http://dx.doi.org/10.5216/sig.v29i2.43926>. Disponível em:  
<https://revistas.ufg.br/sig/article/view/43926>. Acesso em: 29 maio 2023.

QUIJANO, Aníbal. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 107-130.

LACOSTE, Yves. *Por uma abordagem geopolítica da difusão do inglês*. [S.l.]: [s.n.], 1984. Disponível em:  
[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/Ingles/lacoste.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Ingles/lacoste.pdf). Acesso em: 08 abr. 2023.

LANDER, Edgardo. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 8-23.

LIMA, Marcos Felipe de Jesus. A relação entre língua e poder na obra de pierre bourdieu. 2019. 15 f. TCC (Graduação) - Curso de Letras, Universidade Tiradentes, Aracaju, 2019. Disponível em: <https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/handle/set/2230>. Acesso em: 28 maio. 2023.

MIGNOLO, Walter D. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. *Revista Lusófona de Educação*, [S.l.], v. 48, n. 12, p. 187-224, 2020. ISSN 1645-7250. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/2059>. Acesso em: 03 abr. 2023.

PHILLIPSON, Robert. Linguistic Imperialism. In: CHAPELLE, C.A. (Ed.). *The Encyclopedia of Applied Linguistics*. 2nd ed. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/9781405198431.wbeal0718.pub2>. Acesso em: 10 maio 2023.

SANTOS, Thiago Rocha. A música enquanto estratégia de soft power: uma análise da influência do pop norte-americano na difusão da língua inglesa nos anos 90. 2019. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas Às Negociações Internacionais, Departamento de Mediações Interculturais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16620>. Acesso em: 15 maio 2023.

SWALES, John M.. English as Tyrannosaurus rex. *World Englishes*, Michigan, v. 16, n. 3, p. 373-382, 1997. Disponível em: <https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/74462/1467-971X.00071.pdf>. Acesso em: 25 maio 2023.

Recebido em 07 de agosto de 2023.

Aprovado em 24 de outubro de 2023.





## VISÕES IDEOLÓGICAS EM TORNO DO TRABALHO NA COMUNIDADE ALEMÃ DE CÂNDIDO GODÓI (RS): ANÁLISE DO LIVRO “MEUS DOIS CORPOS”

DOI: 10.48075/ri.v26i1.31845

Maísa Garcia Follmann<sup>1</sup>  
Ana Beatriz Ferreira Dias<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo compreender as visões ideológicas construídas discursivamente sobre a sociedade alemã no que diz respeito ao trabalho desenvolvido por esse grupo na cidade gaúcha de Cândido Godói e arredores. Para tanto, tomamos como objeto de estudo o livro “Meus dois corpos” (2007), de Anencir Flores da Silva e Jacinto Anatólio Zabolotsky, que trata da presença de alemães na região, dentre eles da suposta passagem do médico nazista Josef Menguele. Ainda que possua uma série de elementos relevantes para a análise discursiva, este estudo aborda como a noção de trabalho é tecida nesse livro e, desse modo, revela ideologias que sustentam modos de relações sociais na região. Com base no pensamento do Círculo de Bakhtin, a análise desenvolvida tem, na palavra enquanto signo ideológico, uma unidade de análise central. Com esta pesquisa, observamos o predomínio de ideologias dominantes que buscam afirmar uma sociedade tida como “ideal”, tendo na homogeneidade um pilar para manutenção de certos valores sociais. Desse lugar, o trabalho desenvolvido pelos alemães e seus descendentes parece ser concebido como algo digno e sagrado que valida, por si, a presença desse grupo na região, independentemente de se alinharem ou não ao nazismo. Desde que sejam “trabalhadores”, esse grupo pode pertencer ao município e região.

**Palavras-chave:** Ideologia; Trabalho; Sociedade; Alemães; Meus dois corpos.

<sup>1</sup> Graduada em Letras - Português e Espanhol pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus Cerro Largo*, Rio Grande do Sul (RS), Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-1222-2916>. E-mail: maisafollmann@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professora Adjunta de Língua Portuguesa e Linguística no Curso de Licenciatura em Letras - Português e Espanhol, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus Cerro Largo*, RS, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7858-2571?lang=pt>. E-mail: ana.dias@uffs.edu.br.

## IDEOLOGICAL VIEWS AROUND WORK IN THE GERMAN COMMUNITY IN CÂNDIDO GODÓI (RS): ANALYSIS OF THE BOOK "MY TWO BODIES"

---

**ABSTRACT:** This paper aims to understand the ideological views discursively constructed about the German society in terms of the work developed by this group in the city of Cândido Godói and its surroundings. To this end, we examined the book "Meus dois corpos" (My Two Bodies) (2007) by Anencir Flores da Silva and Jacinto Anatolio Zabolotsky, which deals with the presence of Germans in the region, including the alleged passage of the Nazi doctor Josef Mengele. Although it contains a number of elements relevant to discursive analysis, this study is concerned with how the concept of labor is interwoven in this book, thus revealing ideologies that support the forms of social relations in the region. Based on the thought of Bakhtin's circle, an analysis was developed in which the word as an ideological sign is a central unit of analysis. In this research, we have noted the prevalence of dominant ideologies that seek to confirm a society considered "ideal" with homogeneity as a pillar for the maintenance of certain social values. From this point of view, the work done by Germans and their descendants seems to be considered as something worthy and sacred, which in itself confirms the presence of this group in the region, regardless of whether they joined Nazism or not. As long as they are "workers", this group can belong to the community and the region.

**Keywords:** Ideology; Labor; Society; Germans; My two bodies.

### INTRODUÇÃO

Neste artigo, problematizamos como a noção de trabalho é construída em um polêmico livro, que, apesar de ser de difícil acesso pelos poucos exemplares que atualmente circulam, é foco de um inquieto diálogo, desde concordâncias, passando por desconfianças até total descrédito. *Meus dois corpos* (2007), de Anencir Flores da Silva e Jacinto Anatólio Zabolotsky, foi lançado no ano de 2007 e nele é possível encontrar, por exemplo, depoimentos de descendentes de alemães que, vivendo na região, expressam total simpatia pelo regime nazista.

O livro que analisamos aqui é dividido em três partes. A primeira parte, com enfoque mais ficcional, apresenta narrativas sobre a questão dos gêmeos e a suposta passagem de Josef Mengele por Cândido Godói e região. A segunda parte também possui histórias, porém acrescenta informações como dados sobre a localidade, detalhes sobre a comunidade local e da passagem do médico alemão baseando-se em reportagens. Já a terceira parte é a única que traz consigo um título: "reportagens de matérias veiculadas em

jornais e revistas locais, regionais, nacionais e internacionais, que balizam a presente obra”. Como o próprio título sugere, esse capítulo reproduz recortes de revistas/jornais que noticiaram os acontecimentos da região sobre o caso dos gêmeos e a suposta ligação do médico nazista com esse fato.

Com base nos discursos que compõem o livro, buscamos, então, elementos verbais e não-verbais que, tendo relação com alemães e seus descendentes, fossem indícios de visões ideológicas em torno desse grupo social. Notamos, com a leitura, que a referência ao mundo trabalho foi recorrente e sustentou uma série de aspectos da narrativa do livro. Frente a isso, temos como objetivo, no presente trabalho, compreender quais são as concepções de trabalho construídas no livro e suas implicações para a sociedade de Cândido Godói e região.

Na tentativa de melhor apresentar a análise, organizamos este artigo em quatro seções. Na primeira seção, exploramos um pouco os conceitos sobre palavra e signo ideológico para estudiosos que compõem o Círculo de Bakhtin ou ainda que pesquisam sobre. A segunda e terceira sessão, reservamos para análise e discussão. Ao final, deixamos nossas considerações sobre as análises, finalizando em parte esse estudo.

## **PALAVRA COMO SIGNO IDEOLÓGICO**

*“Só ideologicamente é possível matar as ideologias.”  
Paulo Freire, 2021.*

O pensamento de Paulo Freire, que serve de epígrafe desta seção, é profundo ao entender que somente ideologicamente é possível dizer que acabaram as ideologias. Podemos afirmar, com certeza, que quem tenta convencer-se ou convencer aos demais sobre o fim das ideologias, só pode fazer isso de um lugar ideológico. Por isso, ao tratar sobre ideologia, temos que partir dessa ideia, tudo que tem um significado é ideológico. Isso nos leva a pensar a ideologia como os estudiosos do Círculo de Bakhtin a pensavam.

Neste estudo, apresentamos uma leitura possível do conceito de ideologia, a partir dos estudos do Círculo de Bakhtin. Ao explorar as obras e teorias desenvolvidas por Bakhtin e seus discípulos, buscamos compreender as concepções e as complexidades pertencentes às ideologias. Com essa abordagem, oferecemos uma perspectiva que enfoca as relações entre a palavra como produto ideológico e os discursos em constante interação.

Principiando a nossa busca sobre as concepções de ideologia, nos apoiamos em uma noção oferecida por Volochinov (1930 *apud* MIOTELLO, 2005, p. 169), em *Que é a linguagem*, na qual afirma que “por ideologia entendemos todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio das palavras [...] ou outras formas *sígnicas*”.

Em *Marxismo e filosofia da linguagem* (2017, p. 91), Bakhtin declara que tudo que é ideológico possui uma significação, ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja, ele é um signo. Antes de adentrar na concepção de signo, chamamos a atenção para “tudo que é ideológico possui uma significação”. Ao realizar essa afirmação, Bakhtin coloca em cheque que qualquer coisa no mundo que tenha um significado para além da sua funcionalidade é ideológico.

A partir dessas compreensões, podemos passar para a questão de entendimento do que é signo. Na visão dos autores, a ideia de signo é tomada como objetos únicos e materiais, ou seja, para ser um signo, esse objeto precisa adquirir uma significação que ultrapasse os limites da sua existência particular, tornando-se produto ideológico. Os signos são fenômenos do mundo externo, uma vez que refletem uma ideologia. Como afirma Volochinov:

Qualquer produto ideológico é não apenas uma parte da realidade natural e social - seja ele um corpo físico, um instrumento de produção ou um produto de consumo - mas também, ao contrário desses fenômenos, reflete e refrata outra realidade que se encontra fora dos seus limites. (VOLOCHINOV, 2017, p. 91)

Nesse ínterim, Bakhtin concebe que a palavra no seu caráter *sígnico* é o fenômeno ideológico *par excellence*, uma vez que acompanha toda a criação ideológica. A palavra é tratada, também, como elemento concreto do mundo, da vida e das coisas, pois é através dela que os sujeitos se comunicam e produzem sentidos. É na e pela palavra que podemos identificar as movimentações no campo ideológico, visto que ela é o instrumento principal e mais sensível de transformações. Partindo desse pressuposto, todas as mudanças no mundo, no caso sociais, repercutem na língua e conseqüentemente nas palavras.

Logo, a palavra entoada adquire vida e valores, passando a ser um ponto de vista do interlocutor sobre os valores da sociedade e sua compreensão de mundo. Isto posto, entendemos que toda palavra é ideológica e está ligada diretamente a valores sociais, como expressa Stella (2005, p. 178), a palavra é produto ideológico vivo, funcionando em qualquer situação social (leia-se aqui ideológica) tornando-se signo ideológico porque

acumula entoações do diálogo vivo dos interlocutores com os valores sociais. É na palavra que buscamos alguns dos valores importantes para a sociedade de alemães dessa região, a qual analisamos na sequência.

### FUNDAÇÕES DE UMA SOCIEDADE ORGANIZADA<sup>3</sup>

Com o intuito de cumprir com o objetivo deste estudo, iniciamos a nossa análise por entender como é a sociedade que esse grupo vive, partindo de pontos onde os autores colocam a ideia deles sobre como é a sociedade. Além disso, buscamos compreender quem são os sujeitos que compõem essa comunidade.

No livro, os autores possuem um projeto de discurso que viabiliza uma sociedade “ideal”, em sua visão, sendo assim eles ditam como é essa sociedade, por quem ela é composta e por que deve seguir assim. Para isso, utilizam dizeres que ajudam a sustentar uma ideia de comunidade homogênea, a qual tem como base a semelhança étnica dos seus indivíduos, bem como uma possível igualdade social entre eles.

Para iniciar a análise, expomos o trecho abaixo onde os autores apresentam qual é a cultura que predomina nessa região e quais práticas estão ligadas à influência do grupo étnico alemão. Passamos agora a analisar a visão sobre o tipo de comunidade que se constrói em Cândido Godói. Vejamos:

#### Trecho I:<sup>4</sup>

A cultura e influência alemã estão em toda parte, nos usos e costumes, na religião, nas práticas de trabalho, no folclore, nas crenças, mas sobretudo na responsabilidade, na seriedade, honestidade e na grande capacidade de viver em comunidade em harmonia e em paz. (p. 143)

No enunciado acima, podemos perceber que os autores elencam alguns fatores importantes da comunidade. Observamos, então, que ocorre uma gradação, onde partem do geral em “usos e costumes” e seguem uma ordem específica. Como afirma Martins (2012, p. 204), “a ordem dos termos é um aspecto de máxima relevância para feição estilística da frase

---

<sup>3</sup> Os destaques nos trechos nas duas seções dedicadas a análise foram feitos pelas autoras, a fim de evidenciar algumas expressões. Portanto, não estão dessa forma no livro analisado.

<sup>4</sup> No decorrer da análise utilizaremos a nomenclatura “trecho” para nos referirmos a partes do texto tal qual está no livro, ou seja, uma transcrição. Já quando utilizamos “recorte”, estamos nos referindo a partes do livro que são decorrentes de reportagens, quer dizer, são reportagens inseridas no livro.

e do texto, visto que determina o ritmo e a valorização de ideias e sentimentos, propiciando efeitos variados”. Isso sugere que, essa comunidade tem uma ordem de valorização de costumes que inicia pela religião, seguida por práticas de trabalho. Assim, é possível considerar que esses dois primeiros itens são os pilares dessa sociedade.

Na sequência, os autores caracterizam a influência alemã com palavras que exprimem um julgamento positivo, como “responsabilidade”, “seriedade” e “honestidade”, consideradas características valorizadoras. Ademais, devemos dar destaque para a afirmação que vem na sequência “*grande capacidade de viver em comunidade em harmonia e em paz*”, sugerindo, assim, que a influência alemã é fundamental para que essa comunidade viva de forma harmoniosa.

Como complementa Seyferth (1986, p. 60), “a língua e a cultura - elementos importantes da sua identificação como “italianos”, “alemães” e “poloneses” - seriam “perpetuadas” através da escola, da igreja do lar, com isso preservando uma identidade étnica e uma vinculação com o país de origem”. Em consonância com a ideia de Seyferth, sobre a perpetuação cultural através da escola, expomos um elemento não verbal que, presente no livro em análise neste trabalho, integra-se ao discurso presente no trecho I, acima apresentado. Visto que, esse elemento não verbal, não deixa de ser um signo, assim possuindo uma ideologia.

Figura 1 - Fotografia professor e alunos exibindo bandeiras



Fonte: *Meus dois corpos* (2007).

Neste contexto, a imagem reforça não somente o discurso que a precede, mas também o projeto discursivo do livro. Visto que a foto nos apresenta crianças sob a supervisão de um professor na Linha Pederneiras, interior do município de Cândido Godói, no ano de 1936, exibindo bandeiras brasileiras e outras com a suástica nazista. Como considera Bakhtin/Volochinov (2017, p. 94), “qualquer signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também uma parte material dessa mesma realidade”. Assim, essa imagem é um produto da interação entre os sujeitos e reflete as ideias, crenças e valores compartilhados por essa comunidade.

Ao incluir essa fotografia em um momento em que fala da composição da comunidade, os autores se alinham a ideologias de correntes nazistas/fascistas. Além disso, ao declararem que “*a cultura e influência alemã estão em toda parte*” e na sequência reproduzem esta imagem sugerem que a influência alemã da região pode estar alinhada a um discurso autoritário e discriminatório.

Seguindo a linha de raciocínio anterior, selecionamos outro fragmento que se encaixa no mesmo viés. Neste, os autores novamente fazem o uso da expressão “harmonia em comunidade” o que nos indica ser um fator importante para essa sociedade. Observemos:

#### Trecho II:

A prioridade número um é viver com *harmonia em comunidade*. Para isto, toda a população da comunidade é socialmente organizada. Por serem praticamente **100% de origem alemã** e com uma **igualdade social** marcante, por tal razão eles se organizam em associações para manter as diversas áreas em **bom funcionamento**. (p. 144)

Nesse trecho, é reforçado que a prioridade da comunidade é viver com harmonia. Em seguida, os autores utilizam o “*Para isto*”, um advérbio de finalidade, para explicar que toda a população da comunidade, para viver em harmonia, é socialmente organizada. A seguir, esclarecem como se dá esse processo de organização, ao expressarem que “*por serem praticamente 100% de origem alemã*”, o advérbio “*praticamente*” marca uma apreciação dos autores sobre o fato citado na sequência que é “*100% de origem alemã*”.

Sendo assim, fica subentendido que se outro grupo, principalmente étnico, fizer parte dessa comunidade não haverá mais harmonia, visto que o fator harmonia só é possível por que se tem um grupo étnico e social homogêneo. De certa forma, os autores silenciam

outras possibilidades de vida nessa comunidade, outros grupos e outros discursos. Percebemos, então, um movimento seletivo quanto aos integrantes da comunidade deste local.

De acordo com Ponzio (2010, p. 105), “é comum que a liberdade de palavra de um sujeito substitua a liberdade da palavra, em que um sujeito, ao se valer da força de um discurso oficial, impõe-se sobre a própria alteridade e a sufoca”. Sendo assim, quando em uma comunidade o discurso oficial encontra-se estreitamente atrelado a questões de dominação étnica e social de um grupo, a liberdade para a alteridade é reprimida.

De maneira semelhante, em *“igualdade social marcante”* e *“se organizam em associações para manter as diversas áreas em bom funcionamento”*, os autores retomam a ideia de sociedade organizada marcada pela hegemonia, de modo que fica subentendido que essas associações que mantêm o bom funcionamento são seletivas quanto aos seus participantes. Tendo em vista que, tomam como régua requisitos de raça e classe social dos sujeitos.

A seguir, no trecho III, os autores fazem o uso da porcentagem máxima ao dirigirem-se à população da comunidade. A escolha feita pelos autores ao utilizar essa porcentagem para descrever a etnia dos habitantes da comunidade, excluindo qualquer possibilidade de existência de outros grupos, sugere que, em sua perspectiva, esse grupo é considerado o único presente na região. Percebemos, dessa forma, o quanto é significativo que os autores reafirmem, em vários momentos, a identidade dos sujeitos dessa comunidade e sua suposta homogeneidade racial. Vamos analisar:

**Trecho III:**

Foi o vovô Lermen que nos relatou algumas histórias envolvendo nazistas que passaram pela região e que alguns até fixaram residências por aqui. Isto acontecia porque eles se sentiam mais seguros e protegidos pela comunidade composta por uma **população 100% germânica**. (p. 142)

Dessa maneira, é perceptível que o projeto de discurso presente no livro exclui qualquer possibilidade de diversidade. Problematizamos aqui, se de um lado temos um discurso dominante sobre uma comunidade que vive em harmonia e em paz por ter a população composta 100% por pessoas de etnia alemã, de outro temos um discurso outro, que é silenciado. Nesse caso, o discurso silenciado é o dos demais membros dessa

comunidade que não são de origem germânica. Assim, vemos uma ideologia dominante se sobressaindo sobre outra, como aponta Miotello:

Esse nível, ao exercer forte influência no jogo social, por ser o sistema de referência constituído e apossado pela classe dominante, se impõe na relação com a ideologia do cotidiano, e dá o tom hegemônico nas relações sociais, porém não único e nem neutro, visto que as contradições sociais ainda persistem nas bases econômicas daquele grupo social. (MIOTELLO, 2018, p. 174)

Cabe destacarmos outro fator importante neste trecho, a aparição da presença de nazistas na região e sua fixação por aqui. Esse discurso faz-se presente em outros momentos do livro e, ao longo desta análise, vamos retomar alguns trechos. Em virtude de ser um elemento importante para entendimento de projeto de discurso do livro.

A seguir, no trecho IV os autores se dirigem a “trabalhadores” e fazem uma associação com “descendentes”, o que reafirma o elo forte entre descendentes de alemães e o discurso sobre trabalho como presente, também, no trecho I. Nesse fragmento, temos também a questão da presença de nazistas na região, como já apareceu anteriormente no trecho III. Reparemos:

#### Trecho IV:

Muitos cidadãos trabalhadores e descendentes, verdadeiros chefes de família, foram discriminados e perseguidos pela polícia, maltratados e alguns sofreram agressões físicas, além de serem roubados. Essa marca não se apaga até hoje, permanecendo na lembrança de gerações de descendentes. Essa ferida ainda não está bem cicatrizada. Esse rancor ainda alimenta o coração de alemães, uns porque se acham ofendidos pelas injustiças de nossas autoridades, porque foram vilipendiados injustiçados e outros porque, **verdadeiramente**, eram adeptos simpatizantes do nazismo, pois nessa região havia nichos nazistas, sim. (p. 142)

Além das marcas de organização de sociedade, que falamos anteriormente, outras nuances são importantes para a análise da concepção de alemães e seus descendentes construída no livro. Vale observarmos, para tanto, o segmento “*verdadeiros chefes de família*”, no trecho acima, empregado para se referir aos trabalhadores e descendentes. Essa expressão considerada como aposto, dá-se como um termo expandido (acessório) ocorrente na estrutura, podendo ser omitido sem afetar o conteúdo principal da oração: “*Muitos cidadãos trabalhadores e descendentes, verdadeiros chefes de família, foram discriminados e perseguidos pela polícia, maltratados e alguns sofreram agressões físicas, além de serem roubados*”.

Nesse caso, o aposto aqui empregado constrói um sentido de que esse grupo, primeiramente, tem família, pois são *“chefes de família”*. É um povo “de família”. E, nesse contexto, não apenas isso: são chefes (de família), tendo uma posição hierárquica. O termo “chefe”, nessa condição, recebe uma tonalidade valorativa que sugere relações assimétricas de poder no qual alguém assume uma posição de poder de destaque.

Outro fator que colocamos em evidência é a palavra “verdadeiramente” que, agindo como elemento gramatical, revela uma avaliação modalizadora, em: *“Esse rancor ainda alimenta o coração de alemães, uns porque se acham ofendidos pelas injustiças [...] e outros porque, verdadeiramente, eram adeptos simpatizantes do nazismo, pois nessa região havia nichos nazistas, sim”*.

Como propõe Martins em *Introdução à estilística* (2012, p. 236), o locutor revela, em enunciados do tipo avaliação modalizadora, se considera o fato a que se refere como verdadeiro ou falso, certo, incerto, possível, desejável. Trata-se de uma posição do autor frente ao conteúdo que aborda. Assim, a certeza do locutor ao afirmar que *“eram adeptos simpatizantes do nazismo”*, é reforçada pela expressão *“verdadeiramente”*, oferecendo, portanto, um julgamento de valor do fato que se segue.

Com a palavra “sim”, em *“nessa região havia nichos nazistas, sim”*, os autores incluem em sua argumentação a posição contrária ou até de certo espanto diante do fato de que havia grupos nazistas. Atentamos, também, para a composicionalidade deste enunciado em que o “sim” consta ao final do dizer, o que dá ênfase à confirmação.

Outro fator que vinculamos a essa análise é quanto ao tempo verbal do “havia” em *“pois nessa região havia nichos nazistas”*, aqui o tempo é passado, trazendo a ideia de que, no passado, havia nichos nazistas. Entretanto, isso não exclui a possibilidade de que hoje ainda existam simpatizantes nazistas na região. Aliás, isso se confirma na parte III do livro, onde apresenta uma reportagem na qual um dos descendentes de nazistas rechaça o povo judeu.

Figura 2 - Reportagem Jornal Zero Hora



Fonte: *Meus dois corpos* (2007).

**Recorte I:**

O filho único do alemão, [...] se irrita ao ser questionado sobre o pai e não esconde a herança anti-semita. “Eu não gosto de judeus”, afirma. “Para mim, eles são uma raça que não precisaria existir”. (p. 178)

A reportagem apresentada na figura 2, é veiculada no Jornal Zero Hora no ano de 1996. No recorte I, selecionamos um trecho da reportagem na qual consta a entrevista com o filho de um comandante nazista, Wassler, que viveu em Santo Cristo. Na entrevista, o sujeito não esconde o seu desgosto pelo povo judeu, destacamos aqui o vocábulo “herança” em “não esconde a herança anti-semita”, como algo que aprendeu ou que foi transmitido por um antepassado, no caso do enunciado, pelo pai comandante nazista.

Ainda, discursa sobre a extinção do povo judeu em “Para mim, eles são uma raça que não precisaria existir”, neste fragmento ao utilizar o pronome “eles” o entrevistado assume uma posição de distinção frente ao grupo que menciona. Ao criar a relação eu/eles, o filho único do alemão destaca diferenças entre dois grupos distintos, os alemães e os judeus, em um viés social, cultural e étnico. O que favorece aqui, um clima de hostilidade e discriminação frente aos judeus. Esse recorte, nos confirma a ideia anterior de que ainda há simpatizantes nazistas nesta região.

Não perdendo o fio da análise, passamos agora a nos atentar em outro aspecto importante que está presente nessa sociedade, a questão do trabalho. Como vimos

anteriormente, nos trechos I e IV, as práticas de trabalho são uma das influências da cultura alemã. Essa construção sobre trabalho já a tempo perpassa os discursos das comunidades ou, nas palavras de Ponzio, *comunidade de trabalho*. Nesta mesma perspectiva, Ponzio entende que

Aqui, o trabalho abstrato, indiferenciado, é considerado tanto como fonte de toda a riqueza social, quanto segundo a visão do protestantismo, nisso oposta ao judaísmo - como aquilo em que o indivíduo concretiza a própria liberdade e afirma a própria identidade (*“Arbeit macht frei”*). Essa concepção da comunidade não é apenas aquela da Alemanha nazista, mas está também na base de todo o percurso do chamado “socialismo real” até a sua bacarota, como também no de todas as variantes e alternativas. E ela se encontra novamente, também hoje, na era da globalização, na visão funcionalista e produtivista dos indivíduos sociais, na qual o valor de cada um depende da contribuição que leva para a comunidade. (PONZIO, 2010, p. 141).

Em vista disso, dedicamos a análise presente na próxima seção a ligação entre trabalho e a comunidade alemã que o livro apresenta. Uma vez que, constatamos que muitos discursos do livro trazem o trabalho como um fator importante para essa sociedade, além de proporcionar uma correlação à ideia de liberdade.

## ARBEIT MACHT FREI

A expressão em alemão “Arbeit macht frei”, que serve como título desta seção dedicada a análise, pode ser traduzida livremente como: “o trabalho nos liberta ou nos torna livres”. Essa frase encontra-se no pórtico de entrada do campo de concentração de Auschwitz. Utilizada pelos nazistas, nos anos de guerra, para atribuir um sentido para o trabalho que era realizado no campo de concentração pelos judeus. Com isso, podemos perceber os esforços nazistas em criar uma significação para o trabalho, assim, como a própria tradução nos apresenta o trabalho em prol da liberdade.

Além disso, a ideia de trabalho como fonte de dignidade humana e libertação ainda faz-se muito presente em nossa sociedade. Interessa-nos, neste momento do estudo, problematizar a concepção de trabalho e sua relação com a presença de descendentes de alemães, tendo em vista os enunciados que compõem o material selecionado para a análise. Partimos da ideia de que, devido à colonização de origem alemã em nossa região, o trabalho consiste em uma prática enraizada no seio das comunidades e, não raras vezes, assume uma valoração positiva nos discursos de sujeitos de determinados grupos sociais.

Logo, podemos relacionar essa forma de pensar o trabalho ao que algumas comunidades consideram, ainda hoje, como forma de enobrecimento e dignidade. Reforçando essa visão sobre trabalho, Seyferth afirma:

A obra da colonização - o "trabalho pioneiro e civilizador" do colono - é a marca diferenciadora mais frequentemente usada para afirmar as identidades étnicas. Isto é, o apego ao trabalho, a "capacidade" colonizadora do imigrante, o trabalho (qualquer que seja) como enobrecedor, o espírito de empreendimento, etc., são consideradas características étnicas que contrastam os descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses dos brasileiros. Brasileiros esses definidos, por oposição, como avessos ao trabalho (SEYFERTH, 1986, p. 69)

A pesquisadora e professora observa, então, o quanto o trabalho é um elemento diretamente relacionado à etnia alemã, servindo para qualificar positivamente a identidade desse povo em detrimento das demais. Frente a isso, podemos afirmar que, em alguma medida, determinadas ações inerentes ao processo de início da colonização, como abrir clareiras na mata fechada e construir moradias, contribuem para a ideia de que os alemães e os seus descendentes sejam entendidos como um "povo trabalhador". Como nos confirma Seyferth:

A representação da etnicidade com base num *ethos* do trabalho permite entender melhor a questão da cidadania e a forma como a categoria "colono" marca a identidade étnica, mesmo num contexto urbano. O que está em jogo aqui é o colono concebido como pioneiro e civilizador - aquele que transformou as florestas do sul do Brasil em "ilhas" de civilização. Colonos que querem ser cidadãos: como imigrantes, entraram no Brasil para ficar. Ou, como dizem os descendentes dos alemães, "construir uma nova pátria". (SEYFERTH, 1986, p. 66)

A mesma ideia sobre a carência encontrada nessa região por colonizadores e a força de trabalho deles para construir e tornar essas localidades em terras produtivas e habitáveis, também está presente no trecho do livro que reproduzimos na sequência:

#### Trecho V:

As condições da região de origem alemã facultam e propiciavam ambiente local perfeito para os refugiados da 2ª Guerra Mundial, que poderiam falar a língua e conviver harmoniosamente com aquela gente humilde, simples e hospitaleira, que com seu espírito de pioneirismo veio em busca de novos sonhos, terras e trabalho, desbravando aquela terra hostil, tornando-a fértil e transformando nas melhores terras do Rio Grande do Sul para o cultivo de soja, milho e trigo. (p. 126)

Na nossa região, onde predomina a colonização alemã, essa visão de trabalho é muito difundida e tudo que seja em oposição a isso é, em alguns casos, concebido como errado ou mal visto pela sociedade. Essa noção da grandeza do trabalho do colonizador/imigrante também pode ser percebida em algumas passagens do livro *“Meus dois corpos”*. Tomando tal livro como objeto de estudo, percebemos que a palavra “trabalho” e suas derivações encontram-se em várias partes do livro. Para discutir algumas das visões construídas sobre o tema trabalho no livro, selecionamos alguns trechos. Observemos o seguinte:

**Trecho VI:**

O marco do trabalho dessa gente está registrado nos anais desses municípios, como exemplos de pioneirismo e senso de responsabilidade (p. 143)

Principiamos com a aparição da palavra trabalho referindo a “dessa gente”, que no contexto do livro remete aos descendentes de alemães da região. Neste ponto, colocando-os como exemplos de pioneirismo e senso de responsabilidade, o que confirma a ideia anterior da dignificação do trabalho. Percebemos, também, como faz-se importante declarar que o trabalho dos alemães está “registrado” nos anais dos municípios. Assim, mantém um discurso sobre o colonizador/imigrante alemão como povo trabalhador, o que favorece a preservação dessa ideia. Esse discurso, muitas das vezes, está presente na história escrita do municípios, de forma que torna-se oficial, o que favorece sua constante circulação.

Isso ocorre em vista de que o discurso escrito é dominado por uma parte da população a qual, geralmente, utiliza do poder para fazer com que esse discurso se dissemine. Como declara Rama (2015, p. 167), em sua obra *A cidade das letras*, “a admiração indissimulável pela capacidade intelectual para dominar o instrumento linguístico, por seu poder mágico para exercer a escritura e, mediante ela, compor o discurso ideológico justificativo”, sendo assim podemos entender que uma parcela “intelectual” da população que dominava a escritura e que estava a serviço das classes e instituições de poder, registravam o discurso. Mais tarde esse discurso viria a tornar-se oficial, tendo em vista que um discurso só é digno de ser oficial se está escrito.

Após esse primeiro momento, onde analisamos no livro a importância do trabalho dessa gente para a comunidade, e o seu registro na história oficial. Passamos, agora, para o

trecho VII, no qual temos a associação do trabalho diretamente ligado à ideia de paz e à liberdade.

#### **Trecho VII:**

Diziam também que escolheram o Brasil porque nesse país já existia uma grande colonização de imigrantes alemães, e aqui havia muita liberdade e que provavelmente poderiam trabalhar em paz (p. 133)

Neste trecho, entendemos o enunciado *“havia muita liberdade e que provavelmente poderiam trabalhar em paz”*, contextualizando o trecho que é anterior a esse fragmento se reporta a comandantes nazistas que vieram para a região no pós Guerra. Assim, essa liberdade refere-se a não serem perseguidos ou presos como apoiadores do nazismo e por ter a colonização alemã nesta região poderiam trabalhar em paz.

A partir desse momento, o nosso texto começa a se encaminhar para outra questão de análise, o nazismo. Como na seção anterior, novamente os autores fazem menção a presença de grupos nazistas nesta região. Como no fragmento abaixo (recorte I), proveniente da terceira parte do livro, onde uma notícia do Jornal Zero Hora, confirma a mesma visão apresentada no trecho III.

#### **Recorte II:**

Alemães natos que viviam em colônias de imigrantes no Rio Grande do Sul e eram simpáticos a idéias nazistas favoreceram a permanência de ex-combatentes no Estado. O historiador René Gertz, um especialista em germanismo e nazismo, acredita que alemães natos de zonas de colonização nova no Rio Grande do Sul, como a região de Santa Rosa, ajudaram ex-combatentes no Estado, apesar da perseguição à cultura alemã registrada aqui nos últimos anos de guerra. “Existiam nazistas aqui, muitos deles dispostos a ajudar quem chegasse”, afirma o autor do livro *O Fascismo no Sul do Brasil*. (p. 179)

Nessa vertente de análise do trabalho, com ênfase no tema do nazismo, destacamos o último trecho da nossa análise. A passagem reproduzida abaixo, possui elementos linguísticos que promovem ideias relacionadas ao trabalho, ao nazismo e a uma sociedade organizada. Consideramos esse trecho fundamental para esclarecer o propósito discursivo do livro em questão. Analisemos:

**Trecho VIII:**

Por tal razão, hoje em dia, o convívio permanece com descendentes de nazistas, atuando civilizadamente na nossa sociedade, trabalhando no comércio, indústria, agropecuária em todas as esferas do nosso país. Eles ajudam a compor nossa sociedade organizada, fazendo parte de associações para diversos fins, não constituindo em nenhum perigo ou problema, mesmo porque a maioria dessas pessoas nem sabem que eram descendentes de nazistas. Tal era o serviço de inteligência e sigilo feito por Hitler. (p. 133)

Em princípio, um termo que não poderia passar despercebido neste trecho, e que acreditamos ser o ponto chave para sua compreensão, é o “*descendentes de nazistas*” que aparece logo no início e indica aos sujeitos que os autores se referem. Observamos que, ao realizar a escolha dessa expressão para indicar os filhos/netos de nazistas, os autores reforçam a ideia de que possui nazistas na região e, além disso, pessoas que provêm de uma família nazista. Ademais, percebemos que, neste momento, eles deixam de se referir ao povo alemão como o fazem durante o texto e passam a se referir especificamente aos nazistas.

Desse trecho, cabe destacarmos o léxico “trabalhando”, que aqui empregado refere-se diretamente ao grupo denominado pelo autor como “descendentes de nazistas”. Após nomear esse grupo, o autor segue fazendo afirmações positivas, nas quais podemos notar uma quantidade significativa de verbos, como “atuando”, “trabalhando”, “fazendo” e “constituindo” que tem como sujeitos, ou seja, se refere aos “descendentes de nazistas” mencionado anteriormente.

É interessante, nesse sentido, perceber que se trata de orações reduzidas de gerúndios, formas nominais do verbo. A partir dessa informação, sabemos que a função do gerúndio é de expressar uma ação contínua, assim sendo, oferecem uma imagem de atividades em constância, o que remete a sentidos de que os descendentes de nazistas estão participando ativamente do convívio em sociedade. A presença do “hoje em dia” no início do enunciado corrobora com a ideia que essa movimentação na comunidade dos “descendentes de nazistas”, segue acontecendo nos dias atuais.

Ainda, no trecho VIII, algumas palavras ganham destaque pela sua significação e, também, pelos sentidos que geram. Como é o caso da palavra “permanece”, no seguinte segmento “por tal razão, hoje em dia, o convívio *permanece* com descendentes de nazistas”. O significado do termo, segundo o Dicionário Houaiss da língua portuguesa (2010), consiste em: continuar sendo; prosseguir existindo; conservar-se. Assim, o sentido que ela produz nesta oração, abarca um subentendido de que já existiam “descendentes de nazistas”, visto

que esse verbo está no indicativo e, portanto, é uma ação tida como real no fato em que é enunciada.

Na sequência, podemos evidenciar os termos que seguem o léxico “trabalhando”, sendo eles “comércio”, “indústria”, “agropecuária” e “em todas as esferas do nosso país”. Aqui, vemos a exposição de vários ramos em que esses sujeitos estão inseridos. Relacionando diretamente com o contexto em que é enunciado, é possível confirmar que são atividades muito frequentes nesta região e que fazem parte da riqueza econômica do município. Além disso, está pressuposto que os descendentes de nazistas geram força de trabalho e de riqueza para o município. Subentende-se, então, que os nazistas nesse contexto não são um problema para a sociedade.

Outro fator que nos chama a atenção, é a passagem de uma esfera local para uma global, quando em contraste com “em nossa sociedade” passa para “todas as esferas do nosso país”. É importante ressaltar que ao declararem “em todas as esferas do nosso país” os autores estão se referindo aos “descendentes de nazistas”, ou seja, esses sujeitos atualmente estão trabalhando em todas as partes do nosso país.

Além disso, a expressão “hoje em dia” utilizada para situar o fato enunciado é classificada como um advérbio de tempo, referindo-se ao presente. Isto posto, essa informação confirma que os “descendentes de nazistas” estão e fazem parte da nossa sociedade ainda hoje, tempo atual, visto que eles trabalham em todas as esferas do nosso país.

Na continuidade desse trecho, os autores utilizam o pronome “eles” em “eles ajudam a compor nossa sociedade organizada”, retomando os sujeitos da oração que são os “descendentes de nazistas” do início. Além disso, acrescentam a ideia de que “ajudam a compor nossa sociedade organizada”, aqui eles resgatam a visão de sociedade organizada que analisamos na primeira seção e deixam claro quem são os sujeitos que fazem parte dessa sociedade. Assim, passando de descendentes de alemães para descendentes de nazistas.

Para finalizar, podemos retomar a figura 1 da primeira seção, para aqui colocar em contraposição com o enunciado “hoje em dia, o convívio permanece com descendentes de nazistas [...] mesmo porque **a maioria dessas pessoas nem sabem que eram descendentes de nazistas**”. Dessa maneira, podemos entender que a maioria não sabe que eram descendentes de nazistas, mas que muitos sabem e tem essa consciência. Dado que tem

provas em circulação de que nessa região havia nazistas, como é o caso da figura 1, que está em domínio público.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises conduzidas neste estudo, destacamos que o livro retrata de forma clara a região de Cândido Godói, particularmente a sua comunidade, delineando com precisão os indivíduos que a compõem e o modelo de sociedade que a define. Os autores, ao construírem discursos dominantes, enfatizam o poder participativo dessa comunidade, destacando suas características étnicas e sociais.

É evidente que o tema do trabalho desempenha um papel fundamental na concepção desta sociedade, composta majoritariamente por alemães e seus descendentes. Essas considerações relativas ao trabalho emergem de forma proeminente ao longo do texto, revelando-se como discursos estáveis e enraizados na estrutura social local. Estes discursos, por sua vez, representam uma ideologia oficial e predominante, que molda uma visão de mundo singular.

Por meio de nossa análise, observamos que muitos dos discursos presentes no livro possuem inclinações ideológicas associadas a grupos com vertentes nazistas/fascistas. Como assinala Freire (2021, p. 292), “o renascimento da ameaça nazifascista [...] no mundo, mais enfaticamente ali, menos aqui, como se o mundo tivesse perdido a memória, é um problema mais grave do que parece”. Isso porque, enunciados como os que aparecem no livro reforçam ideais nazifascistas e colaboram para uma visão ideologicamente dominadora. Visto que, ao estar registrado no livro, este se eleva a um nível de discurso oficial adquirindo valor social. Assim, esse tipo de discurso precisa ser cada vez mais explorado para que seja possível compreender a sua posição ideológica e, então, entender a qual grupo está vinculado.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2011. 583 p. ISBN 978-85-7402-939-9.
- BERTONHA, J. F. Nazismo, ocultismo e conspirações. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 11, n. 3, p. 381-384, 2007.
- DIETRICH, A. M. *Nazismo tropical? O partido Nazista no Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- FREIRE, P. *Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis*. São Paulo: Paz e Terra, 2021. 416 p. ISBN 9788577534142.
- GERALDI, J. W. Heterocientificidade nos estudos linguísticos. In: GEGe. *Palavras e contrapalavras: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012, p. 19-39.
- HOAUISS, A; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1986 p. ISBN 9788573029635.
- MARTINS, N. S. *Introdução à Estilística: A Expressividade na Língua Portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 328 p.
- MATTE, U. da S.; CARDOSO-DOS-SANTOS, A. C.; RODRIGUES, G.; DE OLIVEIRA, M. Z.; TAGLIANI-RIBEIRO, A.; HECK, S.; DRESCH, V.; SCHOSSLER, M.; SCHULER-FACCINI, L. Decifrando o “mistério dos gêmeos”: Vinte anos de pesquisa em Cândido Godói, Rio Grande do Sul. *Clinical and Biomedical Research*, [S. l.], v. 39, n. 2, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/hcpa/article/view/90838>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. (Org). *Bakhtin: conceitos-chave*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2018. p.167-176.
- NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos de português*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 1005 p. ISBN 978-85-393-0080-8.
- PEREIRA, A. E. “Escovando” Palavras: movimentos possíveis de interpretação. In: FANTI, Maria da Glória di; BARBISAN, Leci Borges. *Enunciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 95-102. ISBN 978-85-7244-741-6.
- PONZIO, A. *Procurando uma palavra outra*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. 176 p. ISBN 9788579930263.
- RAMA, Á. *A cidade das letras*. Tradução Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2015. 216 p.
- SÉRIOT, P. Generalizar o Único: Gêneros, Tipos e Esferas em Bakhtin Crônicas e Controvérsias. *Línguas e instrumentos linguísticos*, p. 75-102, 2009.

SEYFERTH, G. Imigração, colonização e identidade étnica (notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem européia no sul do Brasil). *Revista de Antropologia*, [S. l.], v. 29, p. 57-71, 1986. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.1986.111143. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111143>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SILVA, A. M. F. da. De Auschwitz a Assis: a fuga do nazista Josef Mengele da Alemanha e sua passagem pela “cidade fraternal” . *Revista Vale- Arte, Ciência e Cultura*, Assis, n.5, p. 55-62.

SILVA, A. F; ZABOLOTSKY, J. A. *Meus dois corpos*. Santa Rosa, Gráfica Coli, 2007, 210 p.

STELLA, P.R. Palavra. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005. p.177-190.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2017.

Recebido em 31 de agosto de 2023.

Aprovado em 01 de novembro de 2023.





## APRECIACIONES EN TORNO A LAS CIRCUNSTANCIAS SOCIALES DE LOS TRABAJADORES RURALES DE LA NOVELA *ARADO TORCIDO*, DEL ESCRITOR BAHIANO ITAMAR VIEIRA JÚNIOR

DOI: 10.48075/ri.v26i1.31920

Cynthia de Cássia Naiff dos Santos<sup>1</sup>  
Gracineia dos Santos Araújo<sup>2</sup>

**RESUMEN:** El presente trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre las circunstancias sociales de los trabajadores del campo, herederos de más de trescientos años de esclavitud, a partir de los protagonistas principales de la novela *Arado torcido*, del escritor bahiano Itamar Vieira Júnior. En esta obra, el escritor trae a la luz las realidades de los habitantes de Água Negra, una hacienda ficticia formada por una población quilombola que, como muchos de nuestros ancestros, sobreviven en condiciones análogas a la esclavitud, trabajando día y noche a cambio de la supervivencia. Son niños y mayores que llevan consigo las marcas profundas de un pasado que tiene consecuencias funestas hasta nuestros días, pero que aprenden a soñar y son capaces de emprender la lucha por un mundo mejor. El autor resalta la importancia de la lucha por la tierra y a favor de la dignidad humana, poniendo su literatura como vehículo de transformación social. La novela nos invita a reflexionar sobre nuestras realidades, al tiempo que nos hace un llamamiento a denunciar todos los tipos de opresión y violencia.

**Palabras clave:** Itamar Vieira Júnior; Trabajador rural; Realidad quilombola; Lucha por la tierra.

<sup>1</sup>Estudiante del grado en Letras Español - Universidad Federal do Pará (UFPA) - Campus Universitario de Castanhal. E-mail: [naiffcassia@gmail.com](mailto:naiffcassia@gmail.com).

<sup>2</sup>Doctorado en Lingüística, Literatura y Comunicación (UVA/España) y Estudios del Lenguaje (UFRN/Brasil) - Profesora efectiva de español de la Universidad Federal de Pará (UFPA) - Campus Universitario de Castanhal. E-mail: [gracineia@ufpa.br](mailto:gracineia@ufpa.br).

## INSIGHTS INTO THE SOCIAL CIRCUMSTANCES OF THE RURAL WORKERS IN THE NOVEL *ARADO TORCIDO*, BY THE BAHIAN WRITER ITAMAR VIEIRA JÚNIOR

---

**ABSTRACT:** This paper aims to reflect on the social circumstances of farm workers, heirs to more than three hundred years of slavery, based on the main protagonists of the novel *Arado torcido*, by Bahian writer Itamar Vieira Júnior. In this work, the writer brings to light the realities of the inhabitants of Água Negra, a fictitious farm made up of a Quilombola population who, like many of our ancestors, survive in conditions analogous to slavery, working day and night in exchange for survival. They are children and adults who carry with them the deep marks of a past that has had dire consequences to this day, but who learn to dream and are capable of taking up the struggle for a better world. On the other hand, the author highlights the importance of the struggle for the land and for human dignity, using his literature as a vehicle for social transformation. All of this with the intention of helping to ensure that the same mistakes of the past are not repeated.

**Keywords:** Itamar Vieira Júnior; Rural worker; Quilombola reality; Struggle for land.

### EL ESCRITOR Y LA OBRA

El escritor Itamar Vieira Júnior (1979) nacido en Salvador de Bahía, en el noreste brasileño, es una de las voces más sonantes de las letras en portugués de la actualidad.

En el año 2018, este bahiano del mundo entero irrumpe en el escenario literario con la novela *Arado torcido* (*Torto arado*, en su original portugués), coronando su vocación literaria. A través de esta obra, que le ha brindado importantes galardones como el Premio Leya (2018), en Portugal, otorgado unánimemente por la extraordinaria manera de representar con solidez y realismo el universo rural brasileño, y los premios Jabuti (2020) y Oceanos (2020), el autor se consagra como una auténtica voz de los sin voz, dejando evidente su preocupación con las realidades rurales de nuestro país y todo lo que ello conlleva. Así pues, convierte su literatura en vehículo de transformación social, a través de la que decide salir a cuerpo abierto en defensa de los trabajadores de la tierra, de modo especial las poblaciones quilombolas.

Lo cierto es que Vieira Júnior ha entrado triunfante al mundo de las letras, es decir, “con el pie derecho”, como reza la sabiduría popular. En el año 2012 publica *Dias*, un libro de cuentos, vencedor del XI Premio Proyecto Arte y Cultura (Bahía); en 2017, publica *A Oração*

*do carrasco*, su segundo libro de cuentos, con el que quedó finalista del Premio Jabuti y alcanzó el segundo lugar en el Premio de Literatura Bunkyo, en el año 2018. Ese mismo año es cuando publica *Arado torcido*; en 2021 sale a la luz *Doramar ou a odisseia*, un nuevo libro de cuentos; en 2023 es el turno de *Salvar o fogo*, una novela en la que Vieira Júnior continúa el proyecto novelístico sobre la herencia colonial, iniciado con *Arado torcido*. Un dato importante que merece la pena destacar es que antes de llegar a las librerías *Salvar o fogo* ya acumulaba más de 37.000 ejemplares vendidos en preventa.

En su obra, Vieira Júnior denuncia la explotación de los trabajadores del campo, al tiempo que nos invita a reflexionar sobre nuestro pasado de esclavitud, cuyas secuelas todavía se hacen notar a lo largo y a lo ancho de la geografía de nuestro país. En efecto, en la novela *Arado torcido* el autor se viste de campesino y deja claro su compromiso social, se implica con la problemática existente en las comunidades quilombolas, pero también fuera de ellas, convirtiéndose en portavoz de las poblaciones especialmente afrodescendientes, herederas de más de trescientos años de esclavitud. En efecto, no podemos olvidar que la población quilombola de nuestro país, todavía en la actualidad, lleva consigo la pesada carga de la historia y carga a costas las marcas profundas de un pasado que tiene consecuencias todavía funestas.

La preocupación de Vieira Júnior por las poblaciones rurales se consolida, sin lugar a dudas, es fruto de su experiencia como geógrafo, doctor en Estudios Étnicos y Africanos por la Universidad Federal de Bahía, pero también de su experiencia personal durante 15 años como funcionario público, trabajador del Instituto Nacional de Reforma Agraria, en su sigla en portugués INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária/INCRA). En su labor, el autor convive con trabajadores de la tierra y comparte muchos de sus preocupaciones. De ahí que encuentra los principales ingredientes de su literatura, conforme destaca en una entrevista realizada por la estudiante de Máster Natalia Souza Noro y la doctora Marta Aparecida Garcia Gonçalves, de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte, publicada en la Revista *Via Atlântica* (2022): “De fato, muita coisa que eu tinha aprendido e vivido entre os trabalhadores me deu instrumentos para que eu pudesse narrar essa história.” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 537). Todavía en cuanto a su experiencia en el INCRA, Vieira Júnior habla de su experiencia con los trabajadores de la tierra, a partir de las que conoció las realidades indígenas, quilombolas, ribereñas y de los asentamientos en el sertão de Bahía y Maranhão, conforme detalla en un reportaje del diario *EL PAÍS*, según el cual en *Arado torcido* el autor hace una declaración de amor a la tierra

Ao longo de 15 anos, aprendi muito sobre a vida no campo e vi um Brasil muito diverso do que vivemos cotidianamente nas cidades. Existe uma vida muito pulsante no campo, uma vida que está em risco, porque essas pessoas vivem em constante conflito na defesa de seus territórios. Tudo isso reacendeu a chama de escrever *Torto arado*.<sup>3</sup>

Esta afirmación nos permite entender muchas de las razones por la que el autor, a través de su literatura, asume el compromiso de salir a cuerpo abierto en defensa de los trabajadores del campo, una realidad que conforma la esencia de la novela *Arado torcido*. En efecto, en esta novela se evidencia la sed de justicia que tiene el autor, al tiempo que se configura como un vehículo de denuncia social. En ella y con ella, Vieira Junior se suma a la lucha por un mundo mejor, más justo e igualitario, es decir, un mundo sin opresión, explotación de los trabajadores rurales y a favor de la dignidad humana. Vale la pena resaltar que lo que retrata la obra *Arado torcido* es una realidad todavía existente en el nordeste brasileño, puesto que muchos trabajadores del campo siguen viviendo bajo un sistema de explotación<sup>4</sup>. Por otro lado, cuando salen de sus tierras para trabajar en el sur y sudeste de Brasil, encuentran los mismos infiernos<sup>5</sup>.

Según afirma el autor, todo empezó a sus 11 años, cuando garabateó las primeras páginas de la novela en la máquina de escribir que le regaló su padre y que, por azar o por suerte, las 80 páginas que dio vida se acabaron perdiendo. No obstante, muchos años después, le favoreció la suerte y le dio vida a *Arado torcido*, obra de la que nos apropiamos en y para este trabajo, y a partir de la que nos unimos a la lucha del autor por un mundo más justo. En cuanto al proceso de escritura de la novela *Arado torcido*, Vieira Júnior nos revela:

Uma vez me perguntaram o que me mobilizou a escrever esse livro, além do incomodo que eu relatei aqui; era como se eu tivesse retribuindo para essas pessoas essa declaração de amor que eu ouvi dos trabalhadores em relação à terra. Era o que eu queria quando eu retomei a ideia do romance, era o que eu queria escrever. (VIEIRA JÚNIOR, 2020).<sup>6</sup>

En ese sentido, advierte Cammaert (2021, p. 181): “O desfecho da história, na voz de santa Rita Pescadeira, insinua que o trabalho da terra com as mãos é, também, uma

<sup>3</sup>Véase nota disponible en: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-12-02/tudo-em-torto-arado-ainda-e-presente-no-mundo-rural-brasileiro-ha-pessoas-em-condicoes-analogas-a-escravidao.html>

<sup>4</sup>Véase reportaje disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=qhWdIADuKB4&t=8s>

<sup>5</sup>Véase reportaje disponible en: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/03/11/homens-que-fugiram-de-trabalho-em-situacao-semelhante-a-escravidao-no-rs-e-reivindicam-indenizacao.ghtml>

<sup>6</sup>Véase entrevista con Itamar Vieira Júnior. Disponible en línea en [https://youtu.be/Q\\_rEASQ-HxU](https://youtu.be/Q_rEASQ-HxU).

manifestação das vozes abafadas dos povos negros, que poderiam vir a ser o veículo de redenção para essas comunidades”. Así, destacamos que las realidades del campo llevan a Vieira Júnior a zambullirse en la historia oficial de nuestro país, reflejándola a través de las circunstancias sociales de personajes tan emblemáticos como pueden ser la matriarca Donana y su hijo Zeca Sombrero Grande, Belonísia y Bibiana o Severo y María Cabocla, además de la entidad santa Rita Pescadeira, quien tiene, quizás, el principal timón de los cambios sociales, entre otros que habitan el universo de Água Negra, la hacienda ficticia, ubicada/inspirada en la Chapada Diamantina, donde se desarrolla la trama

Resaltamos que la problemática abordada por Vieira Júnior es trascendental, teniendo en cuenta la atemporalidad y universalidad de su obra. La crítica y el compromiso social que asume el escritor es un arma cargada de esperanza, puesto que es consciente que la explotación del trabajador rural no es una realidad meramente brasileña, sino que la esclavitud es una lacra que ha clavado sus huellas en el mundo entero y que, todavía en la actualidad sus heridas siguen sangrando. Y las consecuencias de la esclavitud en Brasil, sin lugar a dudas, es una prueba de todo ello.

[...]O que mais me incomodou foi encontrar trabalhadores vivendo em terras que eram de outras pessoas tendo que dar a sua produção sem nenhum direito sobre a terra, sem nenhum direito sobre a própria moradia e não eram pessoas que chegaram naquele momento pra viver naquela terra, eram pessoas que nasceram ali viveram as gerações e viviam essas relações perversas que é a servidão, que em parte é um novo nome pra escravidão [...]<sup>7</sup>

Ante lo expuesto, pues, resaltamos que al tomar partido ante las circunstancias sociales de los trabajadores rurales, en un mundo de injusticia que se perpetúa a lo largo de los siglos, Vieira Júnior parte de lo local y va más allá de nuestra realidad brasileña, es decir, alcanza una dimensión universal; es testigo de su tiempo, desde siempre, desde su infancia; lleva consigo el anhelo de (re)escribir la historia de sus ancestros, pueblos de la diáspora africana, y los pueblos originarios, invadidos y diezmados como si fuera ley de vida, cuyas lenguas y culturas han sido sofocadas bajo las botas del colonizador europeo que clavó sus garras, sin piedad, en el que llamó “Nuevo Mundo”.

O que eu pensei naquele momento é que esse país é um país muito anacrônico, enquanto a gente tem alguns avanços em determinados lugares, outros rincões vão permanecer imutável, não vão ser modificados da mesma maneira. E as relações

---

<sup>7</sup>Véase entrevista con Itamar Vieira Júnior (min.9). Disponible en línea en [https://youtu.be/O\\_rEASQ-HxU](https://youtu.be/O_rEASQ-HxU).

perversas do colonialismo e do nosso passado escravagista, elas estão muito marcadas ali que é chocante [...]»<sup>8</sup>

En efecto, en el universo campesino ya no se puede esperar por justicia ni un día más; ya no se puede permitir que generaciones enteras vivan pendientes del cielo, sobre si va a llover o si hay sol; tampoco se puede seguir viviendo bajo unas circunstancias de violencia, opresión, marginación e invisibilidad. Y esto resulta evidente en la literatura de Vieira Júnior. En cuanto al universo rural, subraya Araújo (2014);

no hay lugar para el parasitismo; no se puede confundir calamidad con conformidad, tampoco se puede atribuir a la pereza la vida penosa de los protagonistas. Muy tempranamente, el hombre rural se capacita para enfrentar las adversidades de la vida; carga la experiencia de la dureza de la lucha por la supervivencia, de la incertidumbre, del miedo; está expuesto al peligro, cuando emprende junto a los mayores, que se lanzan como animales, a través de los sentidos, de las percepciones visuales, auditivas...lo que favorece y facilita la misión emprendida en la búsqueda del sustento. No obstante, la capacidad de superación es casi nula, lo que constituye una gran atadura existencial para la mayoría de las poblaciones rurales. (ARAÚJO, 2014, p. 77).

Los habitantes de Água Negra son individuos, en general, sin voz ni vez; niños y mayores que sobreviven a la merced de su propio destino y del tiempo, cuyos sueños se centran en el anhelo de tener un techo y un plato de comida asegurado. De ahí que el autor los eleva al altar de la literatura, ubicándolo en su “superioridad” en cuanto a los conocimientos y relación con la tierra, pese al sufrimiento al que están sometidos y al apagamiento al que están condenados, sin perder las ganas de vivir y forjar un futuro mejor.

Así pues, indicamos que el objetivo de este trabajo es hacer una breve reflexión sobre las circunstancias sociales de los trabajadores de la tierra, a partir de la realidad de los principales protagonistas de la obra *Arado torcido*. Subrayamos la importancia de mantener viva nuestra memoria histórica, con el fin de evitar que se cometan o se perpetúen los mismos errores de un pasado aterrador, del que todavía no nos hemos podido librar del todo.

## DE LA PLANTACIÓN DEL SUFRIMIENTO A LA COSECHA DE LA LIBERTAD

Teniendo en cuenta que Itamar Vieira Júnior es un escritor comprometido con su tiempo, y en cuyas venas late la sangre de la diáspora africana y su ancestralidad indígena, oriundas de sus raíces rurales del interior del nordeste brasileño, resaltamos que a diferencia de muchos de sus ancestros y muchos contemporáneos suyos este mestizo afro-indígena,

<sup>8</sup>Véase entrevista con Itamar Vieira Júnior. Disponible en línea en [https://youtu.be/Q\\_rEASQ-HxU](https://youtu.be/Q_rEASQ-HxU).

prisionero de su época, desde la perspectiva de Bakhtin (2017), no se refugia en el silencio, sino que actúa contra el silenciamiento de un mundo que la historia oficial trató de callar.

En esta perspectiva, y sin la intención de hacer una revisión profunda de la literatura crítica de la esclavitud en Brasil, lo que conlleva un tema que debe ser tratado con el rigor que se merece y con profundidad, en este apartado realizaremos una breve lectura de las realidades sociales de los personajes de *Arado torcido*, teniendo en cuenta el espacio en el que está ambientada la narrativa, de manera que se pueda entender mejor el protagonismo de la hacienda Água Negra, lugar donde se desarrolla la trama. Todo ello sin dejar de hacer una referencia a Caxangá, donde brotan las primeras semillas del sufrimiento que colma la esperanza de sus habitantes, llevándolos a buscar nuevos destinos y nuevos medios de supervivencia. En todo caso, en este caso, la mencionada Água Negra, donde “podrían quedarse en aquellos parajes, tranquilos, sin que nadie los molestara, bastaba con acatar las órdenes.” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 41).

Podemos decir que la hacienda Água Negra refleja las agruras del Brasil profundo; es un pozo que no parece tener fondo, en el que el autor excava y saca del olvido de la historia oficial las realidades negras y quilombolas, trayendo a la luz ejemplo de personajes esclavizados, invisibilizados.

No podíamos construir casas de mampostería, no podíamos cultivar el campo que quisiéramos. Se llevaban todo lo que podían del fruto de nuestro trabajo. Trabajábamos de domingo a domingo sin recibir ni un centavo (...) Como si no fuéramos parte de todo esto (...) Pero no nos van a doblegar. No abandonaremos Água Negra. (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 2019-222).

Pese a que no existe referencia directa a la esclavitud, observamos que, desde su nacimiento hasta la muerte, muchos campesinos viven bajo los zapatos del opresor, bajo la sombra de la esclavitud. En ese contexto, observamos que la novela da protagonismo a seres supuestamente prescindibles ante el mundo “civilizado” del consumo; nos los muestra como sujetos fuertes, aunque no todos son conscientes de la capacidad que tienen de escribir una nueva página en la historia. De ahí que la obra coincide con el ideal de novela, destacado por Lapesa (1974): “el ideal de la novela es que el autor proceda con absoluta objetividad, sin dividir a sus personajes en buenos y malos, sino pintándolos con la compleja mezcla de virtudes y miserias que ofrece la mayor parte de la humanidad.” (LAPESA, 1974, p. 170-171). Y eso resulta muy evidente en la novela *Arado torcido*.

Es en la hacienda Caxangá donde todo parece haber empezado. Allí, en el infierno donde vivió Donana, “aquel infierno llamado Caxangá, el infierno de la esclavitud a la que se había acostumbrado como si de su tierra se tratara” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 237); allí, donde la abuela Donana “vivía cautiva, sin haber intentado nunca abandonar a sus tutores, trabajando a cambio de lo que comía” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 166); allí donde “dio a luz a su hijo, José Alcino, en medio de una plantación de caña en la hacienda Caxangá” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 163); y allí donde, de la noche a la mañana, vio marchar a los que se podían valer, menos joven o más joven, como su hijo José Alcino, Zeca Sombrero Grande, pero ella se tiene que quedar, por su vejez, por su “inutilidad”, por no poder valerse sola, tras una vida bajo unas condiciones análogas a la esclavitud. Y fue allí donde

Donana sorprendió a su hija Carmelita, que era ya muchacha desde hacía unos años, bajo el cuerpo de su hombre, con los pantalones bajados, en la cama donde se tumbaba a reponerse del agotamiento infinito, se desplomó en el suelo como un burro que se niega a seguir el camino que le queda (...) no quería dejar rastro ni recuerdo de sus pasos y acciones. Nadie sabría nada, ella se limitaría a asegurar que él se había marchado sin indicar su destino. Antes de pensar en la justificación que daría, desangró al hombre como quien desangra un cerdo.” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 239-240).

Al igual que los demás de su linaje, Donana también se va de Caxangá, mejor dicho, su hijo, Zeca Sombrero Grande, se la lleva a vivir con él y su familia a su nuevo destino, la hacienda Água Negra. Allí, donde la vida parece seguir igual; allí, donde, como si fuera ley de vida, “se encargaría de los partos de las trabajadoras de la hacienda hasta pocos días antes de morir” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 21); allí, donde cumplió su destino, mientras su hijo vive cautivo, algo resignado, pero sin dejar de anhelar para sus hijos un futuro diferente al que le tocó vivir: “Vi a mi padre decirle a mi tío que en los tiempos de sus abuelos era peor, no te dejaban tener un terreno, no había casa, todos se hacinaban en el mismo espacio, en la misma chabola”. (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 41).

Aunque en Água Negra no parezca haber lugar para plantar las semillas de la libertad, que conlleva en la transformación social, poco a poco se va gestando y floreciendo el deseo y la esperanza de libertad. Así pues, vemos brotar las primeras semillas de la lucha por la tierra desde la valentía de Severo, un joven cuya capacidad de razonamiento va más allá de la necesidad de tener un plato de comida asegurado. Es Água Negra una hacienda dispuesta a recibir y “cobijar” a todos, conforme está demostrado en el fragmento que va a continuación. Allí, donde

Podía construirse una casa, pero de adobe, nada de mampostería, nada que acotara el tiempo de presencia de las familias en la tierra. Podía habilitar un terrenito para que rindiera calabazas, judías, quingombó, nada que distrajera la necesidad de trabajar para el dueño de la hacienda, a fin de cuentas, para eso le permitía levantar una vivienda. (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 41).

Lo cierto es que Água Negra se configura como un “puerto seguro”; es la hacienda “buena esperanza” en la que se deposita la posibilidad que queda de tener un cobijo tras la decadencia de lugares como Caxangá; es un camino-salida de/para la posible supervivencia, conocido por el todavía joven Zeca Sombrero Grande; anhelado por familias enteras por ser un lugar de supuesta “libertad” de poder construir una casa y tener asegurada la supervivencia. Se trata de un mundo alejado de la “civilización” y el “progreso”, un espacio simbólico, plagado de realidad. Quizás estamos ante una evidente metáfora de una vida de amargura, de dolor y lágrimas; lágrimas negras como la de los riachuelos que cortan y adornan la Chapada Diamantina, un lugar plagado de historia. Se trata de un universo donde vidas negras se convirtieron en buscadores de piedras preciosas – popularmente conocidos como garimpeiros –; allí donde, históricamente, han dejado sudor y sangre, pero también enterraron sus sueños y sus cuerpos debilitados por la estupidez humana, por la esclavitud.

Vale la pena resaltar que las distancias que separan la hacienda Água Negra de la ciudad se materializan, además, en la distante posibilidad de ascenso social. Sin embargo, pese a estar alejada de la ciudad, le llegan soplos de esperanza. En Água Negra los trabajadores se entregan al trabajo, porque es la única forma de obtener el sustento. Y eso va unido al amor que tienen por la tierra, que no lo pierden pese a las adversidades del tiempo y del espacio. A Água Negra se llega, pero también se nace, se crece y se muere, como ley de vida, como podemos observar en el fragmento a continuación:

Tengo hijos, nietos; todos nacieron en Água Negra [...] Yo nací en Bom Jesus, pero de cierta manera también nací en esta tierra. Llegué siendo muchacha, muy joven. Aquí he vivido, he criado mis hijos, he trabajado de sol a sol con mi marido y he visto enterrar a mis vecinos y a mis compadres, allá en el cementerio que ustedes se han encargado de cerrar. Fui parida, pero también parí esta tierra. (VIEIRA JÚNIOR, 2022 p. 229).

Y, es más: allí, “donde enterrábamos los despojos del parto y el ombligo de los recién nacidos. Donde enterrábamos los despojos de nuestros cuerpos. Donde todos acabaríamos sepultados algún día” (VIEIRA JUNIOR, 2022, p. 20) vemos brotar la esperanza.

Esta tierra donde crece matorral, donde crecen la *caatinga*, El moriche, la palma, no es nada sin trabajo. No vale nada. Todavía puede valer algo para esa gente que no la trabaja. Que no abre un surco, que no sabe sembrar ni cosechar. Pero para gente

En esta tierra fértil, donde corren ríos como el Santo Antonio y el Utinga, se reúnen manos callosas y ojos llorosos de trabajadores cuya fuerza de trabajo produce la riqueza del país, un bien que no les está permitido disfrutarlo; es una tierra donde trabajadores mayores, niños y jóvenes, son maltratados, esclavizados, abandonados y pisoteados por la indiferencia del Estado, son transmisores de la historia negra de nuestro país. Pese a todo ello, son capaces de mantener una sabiduría singular, conocimientos heredados de una cultura ancestral sin la que difícilmente seríamos lo que somos hoy por hoy; un espacio ante el que nadie es capaz de mantenerse indiferente tras (re)conocerlo como uno de los retratos más que nuestra historia oficial ha tratado de invisibilizarlo. Água Negra es un lugar donde los sueños acaban teniendo un espacio asegurado, convirtiéndose en un escenario que muestra que sin la lucha de los trabajadores de la tierra no se alcanza la libertad, no se conquista el derecho a la tierra.

A través de Água Negra el autor nos deja evidente que, pese a los ríos de sangre derramados, pese al sufrimiento que emana de las realidades negras y quilombolas en general, nace la semilla de la lucha y la esperanza. Sin embargo, no solo podemos afirmar que en Água Negra simplemente brotan las semillas de la lucha por la tierra, sino que estas se multiplican y trascienden las fronteras de nuestra realidad. De ahí que destacamos que estamos ante una lucha también por la igualdad, que no deja de ser un soplo de esperanza en días mejores, como bien lo destacamos anteriormente.

En Água Negra hay dolor, horror, pero también hay amor, reflejado en el conocimiento de la tierra y el deseo de verla prosperar. Así pues, observamos que además de ser un auténtico retrato del campo brasileño y de las realidades quilombolas, la lucha que se lleva a cabo en Água Negra es una forma que encuentra Itamar Vieira Júnior de (re)escribir una nueva página en la literatura y en la historia de nuestro país.

## LA NOVELA Y LOS PERSONAJES

*Arado torcido* (2022), en su original portugués “*Torto Arado*” (2018) es una novela con evidente tenor testimonial, compuesta por tres partes, a saber: *Filo cortante*, narrada por Bibiana; *Arado torcido*, narrada por Belonísia, y *Río de sangre*, narrada por la encantada santa Rita Pescadera.

A lo largo de cada capítulo, la ficción se funde y se confunde con la realidad, entrelazando el pasado y el presente; se mezclan las alegrías reflejadas días de abundancia o en las noches como las de *jarê*<sup>9</sup>... y las tristezas de ver robados los frutos de su trabajo, robados los derechos. Todo eso sumado al dolor de las injusticias y la opresión que parecen ley de vida. Y es que “sobraba violencia”. (VIEIRA JÚNIOR, 2002, p. 181). *Arado torcido* es uno de los más auténticos retratos de los tristes capítulos de la historia de nuestro país, la esclavitud, cuya dimensión es sumamente muy amplia y trasciende las fronteras nacionales, alcanzando dimensiones universales.

*Arado torcido* es, como bien nos hizo entender Vieira Júnior en diferentes ocasiones, un retrato del Brasil profundo, en donde las heridas del pasado siguen abiertas y, por lo tanto, constituyen un trauma que nuestro país todavía no supera. En ese sentido, podemos decir que, a través de la grandiosidad de la pluma de este autor comprometido con su tiempo, estamos ante una acertada forma de mantener viva nuestra memoria histórica. En cuanto a la grandeza de la obra de Vieira Júnior, es importante recordar que:

A grandeza de uma literatura, ou de uma obra, depende da sua relativa intemporalidade e universalidade, e estas dependem por sua vez da função total que é capaz de exercer, desligando-se dos fatores que a prendem a um momento determinado e a um determinado lugar. (CANDIDO, 2000, p. 41).

Conforme destaca Scalia (2021, p. 244), “*Torto arado* conta a história de uma comunidade quilombola – que inicialmente não se enxerga como tal – que habita uma fazenda chamada Água Negra, no interior baiano, desde meados do século XX”. En ese contexto, cabe resaltar que son muchos los personajes entrañables de la obra, niños y mayores que dan vida a Água Negra; gentes malheridas por un sistema opresor, representado por figuras tan abominables como pueden ser los Peixoto, representados por Sutério, el administrador de la finca.

(Sutério) Entró en nuestra cocina y preguntó de dónde habíamos sacado las batatas. Mi padre contestó que las habíamos comprado en el mercado de la ciudad. Con qué dinero, quiso saber el administrador. Vendimos un resto de aceite de palma que habíamos hecho, repuso mi madre. Sutério agarró casi todas las batatas con las dos manzanas y las metió en el Rural, que había dejado aparcado en la puerta. Se llevó también dos botellas de aceite de palma que guardábamos para preparar los pececillos que pescábamos en el río. Le recordó a mi padre que era obligatorio

---

<sup>9</sup>Según afirma Regina Muñoz, traductora de la edición española de *Arado torcido* (Editorial Pepitas de calabaza, 2022), “el *jarê* es una práctica religiosa de raigambre indígena, católica y africana que se practica exclusivamente en la Chapada Diamantina, la región central del estado de Bahía, más o menos desde mediados del siglo XIX”.

entregar una tercera parte de la producción del huerto. Pero las batatas no eran del huerto (...) Vi la vergüenza de mi padre crecer a ojos vistas, sin poder hacer nada. Zeca Sombrero Grande era un sanador respetado y conocido más allá de las lindes de Água Negra. Pero allí, dentro de los límites de la hacienda, bajo el dominio de la familia Peixoto - que casi no aparecía por allí salvo para dar órdenes, pagar al administrador y decir que no podíamos construir casas de mampostería [...] Vi a mi madre soliviantada, sus ojos se inyectaron en sangre, indignados, pero se detuvo al percatarse de que mi padre se sentía incapaz de discutir o reclamar nada. (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 86-87).

En efecto, podemos decir que en esta obra estamos ante dos mundos: por un lado, el de los oprimidos; por el otro, el de los opresores, poco conocedores del movimiento de los días y de las noches, contrastado por la sabiduría ancestral de los que conocen, viven y trabajan la tierra. Son mujeres fuertes, niñas, jóvenes y mayores, que asumen diferentes y relevantes y diversos papeles, que van mucho más allá de los quehaceres domésticos. Entre ellas, destacamos a Donana, a Belonísia y a Bibiana, sin quitarles la importancia a figuras tan relevantes como Salustiana o María Cabocla, además de Miúda que, en cuyo esmirriado cuerpo abriga a la encantada santa Rita Pescadera, entre otras: “soy mucho más antigua que los cien años de Miúda.” (VIEIRA JÚNIOR, 203). Estos personajes son representantes de algunas de las muchas voces silenciadas por la historia, pero plagadas de fuerza y capacidad de cambiar el rumbo de la historia, pese a todo tipo de violencia que sufren.

Gracias a la voz y las acciones de estas mujeres protagonista de su historia, que es nuestra historia, la historia de muchas mujeres negras, indígenas o mestizas... aparentemente débiles, porque a lo largo de los siglos se nos atribuyó el mote de “sexo frágil”, las personajes de *Arado torcido* se configuran como posibles motores de cambio social, las que deben asumir el timón de la lucha contra la opresión, contra todo tipo de violencia. Con eso, podemos decir que estamos ante una posible “luz al fin del túnel”, en lo que se refiere a la lucha de las mujeres en el mundo entero por igualdad, por derechos sociales, empezando por el fin de la violencia y a favor de la dignidad humana, un tema que pretendemos profundizar en investigaciones futuras.

A continuación, y con la idea de resaltar el papel de los principales protagonistas de la novela con el rigor que se merece, pero sin restar la importancia a las otras y muchas voces que dan vida a la obra y que nos llenan de esperanza, nos centraremos, criteriosamente, en los que más sobresalen. A todo eso, prescindimos de traer al centro de nuestra reflexión a tipos como Tobias o Aparecido, el mismísimo Sutério, administrador de la hacienda, los Peixoto o Salomão, a quienes pretendemos estudiar en el momento oportuno. Dejamos abiertas las puertas de esta investigación, puesto que este es un trabajo que apenas

empezamos y que estamos seguras de que seguiremos ampliando y profundizamos sobre este tema y tantos otros que nos atrapan y nos invitan a seguir reflexionando.

## DONANA

Donana, nacida en Caxangá, “vivía cautiva, sin haber intentado nunca abandonar a sus tutores, trabajando a cambio de lo que comía.” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 166). En Caxangá, Donana tuvo a sus 11 hijos; en Caxangá “dio a luz a su hijo, José Alcino, en medio de una plantación de caña en la hacienda Caxangá.” (VIEIRA JÚNIOR, 2002, p. 163). Donana es la matriarca de la familia, de la que sus nietas heredan un misterioso cuchillo con el que cambian el rumbo de la historia de Água Negra. Este legado, inicialmente escondido en una vieja maleta, una “maleta de piel envejecida llena de manchas y con una gruesa capa de tierra acumulada por encima” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 13). Al final, el cuchillo sirvió para su fin último en sus manos, el fin que ella nunca había imaginado.” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 238).

Allí en Caxangá enviudó tres veces y luchó no solo por la crianza de sus hijos, sino de la propia supervivencia y contra la violencia de los “jaguares”, haciendo, inclusive, justicia con sus propias manos, como es posible observar a continuación, cuando

sorprendió a su hija Carmelita, que era ya muchacha desde hacía unos años, bajo el cuerpo de su hombre, con los pantalones bajados, en la cama donde se tumbaba a reponerse del agotamiento infinito, se desplomó en el suelo como un burro que se niega a seguir el camino que le queda (...) no quería dejar rastro ni recuerdo de sus pasos y acciones. Nadie sabría nada, ella se limitaría a asegurar que él se había marchado sin indicar su destino. Antes de pensar en la justificación que daría, desangró al hombre como quien desangra un cerdo.” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 239-240).

Al igual que muchos otros trabajadores del campo, Donana no tenía donde “caerse muerta”, como reza el refrán popular, de ahí que “vivió con la familia del capataz que asumió su custodia, sirviendo como empleada doméstica en la casa de la hacienda.” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 164). De hacienda en hacienda, cuando ya no se podía valer por sí sola, acabó siendo trasladada de Caxangá. Lo hizo su hijo, Zeca Sombrero Grande, quien se estableció en Água Negra con su familia y una legión de trabajadores que buscaban la supervivencia. No obstante, quería que las futuras generaciones fueran libres, “y quería verlas libres, dueñas de su propio destino.” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 238).

## ZECA SOMBRERO GRANDE

Zeca Sombrero Grande, hijo de Donana, padre de Belonísia y Bibiana. Conocido líder espiritual de Água Negra, sanador de *jarê*, era un hombre sumiso, conforme con la realidad que le tocó vivir:

era el trabajador más estimado de la familia Peixoto. A él recurrían para atraer trabajadores nuevos a Água Negra, porque confiaban en su compromiso con la hacienda. Confiaban en su capacidad de persuasión y de reconciliar a quienes vivían en conflicto por culpa de un cercado o de alguna bestia suelta que acababa en el campo ajeno, causando daños. (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 54).

Zeca Sombrero Grande, además de ser un conocido líder espiritual, era el principal responsable de reunir los trabajadores para trabajar en Água Negra. El sanador era dueño de una gran sabiduría ancestral, gracias a la que se conocía muchos de los secretos de la tierra:

no sabía de letras ni de números, pero conocía las fases lunares. Sabía que con la luna llena se planta casi todo; que la mandioca, el plátano y la fruta prefieren la luna nueva; que con la luna menguante no se siembra nada, solo se desbroza y se queman rastrojos.

(...) cuando descubría un problema en el campo, se tumbaba sobre la tierra con la oreja vuelta hacia su interior, para decidir qué usar, qué hacer, dónde avanzar, dónde retroceder. (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 100).

Pese a ser el trabajador más respetado y gran conocedor de muchos de los secretos de la tierra, Zeca Sombrero Grande tampoco tenía sus derechos respetados. Y, en un contexto hostil, donde vivía bajo unas circunstancias análogas a esclavitud, en el que la violencia estaba a la orden del día, “sobraba violencia.” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 181), lamentablemente parecía no haber lugar para protestar. Ante semejante circunstancias, el sanador de *jarê*

nunca protestaba, independientemente de la orden que le llegara. Por más difícil que fuera reclutaba a los vecinos y trabajaba para entregar lo que se le había encargado con el esmero que lo caracterizaba. Represaba agua del río para las peticiones de riego que le hacía Sutério. Convocaba a los compadres para cortar madera y contener con gran ingenio el afluente. Pastoreaba el ganado de la finca, llevándolo a comer donde hubiera verde. (VIEIRA JUNIOR, 2022, p. 54).

No obstante, el sanador sabe que otro mundo existe, un mundo mejor, diferente al suyo y que lo anhelaba para sus hijos.

Mi padre nació casi treinta años después de que declararan libres a los negros esclavos, pero aún era cautivo de los descendientes de los señores de sus

antepasados. Mi abuela, Donana, dio a luz a su hijo, José Alcino, en medio de una plantación de caña en la hacienda Caxangá. (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 153).

Aunque hayan nacido libre, la libertad de Zeca Sombrero Grande - y todos los suyos - no era una realidad, sino un deseo y una realidad por la que habría que luchar. Sin embargo,

En vida de Zeca Sombrero Grande respetó su deseo de no enfrentarse a quienes les habían brindado cobijo. Poner en entredicho el dominio de las tierras de la hacienda habría sido un gesto de ingratitud [...] Gracias a sus creencias había consolidado una orden propia, lo quién nos ayudó a atravesar el tiempo hasta el presente. (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 196).

Como líder espiritual, la figura de Zeca Sombrero Grande es muy importante no solo para la población de la hacienda Água Negra, sino para los pueblos de alrededor e, inclusive, para los Peixoto, quienes necesitan sus trabajos espirituales para curar los males que los perturban: “vinieron a buscarlo en coche, un Gordini rojo, algo nunca visto en Água Negra.” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 65). Zeca recibe a los “encantados”, manteniendo un cierto orden en el entorno a través de su liderazgo religioso; es consejero y pacificador en los asuntos familiares; gran conocedor de la medicina tradicional, a base de hierbas con las que cura enfermedades no solo espirituales, sino físicas y mentales, es decir, en las que encuentra la cura para muchos males, de cuerpo y alma. De ahí que lo buscan para sus necesidades espirituales convencidos de que encontrarán en él un puerto seguro, conforme podemos observar en el fragmento a continuación: “Crispina se tiró al suelo. Estaba sucia, apestaba a sudor, orines y flores muertas (...) no era la primera vez ni la segunda ni la tercera que una persona desquiciada se presentaba en nuestra puerta.” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 32-33).

Como no podía ser de otra manera, las familias “depositaban sus esperanzas en los poderes de Zeca Sombrero Grande, sanador de *jarê* que vivía para devolver la salud de cuerpo y espíritu a quienes lo necesitaban.” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 32). En Água Negra, desde que llega para trabajar, porque ha ido para trabajar, y lo deja muy claro, Zeca Sombrero Grande lo da todo, incluso sus conocimientos ancestrales, que es mucho más que la mano de obra, uno bienpreciado del sanador: “he venido porque necesito trabajo. He venido porque soy joven y tengo fuerza para trabajar. Tengo buena mano para los cultivos. Tengo oraciones y remedios para plagas de insectos.” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 190).

Tras una vida entera dedicada a dar vida a la tierra y a los enfermos, Zeca Sombrero Grande fallece en Água Negra sin ver concretar el sueño de un mundo mejor que el que le tocó vivir. No obstante, en ese momento se fortalece la lucha por el derecho a la tierra y por mejores condiciones de vida.

## BIBIANA

Nieta de Donana, hija de Zeca Sombrero Grande y Salustiana Nicolau, hermana de Belonísia; mujer de Severo y madre de Inacio...son algunas referencias de Bibiana, una de las voces más sonantes de *Arado torcido*. “Era la hija mayor, la primera de cuatro hijos vivos y de otros tantos que nacieron muertos.” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 21).

Todavía adolescente, Bibiana se casa con Severo, su primo, y aprende a soñar. Bibiana quiere ser maestra, una maestra diferente a doña Lourdes, la maestra que falseaba la historia de nuestro país, ella que “hablaba de la mezcla entre indios, negros y blancos, de lo felices que éramos todos, de lo bonito que era nuestro país” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 97); una maestra que “no sabía por qué estábamos allí, ni de dónde venían nuestros padres, ni lo que hacíamos; en sus frases y textos solo había historias de soldados, profesores, médicos y jueces.” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 99).

Al principio de la trama, Bibiana se ve implicada en el accidente que le cambió la vida a su hermana Belonísia, una desgracia que acabó uniendo a las hermanas. Sin embargo, semejante desgracia sirvió para unir las todavía más. En estas circunstancias, Bibiana asume la voz de su hermana, estableciéndose entre ellas una relación trascendental, de fraternidad y solidaridad.

“Durante toda su vida, Bibiana había visto a su padre organizando las tareas o guiando a la concurrencia en las ceremonias de *Jarê*. Nunca imaginó, sin embargo, que aquella responsabilidad de hablarle a la población de la hacienda recaería sobre sus hombros.” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 218). De ahí que es consciente de las injusticias y la opresión, evidenciadas en todo tipo de violencia, y no se calla ante semejante horror.

A raíz del accidente con su hermana, Bibiana se da cuenta, entre otras cosas, del problema de la discriminación y de la exclusión social y racial, revelando/despertando todavía más su conciencia crítica, evidenciando su inconformidad ante la realidad vivida, conforme exterioriza en el fragmento que va a continuación:

En el hospital tardaron en atendernos. Nuestros padres se quedaron acurrucados en un rincón, a nuestra vera. Vi los pantalones manchados de

tierra que él no había tenido tiempo de cambiarse. Mi madre llevaba un pañuelo de colores atado a la cabeza (...) fue el primer sitio donde vi más gente blanca que negra. Y vi cómo nos miraban con curiosidad, pero sin acercarse.” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 18).

Y agrega: “a la vuelta estábamos bastante doloridas, una más que la otra (...) Nunca habíamos montado en el Ford Rural de la hacienda ni en ningún otro automóvil. ¡Y qué distinto era el mundo más allá de Água Negra! (VIEIRA JÚNIOR, p. 19-20).

Como podemos observar, Bibiana asume la voz de su hermana Belonísia, pero también la de Água Negra. Desde niña, es consciente de la trágica historia de su familia y los demás trabajadores de la hacienda: “nuestro padre se iba al campo con las primeras luces del día. Se marchaba con sus aperos después de pasarnos la mano por la cabeza con sus oraciones susurradas a los encantados” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 23). Pero Bibiana no quiso “repetir los gestos que nuestros padres y nuestros antepasados nos habían legado” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 23). Tras el asesinato de Severo, su marido, Bibiana encabeza la lucha contra la violencia y la opresión, que conlleva en la lucha por la tierra; “Bibiana decidió convocar a los habitantes de Água Negra para hablar” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 217) y lanza el siguiente discurso:

Llegamos a la hacienda hace muchos años, todos los aquí presentes saben cómo fue. Esa historia ya se ha contado muchas veces. mil veces. muchos de nosotros, la mayoría puedo decir, nacimos en esta tierra. Nacimos aquí, en esta tierra que no tenía nada, únicamente nuestro trabajo. Todo esto existe solo porque nosotros hemos trabajado la tierra. Yo nací aquí. Mis hermanas nacieron aquí (...) sometiéndose a trabajar a cambio de un techo. La misma esclavitud de antes disfrazada de libertad, pero ¿qué libertad? (...) Pero no nos van a doblegar. No abandonaremos Água Negra. (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 2019-222).

Así pues, vemos firmar su liderazgo entre los habitantes de Água Negra. Como no podía ser de otra manera, sigue la lucha iniciada por Severo, desafiando la inoperancia del Estado y contra el silenciamiento de los líderes que dan sus vidas a favor de la lucha por el derecho a la tierra y a la dignidad humanas. De ahí que además de honrar la valentía de Severo, organiza a los trabajadores y resiste a los “jaguares” que se les cruzan por el camino, escribiendo una nueva página en la literatura de nuestro país y todo lo que eso implica. Ante lo dicho, destacamos que queda muy claro:

No nos rendiremos. Esa semilla que Severo plantó en pro de nuestra libertad y nuestros derechos no morirá. Hemos perdido a uno. Mi

compañero y el padre de mis hijos. Pero todavía somos muchos en esta hacienda. Uno fruto se ha ido, pero el árbol sigue aquí. Y sus raíces son demasiado profundas para intentar arrancarlas. (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 221)

No podemos olvidar, además, que Bibiana, al igual que Belonísia, no temía a los hombres, era “la nieta de Donana y la hija de Salu, que hacían que los hombres se lavaran la lengua para dirigirse a ellas.” (VIEIRA JÚNIOR, p. 121). Por otro lado, es importante que reconocer que su conciencia brota, también, por haber estado casada y acompañando la lucha de Severo, un militante que se conocía sus derechos, la ley y la importancia de la organización de los trabajadores. En esta perspectiva, resaltamos y recordamos las palabras del patrono de la educación de nuestro país, Paulo Freire (1921-1997), según el cual la educación es libertaria.

Al final, Belonísia desafía al poder, reconoce su condición de quilombola y se convierte un auténtico símbolo de lucha y resistencia: “dijo que era *quilombola*. Le respondieron que nadie había hablado nunca de *quilombos* en esa región. ‘Pero nuestra historia de sufrimiento y lucha dice que somos *quilombolas*’”. (p. 256).

## BELONÍSIA

Belonísia, la hermana pequeña de Bibiana, tiene marcada su vida para siempre, a raíz de un trágico accidente. A una edad que no se pudo precisar, “era un año más pequeña.” que su hermana (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 13). A raíz del trágico accidente que le cambió la vida, en el que perdió la lengua,

tenía que darme la razón en que mi futuro no podía ser mucho mejor, a fin de cuentas, yo no podría dar clase en Água Negra ni en ninguna localidad vecina. No se tenía noticia de maestras mudas en los alrededores. En el fondo, estaba de acuerdo en que yo no podría enseñar si no salía ni una palabra de mi boca, en que sería mejor que continuara con mis andanzas por campos, huertos y cocina, por *marimbus*, camino y mercado, para que cuando ellos faltaran yo pudieran arreglármelas sola. (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 99).

En efecto, el haber perdido una parte de la lengua hace que Belonísia dé por hecho que no tiene posibilidad de progresar, de tener una vida mejor. Mientras su hermana Bibiana sigue soñando con ser maestra, la niña mutilada se resigna y cree en la imposibilidad de vivir de una manera que no sea labrando la tierra. De ahí que se refugia en la compañía de Zeca Sombrero Grande, de cara a poder supervivir en el futuro que le espera, como quilombola,

sin la protección de sus progenitores, con los que aprendía muchos de los secretos y peculiaridad de la naturaleza, es decir, de la vida en el campo:

Con Zeca Sombrero Grande me internaba en el bosque durante los trayectos de ida y vuelta y aprendía sobre hierbas y raíces. Aprendía de nubes, cuándo llovería o no, de los cambios secretos que el cielo y la tierra experimentan. Aprendía que todo estaba en movimiento, a diferencia de las cosas sin vida que la maestra mostraba en sus clases. (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 99).

Ante la imposibilidad de tener un futuro diferente al que tenía, y pese a no poderse expresar verbalmente, Belonísia demuestra su valor y sus inquietudes; es capaz, inclusive, de sumarse a la lucha por el fin de todos los tipos de violencia que reina en su entorno, de la que ella también es víctima.

Como si fuera ley de vida, aun siendo una niña Belonísia cae en las garras de Tobias, quien le destroza la vida. Pero la suerte juega a su favor y el que era su marido se mata en un accidente de caballo, dejándola “libre”. Antes de la defunción de Tobias, a quien decidió no rendirse, Belonísia se enfrenta, incluso, al marido maltratador de María Cabocla, Aparecido, movida por su fuerza ancestral; no estaba conforme con la violencia naturalizada y toma partido, como muestra el fragmento a continuación: “acerqué a su barbilla la hoja que tenía escondida a la espalda, mirándolo con seguridad a los ojos rojos y llenos de venas, que se espantaron al ver mi reacción (...) El cuchillo tocó de tal modo su barbilla que casi vi el momento en que lo rajaría. (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 149). Y lo enfrenta provista del cuchillo de Donana, el mismo que le quitó un trozo de la lengua y que la llenó de valor. Se quedó “allí, plantada, desafiando a Aparecido para que se acercara él mismo a echarme, porque yo no iba a salir por mi propio pie.” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 148). Lo cierto es que Belonísia compartía las mismas desgracias que lacraban a María Cabocla, la violencia machista sistémica. “Belonísia era la furia que había atravesado el tiempo.” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 261).

## SEVERO

Severo, marido de Bibiana, hijo mayor del tío Servó y la tía Hermelina, es un joven prócer de la lucha por el derecho a la tierra. Desde su llegada a Água Negra, todavía cuando era niño, demuestra unas cualidades sobresalientes, que le hace diferente de los demás. Pese a su timidez, era muy observador y además ya mostraba su descontento ante la nueva realidad.

En su corta edad, Severo ya había aprendido con sus padres sobre el valor de la tierra; sabía cómo cultivarla, cómo “mimarla” y lidiar con las adversidades del espacio y del tiempo. Como los demás niños y jóvenes que habitaban Água Negra, parecía a predestinado a ser un trabajador más. En efecto, en Água Negra había lugar para todos, y los trabajadores sabían muy bien de eso. De ahí que tener hijos para “ayudarles” era una especie de designio de la naturaleza:

“Tienes a los muchachos, eso es una ayuda. Hay un pajarito negro, así de pequeñito”, y mostraba las falanges de los dedos para dar una dimensión aproximada de la plaga, “que ataca el arrozal por la mañana temprano. Los niños te pueden ayudar a espantarlos. Aquí madrugamos todos para ir a espantar a los pajaritos, si no, la cosecha se malogra.” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 41-42).

Y, como “buen niño-trabajador”, no se eximía de acudir a espantar a los pajaritos.

Severo, además de trabajador, sabía expresarse y se llevaba muy bien con la gente del quilombo. A pesar de no tener tantos estudios, aprende a soñar y a luchar por días mejores. Su deseo de cambiar la realidad era innegable y se hacía cada vez más evidente. Severo, incluso, deseaba tener su propia tierra:

Quería trabajar sus propias tierras. Quería ser dueño de su propia finca porque, a diferencia de los terratenientes de allí, que no sabía gran cosa de lo que tenían, que tal vez ni siquiera supieran remover la tierra, mucho menos cuál era el momento para plantar según las fases de la luna, ni lo que podía crecer en seco y en las vegas, él sabía de todo eso y de mucho más. (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 73).

El afán de días mejores lleva a Severo a buscar nuevos horizontes fuera de la hacienda Água Negra. Al contrario de los demás, sabía que necesitaba más conocimiento y mejor organización para luchar por el cambio. Así, anhelaba mejorar la vida de su pueblo, que vivía en situación análoga a la esclavitud. Y, como no podía ser de otra manera, se marcha, llevando consigo a Bibiana, su prima, que ahora ya era su mujer.

Seguro de la necesidad de cambio social, el joven militante se va con su pareja sin dejar de mirar atrás. Años más tarde, con mayor seguridad y conocimiento de causa, regresa a Água Negra y fortalece la lucha por el derecho a la tan soñada tierra. Siendo Bibiana ya maestra de formación, se suma a la lucha. Allí logran convencer a muchos trabajadores sobre la importancia de luchar para tener los derechos garantizados, exigiendo que los patrones cumplan sus deberes. Desgraciadamente, al poco tiempo, Severo resulta brutalmente asesinado en su propia casa, un atentado que se configura como una clara venganza y

demostración de intimidación por parte del Estado. Mientras yace tirado en el suelo, se abre una grieta en la esperanza y los sueños de Água Negra: “la tierra seca a sus pies se había convertido en una brecha abierta por la que corría un río de sangre. (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 199). Sin embargo, la lucha no para, pese al Río de Sangre que sigue corriendo.

Con eso, el autor nos invita a reflexionar sobre otro de los problemas que afligen el campo brasileño, la lucha por el derecho a la tierra y todas sus implicaciones, desde el período de la esclavitud hasta nuestros días.

### SANTA RITA PESCADERA

“Encantada”, a veces olvidada por la gente de Água Negra, santa Rita Pescadeira es la tercera narradora de la novela. Es una entidad ancestral, “una vieja encantada, muy antigua, qué acompañó a ese pueblo desde su llegada de Minas Gerais, de África” (VIEIRA JUNIOR, 2022, p. 212), una vieja cuya memoria no le permite olvidarse de todo lo que ha sufrido con otras personas, “huyendo de las disputas por la tierra, de la violencia de hombres armados, de la seca.” (VIEIRA JUNIOR, 2022, p. 212).

Su primera aparición recae en la esmirriada Miúda, esta que, abandonada a su suerte, se convierte en su caballo; pasa de ser un mero recuerdo a configurarse como la fuerza motriz de la justicia *in loco*, en un universo plagado de injusticias:

la encantada empezó a oír los insultos de Tobias, que ponía en duda su existencia y la retaba a demostrar sus poderes (...) La sanadora había tenido que intervenir varias veces para pedirle que dejara de decir estupideces. Tobias, que no cejaba ni se disculpaba, recibió una única sentencia, pronunciada por la mismísima encantada a través del cuerpo de doña Miúda. Palabras que nadie oyó, ni siquiera Valmira, solamente él. “Pero Tobias siguió despotricando de la encantada, me había dicho María Cabocla, “de modo que no te extrañes si cae en una desgracia sobre su casa.” (VIEIRA JÚNIOR, 2002, p. 137).

Ante lo expuesto, podemos decir que la encantada posee un poder fáctico y lamenta no haber intervenido en la muerte de Severo. Sin embargo, con haberle hecho justicia con Tobias, que se mata en una caída, le devuelve la vida a Belonísia, sacándole de las sombras en las que vivió bajo la suela del zapato de ese verdugo.

Al morir su caballo, Santa Rita Pescadera se pone a vagar por los campos y prado, sin destino aparente, sin cuerpo donde (re)posar: “Mí caballo se murió y ya no tengo montura para caminar como debo, de la forma en que un encantado debe presentarse entre los

hombres” (VIEIRA JUNIOR, 2022, p. 203). Ella también es parte de la historia de ese pueblo excluido, marginado, sufridor y que vive a la merced del destino y del tiempo.

Pese al abandono que siente, la entidad no deja solos a sus “hijos”, y los acompaña en sus días y sus noches; sus alegrías y sus tristezas; en el dolor y en la esperanza. En efecto, no hay que olvidar que es Santa Rita Pescadera uno de los principales motores de emancipación de la población quilombola; es la encantada quien nutre el deseo de justicia de Bibiana, la libertad y la alegría de Belonísia, quien durante el velatorio de su difunto marido se tiene que reprimir diversas veces para no dejar que se le escapara una “sonrisa traicionera.” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 138).

## EL CUCHILLO

El cuchillo, objeto misterioso que modifica para siempre el destino de Belonísia, cortándole la lengua accidentalmente, está entre lo que hay de más valioso en la novela en *Arato torcido*; es el bien máspreciado de Donana, fabulosa herencia de sus nietas Belonísia y Bibiana.

Este objeto, que atraviesa generaciones, desde las manos de hacendados ricos a las callosas manos de las trabajadoras rurales de Água Negra, funciona como una de las gotas que colmaron el vaso del silencio de la opresión y el deseo de justicia; es un cuchillo de los que “desangran la caza, desangran a los animalitos del patio y matan hombres”; un objeto con valor propio, plagado de secreto y rebosante de significado; un objeto con el que se hace justicia con las propias manos, en un mundo plagado de injusticia; un objeto con el que Donana, al sorprender a su hija Carmelita, “que ya era muchacha desde hacía unos años, bajo el cuerpo de su hombre, con los pantalones bajados” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 239), “desangró al hombre como quien desangra un cerdo” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 240); un objeto con el que se venga la muerte de Severo, cazando “el jaguar que había derramado sangre y estaba dispuesto a desgarrar la carne de más gente, hasta conseguir lo que deseaba.” (VIEIRA JÚNIOR, 2022, p. 260).

## CONSIDERACIONES FINALES

La novela *Arado torcido* nos ha permitido acercarnos y (re)conocer la problemática del universo rural del Brasil profundo, heredero de más de treientos anos de esclavitud, cuyas heridas siguen abiertas hasta nuestros días.

A través de las realidades de los trabajadores rurales de la hacienda Água Negra, Itamar Vieira Júnior nos muestra la importancia de tener memoria histórica y conciencia de clase para alcanzar la transformación social. El autor deja evidente que las desigualdades sociales existentes en el marco rural son consecuencias del fenómeno de la esclavitud y que se perpetúan bajo la mirada indiferente del Estado y todo lo que ello conlleva.

Además de trabajar a cambio de un plato de comida, las poblaciones quilombolas padecen todo tipo de violencia y opresión; están apartadas de los bienes más elementales para la supervivencia, siendo condenadas a vivir a la merced del destino y del tiempo. En ese sentido, al mostrar los problemas que padecen los trabajadores rurales, Vieira Júnior refuerza la necesidad de la transformación social, de manera que sea asegurado el derecho a la tierra y, por consiguiente, la dignidad humana de estas poblaciones, históricamente marginadas.

Creemos que la literatura de Itamar Vieira Júnior es un arma cargada de esperanza<sup>10</sup>, pero también de denuncia y reflexión; es una fuente de posibilidades que nos permite acercarnos a nuestro pasado, entender nuestro presente y forjar nuestro futuro. De todos modos, teniendo en cuenta que la literatura no puede ser considerada como un documento oficial, y sin perder de vista su capacidad de hacernos reflexionar sobre nuestra historia y nuestras realidades. Conforme subraya Álvarez Méndez (2002, p. 30), “a través de la ficción se crea una nueva realidad, distinta de la normal, conformada por mundos literarios y representada en un contexto”.

En ese sentido, es posible creer que *Arado torcido* es una manera muy acertada de mantener viva la memoria de la esclavitud de nuestro país, al tiempo que nutre nuestra memoria histórica. Para finalizar, cabe destacar que la literatura de Vieira Júnior asume el carácter crítico-reflexivo, dando voz a los sin voz en vez de hacer un simple retrato de las realidades del universo rural de un Brasil poco o nada conocido y que todavía padece las consecuencias funestas y lleva consigo las marcas profundas de la esclavitud, un país “anclado en el pasado y que resiste superarse”.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup>Haciendo nuestras las palabras del poeta español Gabriel Celaya (1911-1991), aquí hicimos una reformulación del título de uno de los poemas más sobresalientes del autor: “La poesía es un arma cargada de futuro”.

<sup>11</sup>Véase <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/10/itamar-vieira-jr-o-brasil-esta-encalhado-no-passado-que-resiste-e-m-ser-superado> en:

## REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ MÉNDEZ, N. *Espacios Narrativos*. León: Universidad de León. Secretariado de Publicaciones y Medio Audiovisuales, 2002.

ARAÚJO, G. La vocación ruralista del escritor Miguel Delibes, en defensa del campesino y del campo castellano. *REVELL – Revista de Estudos Literários da UEMS*, p. 107-121, 2014.

BAKHTIN, M. *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas*. São Paulo Editora 34, 2017 (1ª edição).

CAMMAERT, F. Traduzir a derrota dos sonhos: ‘Torto Arado’, uma viagem deslumbrante pelos sulcos abertos da América Latina. Tradução de PINHEIRO-MARIZ, Josilene e COSTA JUNIOR, José Veranildo Lopes da. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, v. 11, n. 1, p. 168-182, mar. 2022.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

LAPESA, R. *Introducción a los estudios literarios*. Madrid: Cátedra, 1974.

NORO, N. S., & Gonçalves, M. A. G. (2022). Uma história de amor pela terra: o fenômeno literário de Torto arado – entrevista com Itamar Vieira Junior. *Via Atlântica*, 23(1), 530-559. <https://doi.org/10.11606/va.i41.188769>

SCALIA, L. Torto arado é literatura engajada. *Fórum Lit. Bras. Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 13, nº 25, pp. 243-51, jun. 2021. Consultado el 07 de sep. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/flbc/article/view/41647>

VIEIRA JUNIOR, I. *Arado torcido*. Logroño: Pepitas de calabaza, 2022.

Recebido em 14 de setembro de 2023.

Aprovado em 24 de novembro de 2023.





## CRIMES CONTRA MULHER POR RAZÕES DA CONDIÇÃO DE SEXO FEMININO: QUAIS CORPOS SÃO PROTEGIDOS?

DOI: 10.48075/ri.v26i1.31313

Ana Vitória Pereira da Silva<sup>1</sup>  
Camila Milazotto Ricci<sup>2</sup>  
José Ediane Pereira da Silva<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo destina-se a analisar os tipos penais quando se referem à mulher vítima de violência, dado que o perfil prioritário das vítimas de violência de gênero são mulheres independentemente do corpo que a representa. Problematisa-se acerca das distinções terminológicas entre a Lei Maria da Penha e o Código Penal brasileiro, uma vez que essas distinções impactam negativamente no âmbito de proteção estatal. Como tal, tem como objetivo refletir que o cerne da

<sup>1</sup> Bacharela em Direito pela Faculdade Assis Gurgacz -FAG (Campus de Toledo/PR). Assessora jurídica do escritório BOZ Advocacia. E-mail: [vitoriana741@gmail.com](mailto:vitoriana741@gmail.com).

<sup>2</sup> Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade Assis Gurgacz - FAG, em Toledo-PR. Docente do Curso de Direito e dos cursos de pós graduação lato sensu em Direito no Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz - CENTRO FAG, em Cascavel-PR. Mestre em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília/SP (Teorias do Estado e do Direito) - UNIVEM. Especialista em Direito Penal e Processual Penal pelo Centro Universitário Eurípides de Marília/SP - UNIVEM. Atua, principalmente, nas áreas de direito penal, direito processual pena, violência relacionada ao gênero, violência contra mulheres. Coordenadora do Grupo de Estudo "ELZA SOARES" que investiga violência relacionada ao gênero, no Curso de Direito da Faculdade Assis Gurgacz- FAG, de Toledo-PR. É advogada criminalista atuante, inclusive, no Tribunal do Juri. Membro da 9ª Turma do Tribunal de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná. E-mail: [direitotoledo@fag.edu.br](mailto:direitotoledo@fag.edu.br).

<sup>3</sup> Mestre Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná -2016 (Campus de Foz do Iguaçu). Possui Especialização Lato Sensu em Filosofia e Epistemologia das Ciências pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná -2005(Campus de Toledo). Graduação em História (2002) e Letras Português/Espanhol pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná -2008 (Campus de Marechal Cândido Rondon). Desde 2020 atua no Núcleo Regional de Educação de Toledo no Departamento da Diversidade e Direitos Humanos, responsável pelas demandas da Educação Escolar Indígena e do Campo. Tem experiência na área de História, Sociologia e Língua Portuguesa como professor efetivo do quadro próprio da Educação Básica do Paraná. Pesquisas com ênfase em História e Análise do Discurso nos seguintes temas: movimento sociais, população negra no Brasil, diversidade, discurso, análise de letras musicais, identidades, representação. Também escritor literário com publicação de Contos e Narrativas Históricas. E-mail: [jose.ediane.silva@escola.pr.gov.br](mailto:jose.ediane.silva@escola.pr.gov.br).

violência contra mulher é profundo e estrutural, transcendendo o corpóreo, permeando o consciente coletivo articulado pelo patriarcado e o machismo que resulta em hierarquias, sentimento de posse e superioridade ante a mulher. Por intermédio de pesquisa bibliográfica, conclui-se que a doutrina e a jurisprudência atuais seguem a abrangência estabelecida pela Lei Maria da Penha, porém o debate travado neste artigo está longe de se finalizar.

**Palavras-chave:** Feminino; Violência; Sexo; Gênero; Misoginia;

## CRIMES AGAINST WOMEN BASED ON THE CONDITION OF FEMALE SEX: WHICH BODIES ARE PROTECTED?

---

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the types of criminal penalties that relate to women who are victims of violence, considering that most gender-based violence victims are women, regardless of the body that represents them. It notes a problem with respect to differences in terminology between the Maria da Penha Law and the Brazilian Penal Code, since the differences have a negative impact on the scope of state protection. The objective is to reflect on the fact that the core of violence against women is deep and structural, transcending the physical realm, permeating the collective consciousness articulated by patriarchy and misogyny, which result in hierarchies, a sense of ownership, and superiority over women. Through bibliographic research, it is concluded that current doctrine and jurisprudence adhere to the scope established by the Maria da Penha Law, but the debate presented in this article is far from concluding.

**Keywords:** Female; Violence; Sex; Gender; Misogyny;

### INTRODUÇÃO

O objetivo principal desta pesquisa é demonstrar que o feminino é alvo de violência em qualquer corpo que o represente e, em sendo alvo de violência, avaliar se recebe ao menos a denominação de vítima pela legislação e pelos discursos jurídicos. O estudo, nesse sentido, revela-se relevante, uma vez que a construção histórica do corpo feminino, por muito tempo, não foi composto por vozes femininas e, mesmo assim, de maneira às vezes imperceptível, foi receitado o que é ser mulher, ou ainda, como se faz um corpo feminino.

Esta *receita* (é o que se percebe) permeia o corpo social, é estrutural, de modo que atitudes “desviantes” do padrão feminino culminam em respostas violentas, as quais se configuram como naturais para os agressores: trata-se do sentimento de posse, da manutenção de hierarquias, da indicação da inferioridade feminina – sendo assim outra razão que justifica a importância deste estudo. Isso porque a violência contra a mulher, a nível nacional, é constante, mesmo que o Brasil seja autor de uma das melhores legislações de proteção à mulher, fato que ainda é apontado como um país violento e perigoso para mulheres.

À vista disso, a luta ativa feminista resultou em mudanças no cenário político e jurídico brasileiro, primeiro com a igualdade constitucional (BRASIL, 1988); depois, mediante a promulgação da Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340 de 2006 (BRASIL, 2006), sendo ela definida como um divisor de águas no Judiciário brasileiro e também como uma das melhores leis concernentemente à proteção das mulheres; posteriormente vêm as alterações efetuadas no Código Penal, o que inclui a qualificadora do feminicídio – artigo 121, §2º, inciso VI e §2º-A –, da lesão corporal – artigo 129, §13 – e a causa de aumento de pena no crime de *stalking* (perseguição) – artigo 147-A, §1º, inciso II (BRASIL, 1940); por fim, a publicação, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero a partir de um grupo de trabalho instituído pela Portaria CNJ n. 27, de 2 de fevereiro de 2021 (CNJ, 2021).

Não obstante, notam-se diferenças terminológicas entre a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) e os tipos penais do Código Penal (BRASIL, 1940) quando se referem à mulher vítima de violência baseada no gênero ou por razões da condição do sexo feminino, de modo que se faz necessário primeiro estabelecer a diferenciação entre sexo e gênero, além de avaliar como as instituições empregam esses termos; ainda, ponderar acerca de quais são os efeitos dessas distinções terminológicas entre as legislações protetivas femininas no sentido de sua abrangência, pois essas diferenças referem-se à mulher vítima de violência, porém são relativas a mulheres diferentes, deixando à margem outros corpos que performam os signos femininos e que também sofrem com o machismo e a misoginia.

Assentar-se-á, por fim, sobre qual é a mulher protegida pelo Código Penal (BRASIL, 1940) sob o entendimento atual firmado pela doutrina e jurisprudência, visto que o menosprezo e a discriminação contra a mulher, projetados para violência de gênero e para a violência letal, não se limitam ao sistema sexo-gênero, como também vitimizam o gênero mulher, de tal forma compreendido como construção social, o que abarca, inclusive, indivíduos que apresentam traços dessa construção social sem necessariamente pertencer ao sexo feminino.

## SEXO E GÊNERO NO ÂMBITO JURÍDICO.

O artigo 5º, caput, da Constituição Federal/88 (CF), que inaugura o Capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos, prevê que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” (BRASIL, 1988).

Apesar da previsão constitucional ser interpretada como uma conquista para as mulheres, uma vez que discorre sobre igualdade entre “todos”, igualdade entre as mulheres e os homens, ou seja, ambos como detentores dos mesmos direitos e deveres, verdadeiramente a mulher, ainda hoje, não é tratada com um olhar igualitário. Tanto é que comumente atenta-se a um certo discurso, com intuito de perpetuar a relação de poder entre os gêneros, no sentido de que justamente pela previsão constitucional de que “todos são iguais perante a lei”, a mulher encontra-se igualmente protegida como o homem.

Obviamente, esse discurso não merece prosperidade, isso porque a redação constitucional é apenas uma das conquistas que concorre para a efetiva paridade entre homens e mulheres, pois as desigualdades não são frutos tão só do tratamento diferenciado entre as pessoas, mas também pela existência de hierarquias estruturais, de modo que “[...] insistir na igualdade, na neutralidade e na objetividade, (sic) é, ironicamente, o mesmo que insistir em ser julgado através dos valores masculinos” (BARATTA, 1999, p. 30).

Por consectário lógico é que se faz este estudo, a fim de não naturalizar o discurso anunciado que contribui para o enraizamento ainda mais profundo da hierarquia estrutural do patriarcado, assim como para a difusão da violência de gênero, tendo em vista a inegável construção do direito brasileiro em bases masculinas, além de sua interpretação e aplicação em grande parte por homens. Com enfoque no contexto da violência contra a mulher e no que diz respeito às relações domésticas e familiares, o artigo 5º, caput, da Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), prevê que, para fins desta lei, “configura[-se] violência doméstica e familiar contra mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006).

O caminho trilhado até a promulgação da Lei Maria da Penha foi árduo, especialmente às mulheres que sofreram com a violência doméstica sem qualquer resposta jurisdicional eficaz, uma vez que a referida lei é caracterizada como divisor de águas, pois, até o ano de 2006, não havia lei específica quanto à violência doméstica e, por consequência, o agressor era infimamente responsabilizado por sua conduta.

[...] No conceito de delito de menor lesividade, não se comporta a violência sofrida pela mulher no ambiente doméstico. São assim considerados os crimes cuja pena prevista é de até dois anos (Lei 9.099/95, art. 61). Ora, a grande maioria dos delitos cometidos contra mulheres – lesão corporal leve, ameaça, injúria e calúnia – se enquadra nesta (sic) categoria. Assim, os crimes contra a integridade física e psicológica, bem como contra a dignidade feminina, eram encaminhados para os

Felizmente a promulgação da Lei Maria da Penha culminou em uma política pública estruturada que criou métodos de prevenção e punição à violência baseada no gênero. Inclusive, oportuno salientar que apenas após a responsabilização do Estado Brasileiro por negligência e omissão em relação à violência doméstica no caso de Maria da Penha Maia Fernandes, a qual denunciou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos a tolerância do Estado Brasileiro para com a violência cometida por seu agressor, é que a legislação brasileira foi obrigada a voltar os olhos ao que acontecia sistematicamente no Brasil, mais precisamente, a ausência de punição de agressores – Veja mais dados em artigo publicado no Instituto Maria da Penha – IMP (Quem é Maria..., [2023]).

A denúncia alega a tolerância da República Federativa do Brasil (doravante denominada “Brasil” ou “o Estado”) para com a violência cometida por Marco Antônio Heredia. [...] Denuncia-se a tolerância do Estado, por não haver efetivamente tomado por mais de 15 anos as medidas necessárias para processar e punir o agressor, apesar das denúncias efetuadas. Denuncia-se a violação dos artigos 1(1) (Obrigação de respeitar os direitos); 8 (Garantias judiciais); 24 (Igualdade perante a lei) e 25 (Proteção judicial) da Convenção Americana, em relação aos artigos II e XVIII da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (doravante denominada “a Declaração”), bem como dos artigos 3, 4, a, b, c, d, e, f, g, 5 e 7 da Convenção de Belém do Pará (CIDH, 2001).

A denúncia foi necessária, mesmo com a vigência do Decreto nº 1.973/96 que promulgou “[...] a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994” (BRASIL, 1996), assim como a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, de 1979 – Decreto nº 4.377/2002 (BRASIL, 2002a), convenções as quais o Brasil é signatário e só as cumpriu, de forma efetiva, após a série de recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos em relação ao cenário da violência doméstica ocorrida em âmbito nacional (CIDH, 2001).

Nesse sentido, a promulgação da Lei Maria da Penha, além de fazer voltar os olhos para a violência doméstica e familiar contra a mulher, também determinou o assinalamento das lentes de gênero na interpretação do direito. Isso porque, o artigo 5º, caput, da Lei nº 11.340/2006 é o primeiro dispositivo legal do direito brasileiro que trata da violência de

gênero (BRASIL, 2006), fato que justifica o argumento da importância e grandiosidade da citada lei para com a proteção da mulher no contexto de violência.

O gênero, importante entender, diferencia-se do sexo, pois este último relaciona-se aos aspectos biológicos determinados pela característica anatômica dos seres humanos – órgãos sexuais e reprodutivos, hormônios e cromossomos –, em outras palavras, a categoria *macho* e *fêmea* divide-se de acordo com o órgão genital observado no momento do nascimento. O destino anatômico da criança com vagina, nessa perspectiva, é a categoria fêmea, por sua vez, a criança que tem pênis será integrante da categoria macho.

O gênero, por sua vez, ultrapassa a naturalização de características particulares ao feminino e ao masculino tão somente com base no órgão genital, uma vez que se considera que o ambiente cultural e educacional concorre para a construção e imposição de padrões a meninos e meninas. O gênero, portanto, corresponde às construções e expectativas sociais sobre comportamentos femininos e masculinos e, de tal modo, refere-se à construção cultural.

Com efeito, a construção social dos gêneros, dos papéis e das posições correspondentes não pode ser compreendida se não considerarmos a contribuição que lhes é dada pelas instituições. Entretanto, essa contribuição, por sua vez, pressupõe o caráter de gênero, seu modo de funcionar e a sua linguagem. Se não forem consideradas as contribuições das instituições e o seu caráter de gênero, é quase inevitável a regressão na teoria naturalista dos sexos (BARATTA, 1999, p. 24).

As instituições, a partir desse entendimento, acabam por agir, por atuar, no sentido de confirmar os gêneros, de modo que não se pode olvidar que o direito também contribui para essa confirmação, e isso se dá porque, por um lado, pode afirmar a cultura de opressão de gênero, haja vista ser inegável que a construção do direito se deu pelo homem e sua aplicação notadamente se dá pelo homem, ou, por outro lado, ciente de que o direito foi idealizado a partir de uma visão de mundo androcêntrica e de que a estrutura patriarcal permeia a sociedade, pode o direito ser aplicado de maneira eficiente no combate às diferenças de gênero – aqui, a partir da concepção de que o direito, dessa forma, amplia a visualização das desigualdades entre homens e mulheres, bem como possibilita que a aplicação do direito seja extensiva.

Justamente por isso, com objetivo de orientar e auxiliar magistradas e magistrados na aplicação do direito com as lentes de gênero, o Conselho Nacional de Justiça – por intermédio da Portaria n. 27, de 2 de fevereiro de 2021 – editou o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero (CNJ, 2021).

Tal protocolo problematiza o fenômeno de naturalização relativa à associação da construção social como característica anatômica, assim como a tendência de tornar imutáveis as características culturais relativas ao gênero, pois culminam-se em estereótipos de gênero consistentes em “[...] pré-compreensões generalizadas sobre atributos ou características que membros de determinado grupo têm [ou devem ter], [...] pela simples razão de fazer parte desse grupo em particular [...]” (CNJ, 2021, p. 27). Evidentemente, a referida naturalização dá azo à relação de poder e à opressão de gênero, à violência de gênero, assim como à misoginia, isso porque esse controle decorre exatamente da consciência coletiva que acaba por compreender serem imutáveis os atributos construídos socialmente a determinado gênero e, de tal forma, qualquer performance “desviante” nesse sentido é discriminada.

[...] prevalecem outros elementos socialmente atribuídos ao homem, em pares conceituais, que dizem respeito, especificamente, às esferas privadas, da sexualidade e da reprodução natural, vale dizer: ativo/passivo, impulsivo/sensível, forte/fraco, dominante/dominado, possuidor/possuído. O primeiro elemento de cada um dos pares exalta as qualidades subjetivas do predomínio masculino na esfera privada, onde o relacionamento de dominação é homem-mulher [...] (BARATTA, 1999, p. 47).

A problemática da naturalização e imutabilidade da conexão entre gênero e sexo também concorre para a discriminação da devida liberdade que o indivíduo tem de se identificar com características de determinado gênero que não condizem com seus aspectos biológicos. Isso significa que a pessoa é discriminada por não performar conforme o sexo-gênero definido no momento de seu nascimento, ou seja, por optar pela identidade de gênero diversa da construção social que (já) lhe é imposta quando nasce – ao nascer, por exemplo, o órgão genital é o pênis, razão pela qual, em decorrência da associação entre sexo-gênero, deve(ria) pertencer à identidade de gênero masculino, porém, ao revés, performa à identidade de gênero feminina.

Ao levantar essas controvérsias, o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero defende que “[...] a Constituição Brasileira [faz] referência à igualdade entre os sexos, [e], atualmente, o direito protege, também, a igualdade entre os gêneros” (CNJ, 2021, p. 18), o que confere direitos a grupos minoritários que sofrem com a discriminação e com a violência de gênero. Nessa lógica, o Protocolo traz à tona o princípio da igualdade substantiva, o qual se volta a dismantelar hierarquias. Sua aplicação consiste no (re)conhecimento do julgador acerca das desigualdades estruturais que uma lide carrega, de

modo que a solução desta deve resultar na redução de hierarquias, o que encaminha a um resultado igualitário.

Haja vista a relação intrínseca entre o direito e as construções sociais – uma vez que o primeiro é responsável por regular as relações humanas – e com ciência acerca de que a desigualdade entre os gêneros é um fato que se intensifica na medida em que as mulheres tomam espaços públicos e impõem a inclusão de pautas feministas na agenda pública, isso como forma de reação à sociedade construída por intermédio de uma visão androcêntrica e patriarcal, qual seja a violência de gênero, o machismo e a misoginia, é que se tornou necessário não só apontar o caminho para aplicação do direito no combate às subordinações, como também alterar a legislação no que diz respeito à seara penal. Nessa perspectiva, as mudanças foram significativas, porém sem deixar de lado sua característica arcaica. Explica-se.

O Código Penal entrou em vigor no ano de 1940, correspondente à atuação punitiva estatal a qual tipifica as condutas consideradas criminosas. De lá para cá, o Código Penal passou por alterações, conforme os anseios emergentes da sociedade e a pressão exercida pela inclusão na agenda pública de pautas feministas, especialmente no contexto da violência contra a mulher – nesse âmbito, têm-se alterações recentes ocorridas entre os anos de 2015 e 2021 (BRASIL, 1940).

As alterações encontram-se na Parte Especial do Código Penal – Título I, Dos Crimes Contra a Pessoa –, especificamente: no artigo 121, §2º, inciso VI e §2º-A, relativamente à qualificadora do feminicídio, que qualifica o crime de homicídio contra mulheres quando praticado no contexto de “violência doméstica e familiar” ou em razão de “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”, cuja pena cominada é de 12 (doze) a 30 (trinta) anos de reclusão; no artigo 129, §13, consistente na qualificadora do crime de lesão corporal por razões da condição do sexo feminino, nos termos do §2º-A, do artigo 121, cuja pena cominada é de “reclusão, de 01 (um) a 04 (quatro anos); por fim, no artigo 147-A, §1º, inciso II, que tipifica a conduta de perseguir alguém ameaçando sua integridade física ou psicológica, restringindo sua capacidade de locomoção, cuja pena cominada é de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de reclusão, a qual será aumentada se o crime for cometido “[...] por razões da condição de sexo feminino” (BRASIL, 1940).

Nota-se que os tipos penais do Código Penal, diferentemente da Lei Maria da Penha, definem como vítima da violência contra mulher a mulher do sexo feminino, fato que contribui ao machismo estrutural arraigado aos/nos mecanismos jurídicos, além do caráter

arcaico presente, uma vez que reafirma a tendência imutável da condicionante sexo-gênero na redação legislativa e, de tal modo, exclui os corpos que se identificam e que performam os signos femininos, os quais sofrem da mesma violência.

Nesse contexto, coube à doutrina e à jurisprudência reconhecer as distinções terminológicas entre o Código Penal e a Lei Maria da Penha e, ainda, estabelecer o sujeito passivo da violência contra a mulher no Código Penal, a fim de proteger os corpos que se identificam com o feminino.

## **DISTINÇÕES TERMINOLÓGICAS ENTRE A LEI MARIA DA PENHA E OS TIPOS PENAIS DO CÓDIGO PENAL.**

O presente estudo retoma a Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, uma vez que ela é vista como divisor de águas do/no direito brasileiro – mediante o tema que aborda – e ponto de partida para esta discussão, já que se trata de uma legislação evidenciada como uma das três leis mais avançadas do mundo, de acordo com o Relatório Global “Progresso das Mulheres no Mundo 2008/2009” produzido pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM (BRASIL, 2009).

A legislação é eminentemente de política pública, pois prevê um sistema preventivo e protetivo, com determinação de procedimentos a serem adotados pelos operadores do direito e pela rede de proteção quando se referem à mulher vítima de violência doméstica. Além disso, é, de certa forma, repressiva já que traz em seu artigo 24-A o tipo penal para punição dos agressores que descumprem decisão judicial que deferiu medidas protetivas de urgência em desfavor da mulher vítima de violência doméstica (BRASIL, 2006). Pode-se dizer, então, que a Lei nº 11.340/2006 “[...] não tem caráter unicamente repressivo: na verdade, criou um modelo diferenciado, dotado de efetividade para proteger a vítima, reeducar o agressor e romper o ciclo de violência, ora denominado processo protetivo” (DIAS, 2019, p. 57).

O diploma legal estabelece em seu artigo 2º que “toda mulher, independentemente de classe, raça, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana [...]” (BRASIL, 2006). Na sequência, no artigo 5º define a violência doméstica contra a mulher como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico

(BRASIL, 2006). Define, inclusive, as formas de violência contra a mulher e seu âmbito de incidência nos incisos do artigo 5º e artigo 7º (BRASIL, 2006).

Como já mencionado, trata-se de uma legislação avançada e, mediante isso, pode-se observar que a Lei Maria da Penha reconhece, como entidade familiar, as uniões homoafetivas e, portanto, protege as vítimas de violência doméstica lésbicas, travestis e transexuais, fato reconhecido pela jurisprudência dos tribunais superiores – Veja, a título de exemplificação, o Recurso Especial n. 1.977.124/SP, Relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 5/4/2022, DJe de 22/4/2022 (BRASIL, 2022).

A referência legal ao sexo da vítima não se limita ao conceito **biológico** da pessoa com genitália feminina. Diz também com quem tem identidade de **gênero feminino**. [...] Ao afirmar que a mulher está sob o seu abrigo, sem distinguir sua **orientação sexual** ou **identidade de gênero**, a Lei assegura proteção tanto a lésbicas com a travestis, transexuais e transgêneros de identidade feminina que mantêm relação íntima de afeto em ambiente familiar ou de convívio (DIAS, 2019, p. 71, grifo nosso).

Reconhece-se, por conseguinte, a importância e amplitude da Lei Maria da Penha, todavia, por ser uma legislação de política pública, a repressão aos agressores ficou a cargo da legislação penalista, que passou por alterações recentes nos anos de 2015 e 2021 a fim de coibir a violência perpetrada contra a mulher por razões de condição do **sexo feminino**.

Notam-se, à vista disso, dois pontos importantes: primeiro ponto – o longo período entre a publicação da Lei Maria da Penha e as alterações ocorridas no Código Penal: trata-se de quase 10 anos para a vigência da qualificadora do feminicídio (artigo 121, §2º, inciso VI e §2º-A, do Código Penal – BRASIL, 1940) e de 15 anos para o aumento do lapso temporal com relação à vigência da qualificadora da lesão corporal (artigo 129, §13º, do Código Penal – BRASIL, 1940) e para o aumento de pena do crime de *stalking* (artigo 147-A, §1º, inciso II, do Código Penal – BRASIL, 1940); segundo ponto – já na primeira leitura dos tipos penais, é possível perceber as distinções terminológicas frente à Lei Maria da Penha, qual seja “condição do sexo feminino” (BRASIL, 1940).

Com relação ao primeiro ponto, evidencia-se a dificuldade que o movimento feminista enfrenta para que as pautas femininas tenham espaço de discussão no âmbito do Poder Público e o descaso deste último no que diz respeito à proteção da mulher e ao seu empoderamento na luta contra a cultura patriarcal e misógina.

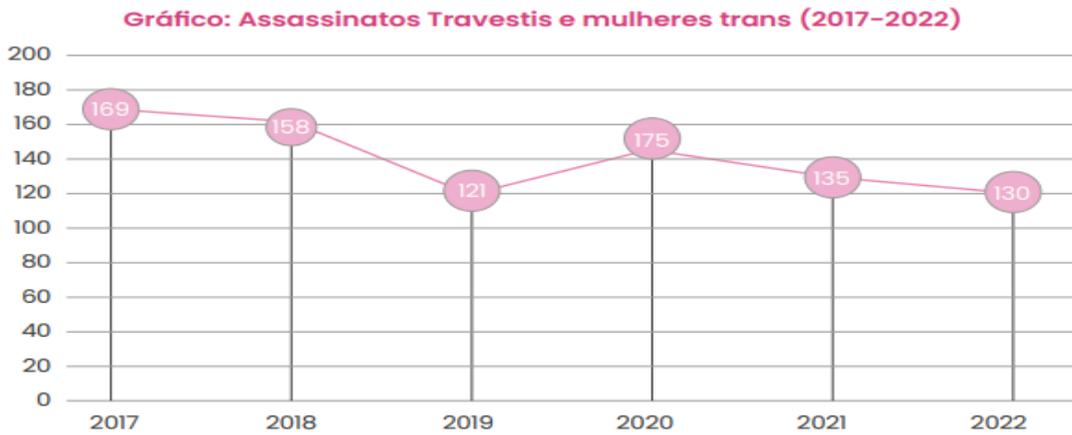
Já quanto ao segundo ponto, a distinção terminológica entre a Lei Maria da Penha e o Código Penal: “[conduta] baseada no gênero” (BRASIL, 2006) e “condição do sexo

feminino” (BRASIL, 1940), referem-se à mulher como vítima, porém são concernentes a mulheres diferentes, de modo que a punição dos agressores poderá ocorrer de maneira diferente dependendo da motivação do juiz da causa. E isso se dá porque a construção social do feminino encontra-se em diversos corpos além do corpo biológico e, na verdade, o ódio à mulher consubstancia-se no ódio à construção social do que historicamente foi escrito/designado como o *ser mulher*, de modo que aqueles que se identificam ou que performam as construções sociais femininas sofrem com a misoginia e não se encontram protegidos como a mulher biológica no âmbito penal e, por consequência, seus agressores não receberão a mesma punição, justamente pelo termo empregado nos tipos penais.

A violência de gênero é estrutural, decorrente da cultura patriarcal, machista e misógina enraizada no corpo social e conduz determinadas pessoas, por um lado, à opressão tornando-as vulneráveis frente aos agressores e, por outro lado, encaminha à violência “irracional” por parte do agressor no sentido de que, no seu *animus*, já está consolidada a violência como imposição de força e poder sobre o outro – no caso, na pessoa da mulher –, ou seja, “trata-se de uma violência que surge pelo exercício de um poder específico, em uma relação de assimetria entre os sujeitos provocada pelo gênero (enquanto elemento das formações sociais)” (RAMOS, 2022, p. 1079).

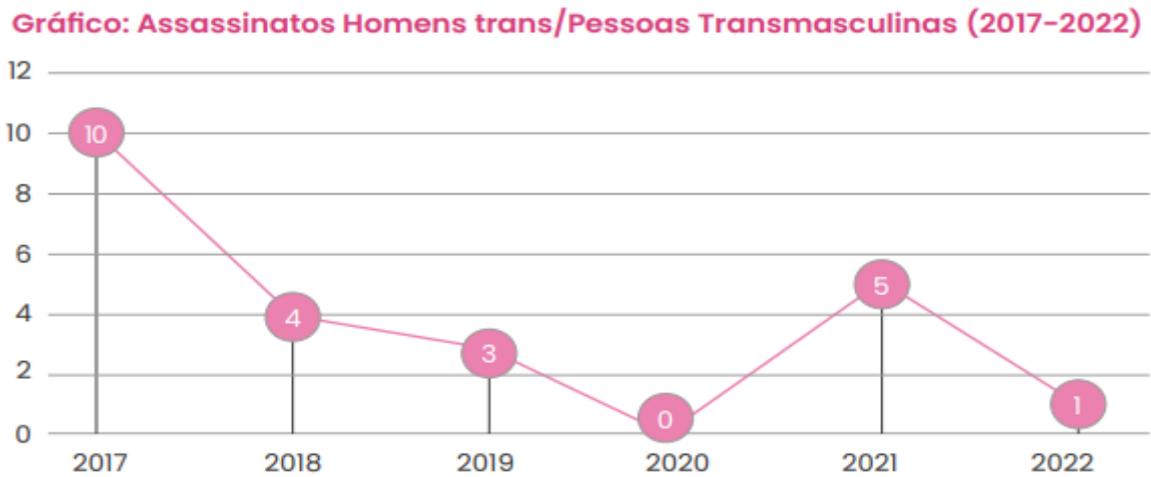
A violência estrutural aos signos femininos, independentemente do corpo que o performa, é comprovada pelo “Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022”, elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o qual afirma que, no ano de 2022, de 131 (cento e trinta e uma) vítimas de assassinatos de pessoas trans, 130 (cento e trinta) são travestis e mulheres transexuais e 1 refere-se a homem trans/pessoa transmasculina, ou seja, representam 99% dos casos. A pesquisa demonstra, ainda, que os casos de “[...] assassinatos de homens trans e pessoas transmasculinas mapeados pela ANTRA entre 2017 e 2022 representam 2,5% da amostra total [nesse período]”, enquanto os casos de assassinatos de travestis e mulheres trans “[...] somam 889 casos, [representando] 97,5% do total de casos nos últimos seis anos contabilizados [na pesquisa e no período realizado]” (BENEVIDES, 2023, p. 26, p. 45). Os gráficos a seguir (**Gráfico 1 e 2**) ilustram nitidamente o perfil das vítimas de violência, em sua maioria do gênero feminino:

Gráfico 1 - Assassinatos de travestis e de mulheres trans (2017-2022) conforme dossiê elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)



Fonte: BENEVIDES (2023, p. 45).

Gráfico 2 - Assassinatos de homens trans/pessoas transmasculinas (2017-2022) conforme dossiê elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)



Fonte: BENEVIDES (2023, p. 46).

Mediante análise dos gráficos e do que foi explicitado, é possível traçar o perfil prioritário das vítimas de violência de gênero, qual sejam as mulheres, de modo que analisar a aplicabilidade da lei penal a todos os corpos que performam signos femininos é de extrema importância, pois a violência (a esses corpos) continua acontecendo diariamente e na conjuntura atual.

#### A MULHER PROTEGIDA PELO CÓDIGO PENAL.

Segundo Estefam, o direito penal divide-se em direito penal objetivo e subjetivo; o primeiro é responsável pelo conjunto de normas, pelas infrações penais e suas consequências; o segundo diz respeito ao direito de punir do Estado, ou seja, este último tem o direito de exigir que os sujeitos se abstenham de praticar aquelas condutas definidas

como infração penal, assim como de os submeter às consequências da eventual infração praticada (ESTEFAM, 2023, local. 46-48). O direito penal, portanto, é responsável por proteger o bem jurídico tutelado mediante a aplicação de sanções àqueles que o violarem.

Os tipos penais dos artigos 121, §2º, inciso VI e §2º-A, artigo 129, §13 e artigo 147-A, §1º, inciso II (BRASIL, 1940) definem com maior reprovação – fato que a pena cominada será exasperada – a conduta delituosa (feminicídio, lesão corporal e perseguição) praticada contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e compreende como crime, por tais razões (da condição do sexo feminino), a conduta que envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo/discriminação à condição de mulher. Se a conduta é praticada no âmbito doméstico e familiar, nos termos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), é aplicável (tal legislação) a todos os corpos que performam os signos femininos, uma vez que a citada lei define como violência doméstica e familiar a conduta delituosa baseada no gênero – como já mencionado (BRASIL, 2006). Ainda, pode-se mencionar o que preleciona o Enunciado 46 do Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra mulher (FONAVID): “A Lei Maria da Penha se aplica às mulheres trans, independentemente de alteração registral do nome e de cirurgia de redesignação sexual, sempre que configuradas as hipóteses do artigo 5º, da Lei 11.340/2006” (CNJ, 2022a).

Por sua vez, concernentemente ao delito praticado por menosprezo ou discriminação à condição de mulher, restou à doutrina penalista definir quais corpos estão tutelados pelas qualificadoras presentes na legislação, bem como o referente à causa de aumento da pena. A doutrina considera, portanto, como bem jurídico a condição de mulher, conforme o teor dos tipos penais, o que deixa transparecer a proteção voltada a todos os corpos que performam os signos femininos. No entanto, aquele corpo feminino que parte da doutrina o admite na seara da proteção penal implica, por outro ângulo, em alterações cirúrgicas (condições físicas “demarcadoras” do feminino) e do registro civil para assim o reconhecê-lo e protegê-lo.

Por outro lado, admitimos, sem maior dificuldade, a possibilidade de figurarem na relação homossexual feminina, ambas, tanto como autora quanto como vítima, indistintamente, do crime de feminicídio. [...] Por isso, na nossa ótica, somente quem for oficialmente identificado como mulher (certidão do registro de nascimento, identidade civil ou passaporte), isto é, apresentar sua documentação civil identificando-a como mulher, poderá ser sujeito passivo dessa qualificadora. Nesse sentido, é irrelevante que tenha nascido do sexo feminino, ou que tenha adquirido posteriormente, por decisão judicial, a condição legalmente reconhecida como do sexo feminino. Nesses casos, não cabe discutir no juízo penal a justiça ou a

injustiça, a correção ou a incorreção de sua natureza sexual. Cumpridas essas formalidades, a pessoa é reconhecida legalmente como do sexo feminino e ponto-final. É mulher e tem o direito de receber as mesmas garantias à mesma proteção legal dispensada a quem nasceu mulher (BITENCOURT, 2023, local. 378 - 379).

Ainda:

[...] Somente a mulher, em razão de expressa determinação legal. Nesse contexto, interessante saber se o transexual que realizou cirurgia de transgenitalização passando a ser considerado uma mulher, inclusive com reconhecimento jurídico, pode ser sujeito passivo do delito em questão. Ora, se o Direito Civil o considera, para todos os efeitos, mulher, o mesmo tratamento deve ser adotado pelo Direito Penal. Em suma: pode o transexual figurar como sujeito passivo do crime de feminicídio (CAPEZ, 2023, local. 217).

Existem, todavia, divergências doutrinárias a respeito da necessidade de alteração cirúrgica, pois, ao ser exigida tal atitude por parte do sujeito que se identifica com o gênero feminino e que apresenta todas as similitudes do que se entende como a representação da mulher construída pela sociedade, ao mesmo tempo em que ocorre a questão da proteção também se dá a criação de empecilhos para a proteção estatal.

Isso se dá porque a violência contra a mulher não ocorre pelo simples fato de ela ser detentora do órgão genital feminino; o cerne da violência contra a mulher é mais profundo: trata-se do menosprezo aos traços femininos ensinados às mulheres, à fala feminina, ao andar feminino, a cada curva corporal similar ao que se entende como feminino, de modo que tal exigência (violência) reafirma o controle e a submissão da mulher e, quanto ao(s) agressor(es), mantém-se a impunidade destes. Inclusive, há pessoas que não trocam o nome ou realizam redesignação sexual, de modo que não recebem a mesma proteção penal.

As exigências doutrinárias coincidem com o termo “seletividade negativa”, o qual Baratta o explica como sendo a influência do sistema punitivo estatal na reprodução da realidade social, como um processo de imunização, fato que repercute na impunidade do sujeito ativo – em sua maioria homens que cometem os referidos delitos (feminicídio, lesão corporal e perseguição) contra os corpos que se assemelham ao feminino, (justamente) pela aversão à mulher (BARATTA, 1999, p. 53).

A não intervenção do sistema penal na esfera privada e a sua abstinência no confronto da violência masculina não podem mais ser considerados (sic), então, como uma tutela da esfera privada por parte do aparelho estatal, mas sim como uma falta estrutural de tutela das mulheres, vale dizer, a legitimação “pública” em si do incondicionado poder patriarcal (BARATTA, 1999, p. 54, grifo do autor).

Observa-se que essa questão é recente e complexa, de tal modo que a doutrina revela (acerca dela) divergências e há, nesse sentido, corrente doutrinária que defende não serem necessários procedimentos cirúrgicos para receber a tutela penal, “[...] sob o fundamento do entendimento consolidado pelo STF [Supremo Tribunal Federal] no julgamento da ADI 4.275 (julgada em 1<sup>a</sup> de março de 2018), que possibilitou a alteração de nome e gênero no assento de registro civil mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo” (ESTEFAM, 2022, local. 251-252).

Pela contemporaneidade das alterações do Código Penal, bem como pela complexidade do assunto, verifica-se que o caminhar das correntes doutrinárias e entendimentos jurisprudenciais é positivo, pois busca proteger minorias que se identificam com o gênero feminino, porém a discussão necessita desenvolver-se ainda mais, uma vez que se mantém conexa aos resquícios da condicionante sexo-gênero ao exigir intervenção cirúrgica, assim como a alteração registral. Inclusive, há a necessidade de pensar além e considerar a violência de gênero e a misoginia (também) contra homossexuais masculinos. A pergunta que se faz é: como a aversão à mulher se estende aos homossexuais masculinos? A resposta a essa pergunta é o que este ensaio acadêmico busca demonstrar, e a análise elaborada por Kantorowitz *apud* Foucault (2014, p. 32) associada à construção social do feminino aproxima-se de uma conclusão que também se estende às mulheres trans e travestis. Foucault, ainda citando Kantorowitz, nesse âmbito, traz a análise do corpo duplo do rei:

Comporta além do elemento transitório que nasce e morre um outro que permanece através do tempo e se mantém como fundamento físico, mas intangível do reino; em torno dessa dualidade que esteve, em sua origem, próxima ao modelo cristológico, organizam-se uma iconografia, uma teoria política da monarquia, mecanismos jurídicos que ao mesmo tempo distinguem a pessoa do rei e as exigências da Coroa, e todo um ritual que encontra na coroação, nos funerais, nas cerimônias de submissão, seus tempos mais fortes (KANTOROWITZ *apud* FOUCAULT, 2014, p. 32).

O corpo duplo feminino, além do elemento transitório que nasce e morre (o corpo físico), a partir do intangível (do que está além do corpo), passa por uma articulação das relações de poder e de certos mecanismos jurídicos com relação à história do feminino, o que define o *ser mulher* em um discurso negativo, com caracterizações tais como: indiscreta, escrava do corpo e dos sentimentos, pouco aptas para dominar e controlar suas paixões, histéricas, vaidosas etc. Tais características negativas são intangíveis/incorpóreas e, como no corpo duplo do rei (KANTOROWITZ *apud* FOUCAULT, p. 32), se distinguem da pessoa (como

corpo), se estendendo aos corpos semelhantes (ao feminino), que sofrem com o mesmo discurso por se assimilar à construção da mulher em um simples gesto, pelo tom de voz ou pelos gostos, tornando-se alvos do mesmo desprezo: primeiro pela quebra da heterossexualidade; segundo pela similitude ao intangível feminino.

Portanto, é possível concluir que a violência contra a mulher é uma questão antiga, complexa e dolorosa, pois a construção histórica e social da mulher foi, por anos, ditada pelas relações de poder, que, em grau nenhum, foram/são benéficas a ela, justamente com o intuito de retirá-la do âmbito público e desqualificá-la como ser humano. Trata-se de algo que não pode ser tocado, mas é sentido por todos os corpos que se identificam com o feminino, de modo que o caminho percorrido pelos mecanismos jurídicos é elogiável, mas está longe de terminar, pois, como visto, a construção pejorativa da mulher foi articulada por séculos e está arraigada no social e cultural da população, em um certo contexto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feminino é uma construção social e, quando representado em um corpo, o torna alvo de violência tão só pela caracterização de feminilidade. Sendo assim, a presente pesquisa buscou trazer uma reflexão de como a mulher está passível de ser vítima de violência em qualquer corpo e onde quer que esteja, e tal fato decorre do sistema social patriarcal, do machismo e da misoginia estrutural.

A pesquisa constata, ainda, os obstáculos superados no caminho para edição de leis protetivas femininas e, mesmo com elas em vigor, ainda assim, a mulher é o perfil prioritário da violência de gênero. Esses fatos não passaram despercebidos pela Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) –, tampouco pelo Conselho Nacional de Justiça ao editar o Protocolo de julgamento sob a perspectiva de gênero (CNJ, 2021). No entanto, justamente a legislação responsável pelo exercício da pretensão punitiva estatal, fechou os olhos para um público que sofre dessa violência de gênero por se identificar com o perfil prioritário de vítimas, a mulher.

O Código Penal inaugurou suas alterações em relação à violência contra a mulher com a inserção da qualificadora do feminicídio, o que ocorreu de maneira retrógrada via emprego do termo **sexo feminino** (BRASIL, 1940), caminhando ao oposto da Lei Maria da Penha e naturalizando a condicionante sexo-gênero ao se referir à mulher vítima de violência

letal. Inclusive, ao se efetuar análise do cenário político à época de votação do Projeto de Lei nº 292/2013 (BRASIL, [2013a]), fica ainda mais claro como as instituições agem para confirmar a violência de gênero estrutural deixando à margem mulheres trans e travestis que se identificam com o gênero feminino e acabam por ser violentadas/agredidas/ (por vezes) mortas de maneira brutal.

À vista disso, a doutrina e a jurisprudência atual, seguindo o entendimento da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), estabeleceram que todos os corpos que se identificam com o gênero feminino podem figurar no polo passivo do artigo 121, §2º, inciso VI e §2-A, do artigo 129, §13 e do artigo 147-A, §1º, inciso II, todos do Código Penal (BRASIL, 1940), desde que cumpram certos requisitos: redesignação sexual e alteração registral. O entendimento é ao mesmo tempo positivo e negativo, isso porque, embora confira proteção às mulheres transexuais e travestis, mantém-se, até então, arraigado ao sistema sexo-gênero e se ignora que o cerne da violência contra a mulher é mais profundo, dado que não ocorre pelo simples fato de a mulher ser detentora do órgão genital feminino ou por possuir nome feminino.

Portanto, diante de todo o exposto, nota-se a importância de tomar conhecimento dos estudos feministas com relação ao gênero e, de modo geral, sobre suas lutas, na medida em que foi possível observar que a troca de um único termo gerou repercussões no âmbito jurídico protetivo, restando ao Poder Judiciário dirimir controvérsias a fim de consertar omissões do Poder Legislativo. Essas omissões, inclusive, negaram – e ainda negam, pois a discussão apresentada neste artigo está longe de acabar – dignidade de vida e proteção a uma população hipervulnerável, por isso os esforços para combater a violência de gênero estrutural devem ser voltados aos diversos corpos que sofrem com a violência contra a mulher, pela falta de conhecimento ou ainda pela manutenção das raízes patriarcais e machistas.

## REFERÊNCIAS

BARATTA, A. O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana. *In*: CAMPOS, C. H. de (org.). *Criminologia e feminismo*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1999. p. 19-80.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Institui o Código Penal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 23.911, 31 dez. 1940.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 27 maio 2023.

BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/d1973.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.973%2C%20DE%201%C2%BA,9%20de%20junho%20de%201994](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.973%2C%20DE%201%C2%BA,9%20de%20junho%20de%201994). Acesso em: 25 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9610.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm). Acesso em: 25 maio 2023.

BRASIL. Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984. Brasília, DF: Presidência da República, 2002a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4377.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm). Acesso em: 25 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm). Acesso em: 25 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 151, p. 1, 08 ago. 2006.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Relatório Global do UNIFEM aponta Lei Maria da Penha entre as três mais avançadas do mundo. *In*: GOV.br, Brasília, DF, 01 de abril de 2009. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-impressao/ultimas\\_noticias/2009/04/not\\_rel\\_glo\\_do\\_unifem\\_apo\\_lei\\_mar\\_pen\\_ent\\_tre\\_mai\\_a\\_va\\_mun](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-impressao/ultimas_noticias/2009/04/not_rel_glo_do_unifem_apo_lei_mar_pen_ent_tre_mai_a_va_mun). Acesso em: 04 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF: Presidência da República, 2015b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm).. Acesso em: 03 jun. 2023.

BENEVIDES, B. G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Brasília, DF: Distrito Drag: ANTRA, 2023.

BITENCOURT, C. R. *Tratado de direito penal*. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. *E-book*.

CAPEZ, F. *Curso de Direito Penal: parte especial*. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. v. 2. *E-book*.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero*. Grupo de Trabalho instituído pela Portaria CNJ n. 27, de 2 de fevereiro de 2021. Brasília, DF: CNJ: Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, 2021. Disponível em:

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/protocolo-18-10-2021-final.pdf>

Acesso em: 28 maio 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). FONAVID: Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher: Enunciados. Belém, PA: CNJ, 2022a. Disponível em:

<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/violencia-contra-a-mulher/forum-nacional-de-juizes-de-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-fonavid/enunciados/>. Acesso em: 04 jun. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Portaria nº 353 de 30/09/2022. Institui Revoga portarias de microcolegiados que já cumpriram seus efeitos. Brasília, DF: CNJ, 2022b. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4765>. Acesso em: 28 maio 2023.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). Organização dos Estados Americanos (OEA). Relatório anual 2000: Relatório nº 54/01: Caso 12.051: Maria da Penha Maia Fernandes. Brasil: CIDH, 2001. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>. Acesso em: 05 out. 2022.

DIAS, M. B. *A Lei Maria da Penha na justiça*. Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

ESTEFAM, A. *Direito penal 2: parte especial*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. *E-book*.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

QUEM É MARIA da Penha. In: INSTITUTO Maria da Penha, [Brasil], c2018. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 28 maio 2023.

RAMOS, E. E. de A. *Transfeminicídio: genealogia e potencialidades de um conceito*. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 1074-1096, 2022.

Recebido em 21 de julho de 2023.

Aprovado em 01 de dezembro de 2023.





## MARX, ENGELS E A LITERATURA COMO CONSCIENTIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

DOI: 10.48075/ri.v26i1.31189

Amaral Rodrigues Gomes<sup>1</sup>  
Erlando da Silva Rêses<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo analisa como Karl Marx e Friedrich Engels compreendiam a literatura como meio de (re)produção capitalista, indicando suas contribuições para (re)construção de uma nova sociedade, a partir da consciência revolucionária. Discorremos sobre a trajetória desses autores, entendendo as manifestações literárias como potenciais elementos para estratégias de ensino e aprendizagem capazes de construir uma consciência proletária, articulada a literatura revolucionária. Embasamo-nos em Cotrim (2016), Lukács (2010), Silva (2012) e Vedda (2003), a partir de uma pesquisa de cunho qualitativo, pautada na revisão bibliográfica. Articulamos, aos preceitos de Marx e Engels, dois poemas: *O Bicho* de Manuel Bandeira (1986) e *Lixo* de Augusto de Campos (1986), indicando caminhos para a utilização da literatura voltada à conscientização revolucionária. Nossos resultados apontam a importância da aproximação desses teóricos à realidade dos indivíduos desprovidos da lógica capitalista e neoliberal como uma forma de libertação das desigualdades, condicionamentos sociais e exploração humana.

**Palavras-chave:** Consciência Revolucionária; Luta de Classes; Dialética; Literatura; Desigualdades Sociais.

## MARX, ENGELS AND LITERATURE AS REVOLUTIONARY CONSCIOUSNESS

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da UnB na linha de pesquisa Educação em Ciências e Matemática (ECMA), Integrante do grupo de pesquisas e Investigações em Educação Matemática (PI), coordenado pelo prof. Dr. Cleyton Hércules Gontijo. Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), Graduado em Licenciatura em Pedagogia-Formação de Professores para as Séries Iniciais (UNICEUB) e Licenciatura em Matemática (UNITINS) E-mail: [amarodri@gmail.com](mailto:amarodri@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor e mestre em Sociologia pela UnB com pós-doutorado em Educação na Faculdade de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres. Professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Materialismo Histórico-Dialético e Educação (CONSCIÊNCIA). E-mail: [erlandoreses@gmail.com](mailto:erlandoreses@gmail.com)

**ABSTRACT:** This article analyzes how Karl Marx and Friedrich Engels understood literature as a means of capitalist (re)production, indicating their contributions to the (re)construction of a new society, based on revolutionary consciousness. We discuss the trajectory of these authors, understanding literary manifestations as potential elements for teaching and learning strategies capable of building a proletarian consciousness, articulated with revolutionary literature. We are based on Cotrim (2016), Lukács (2010), Silva (2000) and Vedda (2003), based on qualitative research, based on a bibliographic review. We articulate, with the precepts of Marx and Engels, two poems: O Bicho by Manuel Bandeira (1986) and Lixo by Augusto de Campos (1986), indicating ways for the use of literature aimed at revolutionary awareness. Our results point to the importance of bringing these theorists closer to the reality of individuals devoid of capitalist and neoliberal logic as a form of liberation from inequalities, social conditioning and human exploitation.

**Keywords:** Revolutionary Consciousness; Class Struggle; Dialectics; Literature; Social Inequalities.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo problematiza a literatura como mecanismo de (re)produção da lógica capitalista. Vedda (2003) afirma que a literatura foi apresentada a Karl Marx por seu pai Heinrich Marx (1777-1838), mas foi por meio do Barão Von Westphalen (1770-1842), amigo da família, que posteriormente veio a ser seu sogro, que o contato de Marx e a literatura se intensificou, com o início da leitura do poeta da Grécia Antiga Homero e do poeta e dramaturgo inglês William Shakespeare. Esse contato com a literatura foi intensificado quando Karl Marx passou a estudar na universidade de Berlim. Marx e Engels tiveram um elevado interesse pela literatura durante suas vidas. Vedda (2003) ressalta que uma correspondência juvenil testemunha que Marx, durante um tempo, vislumbrou a poesia como um objetivo para sua vida e carreira.

Marx entrou na universidade em 1835 com 17 anos, orientado por seu pai a se matricular em matérias jurídicas, física e química. Contrariando as orientações paternas, Marx se matriculou apenas em três disciplinas jurídicas e, ao contrário de física e química, escolheu disciplinas artísticas e literárias (Silva, 2012). As disciplinas literárias cursadas, contribuíram para que Marx, na maturidade, elaborasse conceitos concretos e adotasse a tendência de utilização de metáforas em suas obras, auxiliando-o a analisar o modo de produção capitalista, em razão da sólida formação clássica na juventude.

Natalli (2006, p. 35) define a literatura conforme o fragmento a seguir:

A categoria literatura é uma parte fundamental dessa estrutura intelectual moderna, ancorada na história e na ideia de objetividade, pois com ela cria-se um receptáculo para abrigar tudo aquilo que não é história. A partir dessa invenção dupla – da história e do resto -, essa cartografia moderna pode sair pelo mundo

mapeando as formas discursivas que encontrasse, independentemente das genealogias particulares e dos sistemas epistêmicos específicos que alinhassem as práticas locais. Dessa forma, podemos chamar de “literatura” não apenas poemas, romances ou dramas, mas também práticas discursivas religiosas – as “lendas”, o “folclore” e o canto do índio de Antônio Cândido.

Nessa esteira, este artigo tem como principal objetivo analisar as relações de Karl Marx e Friedrich Engels com a literatura, tecendo reflexões baseadas no materialismo histórico dialético para a construção de uma consciência revolucionária do proletariado, na busca pela emancipação humana e a superação da exploração de um ser humano pelo outro. Considerando esses objetivos, delineamos as seguintes questões de pesquisa: quais são as principais articulações possíveis das obras de Marx e Engels com a literatura? Como a literatura pode ser utilizada no contexto educacional no desvelamento das desigualdades sociais? A partir de quais estratégias as escolas podem desenvolver a literatura como um produto de crítica social às desigualdades?

O presente estudo caracteriza-se como uma investigação de natureza qualitativa, operacionalizando-se a partir da articulação entre a teoria de Marx e Engels e dois poemas: *O Bicho*, de Manuel Bandeira (1986) e *O Lixo* de Augusto de Campos (1986). Com base nesta articulação, indicamos caminhos para que a literatura seja utilizada como aporte cultural e social, sobretudo no espaço escolar, em prol da busca por uma mentalidade revolucionária. Com base na análise desses poemas, é possível identificar elementos que revelam a realidade social e política do Brasil. O poema *O Bicho*, de Manuel Bandeira, por exemplo, traz à tona a condição humana e a exploração do trabalhador, enquanto *O Lixo*, de Augusto de Campos, aborda a problemática do consumismo e do desperdício na sociedade contemporânea.

Consideramos a literatura como uma criação humana. Por esse motivo, nos interessamos em compreender como Marx e Engels se posicionam, frente a esse campo de criação humana, tendo em vista suas contribuições para a construção de uma sociedade na qual não haja exploradores ou explorados. Ao relacionar esses temas com os conceitos de Marx e Engels, é possível perceber que a literatura pode ser utilizada como ferramenta para a conscientização e mobilização social. No ambiente escolar, essa abordagem pode contribuir para a formação de uma mentalidade crítica e transformadora, capaz de questionar as estruturas sociais e lutar por mudanças. A análise enfoca o Materialismo histórico dialético de Karl Marx.

Organizamos a presente exposição a partir dos seguintes tópicos: inicialmente abordamos as trajetórias de Marx e Engels, ressaltando seu aporte de pesquisas e contribuições no questionamento sobre a reprodução das desigualdades sociais. Posteriormente, desenvolvemos algumas considerações sobre a presença da literatura nas obras de Marx e Engels, embasadas nas bibliografias estudadas. Após, trazemos alguns exemplos sobre como alguns poemas podem ser utilizados no espaço escolar, contribuindo para a busca desse desvelamento social. Finalmente, apresentamos algumas considerações acerca deste debate.

## MARX E ENGELS E SUAS TRAJETÓRIAS

Na presente seção abordamos os percursos que levaram Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) às contribuições da literatura e sua (re)configuração social. Vedda (2003) afirma que Marx e Engels mostraram interesse pela literatura durante suas trajetórias. Além disso, conforme já abordado na introdução deste artigo, Marx, em sua juventude chegou a considerar se tornar um poeta. Ele lia várias línguas europeias e escrevia em alemão, francês e inglês, com o passar do tempo, aos cinquenta anos, se dedicou aprender russo, chegando a ler textos originais na língua russa. Marx também tinha um vasto conhecimento em grego antigo e latim, sobretudo, lia textos literários nessas línguas.

Friedrich Engels, por sua vez, iniciava seu trabalho intelectual como crítico literário. Aos dezenove anos ele já escrevia cartas, alternando os idiomas, inglês, francês, italiano, espanhol, português e holandês. As trajetórias de Marx e Engels são marcadas por uma intensa colaboração intelectual e política. Eles se conheceram em Paris, em 1844, e logo se tornaram amigos e parceiros de trabalho. Juntos, escreveram vários textos e fundaram a Liga dos Comunistas, uma organização política que teve um papel fundamental na história do socialismo (Vedda, 2003).

Ambos defendem uma análise baseada nas questões concretas, principalmente observando as lutas de classes no sistema de produção capitalista e criticando veemente Ferdinand Lassale (1825-1864), teórico e democrata alemão, por seu viés idealista, embora às vezes se aproximasse das relações históricas. Ferdinand Lassale é considerado o precursor da social-democracia alemã e contemporâneo de Marx. Ambos foram aliados durante a revolução Prussiana de 1848, todavia romperam as relações posteriormente, em 1864. Marx refutou o idealismo, uma vez que a atividade humana sofre influências ideológicas a partir da

infraestrutura e superestrutura no sistema de produção capitalista. Portanto, a análise não pode ser metafísica, mas sim, histórica e dialética para compreender as contradições contidas e inculcadas pela classe dominante (Vedda, 2003).

O Materialismo Histórico Dialético é uma teoria filosófica desenvolvida por Marx e Engels no século XIX. Essa teoria busca explicar a história humana e a sociedade a partir das condições materiais em que as pessoas vivem e das relações sociais que estabelecem entre si. Segundo o Materialismo Histórico Dialético, a história é marcada por conflitos entre classes sociais que detêm diferentes níveis de poder e controle sobre os meios de produção. Esses conflitos são determinados pelas forças produtivas da sociedade, ou seja, pelos recursos materiais disponíveis e pelas tecnologias utilizadas para transformá-los (Martins; Lavoura, 2018).

De acordo com Martins e Lavoura (2018), essa teoria considera que as mudanças históricas não ocorrem de forma linear ou aleatória, mas sim por meio de transformações qualitativas que resultam em novas formas de organização social. Essas transformações são impulsionadas pelas contradições internas do próprio sistema social, que geram crises e conflitos capazes de transformar as relações de poder existentes. Assim, o Materialismo Histórico Dialético se apresenta como uma teoria crítica e revolucionária, que busca compreender a história e a sociedade a partir de uma perspectiva transformadora e emancipatória.

[...] para o materialismo histórico-dialético há que se ter uma separação clara entre o que é da ordem da realidade, portanto, aquilo que de fato é propriedade do objeto ou fenômeno investigado, daquilo que é da ordem do pensamento, ou seja, aquilo que se constitui como o conhecimento operado pelo sujeito investigador (Martins; Lavoura, 2018, p. 228).

É sabido que Marx e Engels, eram discípulos de Friedrich Hegel (1770-1831), representante do idealismo na Alemanha, apesar disso, a preocupação com os fenômenos materiais da sociedade permaneceram como objetivo de interesse de Marx e Engels. Politzer (2001, p. 108), assevera que, para Engels, a “dialética de Hegel conservava-se na cabeça, [portanto,] era preciso repô-la aos pés”. Assim, entende-se que as circunstâncias que estruturam a realidade encontram-se em constante movimento. Por seguir o idealismo, Hegel considerava que o universo corresponderia a uma dada materialização, vindo, antes do universo, o espírito, subordinando o primeiro. Adota-se, assim, a dialética ao idealismo (Politzer, 2001).

Deste modo, Marx e Engels, a partir de seus escritos literários, se preocupavam com os aspectos históricos e suas contradições, pautando-se não nas contradições lógicas, pois, essas seriam apenas abstrações, sem qualquer correspondência com a realidade. Assim, esses elementos não atendem às ideologias da classe dominante contidas nos significados dos termos verbais das obras literárias. Marx era crítico da análise idealista, fato que o levou a construir uma obra intitulada a *Miséria da Filosofia* em 1847, obra escrita em francês propositalmente, endereçada a Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), para rebater as categorias lógicas hegelianas à Economia Política defendidas pelo autor em sua obra *Filosofia sobre a Miséria* (Politzer, 2001).

Na visão de Marx, categorias a partir de uma análise metafísica da economia política serviriam ideologicamente para ocultar a idealização e eternizar as condições materiais capitalistas. Assim, Marx, segue acompanhado de Engels que, no início de sua vida intelectual, se dedicou à crítica literária, preocupando-se com a consciência proletária e uma literatura revolucionária. Conforme Silva (2012, p. 35):

Marx é um dialético materialista não só por ter isolado, como ele dizia, o "cerne racional" da dialética hegeliana " e tê-lo aplicado ao estudo da história no âmbito das relações materiais de produção; também o é por ter materializado a dialética em um estilo literário que é a mais perfeita expressão do movimento lógico-histórico em que ela consiste. [...] Marx conscientemente tentou expressar, mediante certas particularidades do seu estilo literário e mediante um específico movimento verbal, o próprio movimento real a que se referem os seus textos. Falando em termos semântico-sintáticos, as relações formais e lógicas em que Marx inscreve os signos verbais constituem uma movimentação plástica destinada a refletir as relações materiais e históricas dos significados.

De acordo com Siqueira e Pereira (2011), Marx e Engels acreditavam que a história da humanidade é marcada por lutas entre classes sociais e que o capitalismo é uma forma de exploração que só pode ser superada por meio da revolução proletária. Eles desenvolveram uma teoria social e econômica conhecida como marxismo, que influenciou profundamente o pensamento político e social do século XX. Apesar de suas ideias terem sido muitas vezes mal interpretadas e distorcidas, a obra de Marx e Engels continua a ser uma referência importante para a compreensão sobre as dinâmicas de organização social e as possibilidades de transformação coletiva. Exposto isso, passamos para o próximo tópico, no qual abordamos a metodologia que embasa nossa investigação.

## LITERATURA REVOLUCIONÁRIA PARA UMA CONSCIÊNCIA PROLETÁRIA

Estabelecemos nossas reflexões compreendendo que a atividade humana está entrelaçada às várias esferas ideológicas. Destarte, a literatura não possui um desenvolvimento autônomo, uma vez que “[...] ela sofre consequências e manifestações das forças de produção e das lutas de classes” (Lukács, 2010, p. 19). A atividade é diretamente influenciada pelas consequências da estrutura que, de acordo com Netto e Braz (2012), constituem-se como a base econômica da sociedade, implicando o conjunto das instituições e ideias determinadas, por ela, compreendida como a superestrutura, concebendo fenômenos extra econômicos que compreendem as instâncias jurídicas, ideológicas ou as formas de consciência social.

A literatura, no pensamento de Marx e Engels, corresponde um elemento importante na batalha contra a sectarização e o oportunismo ideológico burguês, frente ao proletariado, definindo-se como uma oportunidade de implementar a consciência revolucionária da classe proletária. De acordo com Lukács (2010), no desenvolvimento mais tardio do pensamento de Marx e Engels, a literatura é vista como uma forma de expressão artística que pode contribuir para a conscientização da classe trabalhadora sobre a sua condição de exploração e opressão, além de apresentar alternativas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Segundo Lukács (2010), a literatura proletária deve ter como objetivo principal a representação fiel e verossímil da realidade vivida pelos trabalhadores, utilizando-se de uma linguagem clara e acessível para que possa ser compreendida e assimilada por uma ampla parcela da população. Dessa forma, a literatura se torna uma ferramenta importante na luta pela emancipação das classes trabalhadoras e na construção de uma sociedade socialista. “A categoria ontológica do trabalho, por conseguinte, torna-se imprescindível em qualquer estudo que se anuncie na perspectiva da totalidade histórica” (Martins; Lavoura, 2018, p. 232).

De acordo com Martins e Lavoura (2018), diante do contexto de alienação, a cultura, a arte e a literatura apresentam-se como formas de resistência e resgate da humanidade, uma vez que permitem a expressão da subjetividade e das emoções humanas. Por meio da arte e da literatura, é possível questionar a realidade vigente e propor novas formas de organização social, além de promover a reflexão crítica sobre o mundo em que vivemos. A cultura, portanto, assume um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a produção da vida por meio do trabalho seja realizada de forma livre e consciente:

O processo de produção da vida por meio do trabalho, por sua vez, existe como objetivação dos homens (MARX, 2008), enquanto manifestação de suas próprias forças, expressando-se como natureza humana objetivada e manifestação de suas capacidades essenciais. Ocorre, porém, que a organização social capitalista calcada na propriedade privada dos meios de produção tem obstruído esse processo, uma vez que a atividade do indivíduo e seu resultado, tornando-se independentes, alienados, acarretam a subordinação do produtor ao produto de seu trabalho (Martins; Lavoura, 2018, p. 232).

Desta forma, Lukács (2010, p. 35) assevera que Engels, em um certo momento, teria aconselhado sempre os trabalhadores “[...] a não supervalorizarem a produção literária da burguesia da época, mesmo em seus melhores produtos, conservando diante dela a atitude correta, crítica e revolucionária”. Os proletários, agindo assim, sem preconceitos, a partir da literatura, entendem-na, antes de mais nada, como política, uma vez que essa forma de manifestação, torna possível a abertura para muitas concessões e referências. A ideologia contida na literatura burguesa, poderia influenciar os escritores na adoção de um pensamento que deixasse ao largo a indignação revolucionária do proletariado. Lukács (2010, p. 37), afirma que, por trás dos conselhos de Engels, “[...] está sempre a preocupação política do aburguesamento da consciência dos trabalhadores”. Portanto, Engels tinha a esperança de que a classe proletária adquirisse uma consciência sadia e extirpasse os influxos burgueses.

Para Massuia (2013), descortina-se as tentativas pela fundamentação de uma teoria estética marxista autônoma, culminando na existência de uma estética *in nuce* nos escritos de Marx e Engels. Em seus manuscritos datados de 1844, citando trechos de Shakespeare e Goethe, Marx mostra como as relações mercantis eram compreendidas, em uma sociedade na qual os homens se manifestavam e alcançavam poder e reconhecimento, por meio de suas posses (Massuia, 2013). Por sua vez, Engels critica o idealismo literário e explica a relação entre estrutura e superestrutura, forma e conteúdo, destacando que sua compreensão dialética é fundamental para evitar desigualdades na literatura burguesa e proletária revolucionária.

Durante o ano de 1843, Marx deixou de lado o estudo da arte por causa, certamente, da sua atribulada militância jornalística e do início de seu exílio em Paris. Em 1844, a mudança nos rumos de suas investigações repos o interesse pela arte, como transparece nas páginas dos *Manuscritos econômico-filosóficos*. Marx, então, debate-se com a dupla influência de Hegel e Feuerbach, fato que marcará profundamente as suas incursões na estética. Estamos diante de um jovem autor às voltas com influências teóricas contraditórias e desejoso de encontrar um caminho para poder consolidar suas próprias ideias (Frederico, 2012, p. 3).

Por conseguinte, a literatura idealista, ao produzir a desigualdade, estava a serviço da manutenção do *status quo* do sistema capitalista, resultando na exploração da classe burguesa em relação a classe proletária. Em tese, percebe-se que Marx e Engels viam a literatura como um aspecto relacionado à superestrutura, sofrendo as influências da base econômica, 'estrutura' (Netto; Braz, 2012). Assim, eram levadas em conta as questões relativas ao proletariado, no que tange ao seu despertar, tendo em vista o alcance da consciência revolucionária, provocando a superação do modo de produção capitalista. Observemos o que diz Lukács (2010, p. 43):

Engels combate amplamente toda a concepção idealista da literatura e na teoria da literatura e assim faz uma grande crítica ao Sickingen de Lassalle. Por outro lado, quando Lassalle configura seus personagens a partir das grandes lutas históricas Engels concorda com ele.

Conforme o fragmento acima, Ferdinand Lassalle é contemporâneo de Marx, todavia a crítica ocorre em decorrência de sua interpretação dos fenômenos, a partir do idealismo, não se apropriando do materialismo dialético. De acordo com Cotrim, (2016), a crítica de Marx e Engels em relação à obra de Lassalle, se deu com a criação de um personagem histórico apenas para dar caráter mais fidedigno às forças motrizes do período retratado historicamente. Todavia, as questões abstratas que retratam as lutas de classe e os interesses em jogo entre elas não foram enfatizados na sua obra:

A classe que Sickingen representa é objetivamente uma classe em vias de desaparecimento, cujos interesses, vinculados à própria permanência da classe, não podem ser senão a manutenção da forma social passada, que está passando por um período de transformação. Não obstante, no personagem individual de Sickingen – é a despeito dos interesses de sua classe - Lassalle faz incorporar o princípio universal da revolução, “a ideia de revolução”. E essa abstração idealista o faz exacerbar ainda mais o princípio schilleriano dos personagens como porta-vozes do espírito. Disso decorrem dois problemas de seu drama: a ausência dialética de indivíduo e classe, e o destacamento místico das ideias com relação à existência efetiva dos indivíduos e, centralmente, às suas ações (Cotrim, 2016, p. 128).

Portanto, o drama, apesar de trazer uma certa historicidade, ignora o movimento contraditório, em relação às lutas de classes. Outrossim, a literatura deve levar em consideração os aspectos históricos e principalmente as influências ocasionadas pelos modos de produção, observando as contradições existentes entre as classes originárias, para que seja considerada uma literatura revolucionária. Ela, assim como as outras manifestações

artísticas, é fruto de uma superestrutura ideológica que se alicerça nas condições econômicas. Embora a literatura apresente uma certa autonomia, ela também sofre influências das outras superestruturas ideológicas como a filosofia, as ciências, o direito, a moral, a religião, etc. (Cotrim, 2016).

Outro ponto importante da crítica de Marx sobre a questão de Lassalle foi o uso do drama de Sickingen como instrumento de propaganda política. De acordo com Trotsky (1969, p. 10), o exemplo de Shakespeare que retratava “o homem e a sociedade do seu tempo, a agonia de uma classe e a ascensão de outra”, deveria ser seguido. Por sua vez, seus dramas abordavam as tendências próprias do desenvolvimento social que brotavam. Enquanto Marx via na schillerização de Lassalle, uma transformação do teatro para a defesa de suas teses políticas, por mais nobres que fossem suas ideias, a obra permaneceu prejudicada, uma vez que o drama não deixa claros seus ideais políticos.

De acordo com Trotsky (1969), Engels defendia que quanto mais as intenções políticas de um autor estivessem sobrepujadas, melhor seria para a obra de arte, pois o realismo poderia se manifestar fora das ideias do autor. Engels acreditava que a arte deveria ser livre de intenções políticas, permitindo que o realismo fosse expresso de forma autônoma. Isso significa que a arte deve ser capaz de transmitir uma mensagem sem precisar ser comprometida com as crenças políticas ou ideológicas do autor.

Para Engels, as obras de arte que são criadas sem a intenção de fazer uma declaração política são mais eficazes em transmitir uma mensagem universal, que pode ser apreciada por pessoas de diferentes origens e ideologias. Conseqüentemente, a arte pode ser vista como um meio de conectar pessoas e promover a compreensão mútua, independentemente de suas diferenças políticas ou culturais (Trotsky, 1969). Vemos na seção seguinte algumas possibilidades de articulação de Marx e Engels para a promoção de questionamentos sobre a dominação social, na esfera educativa.

As leituras nos mostram que Marx e Engels, desde jovens, enveredaram pela literatura. Ambos liam e escreviam em vários idiomas europeus. Além disso, existe uma gama de extratos de diversos artigos, cartas e passagens de trabalhos acadêmicos durante suas vidas e, na edição alemã de ambos os autores sobre a arte e a literatura há mais de mil páginas abordando a temática. Todavia, os revolucionários não chegaram a escrever um documento sistemático sobre o tema, gerando interpretações por parte de seus leitores (Lukács, 2010).

Apesar das várias interpretações Lukács (2010), conseguiu enxergar nesses escritos a estética. Percebe-se, de forma evidente, que Marx e Engels fugiram do idealismo para uma análise histórico dialética da literatura, pois ela faz parte da superestrutura do modo de produção da sociedade capitalista, sofrendo, portanto, influências da estrutura econômica. Segundo Lukács (2010, p. 20), “Marx e Engels jamais subestimaram a importância das sadias tendências na literatura e na teoria literária”. Todavia, “o interesse deles pela crítica da literária corresponde apenas uma parte da sua atividade geral, na elaboração, reforço e defesa da linha proletária na economia, na política e na ideologia”.

Percebe-se que a crítica da literatura em Marx e Engels, corresponde apenas uma parte de suas atividades em geral, já que eles se dedicaram à compreensão sobre o modo de produção capitalista e as contradições ocasionadas por ele, tendo em vista a divisão de duas classes: o burguesa e o proletariado. Para entender de forma sólida o capitalismo, Marx, com as contribuições de Engels, passou a se dedicar ao estudo na economia para escrever sua obra mais importante intitulada *O Capital: a Crítica da Economia Política*, na qual esclarece de forma concreta as categorias que explicam a exploração do proletariado (trabalhador) pelo burguês (os donos dos meios de produção). Contudo, desenvolvemos interpretações importantes entre sua teoria e as manifestações culturais. A seção a seguir promove uma tentativa de aproximação entre essas duas noções.

## LITERATURA E SEU USO E A RESISTÊNCIA À DOMINAÇÃO NA ESFERA EDUCACIONAL

Na presente seção desenvolvemos um pouco mais os aportes pensados na formulação das questões colocadas para a escrita deste artigo. Considerando a importância da literatura para que se possa traçar métricas para o questionamento do capitalismo, indicamos alguns caminhos para a organização social, a partir de questionamentos sobre as bases que reproduzem as desigualdades sociais. Queiroz e Costa (2012) apontam que em *O Capital*, Marx recorre aos expoentes da literatura para ampliar o foco dos pressupostos por ele defendidos.

Alguns exemplos dessa recorrência são citados por Queiroz e Costa (2012, p. 15), como a célebre frase de Shakespeare: “A objetividade do valor das mercadorias diferencia-se de Wittib Hurting, pois não sabe por onde apanhá-la”, comparando as noções discutidas e a imagem dos personagens presentes nas obras por ele citadas. Conforme Queiroz e Costa (2012, p. 15), a mistura entre a técnica e o método se fundamentam:

Porque aí a passagem literária cria um liame entre o problema e a necessidade de seguir procurando a sua solução. A figuração começa a apontar uma saída, mas é colocada dentro de um campo de reflexão que não começa e nem com ela se encerra. A literalidade do termo é uma pista, ou, como diria o poeta Drummond de Andrade, é uma rima, não é a solução. Ou melhor: é no máximo uma solução provisória exigindo um exercício complementar de reflexividade.

Shakespeare, sem exageros, parece fazer parte da métrica marxista, tornando-se um de seus principais protagonistas. Esse fator decorre da importância da literatura na vida dos indivíduos, tornando com que a construção de correspondências seja mais fácil e rapidamente estabelecida. Marx e Engels aludem sobre isso:

Marx recorre livremente às expressões da vida cotidiana e a giros idiomáticos de dialetos provinciais; cria neologismos, toma de empréstimo seu material ilustrativo de todas as esferas científicas e suas citações são extraídas de uma dezena de idiomas. Para compreendê-lo, é realmente imprescindível dominar perfeitamente o alemão falado e o literário e, além disso, conhecer um pouco a vida alemã (Marx; Engels, 2010, p. 94).

Se por um lado os conceitos apresentados por Marx e Engels para o debate sobre a exploração do homem pelo homem, a partir da lógica do capital não eram de fácil entendimento, por outro, o uso da literatura potencializa verdadeiras mediações. Essas mediações jamais ocorreram de forma aleatória, uma vez que Marx expressava de forma profunda os conteúdos que desejava debater. “Deste modo, já é possível notar que Marx usa expressões e personagens literários como forma de ampliar a pesquisa e enriquecer a argumentação, a despeito de que isso pudesse representar uma via de enriquecimento estilístico” (Queiroz; Costa, 2012, p. 28).

Para Marx e Engels (2010), a produção cultural não pode ser vista de forma isolada, mas sim como uma manifestação das condições sociais e econômicas de uma determinada época. Assim, a arte e a literatura são influenciadas diretamente pela luta de classes e pelas relações de poder presentes na sociedade. Destaca-se a importância da cultura como uma forma de resistência e de luta contra a opressão. A arte e a literatura podem ser ferramentas poderosas na construção de uma consciência crítica e na mobilização das classes oprimidas. Por sua vez, a produção cultural muitas vezes é utilizada como uma mercadoria, tendo seu valor determinado pelas leis do mercado e não pela qualidade ou relevância artística.

Cabe pensar como os conteúdos abordados em Marx, poderiam influenciar a explicitação de saberes relativos à desigualdade e à exploração, na literatura. Interessa-nos

situar, sobretudo, como algumas literaturas podem ser articuladas, tal como Marx tencionou, na atualidade. Utilizamos como exemplos os poemas *O Bicho* de Manuel Bandeira (1986) e *O Lixo* de Augusto de Campos (1986), esse último, parte da literatura concreta, que se utiliza das formas, rompendo com as composições tradicionais. Para realizar uma análise dos poemas "O Bicho" de Manuel Bandeira e "O Lixo" de Augusto de Campos a partir do Materialismo histórico-dialético de Marx e Engels, é necessário compreender alguns conceitos fundamentais dessa teoria.

Segundo Marx e Engels (2007), a história da humanidade é marcada por lutas de classes, onde a classe dominante impõe sua vontade sobre a classe dominada. Essa luta é motivada pela busca pelo poder e pela posse dos meios de produção, que são a base da sociedade. Em ambos os poemas percebemos questões sociais e políticas. Em "O Bicho", Manuel Bandeira faz uma crítica à sociedade que, assim como o bicho, é subjugada e oprimida. Já em "O Lixo", Augusto de Campos aborda a questão do desperdício e da poluição, mostrando como a sociedade atual é marcada pelo consumismo desenfreado e pela falta de preocupação com o meio ambiente.

Apresentamos uma análise dos poemas, de forma individual, com vistas à discorrer melhor sobre o Materialismo histórico-dialético e as possibilidades educacionais de articulação. Vemos, inicialmente, o poema de Bandeira (1986) como uma denúncia social, apresentando-se como um fio condutor para que se possa pensar nos ditames da vida moderna. Conforme expresso a seguir:

O Bicho  
Vi ontem um bicho  
Na imundice do pátio  
Catando comida entre os detritos.  
Quando achava alguma coisa,  
Não examinava nem cheirava:  
Engolia com voracidade.  
O bicho não era um cão,  
Não era um gato,  
Não era um rato.  
O bicho, meu Deus, era um homem (Bandeira, 1986, p. 179).

De acordo com Cavalcanti (2007), Manuel Bandeira foi um poeta modernista brasileiro que viveu no século XX. O poema "O Bicho" foi escrito em 1937, durante o período da ditadura de Getúlio Vargas. Nessa época, o país passava por um momento de censura e repressão, o que influenciou muito a produção artística e literária. No poema, Bandeira apresenta um animal que, apesar de ter características físicas repulsivas, desperta empatia e

compaixão no eu lírico. Essa figura pode ser interpretada como uma metáfora para o ser humano, que, mesmo com seus defeitos, merece ser amado e respeitado. Além disso, é possível perceber no poema a influência do movimento surrealista, que valorizava o inconsciente e o irracional. A escolha de um animal como protagonista e a descrição minuciosa de suas características físicas são características desse movimento.

O trabalho com a literatura em sala de aula deve ser sensível à capacidade de compreensão dos fenômenos debatidos, considerando o período a partir do qual se trabalha os conteúdos, contemplando a faixa etária dos estudantes e as experiências compartilhadas até então. Não nos cabe debater, propriamente, exemplos sobre como esse poema deveria ser abordado, em segmentos de ensino específicos. Nosso interesse parte da forma como esses poemas sensibilizam os seres humanos, a fim de fazê-los pensar criticamente sobre os desafios que a desigualdade impõe. Para Almeida, Pedrosa e Suasuna (2013, p. 34), a literatura trabalha como um importante fio condutor das múltiplas realidades, a partir das quais os seres humanos se desenvolvem:

De acordo com o contexto de cada época, a literatura, como fio condutor, mostra a realidade vivenciada pela sociedade, denunciando as formas de exclusão e abordando temas universais que afligem a população de modo geral. Dessa forma, a literatura tem como papel, expor a realidade, através de traços literários, que por sua vez, trabalha com a ficção, mas, baseada na verossimilhança com o real.

No poema de Manuel de Andrade, encontramos uma importante reflexão sobre a miserabilidade da sociedade. Ao retratar um indivíduo remexendo em uma lixeira como se fosse um 'bicho', o poeta utiliza-se de arranjos estruturais que causam repulsa aos leitores, a partir da busca por alimentos que não são próprios para o consumo humano. Vemos que o poema retrata um local sujo, onde se encontra o indivíduo, na busca por aquilo que, em geral, descartamos. Manuel de Andrade nos faz pensar sobre a forma como certos alimentos poderiam ser melhor descartados, dada a sua inutilidade para a venda, mas utilidade enquanto instrumentos de doação. Além disso, a procura desenfreada sem o devido exame sobre aquilo que é consumido marca um ser humano desesperado, 'engolindo com voracidade' tudo o que encontra, na busca por suprir sua fome.

A última estrofe de 'O Bicho' mostra uma situação de vulnerabilidade extrema e abandono presente em muitas cidades de nosso país. Infelizmente o Brasil é marcado pela desigualdade e pela falta de políticas públicas. Ao ser comparado a um bicho, o ser humano

que procurava por alimentos mostra a luta de muitos brasileiros pela subsistência, em condições degradantes. Essa também é a avaliação de Bremer (2011, p. 1):

A poesia de Bandeira relata aspectos e situações da vida comum e ordinária, trazendo à tona detalhes esquecidos ou despercebidos. Porém, é válido destacar, novamente, que a poesia de Bandeira também é tomada por um caráter social, menos individualista e lírico, associado à participação e engajamento nas discussões sociais.

Podemos relacionar o poema de Bandeira (1986) com o trabalho de Marx e Engels, que fazem uma análise crítica da estrutura social e econômica do capitalismo. Assim como o bicho do poema, o ser humano é muitas vezes visto como um objeto de produção e consumo dentro de um sistema que o explora e o aliena. A ideia de que o homem se torna aquilo que produz é uma das principais críticas de Marx e Engels ao capitalismo. Além disso, o poema e o trabalho dos filósofos alemães destacam a importância da solidariedade e da luta coletiva por uma sociedade mais justa e igualitária. Enquanto o bicho do poema luta para se libertar, os trabalhadores também precisam lutar juntos para superar as desigualdades e opressões impostas pelo sistema capitalista.

Avançando, o poema Lixo, de Augusto de Campos (1986), também busca a sensibilidade social, representada pela reflexão estabelecida sobre a distinção entre as palavras lixo e luxo. Nesse poema, Augusto de Campos traz à tona a questão da desigualdade social, ao refletir sobre como palavras simples como "lixo" e "luxo" podem representar realidades tão distintas na vida das pessoas. Enquanto algumas pessoas têm o luxo de descartar objetos que já não lhes servem mais, outras têm que revirar o lixo em busca de algo que possa ser reaproveitado. O poema convida o leitor a refletir sobre as pequenas coisas do dia a dia que muitas vezes passam despercebidas, mas que têm grande impacto na vida das pessoas menos favorecidas.

Ao mesmo tempo, para Dolci (2011), a poesia de Augusto de Campos é uma crítica à sociedade de consumo, que muitas vezes valoriza mais os objetos materiais do que as pessoas. A figura 1 mostra a representação, típica da poesia concreta, movimento literário que surgiu no Brasil, na década de 1950. Esse movimento tem como objetivo explorar a linguagem de forma inovadora, criando uma arte verbal que pudesse ser compreendida de forma visual e sonora.

Figura 1: Poema Lixo de Augusto de Campos

LUXO LUXO LUXO LUXO LUXO LUXO LUXO  
 LUXO LUXO LUXO LUXO LUXO LUXO LUXO

Fonte: Campos (1986).

A poesia concreta traz importantes contribuições, uma vez que permite a construção de reflexões a partir de construções estéticas (Dolci, 2011). Nesse caso, esse poema denuncia o consumismo extremo, que aumenta a quantidade de lixo produzida e dispensada no meio ambiente. A utilização da poesia concreta de Augusto de Campos pode ser vista como uma forma de inovação artística que desafia as convenções estabelecidas. Acreditamos que o poema "O Lixo" é um exemplo marcante dessa estética, com a disposição das palavras e dos elementos gráficos criando uma imagem visualmente impactante.

É possível estabelecer uma conexão entre esse poema e as reflexões de Marx e Engels sobre a sociedade e a economia. Ao explorar a temática do lixo, o poema de Campos (1986), traz à tona questões relacionadas ao consumismo, ao desperdício e à desigualdade social. Assim como Marx e Engels criticavam o sistema capitalista por gerar desigualdade e exploração, a poesia de Campos (1986) pode ser vista como uma crítica à sociedade de consumo e aos valores que a sustentam. A arte e a política, portanto, podem se unir em uma reflexão sobre os problemas e desafios que enfrentamos em nossa época, assim como vislumbraram Marx e Engels ao tratarem da estética literária.

Assim como Manuel Bandeira (1986), Augusto de Campos (1986) retrata a desigualdade social e seus efeitos, capacitando debates sociais importantes e mostrando a força e a potência da literatura como um artifício de reflexão social. A distribuição das riquezas não é igualitária, isso Marx já afirmava em diversos de seus estudos. Contudo, a exploração humana toma contornos ainda maiores. Cabe à diferentes instâncias sociais a promoção de reflexões que permitam a sensibilidade social em direção a mudanças substanciais que melhoram nosso futuro.

Os poemas O Bicho de Manuel Bandeira e Lixo de Augusto de Campos podem ser excelentes ferramentas pedagógicas para a formação de cidadãos críticos no combate à desigualdade social. Ambos os poetas abordam temáticas sociais importantes, como a pobreza, a exclusão social e a marginalização. Ao explorar esses temas em sala de aula, os

alunos podem ser incentivados a refletir sobre as desigualdades presentes em nossa sociedade e a buscar soluções para combatê-las. Além disso, a análise dos poemas pode estimular o desenvolvimento de habilidades de interpretação e análise crítica, fundamentais para a formação de cidadãos conscientes e engajados. A realização de atividades práticas, como a produção de textos e poesias pelos próprios alunos, abordando temáticas sociais semelhantes às presentes nos poemas estudados, também é uma possibilidade. Dessa forma, os estudantes têm a oportunidade de expressar suas opiniões e ideias de forma criativa e engajada.

A literatura é uma ferramenta poderosa para essa reflexão, capaz de comunicar ideias e mensagens de maneira criativa e envolvente (Marx; Engels, 2010). Autores como Bandeira e Campos usam a arte literária para mostrar as consequências da desigualdade social e como ela afeta a vida das pessoas. Ao ler suas obras, é possível compreender melhor o impacto da exploração humana e refletir sobre maneiras de mudar essa realidade. Portanto, é importante valorizar a literatura como uma forma de conscientização e transformação social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamos, para a produção deste estudo, contribuir para o entendimento das articulações possíveis entre Marx e Engels e a literatura, entendendo-a como uma criação humana, tornando-se, portanto, parte da superestrutura do modo de produção vigente. Para tal, o proletariado necessita adquirir uma consciência revolucionária para superação desse modo de produção, dividido em classes, burgueses e proletários. A literatura, nesse sentido, pode ser utilizada como uma ferramenta de conscientização e mobilização social, retratando a realidade dos trabalhadores e suas lutas por melhores condições de vida e trabalho.

A análise marxista da literatura permite compreender as relações de poder e dominação presentes nas obras, revelando as contradições e conflitos sociais de uma determinada época. Dessa forma, a literatura pode ser utilizada como um instrumento de transformação social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É fundamental destacar a importância da educação para a formação de uma consciência crítica e revolucionária. Por meio do ensino de obras literárias que retratam a luta de classes e a exploração dos trabalhadores, é possível despertar nos alunos a

compreensão da realidade social em que estão inseridos e a necessidade de transformação dessa realidade.

A literatura pode ser uma ferramenta poderosa para o desvelamento das desigualdades sociais, uma vez que permite ao leitor acessar diferentes perspectivas e vivências. As escolas podem desenvolver estratégias para trabalhar a literatura como um produto de crítica social, promovendo debates e reflexões sobre questões sociais relevantes. É fundamental que os educadores estejam preparados para lidar com as temáticas abordadas pelas obras literárias, garantindo um ambiente acolhedor e seguro para que os alunos possam expressar suas opiniões e dúvidas. É mister aproveitar o potencial da literatura para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes, capazes de compreender e atuar diante das desigualdades sociais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. do S.; PEDROSA, F. B. De S.; SUASUNA, J. F. *Leitura analítica – interpretativa do poema “O bicho” de Manuel Bandeira*. 2013.

BANDEIRA, M. *Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

BREMER, L. M. *A imagem da realidade – poesia ‘O Bicho’ de Manuel Bandeira*. Universidade Federal de Santa Catarina. 2011.

CAMPOS, A. de. *Viva Vaia*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAVALCANTI, L. M. D. *Música popular brasileira e poesia: a valorização do “pequeno” em Chico Buarque e Manuel Bandeira*. Belém: Paka Tatu, 2007.

COTRIM, A. *Literatura e Realismo em Gyorgy Lukács*. Editora Zouk. Porto Alegre, 2016.

DOLCI, M. H. *A imagem poética na poesia concreta de Augusto de Campos*. 2011. 42f. Monografia (Bacharelado - Letras) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2011.

FREDERICO, C. A arte em Marx: um estudo sobre os manuscritos econômico-filosóficos. *Revista Novos Rumos*. 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2144/1771>. Acesso em: 27 mai. 2023.

LUKÁCS, G. *Marxismo e teoria da literatura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Expressão popular. São Paulo, 2010.

MASSUIA, R. da R. *Marxismo e Literatura*. A recepção de György Lukács em Leandro Conder e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo; Unesp, 2013.

MARTINS, L. M.; LAVOURA, T. N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 223-239. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/75VNGFj5PH5gy3VsPNp3L6t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. *Cultura, arte e literatura: textos escolhidos*, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

NATALI, M. P. Além da Literatura. *Literatura e Sociedade*, [S. l.], v. 11, n. 9, p. 30-43, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ls/article/view/19710>. Acesso em: 20 maio. 2023.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política*. Uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

POLITZER, G. *Princípios elementares de filosofia*. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2001.

QUEIRÓZ, F. J. C.; COSTA, F. J. F. Marx e a literatura: um estudo à luz do capital. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, Fortaleza, n. 4, p. 11-30, 2012. Disponível em: [http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/artigo1\\_20131.pdf](http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/artigo1_20131.pdf). Acesso em: 27 mai. 2023.

SILVA, L. *O Estilo Literário de Marx*. (Tradução: José Paulo Netto). São Paulo: Expressão Popular, 2012. (Coleção Arte e Sociedade).

SIQUEIRA, S. M. M.; PEREIRA, F. *Aspectos da vida e obra de Marx e Engels*. Salvador-BA: LEMARX, 2011.

TROTSKY, L. *Literatura e revolução*. Tradução de Luiz Alberto Moniz Bandeira. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1969.

VEDDA, M. *Escritos sobre a literatura*. Karl Marx e Friedrich Engels. Tradução de Fernanda Aren, Silvina Rotemberg e Miguel Vedda. Bueno Aires: Colihue, 2003.

Recebido em 01 de junho de 2023.

Aprovado em 08 de dezembro de 2023.





## A LÍNGUA PORTUGUESA NA BNCC E A INFLUÊNCIA DAS IDEOLOGIAS NEOLIBERAIS

DOI: 10.48075/ri.v26i1.31847

Ellen Petrech Vasconcelos<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo realizar uma breve análise do mais recente documento norteador da educação brasileira a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mais especificamente ao trecho destinado ao ensino de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental, dando destaque a influência sofrida pelas ideologias neoliberais. Para tanto, nos pautaremos nos documentos nacionais norteadores da educação e em alguns estudiosos, como Bakhtin (2003), Bonini e Costa-Hubes (2019), Rossi e Souza (2019) e Volochínov (2014) e traremos o paradigma indiciário como metodologia de pesquisa por propiciar uma análise profunda e detalhada do documento. O artigo se divide da seguinte forma: iniciamos com uma retomada do processo de formação da BNCC, em seguida verificamos os traços neoliberais presentes no documento, depois apresentamos uma retomada das bases teóricas da perspectiva enunciativa-discursiva, e uma reflexão acerca das dez competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental e algumas considerações importantes. Após a realização do trabalho, percebemos a necessidade de um olhar atento as influências neoliberais presentes na BNCC, que fica evidente na fase final do processo de elaboração do documento normativo atuando na adoção da abordagem das competências que, por sua vez, influencia em que medida a perspectiva enunciativa-discursiva é de fato adotada pelo documento.

**Palavras-chave:** BNCC; Neoliberalismo; Competências; Língua Portuguesa.

## TITLE OF THE ARTICLE IN ENGLISH, ALWAYS IN CAPITAL LETTERS, INCLUDING SUBTITLE

---

<sup>1</sup>Ellen Petrech Vasconcelos é doutoranda em Linguística pela UFSC, mestre em Estudos da Linguagem (UEPG), atua como professora de Língua Portuguesa para o Governo do Paraná. E-mail: [ellenpetrech@yahoo.com.br](mailto:ellenpetrech@yahoo.com.br)

**ABSTRACT:** The present work aims to carry out a brief analysis of the most recent document guiding Brazilian education, the National Common Curricular Base (BNCC), more specifically the section intended for teaching Portuguese Language for Elementary Education, highlighting the influence suffered by neoliberal ideologies. To this end, we will be guided by national documents that guide education and by some scholars, such as Bakhtin (2003), Bonini and Costa-Hubes (2019), Rossi and Souza (2019) and Volochínov (2014) and we will bring the evidentiary paradigm as a methodology of research by providing a deep and detailed analysis of the document. The article is divided as follows: we begin with a review of the BNCC formation process, then we verify the neoliberal traits present in the document, then we present a review of the theoretical bases of the enunciative-discursive perspective, and a reflection on the ten specific competencies of Portuguese Language for Elementary Education and some important considerations. After carrying out the work, we realized the need to take a closer look at the neoliberal influences present in the BNCC, which becomes evident in the final phase of the process of preparing the normative document, acting in the adoption of the skills approach, which, in turn, influences the extent to which the enunciative-discursive perspective is in fact adopted by the document.

**Keywords:** BNCC; Neoliberalism; Skills; Portuguese Language.

## INTRODUÇÃO

Uma escola pública, gratuita e de boa qualidade é tema de debate entre os estudiosos da educação há muito tempo e com a elaboração de um novo documento norteador nacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), está sendo necessário muita reflexão e análise para se compreender que visão de educação é por ela proposta.

Este trabalho parte do pressuposto que a educação é um direito social fundamental e como tal deve ser ofertado de forma universal, propiciando ao educando uma ferramenta de emancipação e de transformação social. Sabendo-se que os interesses do mercado muitas vezes penetram nas mais profundas camadas da sociedade, inclusive na educação, impondo seus anseios e até mesmo suplantando as necessidades da população é necessário um aprofundamento nas análises de documentos normativos direcionados a educação, em especial a BNCC que teve produção conturbada e fortemente influenciada por agentes privados como representantes de instituições financeiras, empresas, fundações e instituições filantrópicas.

Não havendo a possibilidade de analisar nesse artigo o texto da BNCC por completo, nos propomos a analisar o trecho do documento que apresenta as Competências Específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental verificando especialmente as influências sofridas pelas ideologias neoliberais. Para tanto, faremos um trabalho qualitativo utilizando como metodologia de análise o paradigma indiciário apresentado por Ginzburg (1989) que considera determinados indícios ou sinais para formular uma hipótese e um sentido

provisório que irá permitir encontrar outros indícios e sinais que poderão ou não confirmar o sentido provisório. Dessa forma, o paradigma indiciário não é considerado um método fechado e sim uma metodologia aberta que pode levar a caminhos inesperados que permitirá uma análise profunda do texto.

Iniciaremos fazendo uma breve retomada do processo de escrita do documento normativo com o intuito de contextualizar em que circunstâncias históricas ele foi elaborado e também para resgatar as forças que atuaram até sua versão final. Em seguida, verificamos os traços neoliberais presentes no documento, depois apresentamos uma retomada das bases teóricas da perspectiva enunciativa-discursiva, trouxemos também uma reflexão acerca das dez competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental e encerramos com algumas considerações relevantes.

## **A PRODUÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)**

A Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) assevera que a educação é um direito social de todo cidadão brasileiro e atribui ao Estado o dever de propor políticas para tanto. Por isso, diretrizes que regulam todo o Ensino Básico, desde o Ensino Infantil, passando pelo Ensino Fundamental e chegando ao Ensino Médio, são propostas com o objetivo de estabelecer parâmetros para a educação brasileira.

Até o ano de 2017, além da Constituição, os documentos norteadores da educação no Brasil, eram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Porém, houve o interesse em se criar uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que veio a se concretizar nos anos de 2017 e 2018. Desde então, a educação passa a contar, também, com as orientações desse documento.

A Base Nacional Comum Curricular, ampara-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e é definida em seu texto introdutório como um documento de caráter normativo que define um conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica.

Bonini e Costa-Hubes (2019) tratam do contexto de produção da BNCC que, segundo os autores, inicialmente tinha uma proposta de garantir o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento. Um grupo de trabalho denominado GT sobre Direitos à Aprendizagem e ao Desenvolvimento (conhecido como GT-DiAD), entre 2013 e 2015, desenvolveu discussões

voltadas para a produção de um documento que pudesse dar origem a um currículo nacional. O GT-DiAD tinha como proposta reunir diferentes segmentos da educação como por exemplo: professores de educação básica, indicados por diversas secretarias de educação e pela rede federal, secretário de educação indicados, técnicos/pesquisadores do INEP, professores/pesquisadores de universidades, entre outros. Ainda segundo os autores, os integrantes do GT entendiam que as reflexões deveriam vir do “chão da escola” para a construção e definições dos objetivos de aprendizagem. O objetivo era gerar um documento para intermediar o debate e as reflexões das escolas, dando origem a uma matriz inicial para a BNCC.

Porém, em fevereiro de 2015, o GT teve seu trabalho interrompido e seus membros, que somavam cerca de 70 pessoas, foram dispensados e uma nova equipe assumiu a produção de uma primeira versão do documento. A partir de maio de 2016 após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a troca de governo para o governo Temer, uma nova equipe agora com 31 componentes ficou responsável por definir uma terceira versão para a BNCC.

Durante o ano de 2017, foram realizadas seminários estaduais e audiências públicas por região e em dezembro do mesmo ano o documento foi homologado pelo ministro da educação José Mendonça Bezerra Filho. Porém, Bonini e Costa-Hubes (2019) nos esclarecem que o documento homologado em muito se diferencia do documento debatido ao longo do ano, de forma que chegou a ser chamada mesmo que informalmente de quarta versão. No ano de 2018, iniciou-se o programa de implementação da BNCC no ensino infantil e fundamental.

Vale ressaltar que o governo Temer propôs uma reforma para o ensino médio que iniciou em 2016 com a medida provisória 746, em 2017 praticamente a mesma equipe que escreveu a última versão da BNCC no ensino infantil e fundamental foi chamada para escrever a terceira versão do documento para o ensino médio. Em 2018, audiências públicas por região ocorreram, Bonini e Costa-Hubes (2019) mencionam que as audiências foram palco de manifestações contra o teor do documento, porém mesmo em um cenário de contestação o Governo Temer aprova a quarta versão do documento. Assim, a partir de 2019 teve o início da implementação da BNCC do Ensino Médio.

## O NEOLIBERALISMO E A BNCC

Ainda sobre a produção do documento normativo, Bonini e Costa-Hubes (2019) ainda atentam para a participação de agentes privados na produção da BNCC e suas consequências. Para os autores, além da comissão de especialistas e setores no MEC, agentes privados como: representantes de instituições financeiras, empresas, fundações e instituições filantrópicas e até mesmo de instituições internacionais também influenciaram o documento. Sobre essa questão os autores afirmam:

Nessa perspectiva, destaca-se, com a produção da BNCC, uma reterritorialização de fronteiras entre público, privado, filantrópico e não governamental, as quais foram deslocadas em nome de interesses diversos, mas, principalmente, empresariais (BONINI e COSTA-HUBES, 2019, p. 27).

Assim, para os autores essa questão permeou a decisão de o documento ser centrado nas competências, pois essa perspectiva aparece apenas na última versão do documento, quando as instituições privadas passam a ter mais influência nas decisões. Ao adotar a perspectivas das competências é abandonada a noção inicial centrada no direito à aprendizagem e ao desenvolvimento. Os pesquisadores completam:

No que diz respeito à BNCC, o que parece evidente é o interesse em implementar uma educação direcionada para trabalhar a formação de condutas nos estudantes, que corroborem com as necessidades estabelecidas pelos agentes privados, principalmente no que diz respeito à mão de obra para o mercado empresarial (BONINI e COSTA-HUBES, 2019, p. 29).

A noção de competências deslocaria os direitos e o desenvolvimento do indivíduo para segundo plano colocando como foco central a capacidade de se adaptar ao mercado de trabalho. Ainda segundo Bonini e Costa-Hubes (2019) a noção de competências ancora-se nas teorias funcionalistas e construtivistas as quais entendem que é papel da escola formar um cidadão capaz de adaptar-se à realidade e de desempenhar satisfatoriamente sua função em ambiente de trabalho.

Segundo Orso (2007), para compreender o neoliberalismo é necessário resgatarmos que ele se origina do liberalismo<sup>2</sup>. O termo neoliberalismo pode levar a interpretação de que é uma ruptura ao liberalismo, mas é importante destacar que é também em partes uma continuidade do liberalismo. Nas palavras do autor:

---

<sup>2</sup> Segundo Orso (2007) o liberalismo tem suas bases na defesa na propriedade privada dos meios de produção, na competição, na concorrência, na defesa da liberdade, no individualismo e no livre mercado. Para os liberais a intervenção era apenas defendida como necessária para a proteção da liberdade, da segurança e da propriedade privada. Segundo essa perspectiva, a mão invisível do mercado é a melhor promotora dos interesses individuais e do progresso social.

Para não deixar margem para a análise positivistas, de imediato é preciso dizer que a realidade histórica não dá saltos: que a todo momento é nova, que já não é mais absolutamente a mesma do momento anterior, mas também que não é totalmente nova. Ou seja, segue sendo liberalismo, todavia não exatamente da mesma forma (ORSO, 2007, p. 164).

Para o autor, nessa perspectiva, o neoliberalismo pode ser considerado um liberalismo aprofundado, pois também se fundamenta principalmente na propriedade privada dos meios de produção, na competição, no individualismo, e na defesa da liberdade de consciência e no livre mercado. Assim sendo, são também elementos fundamentais do liberalismo a propriedade privada e as classes sociais. Ainda segundo Orso (2007) o neoliberalismo, ocorre dentro da sociedade de mercado capitalista, sendo essa a base material que sustenta a ideologia neoliberal.

De acordo com Harvey (2011), o neoliberalismo, surgiu como uma resposta à crise dos anos 1970 que busca fortalecer o poder da classe dominante, com um discurso sobre liberdade individual, autonomia, livre-comércio e concorrência. Para o pensador, o projeto neoliberal tem sido bem-sucedido, dada a centralização das riquezas e do poder nos países que tomaram esse caminho.

Ainda segundo Harvey (2011) na visão neoliberal existe a ideia de responsabilizar o Estado pelas crises, pois elas seriam originadas de um setor público incompetente e com privilégios, em contraponto ao setor privado que demonstra eficiência e qualidade. Dentro desta perspectiva há uma defesa do ideário do Estado mínimo, que compreende que o Estado basta em si mesmo, sua participação deve ser mínima sendo necessário unicamente para atender aos interesses do capital.

Ao analisarmos a BNCC é possível perceber que a escolha em pautar o documento nas competências e não mais nos direitos deixa evidente que há uma expectativa em atender a exigência de um determinado perfil profissional buscado pelo mercado de trabalho. Para Bonini e Costa-Hubes (2019):

Fica evidente, ao considerar esse prisma, que a BNCC foi organizada para atender ao perfil profissional exigido pelo contexto de produção mercadológico que, devido à demanda das inovações tecnológicas e outras mudanças ocorridas no mundo do trabalho, justifica o mote de formar indivíduos competentes para exercer com *autonomia*, as exigências empresariais (BONINI e COSTA-HUBES, 2019, p. 31, grifos dos autores).

Assim fica justificado o envolvimento de grandes grupos econômicos na produção do documento, imputando à educação pública uma ideologia pautada na produtividade e no controle. Para finalizar, os autores complementam:

A noção de competência, além disso, apaga os embates sociais (pois a competência, como habilidade cognitiva, não envolve luta, disputa) e ainda favorece a meritocracia, noção tão afeita ao neoliberalismo, ideologia na qual o indivíduo (e sua ação sempre voltada para o próprio bem-estar, para os produtos que pode e almeja consumir, supostamente como resultado de seu esforço individual) é alçado à condição de herói de si mesmo (BONINI e COSTA-HUBES, 2019, p. 31).

Ou seja, a noção de competências serve ao propósito de utilizar a escola como propagadora de uma ideologia voltada ao consumo, na qual o indivíduo tem por objetivo conquistar bens de consumo e acredita que seu sucesso econômico está atrelado unicamente a seu esforço individual.

Como comprovação do ponto de vista abordado, Bonini e Costa-Hubes (2019) propõe a análise das dez competências apresentadas na BNCC, visando analisar que tipo de formação o documento prioriza. Observando especialmente os verbos empregados, os autores concluíram que:

Os verbos em destaque conferem o perfil do sujeito que se pretende formar para o mercado de trabalho: que saiba valorizar, empregar seus conhecimentos e sinta a necessidade de ir além, de continuar se aperfeiçoando, pois a lógica do trabalho requer indivíduos atualizados, capazes de usar a linguagem com maestria e de dominar os recursos tecnológicos que estão ao seu dispor na empresa onde trabalha. Além disso, que seja um sujeito sensível, que cuide de si mesmo, mas também do outro, evitando conflitos e primando pelo diálogo e cooperação. Enfim, trata-se de um sujeito autônomo, capaz de tomar as decisões necessárias para resolver conflitos coletivos com responsabilidade e resiliência (BONINI e COSTA-HUBES, 2019, p. 33).

Após a leitura do estudo de Bonini e Costa-Hubes (2019), uma questão tornou-se inquietante, sendo o próprio conceito de competências pautados em pilares neoliberais, como a ideologia neoliberal estaria influenciando, através de documento normativo, o ensino da língua portuguesa no Brasil? Não tendo a possibilidade de analisar o documento da BNCC como um todo, nos inspiramos no trabalho de Bonini e Costa-Hubes (2019) para propor a análise das Competências Específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental. Para tanto, em razão da adoção da perspectiva enunciativa-discursiva no documento, faz-se necessário retomar alguns conceitos do Círculo e Bakhtin por serem fundantes desta perspectiva, para em seguida procedermos nossa análise.

## ALGUNS CONCEITOS BAKHTINIANOS

Ao analisarmos o documento da BNCC, partimos de uma concepção de língua pautada nos estudos do Círculo de Bakhtin, que entende a língua não como objeto abstrato, mas como atividade social. Assim sendo, para os estudiosos do Círculo, a natureza da língua seria essencialmente dialógica. No trecho seguinte, o autor discorre que a verdadeira substância da língua está no fenômeno social da interação verbal:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (VOLOCHÍNOV, 2014, p. 127, grifos do autor).

Segundo o Círculo de Bakhtin a interação verbal social está atrelada à comunicação discursiva concreta e é fundamental para existência da língua. Assim sendo, a comunicação verbal não pode ser compreendida fora deste contexto social:

A comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta. A comunicação verbal entrelaça-se inextricavelmente aos outros tipos de comunicação e cresce com eles sobre o terreno comum da situação de produção. Não se pode, evidentemente, isolar a comunicação verbal dessa comunicação global em perpétua evolução. Graças a esse vínculo concreto com a situação, a comunicação verbal é sempre acompanhada por atos sociais de caráter não verbal (gestos do trabalho, atos simbólicos de um ritual, cerimônias, etc.), dos quais ela é muitas vezes apenas o complemento, desempenhando um papel meramente auxiliar (VOLOCHÍNOV, 2014, p. 128).

Conforme sustenta Bakhtin (2003) a enunciação é sempre considerada do ponto de vista de um falante em relação a um ouvinte que ao entrar em interação com o enunciado do outro, ocupa uma posição responsiva. Para o autor isso se explica na medida em que “toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva [...]; toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante.” (BAKHTIN, 2003, p. 271). O autor acrescenta:

Ademais, todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o

seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados (BAKHTIN, 2003, p.272).

Assim sendo, nesta concepção até mesmo o discurso mais autoritário necessita de uma resposta, pois esse é o princípio dialógico da língua. É de fundamental importância compreender que para o Círculo o princípio constitutivo do discurso não é individual, é dialógico e se constrói na interação dos interlocutores. O autor salienta que esses interlocutores são seres sociais inseridos em um contexto sócio-histórico, logo para que este ser social tenha condições de dar sentido aos discursos ele não necessita apenas dominar regras e normas linguísticas e sim estar inseridos nas relações ideológicas dos discursos.

Cumpra ainda acrescentar aqui uma observação extremamente importante: a consciência linguística dos sujeitos falantes não tem o que fazer com a forma linguística enquanto tal, nem com a própria língua como tal.

De fato, a forma linguística, como acabamos de mostrar, sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.* É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida (VOLOCHÍNOV, 2014, p.98-99, grifos do autor).

Essa visão das relações ideológicas dos discursos é muito importante para se compreender os conceitos suscitados pelos estudos bakhtinianos, pois este tema permeia toda a teoria do Círculo. Para o pensador, o produto ideológico parte de uma realidade que pode ser natural ou social e também reflete e refrata uma realidade exterior, nas palavras do autor:

Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia* (VOLOCHÍNOV, 2014, p.31, grifos do autor).

Volochínov (2014) vai além e afirma que o signo carrega uma significação, que não é simplesmente dada e sim é criada nas relações dialógicas entre os seres sociais. O signo ideológico não é apenas um reflexo ou até mesmo uma sombra da realidade, mas, segundo ele, é um fragmento material dessa realidade. O autor completa:

Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como

outra coisa qualquer. Nesse sentido, a realidade do signo é totalmente objetiva e, portanto, passível de um estudo metodologicamente unitário e objetivo. Um signo é um fenômeno do mundo exterior (VOLOCHÍNOV, 2014, p.33).

Para o teórico o signo é a materialização dessa comunicação, e assim se explica a natureza dos signos ideológicos. Pensando no papel primordial da comunicação social, podemos refletir sobre a linguagem e a palavra, que para o autor é o fenômeno ideológico por excelência, o signo mais puro:

*A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social (VOLOCHÍNOV, 2014, p.36, grifos do autor).*

Outro ponto importante de ser retomado para nossos objetivos aqui nessa discussão é o texto/enunciado. Para Bakhtin (2003) o texto/enunciado é o ponto de partida para todas as disciplinas das ciências humanas, é a realidade imediata para que se possa estudar o homem e seu pensamento. O autor ainda conclui (p. 319) que o objeto real é o homem social que está inserido na sociedade, que fala e exprime a si mesmo.

Nesse mesmo estudo, o autor apresenta dois elementos que determinam o texto como enunciado, a sua intenção e a realização dessa intenção. O autor assevera que só o enunciado tem relação imediata com a linguagem e com o sujeito e com outros enunciados, fora desta relação o que temos é o que o sujeito chama de texto, que seria a materialidade e não a construção de sentido.

*Só o enunciado tem relação imediata com a realidade e com a pessoa viva falante (o sujeito). Na língua existem apenas as possibilidades potenciais (esquemas) dessas relações (formas pronominais, temporais, modais, recursos lexicais, etc.). Contudo, o enunciado não é determinado por sua relação apenas com o objeto e com o sujeito-autor falante (e por sua relação com a linguagem enquanto sistema de possibilidades potenciais, enquanto dado), mas imediatamente – e isso é o que mais importa para nós – com outros enunciados no âmbito de um dado campo da comunicação. Fora dessa relação ele não existe em termos reais (apenas como texto). Só o enunciado pode ser verdadeiro (ou não verdadeiro), correto (falso), belo, justo, etc (BAKHTIN, 2003, p. 328).*

É importante percebermos que o conceito de dialogismo está também presente aqui, isso se deve ao fato do enunciado ser componente da complexa trama de vozes que se cruzam. Assim, fora da interação o enunciado não se realiza, mantendo-se apenas como uma potencialidade.

Blackledge e Creese (2014) tratam de outro conceito bakhtiniano, a heteroglossia, em seu artigo intitulado *Heteroglossia as Practice and Pedagogy*. No artigo em questão, os autores retomam o conceito de heteroglossia como uma base teórica para uma pedagogia mais crítica. Os autores apontam que para Bakhtin a linguagem em uso representa pontos de vista específicos sobre o mundo, conceituam o mundo em palavras caracterizadas por significados e valores. Assim, a língua aponta ou “indexa” um ponto de vista, uma ideologia, uma classe social ou posição social, devido a natureza social e ideológica da língua.

Os pesquisadores esclarecem que com o passar do tempo, certos repertórios de fala passam a apontar “indexar” certas práticas sociais, ou seja, determinados tipos de discursos passam a ser associados a determinadas práticas sociais recorrentes ou típicas. Assim, os registros não são neutros porque criam e reproduzem fronteiras sociais, pois dividem os usuários de uma língua que tem acesso a determinada prática e registro dessa prática e os que não têm acesso a essa prática e conseqüentemente não tem acesso à linguagem associada a ela. Assim, devemos prestar atenção às tensões sociais existentes na palavra.

Blackledge e Creese (2014) apontam que compreender a língua pelo prisma da heteroglossia nos permite entender a linguagem como repleta de diversidade social, sendo possível dentro de uma prática pedagógica compreender e valorizar o repertório linguístico complexo dos alunos.

A concepção enunciativo-discursiva da linguagem ao se amparar nas perspectivas suscitadas pelo Círculo de Bakhtin, concebe a língua e seus discursos atrelados aos seus falantes e seus atos de fala, às esferas sociais as quais pertence e aos valores ideológicos que a norteiam. Dentro dessa perspectiva a língua é repleta de vozes sociais, está ligada a práticas sociais e não é um registro neutro, pois é carregada de significados e valores. Isto posto, um documento normativo que adota concepção enunciativo-discursiva da linguagem opta por uma visão também crítica da linguagem, entendendo que ela não pode ser um instrumento neutro de comunicação.

## **AS INFLUÊNCIAS NEOLIBERAIS NAS COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**

O texto que agora iremos nos debruçar para análise, está localizado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), item 4. *A etapa do Ensino Fundamental* na seção 4.1 *A Área das Linguagens* mais especificamente em 4.1.1. *Língua Portuguesa no Ensino*

*Fundamental*. Esse item apresenta as dez *Competências Específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental*, no qual iremos focar a nossa atenção.

Antes de apresentarmos o quadro de competências, é importante salientarmos que o texto introdutório do item 4.1.1. aponta a perspectiva teórica adotada pelo documento:

Tal proposta assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses (BRASIL, 2018, p. 67).

Porém, o documento não se preocupa em esclarecer detalhadamente essa perspectiva, afirma que a unidade de trabalho deve ser o texto que necessita estar sempre relacionado ao seu contexto de produção e ao desenvolvimento de habilidades significativas como leitura, escuta e produção, em várias mídias e semioses.

Analisando na sequência do documento normativo os itens 4.1.1.1 e 4.1.1.2 verificamos que os objetivos de aprendizagem se dão a partir das práticas sociais de uso da linguagem com os seguintes eixos de integração: leitura de textos, produção, oralidade e análise linguística/semiótica, levando em consideração situações concretas nos campos de atuação/esferas de circulação, que se dividem em: cotidiana (somente nos anos iniciais), artístico-literário, prática de estudo e pesquisa, campo jornalístico/midiático e vida pública e, segundo o documento, há uma preocupação em se considerar situações enunciativas concretas.

Destacamos aqui que apesar de o documento fundamentar-se na concepção enunciativo-discursiva da linguagem, este se preocupa em utilizar-se dos enunciados concretos de uma forma instrumental, mostrar a concretude do texto para visualizar a forma e o conteúdo, apreender a estrutura para que depois possa reproduzir quando necessário. Conforme teorias já resgatadas anteriormente nesse trabalho, basilares a concepção enunciativa-discursiva da linguagem, parece-nos que aspectos fundamentais apresentados por Bakhtin (2003) e Volochínov (2014) tais como o social, dialógico e ideológico não receberam a devida importância no documento. Assim, a expressão de pensamento e o conhecimento metalinguístico acabam se sobressaindo a interação verbal que para os pensadores constitui a realidade fundamental da língua.

No texto introdutório da parte destinada ao ensino de Língua Portuguesa anos finais do ensino fundamental presente na BNCC é destacado que o estudo da metalinguagem não deve ser tomado como um fim em si mesmo:

Cabe ressaltar, reiterando o movimento metodológico de documentos curriculares anteriores, que estudos de natureza teórica e metalinguística – sobre a língua, sobre a literatura, sobre a norma padrão e outras variedades da língua – não devem nesse nível de ensino ser tomados como um fim em si mesmo, devendo estar envolvidos em práticas de reflexão que permitam aos estudantes ampliarem suas capacidades de uso da língua/linguagens (em leitura e em produção) em práticas situadas de linguagem (BRASIL, 2018, p. 71).

Nesse contexto, o estudo de caráter metalinguístico deve possibilitar aos estudantes ampliar as capacidades de uso da língua. Deve, dessa forma, não se limitar a uma prática de mera reprodução de termos e estruturas.

Na sequência do texto, cita-se a cultura digital, que recebe grande destaque em todo o documento normativo, com o objetivo de se estimular a atitude crítica e ética em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais.

Já no fim do item 4.1.1., são apresentadas as dez competências específicas da área de Língua Portuguesa, que devem ser garantidas aos estudantes o desenvolvimento das competências específicas pelo componente curricular Língua Portuguesa, os quais apresentamos em seguida:

#### COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.
3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulem em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo.
4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.
5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual.
6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.
7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.

8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.).
9. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura.
10. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais (BRASIL, 2018, p. 87).

Chama muito a atenção o fato de as competências específicas serem apresentadas de forma tão sucinta, sendo pouco explicada e não mostrando a origem teórica de tal escolha, sem um texto explicativo posterior ao quadro, que encerra a seção. Sabendo-se que existem inúmeras perspectivas teóricas sob as quais se pode observar o objeto linguagem, ao optar-se por uma seria relevante esclarecer as minúcias dessa perspectiva, trazer autores que embasam tal concepção, poderia se trazer um texto explicativo dos principais pontos da perspectiva enunciativo-discursiva apresentando os pressupostos basilares apresentados pelo círculo de Bakhtin. Um comentário sobre cada uma das competências seria de grande importância e auxiliaria o leitor do documento a se situar melhor no caminho teórico escolhido. Devemos lembrar que se trata de um documento normativo com a pretensão de uniformizar o ensino em todo o país e devia por essa razão preocupar-se em dar suporte para sua compreensão de modo a evitar diferentes interpretações no território nacional.

Percebemos a preocupação em adotar uma perspectiva na qual a língua é vista como fenômeno cultural, histórico e social, sensível aos contextos, que é meio de construção de identidades dos usuários e as comunidades. Contudo, ao recordarmos do postulado por Volochínov (2014) observamos que aspectos importantes da língua não receberam destaque, tais como, a língua como arena de lutas de classes e a questão da divisão de classe, temas que poderiam ser objeto de estudo nas aulas de língua portuguesa e que sequer foram citados no documento. Principalmente, em se tratando de uma perspectiva pautada em uma visão enunciativa-discursiva originada nos estudos do Círculo de Bakhtin.

A competência dois, considera as multissemoses, diferentes campos de atuação, mas propõe ler, escutar e produzir textos com objetivo de expressar e partilhar, objetivos que se vincula mais a uma concepção de linguagem como expressão de pensamento e instrumento de comunicação, concepção rechaçada por Volochínov (2014), pois para o pensador linguagem em uma perspectiva dialógicas é um fenômeno social de interação verbal entre sujeitos sócio-histórico e ideologicamente constituídos.

Vemos também, na competência quatro, algum destaque à questão do preconceito linguístico, mas o discurso é apenas de tolerância, aqui se perde também a oportunidade de tratar questões sociais, relacionadas as diferenças de classes sociais no país, é desperdiçada uma oportunidade de se trabalhar a questão ideológica por trás da valorização e desprestígio de variedades linguísticas. Essa posição também é defendida por Rossi e Souza (2019) ao analisar a competência em questão:

Isso pressupõe mais que rejeitar preconceitos linguísticos, mas também evidenciar as relações ideológicas por trás do uso da língua. Por mais que os alunos respeitem e evitem estes preconceitos, eles próprios podem ser vítimas de desrespeito e de preconceito. Por isso, há a necessidade de conscientizar sobre estas questões. (ROSSI e SOUZA, 2019, p. 90).

A competência sete, por si só, dada a importância dos conceitos que traz, deveria ser melhor explorada. Observando a temática abordada neste item, constatamos que este é o único momento no documento normativo que se fala de negociação de sentido, valores e ideologias. Contudo, devemos destacar que conceber a língua com dialógica e discursiva segundo o postulado por Volochínov (2014) implica em compreender que o caráter socio histórico e ideológico da linguagem são fundamentais e como tais devem ter papel central no estudo sobre linguagem. Em continuidade, na competência oito vemos que a seleção dos enunciados a serem estudados nas aulas de língua portuguesa devem seguir os objetivos, interesses e projetos pessoais dos educandos, individualizando os critérios de seleção dos enunciados concretos e distanciando-se do pensamento defendido por Volochínov (2014) que não reduz a linguagem a expressão do pensamento, mas compreende como um fenômeno social de interação verbal, em que sujeitos fazem uso da língua de modo social, histórico e dialogicamente situado.

Apenas na competência nove vemos os gêneros literários serem contemplados, porém parece-nos que apenas a abordagem estética é elencada, desconsiderando totalmente a literatura com uma forma de agir sobre o mundo, sobre isso Rossi e Souza (2019) analisa:

[...] podemos verificar que as práticas de leitura literária focalizam a noção do senso estético e da fruição, desconsiderando a literatura como jogo de linguagem que também age sobre o mundo (ROSSI e SOUZA, 2019, p. 91).

Na competência dez, vários verbos são empregados como *mobilizar*, *expandir*, *produzir*, *aprender*, *refletir* e *realizar*. Porém nenhum desses verbos trata da questão

transformadora, na possibilidade de agir e modificar a sociedade, mas somente aprender e refletir sobre o que está posto, sem que seja possibilitado ao sujeito a ação de transformar.

Se considerarmos esta competência, em relação à concepção de linguagem enfocada, junto à concepção de educação subjacente à definição das competências gerais, verificamos uma lacuna importante: a possibilidade de agir sobre o mundo, para então transformá-lo (ROSSI e SOUZA, 2019, p. 91).

Os pontos em que as competências se distanciam da perspectiva enunciativa-discursiva poderiam ser abordados como falhas na produção do documento, mas após a retomada do processo de elaboração do documento e das ideologias que influenciaram o mesmo, acreditamos que os aspectos deixados de lado foram suprimidos voluntariamente. Parece-nos que os itens “esquecidos” foram retirados do documento porque não corroborarem com a proposta apresentada nas competências gerais da educação básica. Os pontos da perspectiva enunciativa-discursiva deixados de lado tratam de questões sociais, relacionadas as diferenças de classes no país, das lutas sociais, da criticidade e o agir para transformar a realidade. Pois, como já analisado nesse trabalho, perspectiva adotada nas competências gerais da educação básica é fortemente influenciada pelos ideais neoliberal, mesmo que estes pensamentos não estejam citados no documento, estes aparecem de forma implícita e como uma força que influencia nas escolhas do que será adotado ou ignorado na formulação do documento. Assim, a BNCC acaba se propondo a atender aos interesses do mercado que busca mão de obra pouco crítica, e convencida pelas ideologias neoliberais que seu papel é de manutenção do equilíbrio da estrutura social.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nesse trabalho nos propusemos a analisar o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especificamente no que tange as ideologias neoliberais. Para tanto, fizemos uma retomada do processo de formação da BNCC, em seguida verificamos os traços neoliberais presentes no documento, depois apresentamos uma retomada das bases teóricas da perspectiva enunciativa-discursiva fundamentada nos estudos no Círculo de Bakhtin, e por fim, propusemos uma reflexão acerca das dez competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental.

Ao retomar o processo de elaboração da BNCC percebemos que o documento normativo nacional sofreu, em sua fase final, forte influência de grandes grupos econômicos.

Assim, adotou-se a perspectiva das competências, imputando a educação pública uma ideologia pautada na produtividade e no controle, servindo ao propósito de se colocar a escola como propagadora de uma ideologia votada ao consumo, na qual o indivíduo tem por objetivo conquistar bens de consumo, distanciando da luta por transformações sociais.

Ainda com relação a base teórica, pautados nos estudos discursivos, acreditamos não pode haver um eficaz estudo da linguagem sem considerar que a língua é repleta de vozes sociais, está ligada a práticas sociais e é caracterizada por significados e valores. Logo, um documento que pretende nortear o ensino de língua portuguesa deveria ter uma visão mais crítica da linguagem entendendo que ela não pode ser um instrumento neutro de comunicação.

Por fim, parece-nos fundamental um olhar atento para as influências neoliberais presentes no documento, pois fica evidente na elaboração das *competências gerais da educação básica* a influência das necessidades do mercado. Verificamos que da mesma forma as *dez competências específicas da área de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental* foram influenciadas pelas mesmas ideologias ao adotar apenas em parte a perspectiva enunciativa-discursiva, suprimindo exatamente os pontos divergentes da ideologia neoliberal.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BLACKLEDGE, A. C., *A. Heteroglossia as Practice and Pedagogy, Educational linguistics 20*, Springer Science, 2014.

BONINI, A.; COSTA-HÜBES, T. da C. *O contexto de produção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): cenas dos bastidores*. In: COSTA-HÜBES, T. d. C.; KRAEMER, M. A. D. (Orgs.). *Uma leitura crítica da Base Nacional Comum Curricular: compressões subjacentes*. Campinas: Mercado de Letras, 2019, p. 17–40

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 20 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 20 nov. 2023.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HARVEY, D. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

ORSO, P. *Neoliberalismo: equívocos e consequências*. In: LOMBARDI; SANFELICE (Org.). *Liberalismo e educação em debate*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, Hístedbr, 2007.

ROSSI, J. C.; SOUZA, A. C. *Concepção de linguagem na Base Nacional Comum Curricular: reflexão para o ensino de Língua Portuguesa*. In: COSTA-HÜBES, T. d. C.; KRAEMER, M. A. D. (Orgs.). *Uma leitura crítica da Base Nacional Comum Curricular: compressões subjacentes*. Campinas: Mercado de Letras, 2019, p. 69–94

VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Tradução de Michael Lahud & Yara Frateschi Vieira. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

Recebido em 31 de agosto de 2023.

Aprovado em 29 de novembro de 2023.





## RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA E POLIFONIA NA REDAÇÃO NOTA MIL DO ENEM 2019

DOI: 10.48075/ri.v26i1.31471

Madson Bruno Soares Estevam<sup>1</sup>  
Luiz Miguel Azevedo da Costa<sup>2</sup>

**RESUMO:** Neste trabalho, analisamos como ocorre o fenômeno da responsabilidade enunciativa em uma redação nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, edição de 2019, ou seja, uma produção prototípica do exame, além de verificar como ocorre a polifonia nesse gênero discursivo textual. A teoria que embasa a investigação é a Análise Textual dos Discursos, quadro teórico fomentado por Adam (2011) no qual o texto e o discurso são vistos sob um novo olhar. Além desse pressuposto teórico, o trabalho também é embasado por autores do dialogismo, como Bakhtin (2016), e autores enunciativos, como Passeggi *et al.* (2010), entre outros. Metodologicamente, o trabalho possui viés qualitativo, método dedutivo e as análises são realizadas por meio do método interpretativista. O processo de coleta do *corpus* se deu por meio de acesso às redações nota mil presentes no portal G1. O resultado demonstra que o locutor/enunciador primeiro, o candidato, utiliza as diferentes modalidades linguísticas a fim de demonstrar engajamento pelo dito, assumindo, assim, a responsabilidade enunciativa. Ademais, as vozes alheias são usadas como mecanismo argumentativo de solidificação de argumentos, demonstrando, desse modo, um procedimento enunciativo conhecido como o uso do argumento de autoridade.

**Palavras-chave:** ENEM; Responsabilidade enunciativa; Análise Textual dos Discursos.

## ENUNCIATIVE RESPONSIBILITY AND POLYPHONY IN ESSAYS WITH MAXIMUM MARKS IN THE ENEM 2019

<sup>1</sup> Doutor em Estudos da Linguagem – UFRN. Docente da rede estadual da Paraíba. E-mail: bruno.madson2011@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduando em Letras – Língua Portuguesa – UFPB. E-mail: miguelazevedo02@gmail.com.

**ABSTRACT:** In this work, we analyze how the phenomenon of enunciative responsibility occurs in an essay with a maximum grade in the National High School Exam - ENEM, 2019 edition, that is, a prototypical production of the exam, in addition to verifying how polyphony occurs in this textual discursive genre. The theory that underpins the investigation is Textual Discourse Analysis, a theoretical framework promoted by Adam (2011) in which text and discourse are seen from a new perspective. In addition to this theoretical assumption, the work is also supported by dialogism authors, such as Bakhtin (2016), and enunciative authors, such as Passeggi et al. (2010), among others. Methodologically, the work has a qualitative bias, deductive method and analyzes are carried out using the interpretive method. The corpus collection process took place through access to the newsrooms present on the G1 portal. The result demonstrates that the speaker/enunciator first, the candidate, uses different linguistic modalities in order to demonstrate engagement with what is said, thus assuming enunciative responsibility. Furthermore, other people's voices are used as an argumentative mechanism to solidify arguments, thus demonstrating an enunciative procedure known as the use of the authority argument.

**Keywords:** ENEM; Enunciative responsibility; Textual Analysis of Speeches.

## INTRODUÇÃO

É compreendido, pela sociedade em geral, a importância do Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM, visto ser um dos canais de entrada dos adolescentes e jovens nas universidades públicas e privadas. Nesse contexto, o certame vem sendo enfoque de diversos trabalhos do âmbito acadêmico que almejam perceber a estruturação das provas que fazem de sua composição.

Além disso, o exame se configura, atualmente, como um marco na promoção de políticas públicas voltadas à educação básica. Nesse sentido, a partir das notas dos discentes brasileiros, o Ministério da Educação promove ações pedagógicas que fomentem os processos de ensino e aprendizagem.

Assim sendo, nos estudos linguísticos, vários tópicos da avaliação têm sido analisados. As questões de linguagens, códigos e suas tecnologias, bem como as propostas de redação, são examinadas com o fito de perceber fenômenos linguísticos que merecem atenção, ao avaliarmos a composição estrutural das questões e dos textos.

Inserido nesse campo de estudos é que se encontra nosso trabalho. Nele, analisamos, como objetivo geral, a polifonia e a responsabilidade enunciativa em uma redação nota mil do exame, na edição de 2019; já como objetivos específicos temos: averiguar a presença das diferentes vozes no texto, além de verificar a assunção e/ou a mediação do dizer pelo locutor enunciador primeiro, L1/E1.

O *corpus* é composto por uma redação, sem título, do ano 2019, disponibilizada no sítio eletrônico G1. Nessa edição, o tema disposto foi “a democratização do acesso ao cinema no Brasil”, sendo uma temática interessante, mas não polêmica, visto o atual cenário político/social do país.

A corrente linguística utilizada na pesquisa foi a Análise Textual dos Discursos – ATD, quadro teórico criado por Adam (2011), no qual a Linguística Textual - LT - é vista como subdomínio da Análise do Discurso. O autor, por meio de uma ousada proposta, veicula os campos teóricos distintos, em um movimento, teórico e metodológico, pelo qual temos acesso ao discurso através das marcas textuais.

A justificativa do trabalho reside na importância de estudar o principal meio de avaliação de educação do país, bem como centrar nossa investigação em um texto que cumpre com todos os requisitos exigidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Desse modo, averiguar a argumentação e a composição dos textos auxilia também na visualização da redação do ENEM enquanto gênero textual discursivo.

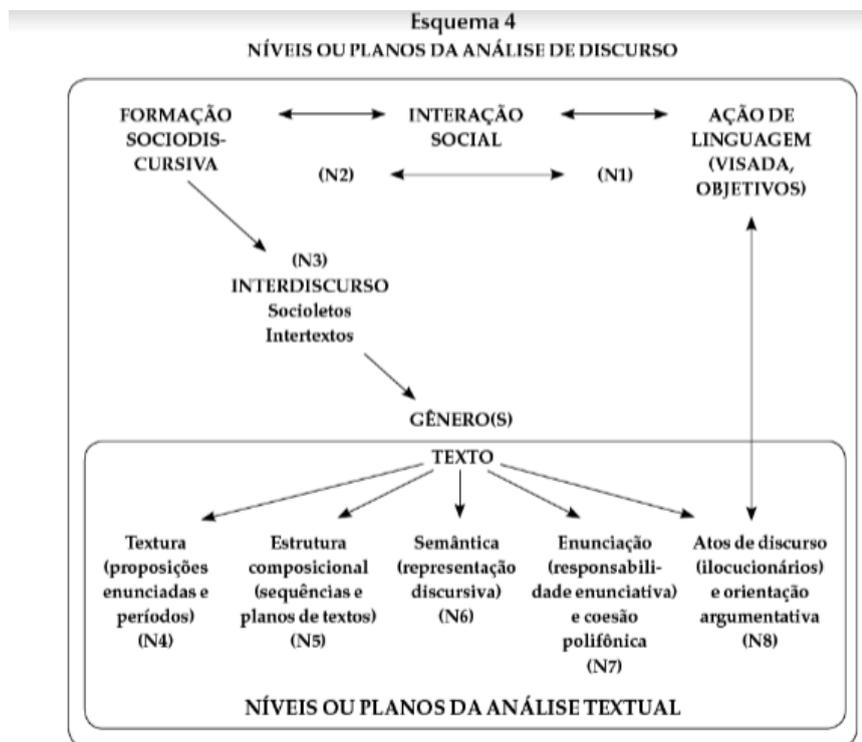
Além disso, a pesquisa também serve como documento norteador para os possíveis discentes que tenham interesse no aprimoramento de questões linguísticas, como a polifonia e a responsabilidade enunciativa de seus textos, seguindo as determinações da matriz de correção do órgão que executa o certame.

Como plano de texto desse trabalho, temos, inicialmente, essa breve introdução, na qual abordamos conceitos basilares. Após ela, a fundamentação teórica, seção em que apresentamos os fundamentos da ATD e dos gêneros textuais discursivos; em seguida, temos a metodologia, com o percurso necessário para a realização da pesquisa, as análises dos dados obtidos no portal e, por fim, as obras que consultamos na seção referências.

## **ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS E RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA**

A Análise Textual dos Discursos é um pressuposto teórico fomentado por Adam (2011) que vincula o discurso e o texto em novas categorias. A partir do esquema 04 de sua obra, o autor apresenta níveis ou planos que vão da ação visada pelos locutores enunciadores até os atos do discurso, vejamos, por meio da figura 01 a seguir.

Figura 01: Esquema 4 de Adam (2011)



Fonte: Adam (2011)

Por intermédio do esquema, podemos ver que a enunciação ocorre vinculando os campos da AD e da LT. Nesse sentido, enxergamos que o campo da análise discursiva é composto por I - Ação de linguagem (visada, objetivos) que dentro de uma interação social forma o nível II - Formação sociodiscursivas, seguida por III - Interdiscurso (socioletos e intertextos). A partir dos gêneros discursivos textuais temos acesso ao campo da análise textual, a qual é composta por IV - Textura (proposições enunciadas e períodos), V - Estrutura composicional (sequências e planos de textos), VI - Semântica (representação discursiva), VII - Enunciação (responsabilidade enunciativa e coesão polifônica) e, por fim, VIII - Atos de discurso (ilocucionários) e orientação argumentativa.

Desse modo, a ATD pode ser visualizada como: “[...] uma teoria da produção co(n)textual de sentido, que deve fundar-se na análise de textos concretos” (Adam, 2011, p. 23). Nesse viés, vemos que o autor formula um meio de trabalhar com diferentes gêneros por meio de uma análise consistente, que dá conta tanto de textos orais como também de textos escritos.

Concernente à responsabilidade enunciativa, vemos que ela se faz presente no campo dos estudos do texto, no plano da enunciação, em Adam (2011). No nível VII, do esquema 4, de Adam (2011), podemos enxergar o tópico “Responsabilidade enunciativa e coesão polifônica”. Nesse sentido, segundo o autor, todo texto apresenta marcas linguísticas que demonstram a assunção ou não do conteúdo proposicional pelo locutor enunciador primeiro, L1/E1.

Assim, diferentes marcas podem atestar o engajamento pelo dito ou a mediação. A fim de que o analista possa averiguar esse processo, o autor, ampliando os campos de análise de Benveniste, demonstra oito categorias que auxiliam a (não) assunção da responsabilidade enunciativa - RE. Por meio delas, Passeggi *et al.* (2010, p. 300, 301) criam um quadro exemplificativo. Vejamos, a seguir.

Quadro 01: Marcas da RE

Ordem	Categorias	Marcas linguísticas
1	<b>Índices de pessoas</b>	<i>meu, teu/vosso, seu</i>
2	<b>Dêiticos espaciais e temporais</b>	Advérbios ( <i>ontem, amanhã, aqui, hoje</i> ) Grupos nominais ( <i>esta manhã abra esta porta</i> ) Grupos preposicionais ( <i>em dez minutos</i> ) Alguns determinantes ( <i>minha chegada</i> )
3	<b>Tempos verbais</b>	Oposição entre presente e o futuro do pretérito Oposição entre o presente e o par pretérito imperfeito e pretérito perfeito
4	<b>Modalidades</b>	Modalidades sintático-semânticas maiores: Téticas (asserção e negação) Hipotéticas (real) Ficcional e Hipertéticas (exclamação) Modalidades objetivas Modalidades intersubjetivas Modalidades subjetivas Verbos e advérbios de opinião Lexemas afetivos, avaliativos e axiológicos
5	<b>Diferentes tipos de representação da fala</b>	Discurso direto (DD) Discurso direto livre (DDL) Discurso indireto (DI) Discurso narrativizado (DN) Discurso indireto livre (DIL)
6	<b>Indicações de quadros mediadores</b>	Marcadores como <i>segundo, de acordo com e para</i> Modalização por tempo verbal como o <i>futuro do pretérito</i> Escolha de um verbo de atribuição de fala como <i>afirmam, parece</i> Reformulações do tipo <i>é, de fato, na verdade, e mesmo em todo caso</i>

		Oposição de tipo <i>alguns pensam (ou dizem) que X, nós pensamos (dizemos) que Y</i> etc.
7	<b>Fenômenos de modalização autonímica</b>	Não coincidência do discurso consigo mesmo ( <i>como se diz, para empregar um termo filosófico</i> ) Não coincidência entre as palavras e as coisas ( <i>por assim dizer, melhor dizendo, não encontro a palavra</i> ) Não coincidência das palavras com elas mesmas ( <i>no sentido etimológico, os dois sentidos do termo</i> ) Não coincidência interlocutiva ( <i>Como é a expressão? Como você costuma dizer</i> )
8	<b>Indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados</b>	Focalização perceptiva ( <i>ver, ouvir, sentir, tocar, experimentar</i> ) Focalização cognitiva (saber ou pensamento representado)

Fonte: Passeggi *et al.* (2010)

## POLIFONIA E GÊNEROS DISCURSIVOS TEXTUAIS

A definição de polifonia, segundo a visão de Bakhtin (2008), consiste em entender, primeiramente, a importância do sujeito e o que ele gera a partir disso, não se limitando, em seu enunciado, apenas na função de transmitir informações, mas também na sua interação no texto, seja ela verbal ou não verbal. Além disso, em tais enunciados, podemos notar inúmeras vozes expressas em um único texto. Dessa maneira, em um simples ato de fala, pode-se perceber a recorrência de várias vozes, demonstrando, portanto, uma heterogeneidade enunciativa.

Assim, notamos que, dentro de um enunciado, há uma quantidade vasta de discursos que o atravessam. Isso é possível porque a construção do enunciado é dialógica, ou seja, a figura do outro sempre é presente quando o enunciador fomenta outro dizer, uma vez que os ditos são formados e atravessados por discursos oriundos no meio social.

Além do mais, Bakhtin (2008) utiliza-se do termo Bivocal para denominar discursos em que é utilizada a concepção do signo objetivo e de sociabilidade ideológica, ocasionando um melhor entendimento mútuo das situações, ações que se sobressaem do limite da linguística e estabelecem convicções da metalinguística, sugerindo visões distintas diante da temática.

Os estudos sobre gêneros discursivos textuais, por apresentarem uma grande diversidade nas correntes teóricas, demonstram variações nas concepções e terminologias das análises em relação aos gêneros apresentados por Bakhtin (2003). Dessa maneira, as

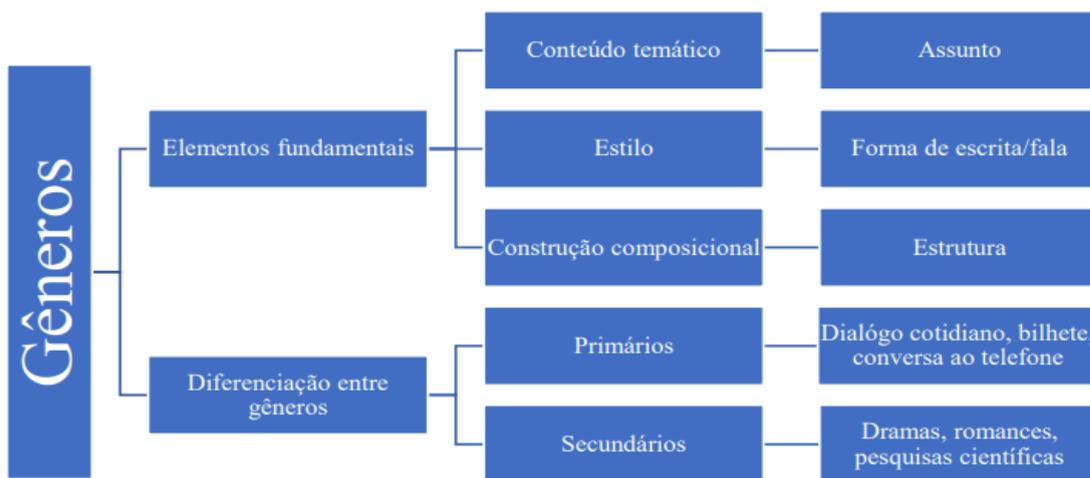
definições sobre os gêneros podem ser consideradas como não hegemônicas, por causa de suas variações. Ademais, tal campo teórico continua aberto, porquanto, a cada nova leitura, podem ocorrer às devidas interpretações, particularidades e intenções que cada pesquisador possa ter ao ler a pesquisa realizada por Bakhtin (2003), tirando suas próprias conclusões e adicionando as divergências necessárias.

No entanto, em linhas gerais, todas as nossas ações que são enunciadas de maneira formal ou informal, voluntariamente estão inseridas em algum dos variados tipos de gêneros discursivos, os quais podem ser definidos, por Bakhtin (2016, p. 12) como os “tipos relativamente estáveis de enunciados”. Por isso, conseguimos enxergar que o desenvolvimento desses gêneros ocorre de forma arbitrária e não proposital, visto que primeiro há a existência e depois há a classificação, realizada por meio das pesquisas.

É necessário compreender que Bakhtin (2016) conceitua os enunciados como falas previamente direcionadas com o intuito de criar uma comunicação ou, no mínimo, conseguir traçar reflexões, pensamentos, intermediados por aquele dizer realizado pelo sujeito. Além do mais, o estudo sobre as tipologias dos gêneros é sempre atualizado, já que é vinculado ao tempo histórico e social em que o enunciado é empregado.

Bakhtin (2016) realizou uma divisão dos gêneros por conta das novas tipologias, sendo classificados em Primários e Secundários. Nesse viés, vejamos a figura a seguir, a qual representa tal divisão.

Figura 2: Gêneros primários e secundários



Fonte: Estevam (2019, p. 61) adaptando Bakhtin (2016, p. 15)

Podemos entender os gêneros primários como as situações comunicativas realizadas arbitrariamente, de forma cotidiana e principalmente informal, sem a necessidade de haver uma programação específica dos enunciados. Já nos secundários, ocorrem

intenções objetivas de formalidade, ou seja, há uma reflexão na elaboração dos enunciados retratados. Dessa maneira, a antonímia das classificações pode ser dada por meio do grau de complexidade realizado. Relacionado à classificação dos gêneros, Bakhtin (2016) pondera sobre os aspectos necessários que são os conteúdos temáticos, os planos composicionais e o estilo desenvolvido no contexto observado.

Em relação ao gênero discursivo textual redação do ENEM, a estrutura composicional requerida dos participantes é demonstrada pela Cartilha do Participante, a saber, consoante Brasil (2020, p. 7):

A prova de redação exigirá de você a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às competências que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade. Nessa redação, você deverá defender uma tese – uma opinião a respeito do tema proposto –, apoiada em argumentos consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. Seu texto deverá ser redigido de acordo com a modalidade escrita formal da língua portuguesa. Você também deverá elaborar uma proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto. Essa proposta deve respeitar os direitos humanos.

Por meio dos dados acima, vemos que o texto deve ser dissertativo/argumentativo e escrito em prosa. Além disso, deve versar sobre um tema social que traga diferentes pontos de vista à produção textual. O candidato, assim, deve demonstrar domínio das competências estabelecidas pelo INEP e produzir um texto na norma-culta da língua portuguesa, com o tipo dissertativo/argumentativo, com a seleção racional de argumentos, coerente e coeso, além de apresentar uma proposta de intervenção sobre a temática analisada.

## **METODOLOGIA**

Nossa pesquisa segue o paradigma interpretativista, adotando, para isso, uma análise qualitativa, a qual, segundo Michel (2009, p. 36): pode ser vista como “A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica, particular, contextual e temporal entre pesquisador e o objeto de estudo. Por isso, carece de uma interpretação dos fenômenos à luz do contexto, do tempo e dos fatos”.

Concernente ao método de análise, usamos a dedução, porquanto já temos toda uma base teórica e metodológica advinda da Análise Textual dos Discursos – ATD (ADAM, 2011), bem como seguimos os estudos do grupo Análise Textual dos Discursos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ATD – UFRN). Dessa maneira, com o

[Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 26, nº1, 2024. e-ISSN: 1982-3010.](#)

arcabouço teórico e metodológico já formulado, usamos as categorias escolhidas a fim de perceber o fenômeno em nosso corpus, sem a necessidade de proceder às generalizações.

Desse modo, vemos que, na pesquisa qualitativa, o olhar do pesquisador se volta às nuances do fenômeno e não há uma quantificação. Assim, existem relações entre o analista e o objeto de discurso averiguado, uma vez que tal objeto é visto pelas lentes com o fito de perceber como se dá a sua realização efetiva, dentro de um contexto ideológico, histórico e social e, em nosso caso, envolto na enunciação.

O corpus da pesquisa é composto por uma redação nota mil da edição de 2019 do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. O processo de coleta se deu a partir de uma busca das redações vencedoras. A escolhida está disponível, de forma pública, no portal de notícias G1. Assim, não tivemos que submetê-la aos órgãos de controles éticos, porquanto o texto já se encontra publicado.

Em relação às categorias de análise, buscamos averiguar a polifonia e o jogo entre assunção e mediação da responsabilidade enunciativa intermediados pelas categorias apresentadas por Passeggi et al. (2010, p. 300-301), os quais realizam, como já comentamos, uma reformulação, em forma de quadro, das marcas linguísticas e discursivas apresentadas por Adam (2011), formando, assim, um procedimento metodológico e descritivo para análise da RE.

## DISCUSSÃO DOS DADOS

A seguir, vejamos a análise da RE na redação nota mil expoente do ENEM 2019. O texto foi produzido pela participante Alana Miranda, a qual possuía 22 anos à época do exame e residia em Uberlândia (MG).

Quadro 02: Redação nota mil analisada

SEÇÃO DO PLANO DE TEXTO	TEXTO DA REDAÇÃO
<b>Introdução</b>	"Ao longo do processo de formação da sociedade, o pensamento cinematográfico consolidou-se em diversas comunidades. No início do século XX, com os regimes totalitários, por exemplo, o cinema era utilizado como meio de dominação à adesão das massas ao governo. Embora o cinema tenha se popularizado, posteriormente, como entretenimento, nota-se, na contemporaneidade, a sua limitação social, em virtude do discurso elitizado que o compõe e da falta de acesso por parte da população. Essa visão negativa pode ser significativamente minimizada, desde que acompanhada da desconstrução coletiva, junto à redução do custo do ingresso para a maior acessibilidade.
<b>Desenvolvimento</b>	Em primeira análise, é evidente que a herança ideológica da produção cinematográfica, como um recurso destinado às elites, conservou-se na

	<p>coletividade e perpetuou a exclusão de classes inferiores. Nessa perspectiva, segundo Michel Foucault, filósofo francês, o poder articula-se em uma linguagem que cria mecanismos de controle e coerção, os quais aumentam a subordinação. Sob essa ótica, constata-se que o discurso hegemônico introduzido, na modernidade, moldou o comportamento do cidadão a acreditar que o cinema deve se restringir a determinada parcela da sociedade, o que enfraquece o princípio de que todos indivíduos têm o direito ao lazer e ao entretenimento. Desse modo, com a concepção instituída da produção cinematográfica como diversão das camadas altas, o cinema adquire o caráter elitista, o qual contribui com a exclusão do restante da população.</p> <p>Além disso, uma comunidade que restringe o acesso ao cinema, por meio do custo de ingressos, representa um retrocesso para a coletividade que preza por igualdade. Nesse sentido, na teoria da percepção do estado da sociedade, de Émile Durkheim, sociólogo francês, abrangem-se duas divisões: "normal e patológico". Seguindo essa linha de pensamento, observa-se que um ambiente patológico, em crise, rompe com o seu desenvolvimento, visto que um sistema desigual não favorece o progresso coletivo. Dessa forma, com a disponibilidade de ir ao cinema mediada pelo preço — que não leva em consideração a renda regional, a democratização torna-se inviável.</p>
<p><b>Conclusão</b></p>	<p>Depreende-se, portanto, a relevância da igualdade do acesso ao cinema no Brasil. Para que isso ocorra, é necessário que o Estado proporcione a redução coerente do custo de ingressos por região, junto à difusão da importância da produção cinematográfica no cotidiano, nos meios de comunicação, por meio de anúncios, a fim de colaborar com o acesso igualitário. Ademais, a instituição educacional deve proporcionar aos indivíduos uma educação voltada à democratização coletiva do cinema, como entretenimento destinado às elites, por intermédio de debates e palestras, na área das Ciências Humanas, como forma de esclarecimento populacional. Assim, haverá um ambiente estável que colabore com a acessibilidade geral ao cinema no país.</p>

Fonte: o autor, com base na redação exposta pelo G1 (2023).

Averiguemos o texto, parágrafo a parágrafo, a fim de desenvolver um comentário crítico acerca do processo da (não) assunção, com base nas categorias de Adam (2011), intermediadas pelo quadro adaptado de Passeggi *et al.* (2010).

Ao longo do processo de formação da sociedade, o pensamento cinematográfico **consolidou-se** em diversas comunidades. **No início do século XX**, com os regimes totalitários, por exemplo, o cinema era utilizado como **meio de dominação à adesão das massas ao governo**. Embora o cinema tenha se popularizado, posteriormente, como entretenimento, nota-se, na contemporaneidade, **a sua limitação social**, em virtude do discurso elitizado que o compõe e da falta de acesso por parte da população. Essa visão negativa **pode ser significativamente minimizada**, desde que acompanhada da **desconstrução coletiva**, junto à redução do custo do ingresso para a maior acessibilidade. (grifos nossos).

No primeiro período do texto, podemos notar que L1/E1 inicia seu processo argumentativo com uma posição de que o cinema se consolidou em variados povos. Para isso, a instância recorre a conhecimentos históricos, com uma visada de demonstrar

arcabouço sociocultural, e informa que esse artefato cultural já foi utilizado como meio de repressão e adequação dos pensamentos das massas às elites dominantes repressivas.

Ademais, é dito por L1/E1 que, mesmo passado esse período histórico, e o cinema estar presente nas várias comunidades, somente pessoas abastadas possuem acesso, uma vez que o discurso elitizado afasta as classes menos favorecidas. A fim de concluir seu raciocínio, a instância enunciativa afirma que esse processo é reversível, se houver uma desconstrução coletiva e a redução dos valores dos ingressos.

Em relação à polifonia, de forma explícita, como heterogeneidade mostrada, não há uma voz diferente da voz da L1/E1. No entanto, em relação à RE, podemos ver que ela se manifesta de diferentes formas. No início, a instância enunciativa não demonstra muita ênfase na RE em seu discurso, mas, a partir de lexemas como “limitação” e “visão negativa”, vemos um posicionamento autoral sobre a situação do cinema no Brasil, o qual, para ela, é restrito às elites. Assim, podemos concluir que há um engajamento enunciativo e uma assunção da RE nesse primeiro parágrafo, além de não haver a presença de outras vozes, ou seja, o processo de mediatividade não ocorre.

Vejamos, a seguir, a continuação do texto.

Em primeira análise, **é evidente** que a herança ideológica da produção cinematográfica, como um recurso destinado às elites, **conservou-se na coletividade e perpetuou a exclusão** de classes inferiores. Nessa perspectiva, **segundo Michel Foucault**, filósofo francês, o poder articula-se em uma linguagem que cria mecanismos de controle e coerção, os quais aumentam a subordinação. Sob essa ótica, constata-se que o discurso hegemônico introduzido, na modernidade,  **moldou** o comportamento do cidadão a acreditar que o cinema deve se restringir a determinada parcela da sociedade, o que  **enfraquece o princípio de que todos indivíduos têm o direito ao lazer e ao entretenimento**. Desse modo, com a concepção instituída da produção cinematográfica como diversão das camadas altas, o cinema adquire o **caráter elitista**, o qual contribui com **a exclusão do restante da população**. (grifos nossos).

Nesse segundo parágrafo, iniciado com o conector interparágrafo “em primeira análise”, o L1/E1 demonstra que a falta de acesso ao cinema pertence a um sistema de tradição histórica no qual somente pessoas, com alto poder aquisitivo, conseguem usufruir desse artefato cultural. Para defender tal ponto de vista, a instância enunciativa utiliza-se, para marcar engajamento, de algumas marcas linguísticas, a saber: em “é evidente”, L1/E1 demonstra o caráter histórico do problema; em “conservou-se” e “perpetuou”, mostra, por meio de verbos de opinião, que tal adversidade tem permanecido até nossos dias.

Além disso, para demonstrar que seu ponto de vista é ancorado em uma base sólida, L1/E1 recorre ao dizer do filósofo Michel Foucault. Esse enunciador segundo pondera que há uma força coercitiva empregada pelas elites por intermédio do uso da linguagem, a fim de gerar uma manipulação. Com isso, há uma subordinação das pessoas de classes baixas, uma vez que, por esse discurso incoerente e injusto ser perpassado por várias gerações, cria-se um estigma que restringe o acesso de uma forma que o próprio cidadão não se enxerga como um sujeito apto, possuinte de direitos, a ter o acesso aos valores culturais e de lazer.

Ao analisar o uso da voz alheia a da L1/E1, podemos perceber o uso do argumento de autoridade, porquanto tal filósofo é reconhecido por inúmeros trabalhos, inclusive sendo estudado por pesquisadores da Análise do Discurso. Nessa direção, L1/E1 coaduna o seu ponto de vista ao ponto de vista do autor, formando uma cadeia argumentativa na qual não há discordância entre os ditos.

É interessante perceber, ainda, o uso de alguns verbos, como “moldou” e “enfraquece”. Eles atuam como meio de mostrar o engajamento pelo dito e a assunção da RE, uma vez que auxiliam na construção argumentativa do texto, pois reforçam a adequação do pensamento da população, inviabilizando, assim, o acesso pleno.

A seguir, analisamos o terceiro parágrafo da redação nota mil.

Além disso, uma comunidade que restringe o acesso ao cinema, por meio do custo de ingressos, representa um **retrocesso** para a coletividade que preza por igualdade. Nesse sentido, na teoria da percepção do estado da sociedade, de **Émile Durkheim**, sociólogo francês, abrangem-se duas divisões: "normal e patológico". Seguindo essa linha de pensamento, observa-se que um **ambiente patológico**, em crise, rompe com o seu desenvolvimento, visto que um sistema desigual **não favorece** o progresso coletivo. Dessa forma, com a disponibilidade de ir ao cinema mediada pelo preço — que não leva em consideração a renda regional —, a democratização torna-se **inviável**. (grifos nossos).

Continuando com o desenvolvimento de argumentos no texto, L1/E1 aponta uma falta de igualdade como resultado de um processo de exclusão da população que é causada, nos cinemas, pelo preço dos ingressos. Tal situação é demarcada pelo lexema avaliativo “retrocesso”. Com isso, vemos um posicionamento autoral de L1/E1 e uma assunção da RE.

No entanto, também há o processo de mediação do dizer. Para isso, é utilizada a voz de Émile Durkheim, um sociólogo, que descreve dois parâmetros de pensamentos, o normal e o patológico. Ao averiguar a falta de igualdade do acesso ao cinema à teoria do sociólogo,

podemos notar que o parâmetro usado é o patológico, porque há um seguimento que restringe a utilização dos demais, por causa de um sistema problemático.

Em relação às marcas da RE, vemos em “não favorece” uma modalidade tética de negação, a qual demonstra que a patologia da sociedade não favorece o seu crescimento. Além disso, “inviável”, pode ser conceituado como um lexema axiológico que demonstra a preocupação da instância enunciativa com a falta da democracia na sociedade.

Por fim, vejamos o último parágrafo da produção textual.

Depreende-se, portanto, a **relevância** da igualdade do acesso ao cinema no Brasil. Para que isso ocorra, **é necessário** que o Estado proporcione a redução coerente do custo de ingressos por região, junto à difusão da importância da produção cinematográfica no cotidiano, nos meios de comunicação, por meio de anúncios, a fim de colaborar com o acesso igualitário. Ademais, a instituição educacional **deve proporcionar** aos indivíduos uma educação voltada à democratização coletiva do cinema, como entretenimento destinado às elites, por intermédio de debates e palestras, na área das Ciências Humanas, como forma de esclarecimento populacional. **Assim, haverá um ambiente estável que colabore** com a acessibilidade geral ao cinema no país.” (grifos nossos).

A interlocução textual com os outros parágrafos é demarcada pelo conector “portanto” e, no primeiro período do parágrafo, há uma espécie de fechamento das ideias defendidas nos parágrafos anteriores: apesar da falta de oportunidades no acesso, é necessário que haja uma igualdade para que mais cidadãos possam usufruir do cinema. Após isso, como é requerido pelo exame, a instância enunciativa aponta soluções para a resolução da problemática. Nessa direção, vemos que ela produz duas propostas de intervenção: a primeira se relaciona com a relevância de que o Estado baixe os preços dos ingressos e a segunda, que a escola promova, pelo processo de ensino-aprendizagem, a democratização dessa arte.

Em relação às marcas linguísticas, vemos em “relevância” um lexema avaliativo que caracteriza o processo de igualdade; em “é necessário”, o uso da modalidade objetiva, sendo essa mesma modalidade utilizada em “deve proporcionar”. Com o emprego de “assim”, vemos que L1/E1 realiza um fechamento de seu texto, demonstrando que, se forem colocadas em prática, tais ideias resultarão em melhorias sociais.

Por fim, vejamos o quadro com as marcas linguísticas categorizadas:

Quadro 03: Análise do fenômeno da RE na redação

Categorias consoante Adam (2011)	Marcas linguísticas
----------------------------------	---------------------

<i>Dêiticos espaciais e temporais</i>	“No início do século XX”
<i>Modalidade Tética – Asserção e negação</i>	“não favorece”
<i>Modalidade objetiva</i>	“é necessário”; “deve proporcionar”;
<i>Modalidade – Quadro mediador segundo</i>	“segundo Michel Foucault”; “Émile Durkheim”
<i>Modalidade – Lexemas avaliativos e axiológicos</i>	“é evidente”; “dominação”; “limitação social”; “desconstrução coletiva”; “elitista”; “exclusão”; “retrocesso”; “patológico”; “inviável”; “relevância”; “estável”
<i>Verbos de opinião</i>	“consolidou-se”; “pode ser significativamente minimizada,” “conservou-se”; “perpetuou” “moldou”; “enfraquece”; “colabore”

Fonte: os autores (2023)

Por intermédio do quadro, podemos ver que várias as marcas linguísticas foram utilizadas para mostrar o engajamento enunciativo de L1/E1. Desse modo, percebemos que houve um processo de assunção da RE e que as vozes alheias que foram usadas serviram, com um viés argumentativo, com o sentido de que a voz de uma autoridade no assunto coadunasse com a do L1/E1. Assim, há uma concordância entre os enunciadores segundos e o L1/E1, fato que demonstra uma orientação argumentativa junto ao objetivo empreendido de demonstrar arcabouço sociocultural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez concluída a análise da RE na redação nota mil averiguada, podemos dizer que o L1/E1, utilizando verbos e advérbios de opinião, além de lexemas avaliativos e axiológicos, tendeu a assumir o grau de responsabilidade enunciativa no texto, porquanto tais marcas textuais demonstram um maior engajamento pelo dito.

Nessa direção, vemos que no gênero discursivo textual redação do ENEM o L1/E1 tende a assumir RE a fim de realizar uma argumentação sobre o tema proposto para debate. Nessa redação, a instância enunciativa constrói um jogo argumentativo de que a falta do acesso ao cinema é decorrente dos valores abusivos pagos nos ingressos, os quais se tornam uma barreira à cultura aos menos afortunados.

Concernente à polifonia, enxergamos que ela se manifesta, como heterogeneidade mostrada, nas vozes alheias do filósofo Foucault e do sociólogo Durkheim. Tais vozes alheias

são empregadas no sentido de apresentar aos corretores do texto um arcabouço sociocultural do participante.

Desse modo, visualizamos que os objetivos propostos para este trabalho foram cumpridos e, como próximas análises, outras categorias da ATD podem ser vistas nesse corpus, uma vez que podem elucidar aspectos enunciativos, discursivos e textuais desse que é o maior exame de acesso ao ensino superior em nosso país.

## REFERÊNCIAS

ADAM, J-M. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. 2.ed. rev. aum. São Paulo: Cortez, 2011.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *A redação do ENEM 2020 – Cartilha do participante*. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_exames\\_da\\_educacao\\_basica/a\\_redacao\\_do\\_enem\\_2020\\_-\\_cartilha\\_do\\_participante.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/a_redacao_do_enem_2020_-_cartilha_do_participante.pdf). Acesso em 25 jan. 2021.

ESTEVAM, M. B. S. *A (não) assunção da responsabilidade enunciativa em redações nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM*. 2019. 149f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

G1. *Enem: leia 10 redações nota mil em 2019 e veja dicas de candidatos para fazer um bom texto*. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2020/noticia/2020/06/03/enem-leia-10-redacoes-nota-mil-em-2019-e-veja-dicas-de-candidatos-para-fazer-um-bom-texto.ghtml>. Acesso em 12/01/2020.

MICHEL, M. H. *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais*. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PASSEGGI, L. et al. A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual dos sentidos. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Orgs.). *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 262-312.

Recebido em 14 de julho de 2023.

Aprovado em 06 de novembro de 2023.





## LITERATURA E ENSINO DE LÍNGUAS: O PAPEL DA ARTE LITERÁRIA EM PRÁTICAS DE LEITURA NA ESCOLA

DOI: 10.48075/ri.v26i1.31559

Pedro Paulo Nunes da Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** Neste estudo, proponho a relação entre leitura e literatura, porém, distanciando-me um pouco das implicações que as interfaces do trabalho docente têm sobre o ensino de leitura literária para poder focar no papel da arte literária em práticas de leitura na escola, ou seja, analisar a importância dessa arte na formação de alunos-leitores a partir de um arcabouço epistemológico baseado no materialismo histórico-dialético, na psicologia histórico-cultural e na pedagogia histórico-crítica (BRITTO, 2012; DUARTE, 2013, 2016; KOSIK, 1976; SAVIANI, 1984; entre outros). Assim, neste trabalho, conceituo o termo leitura e possíveis reverberações para este estudo, bem como analiso o papel da leitura literária na escola, entre os conteúdos escolares e para o indivíduo, considerando uma formação humanizadora e que assegure a (sobre)vivência do ser humano em diversos aspectos.

**Palavras-chave:** Literatura, língua(gem) e sociedade; Leitura literária; Ensino-aprendizagem de línguas; Educação escolar.

## LITERATURE AND LANGUAGE TEACHING: THE ROLE OF THE LITERARY ART IN READING EDUCATION AT SCHOOL

**ABSTRACT:** In this study, I propose the relationship between reading and literature; however, distancing myself a little from the implications that the interfaces of teacher's work have on the

---

<sup>1</sup> Doutorando em Linguística (Aplicada), no Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Mestre A, no Departamento de Letras e Artes, da Universidade Estadual da Paraíba. Email: [pedrooluap@hotmail.com](mailto:pedrooluap@hotmail.com)

teaching of literary reading in order to be able to focus on the role of literary art in reading education at school, that is, to analyse the importance of this art in the formation of student-readers from an epistemological framework based on the dialectical-historical materialism, on the cultural-historical psychology, and on the critical-historical pedagogy (BRITTO, 2012; DUARTE, 2013, 2016; KOSIK, 1976; SAVIANI, 1984; among others). Thus, in this work, I conceptualize the term reading and its possible reverberations for this study, as well as analyse the role of literary reading at school, among school contents and for the individual, considering a humanizing education that ensures the survival of the human being in different aspects.

**Keywords:** Literature, language, and society; Literary reading; Language teaching and learning; School education.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES (INICIAIS) SOBRE A ARTE LITERÁRIA: TEMPO, SOCIEDADE E TRABALHO**

Nestas palavras iniciais, apresento breves apontamentos sobre a arte, mas com especial atenção à arte literária, considerando a sua criação devido ao trabalho (ANTUNES, 2004), a sua relação com o seu entorno social (ANDERY et al, 1996) e a sua permanente relevância ao longo do tempo (KOSIK, 1976). Dessa maneira, a literatura pode ser compreendida como tendo papel fundamental para a formação humanizadora do ser humano; neste trabalho, por sua vez, detenho-me na formação humanizadora de alunos-leitores no ambiente escolar.

Antunes (2004, p. 8), ao descrever o que levou a diferenciação entre os animais e os seres humanos, pontua que foi o trabalho que criou e humanizou o gênero humano, pois não somente o ser humano se distingue dos animais por causa do trabalho, como também “é condição para a sua existência social”, ao passo que Duarte (2013, p. 23) sustenta uma ideia semelhante ao afirmar que o trabalho é “uma atividade que assegura a existência da sociedade”. A importância do trabalho é elevada a tal ponto que Antunes (2004, p. 13) afirma “que a mão não é apenas órgão do trabalho; é também produto dele”, dado que o trabalho possibilitou a adaptação e a evolução da mão como se conhece hoje com toda a sua complexidade anatômica e social, produzindo um produto tanto anatomicamente superior ao que existia anteriormente, quanto socialmente importante para a realização do trabalho.

Analogamente, viu-se a necessidade de criação da comunicação por meio da língua(gem) devido ao trabalho, uma vez que a complexidade na interação provocada pelo trabalho demandou uma comunicação complexa, a princípio, oralizada através do aparelho fonador; assim, “a comparação com os animais mostra-nos que essa explicação da origem da

linguagem a partir do trabalho e pelo trabalho é a única acertada” (ANTUNES, 2004, p. 15). À medida que a língua(gem) em conjunto com as demandas sociocomunicativas tornaram-se cada vez mais complexas, possibilitou-se a criação, por exemplo, da ciência, da filosofia e das artes, tendo neste último grupo o advento da arte literária. Por conseguinte, a arte é uma consequência e uma criação do trabalho, tendo como vetor a interação do homem com a natureza, a qual possibilitou a concepção de instrumentos concretos, tal como, o desenvolvimento da mão pelo trabalho e para o trabalho, bem como a elaboração da arte literária na língua(gem) e pela língua(gem).

Entretanto, não se pode esquecer da interação que há com os demais seres humanos, pois, de acordo com Andery et al (1996, p. 11), há também uma importante e constante “interdependência dos seres humanos em todas as formas da atividade humana; quaisquer que sejam suas necessidades [...], elas são criadas, atendidas e transformadas a partir da organização e do estabelecimento de relações entre os homens”. Duarte (2013, p. 34), por sua vez, entende da mesma maneira, pois “o trabalho não se realiza sem a atividade de comunicação entre os seres humanos, na medida em que a atividade vital humana é, desde sua origem, uma atividade coletiva”. Com isso, “o conhecimento humano, em suas diferentes formas (senso comum, científico, teológico, filosófico, estético, etc.), exprime condições materiais de um dado momento histórico” (ANDERY et al, 1996, p. 13) a partir de um movimento cíclico de transformação e de incorporação do homem sobre a natureza ao longo da história em colaboração com os demais. Em relação a esse ciclo interdependente de objetivação, incorporação e superação ao longo da história da humanidade, Duarte (2013, p. 53) sintetiza de maneira mais específica:

os indivíduos precisam objetivar-se para se inserirem nesse processo histórico do gênero humano, isto é, precisam produzir e reproduzir a realidade humana, o que, porém, não podem realizar sem a apropriação dos resultados da história da atividade humana.

Em vista disso, a arte literária, como objetivação humana e potencialmente humanizadora, tem como parte intrínseca aspectos relativos ao espaço e ao tempo históricos em que fora escrita, materializando a sociedade e a história que a influenciaram, isto é, incorporando e transformando a realidade em seu entorno ao longo do tempo sem perder de vista essa dualidade intrínseca de que a arte exprime ao passo que também (re)cria a realidade: “a obra de arte [...] exprime o mundo enquanto o cria. Cria o mundo enquanto

revela [a] verdade da realidade, enquanto a realidade se exprime na obra de arte. Na obra de arte a realidade fala ao homem” (KOSIK, 1976, p. 132).

Em relação às questões atreladas ao tempo e à arte como produto histórico-social, “Lukács conclui que a obra de arte é a ‘memória da humanidade’, registro dos diversos momentos de sua trajetória” (FERREIRA, 2010, p. 130). Kosik (1976, p. 150, grifo do autor), por sua vez, declara que, na memória humana, o passado é parte constitutiva e necessária para o presente: “o passado concentrado no presente (e portanto *aufgehoben* no sentido dialético) cria a natureza humana” por meio tanto da objetividade quanto da subjetividade, o que inclui os modos de expressão presentes na arte. Ao expressar e criar a realidade, portanto, a arte sobrevive ao tempo por causa da sua relação com ele, ou seja, manifesta e elabora uma polissemia espaço-temporal. Em referência a esse sentido polissêmico da arte, tomo por base uma afirmação de Kosik (1976, p. 141, grifos do autor) em que a verdadeira expressão artística tanto materializa um cronotopo sociocultural passado quanto interage com o presente, isto é, expressa uma sociedade e sua cultura de um momento específico da história, bem como dialoga com o mesmo espaço sociocultural ou com outro ambiente social do presente por ser uma objetivação que se relaciona com a universalidade do humano-genérico; por isso, assinalo com os grifos nas palavras “independentemente” e “também”:

a particularidade da obra consiste exatamente no fato de que ela não é sobretudo – ou apenas – um testemunho do seu tempo, mas no fato de que *independentemente* do tempo e das condições dadas de que nasceu e das quais ela nos oferece *também* um testemunho – a obra é, ou acaba sendo, um elemento constitutivo da existência da humanidade, da classe, do povo.

Essa relevância atemporal da obra artística tem muito a ver com o humano-genérico, porque, embora a obra de arte seja particular a um dado cronotopo, ela é também universal em relação ao humano; da mesma forma, “o genericamente humano [...] é tanto uma *condição* geral de cada fase histórica, como, ao mesmo tempo, um *produto* particular. *O geralmente humano se reproduz em cada época como resultado e como particular*” (KOSIK, 1976, p. 146, grifos do autor). Assim, pretendo pontuar que a arte – neste caso, detenho-me na arte literária – proporciona o compartilhamento de uma das formas mais bem desenvolvidas pelo ser humano, bem como contendo em si elementos particulares e universais do gênero humano desenvolvidos ao longo da história. Por isso, a sua importância na socialização entre os conteúdos escolares, tendo em vista a função principal

da escola em superar a cotidianidade e as necessidades simplesmente laborais: a “*função primordial da educação escolar é contribuir para o desenvolvimento intelectual e social dos alunos, em especial no que concerne aos conhecimentos que expandem o cotidiano e rompem com o senso comum*” (BRITTO, 2012, p. 83, grifo do autor).

Por fim, neste trabalho, perfaço o seguinte caminho dissertativo. Após apresentar estas breves considerações iniciais em relação à arte literária, sigo para conceituar o termo *leitura* e suas reverberações para este estudo. Em seguida, trato sobre o papel da leitura literária na *escola*, entre os *conteúdos escolares* e para o *indivíduo*, considerando uma formação humanizadora e que assegure a (sobre)vivência do ser humano em diversos aspectos. Após isso, sigo com questões relativas a que tipo de literatura incluir no ensino de línguas, pontuando se os ganhos da prática de leitura em sala de aula advêm da particularidade individual ou da genericidade universal. Por fim, encerro este trabalho com uma seção em que pontuo, brevemente, sobre a realização da prática de leitura com a arte escrita, considerando o que o indivíduo deve abranger antes e durante a prática dela, bem como assinalando como o professor deve agir em relação às expectativas dos alunos-leitores a partir de uma perspectiva pedagógica que vise a transmissão das objetivações mais desenvolvidas pelo gênero humano. Dessa maneira, as seções respondem aos seguintes questionamentos: *o que é leitura (literária)*, *qual a relevância do seu papel na escola para o ser humano*, *com que tipo de literatura se trabalha na educação escolar* e *como realizar a prática de leitura literária na escola*.

## LEITURA: UMA BREVE CONCEITUAÇÃO

Pensar em *leitura* pode resultar numa profusão de alternativas em relação a essa palavra, assim como exposto por Britto (2012) que, na tentativa de defini-la, propôs pormenorizar algumas das muitas possibilidades, mas, entre elas, eu destaco a *leitura do mundo* e a *leitura do texto*. Primeiramente, essa última leitura está muito atrelada à leitura dos gêneros discursivos escritos, abrangendo a decodificação das palavras e das informações imediatas contidas no texto. Esse tipo de leitura ocorre diariamente em diversos momentos e contextos da rotina diária e com diversos propósitos, tais como, na escola, no trabalho e no cotidiano de um modo geral.

Na escola, o aluno deve ler enunciados de atividades em disciplinas como física, história e biologia sem que sejam solicitados alguns conhecimentos específicos da

língua(gem) como as que se encontram nas disciplinas de língua portuguesa ou de literatura; assim, os alunos devem ser capazes de ler – isto é, de compreender e de interpretar – a partir de uma prática de leitura que se atrela a propósitos linguístico-comunicativos específicos dessas disciplinas escolares. No trabalho, as pessoas lidam com textos escritos para compreender e/ou para produzir devido às demandas relativas às atividades laborais, pois, assim como exposto na primeira seção deste estudo, o trabalho impulsionou o desenvolvimento do gênero humano a um ponto de complexidade que possibilitou e requereu a criação da língua(gem) para, por exemplo, o registro das atividades mercantis, a leitura e a produção de textos escritos – ata, carta, email, relatório, notificação etc. – para a comunicação interna e/ou externa entre os pares de trabalho, entre outras necessidades que demandam do trabalhador o contato direto e imediato com o texto escrito. No cotidiano, de um modo geral, todos leem e escrevem ou, ao menos, exige-se deles que leiam ou escrevam como, por exemplo, na leitura de um *outdoor* ou de um letreiro para o embarque no ônibus correto, bem como na escrita de um bilhete ou no preenchimento de um formulário.

Isso posto, pode-se perceber que o cotidiano, o mercado de trabalho e a escola, por exemplo, exigem a leitura e a produção de textos escritos em diversos contextos, tornando-se marginalizados aqueles que não alcançam ou não possuem esse mínimo exigido de compreensão e interpretação, pois “pode-se dizer que a vida prática está impregnada de escrita” (BRITTO, 2012, p. 40). Especialmente a partir daqueles dois primeiros contextos de leitura, isto é, do cotidiano e do mercado de trabalho, a leitura exigida é geralmente limitada, mecânica, automatizada e/ou alienada; por isso, Britto (2012, p. 45, grifo meu) pontua que esse tipo de “leitura fácil e apoiada no senso comum [...] não estimula a indagação da condição humana nem a crítica e a criatividade desimpedidas. Antes, mantém a pessoa na alienação e na submissão [...], oferecendo-lhe a falsa ilusão de crescimento”.

Em relação à *leitura do mundo*, um conceito vinculado à perspectiva freiriana sobre leitura que, embora aquela *leitura do texto* seja necessária na educação escolar, ela deve ser ampla o suficiente para incluir outros propósitos que não sejam apenas a decodificação da palavra e/ou a interpretação acrítica do texto lido, bem como restrita o suficiente para considerar o texto escrito e não se vincular a outros modos semióticos de leitura, dado que aqui trato da leitura dos gêneros discursivos escritos, especialmente, os gêneros narrativo, lírico e dramático contidos na arte literária. Portanto, há a necessidade de vinculação dessa segunda forma de leitura. Britto (2012, p. 26-27, grifo do autor) afirma que a *leitura do mundo* abarca desde as vivências mais pessoais do indivíduo até os ganhos universais

sócio-históricos, sendo pertinente tanto para o ensino-aprendizagem escolar/formal, quanto para a intervenção e posterior mudança no e do sistema social vigente:

a *Leitura do mundo* implicaria, portanto, o reconhecimento e a percepção da vida-vivida, desde as experiências subjetivas mais íntimas até as relações histórico-sociais mais complexas: a consciência delas e seu reconhecimento seriam condição fundamental para que a aprendizagem formal fosse instrumento de maior participação e de transformação da ordem social injusta.

Com isso, pode-se perceber que a leitura pode e deve servir para o desenvolvimento intelectual e social atrelado à humanização do ser humano, incorporando pelas objetivações ganhos alcançados pela humanidade ao longo da história e superando-os a partir da socialização e das produções científica, filosófica e artística. Como estou considerando o texto literário como uma parte essencial à prática de leitura na escola, devo igualmente assinalar que não estou indicando que a simples leitura e/ou o contato direto com essa objetivação sem a devida sistematização advinda da educação escolar poderá de alguma forma solucionar o que de fato a leitura pode contribuir, isto é, não há *leitura salvacionista* (BRITTO, 2012) apenas com o acesso ao mundo letrado, tais como, por meio da leitura individual e solitária de livros sem auxílio de um par mais competente, do acesso a bibliotecas sem qualquer orientação de como utilizá-la ou mesmo da simples capacidade de ler/decodificar palavras sem a possibilidade de interligar com uma formação sociocultural sólida. Ao tratar dessa apropriação das objetivações humanas, da necessidade de sistematização no ensino-aprendizagem e do compartilhamento a partir da educação por meio de outros indivíduos, Leontiev (1978b, p. 272) citado por Duarte (2013, p. 45-46) afirma que

[...] as aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente dadas aos homens nos fenômenos objetivos da cultura material e espiritual que as encarnam, mas são aí apenas postas. Para se apropriar destes resultados, para fazer deles as suas aptidões, “os órgãos da sua individualidade”, a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através doutros homens, isto é, num processo de comunicação com eles Assim, a criança aprende a atividade adequada. Pela sua função este processo é, portanto, um processo de educação.

Conseqüentemente, ainda que aqueles exemplos de incorporação que eu citei possam constituir ganhos de superação para o indivíduo, não possibilitam um desenvolvimento real para além do cotidiano ou da superficialidade da sua rotina, necessitando de uma socialização sistematizada. Há leitura, de fato e nos moldes que

defendo neste estudo, apenas quando há primeiro o acesso ao ensino sistematizado desse mundo letrado, sendo a escola esse espaço de compartilhamento, pois é ela “uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado” (SAVIANI, 1984, p. 2). Assim, a leitura como *processo* não é mera decodificação, porque inclui compreensão e interpretação responsivas, isto é, há uma interação crítico-dialógica entre autor-texto-leitor. Por outro lado, a leitura como *produto educacional* (SAVIANI, 1984) advém do trabalho imaterial que consiste no ensino escolar sistematizado da leitura com vistas à transmissão e à apropriação adequadas que só podem ser alcançadas por meio da interação entre os seres humanos. Portanto, a leitura sistemática, frequente e regular – nos diversos contextos formais de ensino-aprendizagem, especialmente, na educação básica – “permite situações positivas de ampliação da subjetividade e da capacidade de agir com propriedade na sociedade. Seria, portanto, um hábito humanizador” (BRITTO, 2012, p. 47).

## LEITURA, LITERATURA E CONTEÚDOS ESCOLARES: FORMAÇÃO HUMANIZADORA E (SOBRE)VIVÊNCIA

Ao conceituar leitura, também estabeleço o que pretendo pontuar como leitura para este trabalho; contudo, pode-se indagar quais textos devem ser lidos na escola, sendo a literatura uma resposta possível para esse questionamento. As razões para a sua inclusão nos conteúdos escolares, mais precisamente em práticas de leitura, estão atreladas à sua relevância na *escola*, entre os *conteúdos escolares* e para o *indivíduo*, dado que a literatura está imbricada em questões que são importantes para os seres humanos, isto é, a objetivação, a incorporação, a superação, a humanização e a genericidade – composição do humano-genérico.

Primeiro, com relação à importância da literatura na escola, essa arte possibilita a socialização de conhecimentos incorporados ao longo da história, o que a torna uma forma mais bem elaborada e que excede o conhecimento estabelecido pelo cotidiano, atingindo uma das metas da educação escolar. Ao citar a perspectiva vigotskiana, Britto (2012) menciona que a psicologia histórico-cultural entende que, sem o saber espontâneo da cotidianidade, a criança não seria capaz de se apropriar na escola dos conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos, os quais são mais elaborados, mas que não compete à escola prosseguir ou enfatizar apenas aquele contexto sociocultural imediato do indivíduo. Em vista disso, a arte literária seria um meio de abranger uma das atribuições que compete à

educação escolar, assim como citado por Britto (2012, p. 53-54, grifo meu): “a função da promoção da literatura, tanto *no âmbito da educação escolar* como de movimentos culturais, é promover o senso crítico e os conhecimentos que ultrapassam a esfera do imediato e produzem as indagações da condição da existência”. A escola, portanto, por ser um ambiente para a transmissão dos conhecimentos artísticos através do trabalho docente, tal como ocorre com o ensino de leitura literária, percebe a literatura como vital para a promoção adequada da educação escolar.

Segundo, no que concerne à relevância da literatura entre os conteúdos escolares, assinalo que o texto literário, como obra de arte que incorpora formas mais complexas pertencentes ao humano-genérico, possibilita aos alunos-leitores, a partir da educação escolar sistematizada, a incorporação de conhecimentos mais elaborados para a sua consequente superação e humanização parte da evolução sócio-histórica dos seres humanos, livrando-se de uma educação espontaneísta baseada no cotidiano e com vistas a simples alocação no mercado de trabalho. Embora a arte literária não seja o centro e o único conteúdo a ser socializado na escola, ela é parte essencial por conter as características elencadas por Duarte (2016, p. 67) para a inclusão entre os conteúdos escolares a serem compartilhados com os alunos: “o critério é, portanto, o da plena emancipação humana. Em termos educativos, há que se identificar quais conhecimentos podem produzir, nos vários momentos do desenvolvimento pessoal, a humanização do indivíduo”.

Por fim, concernente à pertinência da literatura para o indivíduo em si, deve-se notar que “ao se apropriar de uma objetivação, o indivíduo está se relacionando com a história social, ainda que ele não tenha consciência dessa relação” (DUARTE, 2013, p. 42). Da mesma forma, o ensino-aprendizagem da prática de leitura literária é transmissão e apropriação de um bem intrinsecamente relacionado com a linguagem, a história, a sociedade e a cultura do gênero humano, possibilitando a superação por incorporação para humanização do indivíduo. Assim, “a arte gera nos indivíduos, adultos ou crianças, um processo de superação por incorporação das formas cotidianas de reação emocional” (DUARTE, 2016, p. 70). De forma semelhante, Britto (2012, p. 68) assinala que “o processo realizado pela obra de arte não é o de disseminação para a sociedade daquilo que o indivíduo sente em seu cotidiano, mas sim o contrário, isto é, a apropriação, pelo indivíduo, de formas socialmente desenvolvidas de sentir”.

Ademais, pensar na relevância da literatura, é também pensar em como ela pode assegurar a sobrevivência do indivíduo. Assim, ao compreender que “são as circunstâncias

concretas da vida de cada um que determinarão quais objetivações do gênero humano deverão ser necessariamente apropriadas pelo indivíduo para que ele assegure sua *sobrevivência*” (DUARTE, 2013, p. 38, grifo meu), pode-se pontuar ao menos três sentidos em relação a essa sobrevivência do indivíduo que, embora eu as separe por questões didáticas, essas perspectivas de sobrevivência se sobrepõem e são interdependentes em alguma medida: i) a sobrevivência em relação às suas *urgências particulares individuais* no âmbito psicofisiológico, tais como, comer, beber, descansar, fruir etc.; ii) a sobrevivência no que diz respeito às suas *demandas sociais individuais*, tais como, trabalhar, estudar, interagir, expressar-se etc.; iii) sobrevivência no que concerne às suas *necessidades sociais universais* de construção do gênero humano, tal como, na objetivação a partir da incorporação de ganhos anteriores para a superação através dos conhecimentos científico, filosófico e artístico. Se o conhecimento advindo da cotidianidade promove a formação necessária para o indivíduo sobreviver naqueles dois primeiros sentidos; por outro lado, é com a educação escolar que é possível ter acesso à formação sistematizada para (sobre)viver nos dois últimos sentidos de sobrevivência, pois as *demandas sociais individuais* serão alcançadas para além do agir automatizado e alienado, bem como será possível ao indivíduo, durante e após a educação escolar, suprir as *necessidades sociais universais*, ou seja, prosseguir com o desenvolvimento do humano-genérico através do seu trabalho.

Outrossim, entendo a literatura como uma das objetivações do gênero humano que consiste numa das formas de linguagem mais bem elaborada, servindo também como meio de conservação do indivíduo em relação àqueles três sentidos de sobrevivência. Ao destacar o papel da arte literária na *escola*, entre os *conteúdos escolares* e para o *indivíduo*, pode-se perceber uma sobreposição ou uma repetição de conceitos, ideias e/ou razões, pois, ainda que sejam áreas distintas, elas estão enfocadas numa só questão: numa educação escolar para uma formação humanizadora, o que converge com uma educação que também pode assegurar a conservação do indivíduo em qualquer daqueles sentidos de sobrevivência. Passo a citar alguns exemplos possíveis: i) a literatura propicia a segurança de uma das *urgências particulares individuais* do ser humano, pois pode proporcionar a fruição literária por meio do trabalho, ainda que não seja o seu objetivo principal, mas “o leitor maduro encontra satisfação e realização no exercício intelectual e na ação disciplinada. Nesse caso, o prazer estético não se confunde com entretenimento ou lazer, é fruto do trabalho” (BRITTO, 2012, p. 54); ii) a literatura, como uma das objetivações do gênero humano, garante a segurança do indivíduo em um das suas *demandas sociais individuais*, porque a escola, ao

socializar as formas mais desenvolvidas da cultura erudita letrada, apresenta o ensino sistemático da prática de leitura literária na educação escolar, o que proporciona o estudo; iii) a literatura assegura o terceiro sentido de sobrevivência do indivíduo, pois as produções artístico-literárias podem também suprir as *necessidades sociais universais* por elas procederem, através do trabalho humano, com a objetivação, a incorporação, a superação, a humanização e a formação do humano-genérico, sendo pertinente conforme as palavras de Duarte (2013, p. 39): “as características do gênero humano resultam do processo histórico de objetivação e não são transmitidas biologicamente aos indivíduos, razão pela qual eles têm que se apropriar delas”.

### UNIVERSAL OU INDIVIDUAL: LITERATURA(S) NO ENSINO DE LÍNGUAS

Após apresentar os primórdios da criação da literatura pelo trabalho, assinalar o conceito de leitura (literária) para este estudo e a função da leitura literária de humanizar e de possibilitar a (sobre)vivência do indivíduo, passo a dissertar sobre qual literatura utilizar no ensino de língua materna e/ou estrangeira. Com isso, apresento ao menos quatro possibilidades de literatura(s) no ensino de línguas: a literatura (traduzida ou não) em língua materna e a literatura (traduzida ou não) em língua estrangeira.

Ao separar em quatro grupos possíveis, pode-se perceber que a divisão é linguístico-cultural, em outras palavras, leva-se em consideração as particularidades linguístico-comunicativas e socioculturais de grupos sociais. Assim, pode-se considerar as singularidades linguístico-socioculturais do autor ou do tradutor como, por exemplo, o seu estilo de escrita ou de tradução, a visão histórica retratada na obra, os aspectos culturais entalhados no trabalho artístico, as ideias e os ideais propagados na escrita, entre outras possibilidades em relação a esse particular cronotopo inserido na arte literária, já que “todo ser humano é único, singular, irrepetível” (DUARTE, 2013, p. 164). Contudo, deve-se ter cautela nessa observação, pois o mesmo autor cita uma passagem de Marx (2004, p. 107, grifos do autor apud DUARTE, 2013, p. 171) que descreve a dialética da particularidade-genericidade tanto do indivíduo, quanto da sociedade:

o indivíduo *é o ser social*. Sua manifestação de vida [...] *é*, por isso, uma externalização e confirmação da *vida social*. A vida individual e a vida genérica do homem não são *diversas*, por mais que também – e isto necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais *particular* ou mais *universal* da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais *particular* ou *universal*.

Em vista disso, a particularidade individual contém e está contida na genericidade universal. “Em suma, a formação do indivíduo é resultado da permanente e essencial dialética entre a objetivação da atividade humana e a apropriação da atividade objetivada nos produtos materiais e ideativos” (DUARTE, 2013, p. 54), o que resulta em duas partes de uma mesma unidade que foram descritas pelo autor, pois há uma influência mútua na objetivação e na incorporação de ambas as partes: o indivíduo pode até objetivar sua individualidade na atividade humana, porque antes incorporou ganhos universais pertencentes ao humano-genérico; semelhantemente, o gênero humano alcança também a sua genericidade, porque antes se apropriou da individualidade de muitos. Duarte (2013, p. 202) exemplifica essa dualidade sobreposta por meio de um exemplo com a língua falada:

a língua falada é uma objetivação do gênero humano, um componente indispensável à existência da sociedade que deve ser reproduzido permanentemente. Aprendendo a usar a língua falada, uma pessoa está desenvolvendo a sua individualidade e, sem o saber, ajudando a sociedade a reproduzir a linguagem. Esse exemplo da linguagem ilustra uma característica importante da individualidade humana: ela é constituída sempre e necessariamente de dois polos, o da particularidade e o da genericidade. A linguagem de um indivíduo nunca é absolutamente igual [à] dos outros indivíduos, ela sempre terá características particulares, mas, em compensação, ela não seria linguagem se não fosse uma objetivação do gênero humano, isto é, se não tivesse características objetivamente definidas pela prática social. Ao se apropriar da língua falada, a criança está incorporando à sua individualidade um artefato cultural que carrega experiência social acumulada e condensada.

Da mesma sorte, as obras literárias clássicas proporcionam muito mais do que a individualidade do ser humano, elas possibilitam o acesso às generalizações literárias que fazem parte da constituição do humano-genérico: “no caso específico da obra de arte, na abordagem de Lukács (1989), o indivíduo pode superar uma visão particular e olhar o mundo por meio das lentes universais da arte” (FERREIRA, 2010, p. 134). Apesar de a prática de leitura literária em língua materna ou estrangeira poder proporcionar ganhos linguísticos, comunicativos e discursivos – sendo esta etapa uma necessidade básica para poder compreender e interpretar textos –, será durante e após o momento de alfabetização da língua materna ou de aprendizagem inicial de uma língua estrangeira, o aluno poderá, de fato, usufruir da principal função da leitura literária: “o aluno estará em condições de ler obras literárias cada vez mais ricas e complexas, o que, por sua vez, desenvolverá o próprio domínio da língua escrita e abrirá ao aluno um amplo universo de relacionamento com o gênero humano” (DUARTE, 2013, p. 216).

## LITERATURA NA ESCOLA: A REALIZAÇÃO DE PRÁTICAS DE LEITURA COM A ARTE ESCRITA

Nesta última seção, por sua vez, desejo pontuar brevemente sobre a realização na escola de práticas de leitura com a arte escrita, considerando o que o indivíduo deve abranger antes e durante a prática dela e como o professor deve agir em relação às expectativas dos alunos-leitores. Assim, primeiramente, destaco que a mera prática de leitura não possibilita a capacidade de ler textos literários com a propriedade necessária, pois a leitura de textos literários clássicos demanda condições objetivas e subjetivas que muitos alunos não podem ter nem no seu cotidiano nem por qualquer outro meio a não ser na escola. Britto (2012, p. 42, grifos meus) argumenta que não bastam técnicas e métodos de leitura para alguém ser leitor, mas deve possuir, antes e durante a prática, condições objetivas e subjetivas que possibilitem a leitura literária plena, bem como o acesso à cultura e à formação:

[...] ser leitor depende de diversos fatores que estão além do interesse, hábito ou gosto pela leitura; são necessárias condições objetivas (tempo e recursos materiais) e, principalmente, subjetivas (formação, disposição pessoal), as quais estão desigualmente distribuídas na sociedade de classes. Os processos de compreensão e busca do conhecimento estão relacionados mais com formas de acesso à *cultura* do que com métodos de ensino e *aos programas de formação*.

A educação escolar, portanto, torna-se um meio de instigar o aluno a ler, de socializar a prática sistemática e frequente de leitura, de possibilitar o acesso à cultura letrada erudita e de, por fim, formar alunos-leitores críticos, livres e humanizados através de objetivações literárias que incorporam e superam obras anteriores, o que inclui os textos literários clássicos pertencentes a diferentes períodos sócio-históricos, pois “é preciso que o aluno entre em contato com o patrimônio literário de mais alto grau de elaboração humana. Essa é uma responsabilidade à qual uma educação emancipadora não pode furtar” (FERREIRA, 2010, p. 136). Semelhantemente, Duarte (2013, p. 213) afirma que “a escola deve produzir [no aluno] a necessidade de apropriação permanente desses conhecimentos em níveis cada vez mais elevados [,] de produzir nele necessidades referentes a esferas mais elevadas de objetivação do gênero humano”.

Em vista do que o indivíduo é necessário abranger antes e durante as práticas de leitura literária, passo a dissertar sobre as expectativas do aluno-leitor em relação à literatura que podem ser, por exemplo, o entretenimento literário proposto pela cotidianidade e a

necessidade de conhecer conteúdos literários para ingresso numa formação universitária exigido pelo mercado de trabalho. Segundo Britto (2012, p. 54), a arte opõe-se ao entretenimento, podendo até proporcionar fruição, mas “a leitura (literária) exige comprometimento, rigor e perseverança. Sua experiência é, muitas vezes, exigente e se distingue de atividades meramente lúdicas (ainda que o possa ser) e de processamento automático do entretenimento (o que já não pode ser)”. Com relação às necessidades dos estudantes por causa de necessidades burocráticas na educação, como seleções públicas para ingresso em concursos e vestibulares, a literatura é vista como um produto técnico necessário para a aprovação nesses processos seletivos; assim, de um modo geral, “os saberes escolares têm valor ideológico e de seleção, impondo-se como necessários [...] porque são exigidos por vestibulares e concursos públicos” (BRITTO, 2012, p. 55). Uma crítica semelhante em relação às práticas de leitura literária na escola é exposta por Cechinel (2017, p. 204, grifo do autor), ao dizer que a literatura “não tem lugar seguro nas instituições instrumentalizantes de ensino, que não raro se ocupam de preparar o indivíduo para a vida produtiva e para o espetáculo do ‘eu’”, ou seja, ainda que os documentos oficiais até possam assegurar a presença dos textos literários na educação escolar, a arte literária nem sempre é utilizada para os propósitos que de fato ela se destina, funcionando muitas vezes como produtos intermediários para o alcance de objetivos em que valem mais informações literárias do que conhecimentos literários, isto é, prefere-se a quantidade informacional e pretere-se a qualidade educacional.

Por outro lado, deve-se compreender e analisar as necessidades do corpo discente, para que se possa estabelecer por onde começar para se alcançar os objetivos das práticas de leitura literária, porém a partir de critérios que condigam com os preceitos pedagógicos e didáticos que tenham em vista a humanização do aluno através dos ganhos histórico-literários do gênero humano. Em uma avaliação pertinente mencionada por Perrone-Moisés (2006, p. 23, grifos da autora) quanto a ouvir os desejos dos alunos em relação à sala de aula de literatura, ela estabelece:

ouvir o aluno não significa oferecer ao aluno exatamente o que esse deseja, o que lhe dá prazer imediato, o que confirma suas opiniões e gostos individuais. Ouvir o aluno significa compreender o patamar de conhecimento em que ele se encontra, o repertório de que ele dispõe, não para “respeitar” e confirmar sua “individualidade” irredutível, mas para, a partir desses dados, estimulá-lo a ascender a um patamar superior, mais amplo, mais informado. O maior respeito pelo aluno consiste em considerá-lo apto, qualquer que seja sua extração social e suas carências culturais, a adquirir maiores conhecimentos e competências.

Dessa maneira, a análise de necessidades posta em prática pelo docente, segundo Perrone-Moisés (2006), não é uma investigação espontaneísta ou baseada somente nos desejos advindos do cotidiano dos discentes, mas uma maneira de enxergar onde estão para poderem caminhar com um par mais competente em direção ao objetivo principal da educação escolar, para que não ocorra o que é mencionado por Duarte (2013, p. 230, grifo meu), o qual afirma que

[...] *quando a vida cotidiana e a educação escolar, na contemporaneidade, dificultam o acesso à ciência e à arte*, o indivíduo acaba, o mais das vezes, limitado ao senso comum, ao pensamento cotidiano, à visão de mundo fetichista, tornando-se refém da ideologia dominante. [...] O indivíduo em si alienado não conduz a vida cotidiana, mas é por ela conduzido.

Assim, ainda que eu, no início desta seção, possa ter indicado que argumentaria sobre uma proposta adequada de como conduzir a realização de práticas de leitura com a arte escrita na educação escolar, a minha intenção é, de fato, pontuar ao longo deste trabalho os pressupostos teórico-metodológicos que podem subjazer o trabalho docente na educação escolar, isto é, a importância da arte literária na formação de alunos-leitores a partir de um arcabouço epistemológico baseado no materialismo histórico-dialético, na psicologia histórico-cultural e na pedagogia histórico-crítica. Tal pedagogia, entretanto, não tem por intenção proporcionar métodos e técnicas para cada sala de aula ou todas elas como sendo iguais, mas de oportunizar ao professor o conhecimento necessário para que, a partir da sua autonomia no seu trabalho docente, possa ter um comportamento pedagógico-didático adequado para cada contexto específico em que se encontra. Em relação a isso, pontuo o que é afirmado por Duarte (2016, p. 109, grifo meu), dado que é

[...] imprescindível a mediação de uma adequada articulação, por parte do professor, entre o conteúdo a ser ensinado e a forma pela qual ele será ensinado. O clássico é, em si mesmo, uma unidade entre conteúdo e forma e, ao ser transformado em conteúdo escolar, poder ser trabalhado por meio de diferentes formas didáticas. *Não existe a forma de ensinar da pedagogia histórico-crítica*, posto que a decisão pelo emprego de uma estratégia, uma técnica ou um procedimento didático dependerá sempre de uma avaliação que relacione, no mínimo, quatro elementos: quem está ensinando, quem está aprendendo, o que está sendo ensinado e em que circunstâncias a atividade educativa se realiza. Claro que nessa avaliação se coloca algo a ser ensinado e cabe ao professor a tarefa de efetivação do ato de ensinar.

Dessa maneira, concluo que – ao tratar da importância da arte literária desde a sua criação pelo trabalho, passando por assuntos conceituais até a relevância da prática de

leitura literária na escola –, as seções deste estudo responderam aos questionamentos sobre *o que é leitura (literária)*, *qual a relevância do seu papel na escola para o ser humano*, *com que tipo de literatura se trabalha na educação escolar* e *como realizar a prática de leitura literária na escola*, sempre buscando relacionar a literatura, a leitura e a educação escolar com o trabalho, a língua(gem) e a sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ANDERY, M. A. P. A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T. M. A. P.; RUBANO, D. R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M. E. M.; GIOIA, S. C.; GIANFALDONI, M. H. T. A.; SAVIOLI, M. R.; ZANOTTO, M. L. B. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1996.
- ANDRÉ CECHINEL, C. S. *O que significa ensinar literatura?* Florianópolis: EdUFSC; Criciúma: Ediunesc, 2017.
- ANTUNES, R. *A dialética do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- BRITTO, L. P. L. *Inquietudes e desacordos: a leitura além do óbvio*. Campinas: Mercado de Letras, 2012.
- DUARTE, N. *A individualidade para si: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo*. Campinas: Autores Associados, 2013.
- DUARTE, N. *Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo*. Campina: Autores Associados, 2016.
- FERREIRA, N. B. P. A arte e a formação humana: implicações para o ensino de literatura. In: MARTINS, L. M. M.; DUARTE, N. (Orgs.). *Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- PERRONE-MOISÉS, L. Literatura para todos. *Literatura e sociedade*, vol. 11, n. 9, p. 16-29, 2006.
- SAVIANI, D. Sobre a natureza e especificidade da educação. *Em aberto*, Brasília, ano 3, n. 22, jul./ago. 1984.

Recebido em 26 de julho de 2023.

Aprovado em 08 de novembro de 2023.





## O COMPORTAMENTO VARIÁVEL DE (NDO) NA FALA SEABRENSE: UMA ABORDAGEM SOCIOLINGUÍSTICA

DOI: 10.48075/ri.v26i1.31543

Edgar Souza da Silva<sup>1</sup>  
Elias de Souza Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:** Objetivou-se com este estudo analisar o comportamento variável da consoante oclusiva /d/ no morfema (ndo) caracterizador de verbos no gerúndio no português falado em Seabra, município brasileiro do estado da Bahia, à luz da Teoria da Variação e Mudança Linguística (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]; Labov, 2008 [1972]). A amostra analisada, pertencente ao banco de dados do Projeto Se abra à Chapada: coletando, explorando e mapeando dados sociolinguísticos, foi constituída de 18 entrevistas sociolinguísticas, estratificadas conforme a faixa etária (um: 18-33 anos, dois: 35-48 anos e três: 50+ anos), o sexo (masculino e feminino) e a escolaridade (fundamental, média e universitária). Após coleta, os dados foram submetidos a modelos de regressão logística de efeitos fixos e mistos, com o auxílio da linguagem de programação denominada R (R Core Team, 2020), cujos resultados obtidos apontaram correlação entre as variáveis predictoras sociais (escolaridade e faixa etária) e a variável de resposta.

**Palavras-chave:** Sociolinguística; Variação; Verbos; Gerúndio; Fala seabrense.

## THE VARIABLE BEHAVIOR OF (NDO) IN SEABRENSE SPEECH: A SOCIOLINGUISTIC APPROACH

<sup>1</sup> Graduado em Letras Língua Portuguesa pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: [uedgarsouza@gmail.com](mailto:uedgarsouza@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Atualmente é professor de Linguística|Língua Portuguesa na Universidade do Estado da Bahia: E-mail: [eliasantos@uneb.br](mailto:eliasantos@uneb.br)

**ABSTRACT:** The aim of this study was to analyze the variable behavior of the stop consonant /d/ in the morpheme (ndo) that characterizes verbs in the gerund in Portuguese spoken in Seabra, a Brazilian municipality in the state of Bahia, in the light of the Theory of Variation and Linguistic Change (Weinreich ; Labov; Herzog, 2006 [1968]; Labov, 2008 [1972]). The analyzed sample, belonging to the database of the Projeto Se abra à Chapada: collecting, exploring and mapping sociolinguistic data, consisted of 18 sociolinguistic interviews, stratified according to age group (one: 18-33 years old, two: 35-48 years old and three: 50+ years), gender (male and female) and education (elementary, secondary and university). After collection, the data were submitted to fixed and mixed effects logistic regression models, with the aid of the programming language called R (R Core Team, 2020), whose results obtained showed a correlation between the social predictor variables (schooling and age group ) and the response variable.

**Keywords:** Sociolinguistics; Variation; Verbs; Gerund; Seabrense Spoken.

## INTRODUÇÃO

A sociolinguística, um modelo baseado no uso, estuda as relações entre a estrutura linguística e o contexto sociocultural, enfocando substancialmente os empregos linguísticos concretos, notadamente os de caráter heterogêneo. Logo, os estudiosos que se debruçam nas pesquisas de cunho sociolinguístico levam em conta o contexto sociocultural e a comunidade de fala em suas investigações, isto é, não dissociam o material da fala do seu utente, ao mesmo tempo que consideram significativo analisar as condições em que a fala é realizada. Em consideração a isso, objetivou-se com este estudo apreender quais condicionantes sociais e linguísticos favoreceriam o uso variável da oclusiva dental /d/ presente nas formas verbais de gerúndio, a exemplo de *caminhano* ~ *caminhando* e *veno* ~ *vendo*, em uma amostra de fala contemporânea e representativa do português falado em Seabra, município brasileiro do estado da Bahia.

O estudo empreendido foi fundamentado nos pressupostos teórico-metodológicos da teoria da Variação e Mudança Linguística (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]; Labov, 2008 [1972]), cujos resultados foram obtidos, como já assinalado, de uma amostra coletada na comunidade de fala seabrense, estratificada conforme o sexo (masculino e feminino), a faixa etária (um: 18 a 33; dois: 35 a 48; três: 50+ anos) e a escolaridade (fundamental, média e universitária) do falante, com o auxílio da linguagem de programação denominada R (R Core Team, 2020), especificamente por meio de sua *interface* o *RStudio* (Equipe Rstudio, 2020), com a qual foram propostos modelos de regressão logística de efeitos fixos e mistos, a fim de estimar a probabilidade vinculada à ocorrência do uso variável de /d/ no morfema de gerúndio (ndo) em face de um grupo de variáveis preditoras (ou explanatórias) sociais e

linguísticas, objetivando com os modelos descrever, explicar e prever o comportamento da variável resposta (ou dependente).

As proposições exibidas nos parágrafos precedentes serão ampliadas nas próximas seções deste texto, o qual foi estruturado da seguinte maneira: na segunda seção, seguida desta breve introdução, apresenta-se uma revisão de estudos já efetivados sobre o fenômeno em foco; na terceira seção, explicitam-se os pressupostos teórico-metodológicos que guiaram a investigação que aqui se apresenta; na quarta seção, analisam-se os dados obtidos com a amostra examinada e, por fim, sumarizam-se os resultados logrados com a pesquisa desempenhada.

## 2 A ALTERNÂNCIA MORFEMO-GERUNDIVA EM FOCO: SUMARIZANDO O ESTADO DA ARTE

Na tradição gramatical, o gerúndio é concebido como uma construção nominal. Em conformidade com Bagno (2011), ela foi criada pelos gregos e latinos com o propósito de designar palavras que eram adjacentes e gestadas de verbos, e que, a seu modo, compartilhava traços dos nomes. Esse evento é o resultado da correlação entre *Gerere*, por analogia, e *Participium*, indicava aquilo que se estava susceptível a fazer, tipificando o sistema do *inflectum*, sendo usada na voz ativa e, excepcionalmente, no tempo presente, seguindo o paradigma da segunda declinação nominal (Oliveira, 2002).

O gerúndio latino era por natureza um elemento invariável, no que diz respeito ao número gramatical, e impessoal, fato que lhe permitia não concordar com o sujeito, assumindo as relações gramaticais *genitivo*, *dativo*, *acusativo* e *ablativo*. “Desses quatro casos sobrevive no latim vulgar, e, conseqüentemente nas línguas românicas, apenas o *ablativo* em *-ndo*” (Oliveira, 2002, p. 571, grifos da autora).

Na passagem do latim para o português, restou do gerúndio, meramente, o caso ablativo, de sorte que os demais, desde o período concebido como latim arcaico, já eram, no uso, atestados em menor frequência se comparado ao ablativo. Com efeito, Huber (1986) declarou que o *ablativo* do gerúndio era o caso que se encontrava em maior incidência no período do latim arcaico, julgando ter sido ele o que, porventura, tenha, em sua originalidade, gestado os demais casos que, posteriormente, na língua portuguesa, foram substituídos pelo infinitivo preposicionado. Ademais, vale sublinhar que as funções básicas expressas pelo gerúndio – complemento de modo, de instrumento e de meio – no latim se mantiveram na sua passagem para as línguas neolatinas (ou românicas).

Vale destacar que no período do latim vulgar, o particípio presente, o particípio futuro, o gerúndio e o supino se extinguíram, sobrevivendo não mais que o infinitivo, o particípio e o gerúndio. Logo, ao considerar o princípio funcional de que formas existentes podem expressar novas funções, provavelmente a estrutura de caso do gerúndio, conforme Carvalho (2018), pode ter assumido reconfigurações das funções exercidas por aquelas construções nominais cessadas, devidamente assinaladas neste parágrafo.

Em síntese, o desenvolvimento do gerúndio do latim ao português apresentou uma série de reduções quanto à sua variedade de formas e ao movimento de ampliação das suas funções. Ante ao exposto, tais usos feitos do gerúndio, desde o latim até os dias que se seguem, apresentam uma intrínseca relação entre sintaxe, semântica, fatores contextuais e integração de sentenças, fato este que dará luz à compreensão da variabilidade presente no morfema (ndo) caracterizador de gerúndio no português brasileiro (daqui por diante PB), já verificada por dialetólogos, fonólogos e sociolinguistas em diferentes variedades do português falado no Brasil, como se verá, sumariamente, na póstera subseção.

## 2.1 ESTUDOS DIALETAIS E VARIACIONISTAS SOBRE A ALTERNÂNCIA MORFEMO-GERUNDIVA NO PB: ASSIMILAÇÃO OU APAGAMENTO?

No PB é típico ouvir dos falantes pronúncias como *vendeno* ~ *vendendo* ou *falano* ~ *falando* para verbos em sua forma nominal gerundiva, principalmente em situações mais espontâneas da comunicação oral. Tal evento, para alguns pesquisadores, é resultante de um processo de assimilação, conscientes de que a consoante oclusiva dental /d/, que compõe o morfema (ndo) assimila traços fonéticos articulatorios da consoante /n/, derivando /no/, como em *comprando* ~ *comprano* (Bagno, 2000; Martins, Bueno, 2011; Beviláqua, 2014, *inter alia*). Por outro lado, há outros estudiosos que defendem o fenômeno como apagamento, uma vez que o morfema flexional de gerúndio é reduzido pela supressão da consoante oclusiva dental /d/ no segmento (ndo) (Cagliari, 2002; Ferreira; Tenani; Gonçalves, 2012; dentre outros).

A observância da presença do gerúndio no PB é atestada desde as pesquisas de Amaral (1920), no dialeto “caipira” no interior do estado de São Paulo. No estudo, o autor aponta que o fonema /d/, presente no morfema de gerúndio, nessa variedade “[...] cai, quase sempre, na sílaba final das formas verbais em *ando*, *endo*, *indo*: *andano* = *andando*,

*veno* = *vendo*, *caino*, *pôno* e também no advérbio *quando*, às vezes” (Amaral, 1920, p. 10, grifos do autor).

Ao atestar a variação no morfema de gerúndio no PB, é típico certos investigadores tratarem-na como de menor prestígio, resultante de um falar “caipira” ou mesmo “vulgar”, como se pode acompanhar no trecho em destaque: “a forma do gerúndio, posposta ao infinitivo “estar”, que tem o mesmo sentido, e é de uso vulgaríssimo. “Aquela torre parece que tá quereno caí” (Amaral, 1920, p.116-117). Do mesmo modo, Coutinho (1976) dialoga com Amaral (1920) ao considerar o fenômeno como “caipira” e acrescenta que “essas formas profundamente alteradas, esse vocabulário comum e rústico, essa construção viciadíssima, que caracterizam o falar do nosso roceiro, estão a atestar, em grande parte, a sua procedência africana, indiana ou afro-indiana” (Coutinho, 1976, p. 326).

As premissas expostas no parágrafo anterior, conforme argumentos apresentados por Faraco (2005), confirmam a desvalorização de algumas variedades linguísticas do PB, a exemplo das rurais, concebidas como aquelas que não possuem prestígio social, dado que a valorização de algumas variedades são socialmente criadas “[...] por razões políticas, sociais e/ou culturais”, adquirindo “uma marca de prestígio (normalmente trata-se daquelas variedades faladas por grupos privilegiados na estrutura social de poder) e outras não [...] Essas variedades prestigiadas constituem o que chamamos de *norma* ou *variedade culta*” (Faraco, 2005, p. 33, grifos do autor). Com efeito, tal norma tem representado um preceito de língua cultivado pelas instituições de ensino, pelos meios de comunicação social e pela elite intelectual, com ênfase para as práticas de escrita (Faraco, 2005).

Marroquim (1934, 1934, p. 85, grifos do autor) atesta, em seu estudo *A Língua do Nordeste (Alagôas e Pernambuco)*, a presença do gerúndio ao escrever que “[h]á assimilação nos grupos *rl*, *lr*, *mb* e *nd*: *Carro*, *birro*, *tamem*, *correno*, *ficano*, *quano*, por *Carlos*, *bilro*, *tambem*, *correndo*, *ficando*, *quando*”. Ele acrescenta ainda que o processo de assimilação operada no grupo *nd* não é atribuída à influência africana, de sorte que “[n]o grupo dialetal aquilano-umbro-romano dá-se o mesmo fenomeno, outróra mais generalizado na Italia”, sem suspeita de tal influência (Marroquim, 1934, p. 86).

Para Pereira (2018), o processo de assimilação ocorre pelas características articulatórias entre as duas consoantes, /d/ e /n/. A autora conclui que “[n]esse caso, ocorre a assimilação do [d] pelo [n] (note que esses dois sons possuem o mesmo ponto de articulação, ambos são alveolares ou dentais), tendo como resultado o [n] duplo. Logo depois, esse [n] duplo se simplifica: -nd- > -nn- > -n-” (Pereira, 2018, p. 37).

Bagno (2000) considera que no PB o apagamento da oclusiva dental /d/ no morfema de gerúndio (ndo) é resultado da assimilação da consoante /d/ pelo /n/ (-nd- > -nn- > -n-). Com isso, elucida não ser uma exclusividade do PB a presença do comportamento variável do morfema verbal tipificador de gerúndio, visto que em escritos do século XVI, pertencentes ao Português Europeu (PE), foi detectado esse processo de assimilação (nd- > -n- ). Ademais, assevera o autor que o fenômeno também é recorrente em dialetos italiano e catalão.

Vale anotar que, neste artigo, concordando com Cagliari (2002), empregou-se o termo “apagamento” para assinalar o processo de supressão do /d/ no morfema de gerúndio (ndo), pois, conforme o autor, uma regra de supressão/apagamento ocorre quando há eliminação de segmento da forma básica de um morfema.

Para além dos estudos dialetais, pesquisadores, sobretudo sociolinguistas, têm demonstrado que o fenômeno em foco não é tido como resultado do acaso, dado que este é culturalmente motivado por fatores estruturais e sociais (Ferreira; Vieira, 2021; Araújo, 2019; Nascimento; Araújo; Carvalho, 2013; Ferreira, 2010; entre outros). Em face do exposto, nos parágrafos a seguir, fornecer-se-á uma breve visão de resultados obtidos com estudos realizados à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (Labov, 2008 [1972]).

Na tentativa de apresentar um panorama do comportamento variável do gerúndio, na comunidade São José do Rio Preto, no estado de São Paulo, Ferreira (2010), com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (Labov, 1972, 1994) e da Fonologia Lexical (Kiparsky, 1982; Lee, 1995), analisou uma amostra composta de 76 entrevistas, estratificada, devidamente, por gênero (masculino e feminino), faixa etária (7 a 15 anos, 16 a 25 anos, 26 a 35 anos, 36 a 55 anos e mais de 55 anos) e escolaridade (1º EF, 2º EF, EM e ES). Além das variáveis sociais, foram controladas as variáveis linguísticas verbo V1 da perífrase gerundiva, estrutura sintática e material interveniente entre V1 e V'ndo.

Ferreira (2010), ao examinar o processo de apagamento do gerúndio sob pressupostos teóricos da Fonologia Lexical (FL), verificou que o fenômeno não ocorre em todos os vocábulos que apresentam a terminação (ndo) em sua estrutura, a exemplo de “[...] “lindo” ~ “\*linu” (domínio: nível  $\alpha$ ) e “mando” ~ “\*manu” (domínio: nível  $\beta$ )”, visto que estas construções apresentam apenas contexto segmental para que a regra seja aplicada, ou seja, “[...] a sequência /ndo/, no caso desses itens lexicais, encontra-se na raiz da palavra e não no morfema flexional, como ocorre no gerúndio”. Em consideração a isso, a autora, ao estudar o dialeto da região de São José do Rio Preto, confirma o bloqueio da regra pelo princípio de

Preservação da Estrutura, de sorte que, como já assinalado, o domínio de aplicação do gerúndio, regido pela regra lexical, se dá no nível  $\beta$ , impedindo o apagamento da oclusiva dental /d/ no nível  $\alpha$ , estando a regra sujeita aos princípios de *Condição de Ciclo Estrito* (Ferreira, 2010, p. 121, grifos da autora).

Ao realizar a inspeção acústica das características do fenômeno em estudo, Ferreira (2010), constatou perda de qualidade acústica da consoante /d/ - alteração nos valores de *closura*, *burst*, transição formântica e duração relativa dessa consoante. A partir da fonologia Lexical (FL), a autora verificou que o processo de apagamento da consoante oclusiva dental /d/ ocorre somente nos verbos com morfema de gerúndio /ndo/, pois está sujeito a *Condição de Ciclo Estrito* e de *Preservação da Estrutura*, constituindo-se uma regra lexical. Na análise variacionista, do total de 999 ocorrências controladas, 72% se sujeitaram à regra variável, ou seja, ao apagamento do /d/, considerando ser influenciada pelos fatores gênero, com recorrência na fala dos homens, escolaridade, com os menos escolarizados, faixa etária, com idades entre 7 a 35 anos e estrutura sintática, com o contexto morfossintático perifrase.

Na região norte do Brasil, Araújo (2019), investigou o uso variável do gerúndio no município de Envira, localizado no Estado do Amazonas, sob a ótica da Dialetologia Pluridimensional<sup>3</sup> (Radtke; Thun, 1996) e da Sociolinguística Variacionista (Labov, 1972). Para o estudo, a autora selecionou 16 informantes de dois pontos de inquérito, sendo um localizado no bairro São Francisco e outro na comunidade Marajá, distribuídos conforme sexo/gênero (mulher e homem); faixa etária (de 18 a 30 anos e 50 a 65 anos) e escolaridade (fundamental I – analfabeto ou no máximo o 5º ano e fundamental II – 6º ao 9º ano).

Para analisar o comportamento variável do gerúndio no falar envirense, Araújo (2019), controlou a variável dependente (apagamento ou manutenção), as variáveis linguísticas conjugação verbal (1ª, 2ª e 3ª) e extensão do vocábulo (dissílabo, trissílabo ou polissílabo) e as variáveis sociais sexo/gênero (mulher e homem), faixa etária (de 18 a 30 anos e 50 a 65 anos), escolaridade (fundamental I – analfabeto ou no máximo o 5º ano e fundamental II – 6º ao 9º ano) e localidade (urbana e rural). Os dados foram submetidos a um tratamento estatístico com o auxílio do *Goldvarb X* (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005). A análise contou com a apreensão de 784 dados, sendo que 62% destes dados correspondem à aplicação da regra. Após leitura estatística dos dados, notou-se que os grupos de fatores localidade (zona rural), sexo/gênero (masculino), escolaridade (II - do 6º ao 9º ano) e extensão do verbo (dissílabos) se mostraram favorecedores do apagamento da

---

<sup>3</sup> Área de estudo da variação linguística em diferentes dimensões: diatópica, diazonal, diagenérica, diageracional, diastrática, entre outras, a fim de perceber a realidade linguística presente.

oclusiva dental /d/ no morfema tipificador de gerúndio, conforme resultados obtidos com a amostra investigada.

Nascimento, Araújo e Carvalho (2013) também estudaram a redução do morfema de gerúndio no PB. Os autores, sob a perspectiva da Sociolinguística Variacionista (Labov, 2008 [1972]), investigaram a presença do fenômeno no falar de Fortaleza. O estudo contou com uma amostra constituída de 24 entrevistas, tabuladas conforme os fatores linguísticos (contexto fonético antecedente, contexto fonético subsequente e extensão do verbo) e sociais (faixa etária, escolarização e gênero), como possíveis favorecedores do fenômeno analisado. Os dados foram submetidos a análises estatísticas com o auxílio do *software GoldVarb X*.

Após submeterem os dados ao tratamento estatístico, Nascimento, Araújo e Carvalho (2013) obtiveram 465 ocorrências de gerúndio, sendo que, 74,2% do total correspondiam a ausência do /d/ em verbos no gerúndio. Os fatores sociais selecionados como motivadores do apagamento da oclusiva dental no morfema caracterizador de gerúndio foram a) o menor nível de escolaridade; b) a faixa etária intermediária e c) o sexo masculino. Os fatores linguísticos que se destacaram como relevantes foram a) o contexto anterior, motivado pelas vogais /a/ e /e/ e b) o contexto fonético subsequente, considerando a consoante africada /dʒ/ como a mais relevante dos contextos, seguida das consoantes /d, p, k, t, n, m, s, b/.

Na Cidade de Goiás, Ferreira e Vieira (2021) investigaram à luz da Sociolinguística Variacionista (Labov, 2008 [1972]) o comportamento variável do morfema de gerúndio a partir do *corpus* coletado por Bernardes (2020), no âmbito do SOCIOLINCO (Grupo de Estudos e Pesquisas em Sociolinguística da Universidade Estadual de Goiás/Campus Cora Coralina), composto por 24 entrevistas estratificadas consoante o sexo/gênero (masculino e feminino), a escolaridade (ensino médio e superior) e a faixa etária (20 a 35 anos e 36 a 50 anos) do falante. Deste total de informantes, as autoras selecionaram 8 para compor o estudo que, inicialmente, contou com o levantamento geral dos dados, verificação e codificação, submetendo tais procedimentos à uma análise estatística com o auxílio da linguagem de programação denominada *R*.

Na tabulação e codificação dos dados, Ferreira e Vieira (2021) consideraram os possíveis condicionantes do apagamento de /d/ no grupo (ndo) de verbos: idade, escolaridade, sexo, classe morfológica, extensão do vocábulo, contexto fonético-fonológico seguinte e contexto fonético-fonológico precedente. As autoras realizaram um levantamento

de 193 dados de verbos no gerúndio, deste total, 125 (64,77%) corresponderam ao apagamento da oclusiva dental /d/. Na análise, as autoras, verificaram que o fator extralinguístico sexo/gênero (feminino) foi identificado como influenciador da regra. Já o fator linguístico classe morfológica foi tomado como decisivo, pois foi constatado que o apagamento se deu somente nos verbos de gerúndio e não em outras palavras com terminação (ndo) e o fator extensão do vocábulo (verbos dissílabos) também foi identificado como condicionador da regra.

Além da análise sociolinguística prevista, Ferreira e Vieira (2021) realizaram uma inspeção acústica, com o auxílio do PRAAT, para verificar parâmetros como frequência, comprimento de onda, decibéis, closura, burst, transição formântica e, sobretudo, duração relativa, buscando revelações acerca da proporção que a oclusiva dental ocupa no interior da forma de gerúndio, seja na constatação de seu apagamento ou manutenção (Ferreira, 2010).

Na tentativa de apresentar uma revisão panorâmica sobre estudos dialetais e variacionistas que contemplam o comportamento variável do morfema de gerúndio (ndo) no PB, vale reiterar que somente foi possível apresentar dados de quatro regiões brasileiras, a saber: Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, visto que não se encontrou resultados de pesquisas para a região Sul do país. Contudo, os estudos apresentados aqui ajudam a mapear e (re)conhecer o comportamento variável de (ndo) em várias regiões do Brasil que ainda não tenham investigado o fenômeno posto, nesta seção, em cena.

### 3 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A pesquisa aqui instaurada se fundamentou na Teoria da Variação e Mudança Linguística (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1986]), cujo axioma assumido é o de que a língua é um sistema heterogêneo ordenado, isto é, que carrega consigo tanto regras categóricas quanto variáveis, condicionadas por fatores estruturais e sociais.

A fim de verificar como os fatores estruturais e sociais condicionavam o apagamento do /d/ no morfema de gerúndio no português falado em Seabra<sup>4</sup>, no interior da Bahia, foi constituída uma amostra sociolinguística com 18 entrevistas, estratificada sócio-demograficamente conforme faixa etária (I: 18-33 anos, II: 35-48 anos e III: 50+ anos),

---

<sup>4</sup> A cidade de Seabra, às margens da rodovia BR-242, se localiza a 474,4 km da capital, situada a aproximadamente 930 metros de altitude. Possui dois distritos, 115 povoados e um centro administrativo urbano. O município conta com uma área total de 2.402,170 km com uma população estimada a 44.370 habitantes (IBGE, 2021). Por sediar diversos órgãos públicos, o município é considerado o centro administrativo da Chapada Diamantina.

sexo (masculino e feminino) e escolaridade (fundamental, média e universitária) do falante. A amostra pertence ao banco de dados do Projeto *Se abra à Chapada: coletando, explorando e mapeando dados sociolinguísticos*, desenvolvido no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, da Universidade do Estado da Bahia, Campus XXIII, Seabra, sob a coordenação do Prof. Dr. Elias de Souza Santos.

Depois de apreendidas, as ocorrências do fenômeno analisado foram tabuladas em uma planilha de *Excel* (.csv) e submetidas à uma análise estatística com o auxílio da linguagem de programação denominada *R*<sup>5</sup> (R Core Team, 2020), mais especificamente por meio de sua *interface*, o *RStudio* (Equipe Rstudio, 2020), com o objetivo de, posteriormente, comentar os resultados obtidos com a análise estatística.

Diante dos pressupostos teórico-metodológicos apresentados nos parágrafos anteriores, exibem-se, a seguir, as variáveis sociais e linguísticas controladas na compreensão da redução do morfema (ndo) nos verbos em sua forma nominal gerundiva na comunidade de fala seabrense.

### 3.1 VARIÁVEIS SOCIAIS

Nos estudos sociolinguísticos, muitos têm sido os fatores sociodemográficos tomados como condicionadores da variação que ocorre nas línguas naturais. Ante ao exposto, nesta pesquisa, foram arroladas no exame do fenômeno do apagamento de /d/ no grupo (ndo) de verbos no gerúndio as seguintes variáveis sociais, anteriormente investigadas, quais sejam:

(1) *O sexo do falante* – cuja expectativa lançada foi a de que os homens favorecessem o apagamento do /d/ no morfema que caracteriza os verbos no gerúndio (Ferreira, 2010; Araújo, 2019; Nascimento; Araújo; Carvalho, 2013).

(2) *A faixa etária do falante* – cuja hipótese alvitada foi a de que os falantes mais jovens promovessem o apagamento do /d/ no morfema que caracteriza os verbos no gerúndio (Ferreira, 2010).

(3) *O nível de escolaridade do falante* – cuja espera seria a de que quanto menor fosse o nível de escolaridade do falante maior seria o favorecimento no apagamento do /d/

---

<sup>5</sup> “Sendo uma linguagem de programação, o R permite que o usuário customize uma série de tarefas que deseja executar e, conseqüentemente, tenha maior controle sobre os resultados obtidos” (Oushiro, 2014, p. 134).

no morfema que caracteriza os verbos no gerúndio (Ferreira, 2010; Nascimento; Araújo; Carvalho, 2013).

Além das variáveis sociais controladas neste estudo, verificou-se também a atuação de variáveis linguísticas, apresentadas na subseção seguinte.

### 3.2 VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS

A partir de estudos variacionistas sumarizados na seção anterior, selecionou-se como possíveis favorecedoras do apagamento da oclusiva dental /d/ presente no morfema de verbos no gerúndio as seguintes variáveis linguísticas:

(1) *Contexto fonológico precedente*, apresentado na Tabela 1 – cuja hipótese levantada foi a de que as variantes /a/ e /e/ atuariam como favorecedoras na realização do apagamento da consoante oclusiva dental /d/ nos verbos no gerúndio (Nascimento; Araújo; Carvalho, 2013).

**Tabela 1 - Tabulação da variável Contexto fonológico precedente**

Contexto fonológico Precedente	Segmento	Contexto
Vogal baixa	[a]	Ficano (SBA-Inf.03-F3F)
Vogal média alta	[e]	Fazendo (SBA-Inf.01-M1M)
Vogal alta	[i]	Pidino (SBA-Inf.17-M3F)

Fonte: Elaborada pelos autores com dados da pesquisa

(2) *Contexto fonológico subsequente*, evidenciado na Tabela 2 – acreditando que as consoantes favoreceriam a realização do apagamento da oclusiva dental /d/ nos verbos tipificadores de gerúndio (Nascimento; Araújo; Carvalho, 2013).

**Tabela 2 - Tabulação da variável Contexto fonológico subsequente**

Contexto fonológico subsequente	Contexto
Haplologia	gravano tudo (SBA-Inf.03-F3F)
Vogal	fazendo as (SBA-Inf.01-M1M)
Consoante	indo visitar (SBA-Inf.04-F1M)
Pausa	pidino ... (SBA-Inf.17-M3F)

Fonte: Elaborada pelos autores com dados da pesquisa

(3) *Extensão do verbo*, expressada na Tabela 3 – verificou-se com esta variável a hipótese de que os verbos polissílabos motivariam a redução do /d/ no contexto mórfico verbal (ndo) caracterizador de gerúndio (Araújo, 2019; Ferreira; Vieira, 2021).

**Tabela 3 - Tabulação da variável Extensão do verbo**

Extensão do verbo	Contexto
Dissílabos	indo (SBA-Inf.04-F1M)
Trissílabos	fazendo (SBA-Inf.01-M1M)
Polissílabos	caminhando (SBA-Inf.02-M1U)

Fonte: Elaborada pelos autores com dados da pesquisa

(4) *Conjugação verbal*, exibida na Tabela 4 – com esta variável pressupôs-se que os verbos de primeira conjugação influenciariam no apagamento da oclusiva dental /d/ nos verbos no gerúndio (Leite; Oliveira, 2022).

**Tabela 4 - Tabulação da variável Conjugação verbal**

Conjugação verbal	Contexto
Primeira	caminhando (SBA-Inf.02-M1U)
Segunda	fazendo (SBA-Inf.01-M1M)
Terceira	indo (SBA-Inf.04-F1M)

Fonte: Elaborada pelos autores com dados da pesquisa

(5) *Tipologia verbal*, ilustrada na Tabela 5 – para a qual a hipótese perspectivada foi a de que os verbos copulativos favorecessem a realização do apagamento do /d/ em morfema de gerúndio (ndo) (Leite; Oliveira, 2022).

**Tabela 5 - Tabulação da variável Tipologia verbal**

Tipologia verbal	Contexto
Ação	fazendo (SBA-Inf.03-F3F)
Cópula	sendo (SBA-Inf.01-F1U)

Fonte: Elaborada pelos autores com dados da pesquisa

As variáveis controladas neste estudo são concordes com pesquisas já realizadas sobre o comportamento variável da consoante oclusiva dental /d/ no morfema (ndo) que

caracteriza os verbos no gerúndio. Ademais, apresentar-se-á, na seção seguinte, os resultados com as análises multivariadas empreendidas neste estudo.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção apresentam-se os resultados das análises estatísticas multivariadas através da exibição de modelos de regressão logística com efeitos fixos e mistos para os dados do fenômeno analisado, como se verá na subseção 4.2, seguida da subseção 4.1, que apresenta a distribuição geral dos dados.

### 4.1 DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS DADOS

Foram depreendidas, na amostra de fala examinada, 757 ocorrências de verbos em sua forma no gerúndio, cujo uso variável se distribui em duas variantes, a saber: a manutenção (*falando*) da oclusiva dental /d/ na estrutura mórfica caracterizadora de gerúndio (ndo), em 51 pontos percentuais, frente a 49 pontos percentuais para a variante apagamento (*falano*) da consoante oclusiva dental /d/ em cena, como expresso na Tabela 6.

**Tabela 6 – Distribuição das variantes na amostra CEMEDADOS**

USO VARIÁVEL DE (NDO)	MANUTENÇÃO	APAGAMENTO	SOMA
Nº OCORR.	381	376	757
%	51	49	100

Fonte: Elaborada pelos autores com dados da pesquisa

Como se pode observar, a Tabela 6 mostra que as variantes que compõem a variável em estudo apresentam valores quase que equivalentes, de sorte que a diferença em termos percentuais é de 1 na comunidade de fala estudada. Ante ao exposto, verificou-se que os resultados obtidos com a análise estatística dos dados expressam dissimilitude quanto aos resultados alcançados com investigações efetivadas com corpus e *corpora* representativos de distintas variedades do português falado no Brasil, a exemplo dos estudos sumarizados na seção 2, que expuseram valores acima de 62% para a variante redução do morfema (ndo) em verbos no gerúndio, para citar Araújo (2019).

Vale sublinhar que se examinou a significância estatística das diferenças de aplicação da regra entre as variantes de cada variável preditora social e linguística

controladas na análise estatística dos dados, através de testes de qui-quadrado (de *Pearson*), para os quais as variáveis *sexo*, *contexto fonológico precedente*, *contexto fonológico subsequente* e *conjugação verbal* não apresentaram diferença estatística entre as variantes, não sendo, portanto, incluídas nas análises de regressão logística realizadas, como se verá na póstera subseção.

## 4.2 ANÁLISES MULTIVARIADAS

A Tabela 7 mostra o resumo do modelo de regressão logística de efeitos fixos, para o qual as estimativas com valor-p significativo são os fatores *média* e *universitária* (variável escolaridade, com *fundamental* como valor de referência) e *faixa etária um* (variável faixa etária, com *dois* como valor de referência), indicando que os fatores significativos, conexos à escolaridade e à faixa etária, desfavorecem o apagamento do /d/ no morfema de gerúndio.

**Tabela 7 – Estimativas dos parâmetros do modelo (de regressão logística, modelo linear generalizado de efeitos fixos) do apagamento de /d/ no grupo verbal (ndo) – amostra CEMEDADOS**

	Apl./N	Estimativa	Erro Padrão	Valor Z	(p)
<b>Escolaridade</b>					
Fundamental (V. ref.)	182/376 (24%)				
Média	119/376 (15%)	-1.60760	0.22653	-7.097	1.28e-12***
Universitária	75/376 (10%)	-2.13749	0.23771	-8.992	<2e-16***
<b>Faixa Etária</b>					
Dois (V. ref.)	120/376 (16%)				
Um	16/376 (2%)	-1.48387	0.31101	-4.771	1.83e-06***
Três	240/376 (31%)	0.07542	0.18528	0.407	0.6840
<b>Extensão do verbo</b>					
Dissílabo (V. ref.)	38/376 (5%)				
Trissílabo	255/376 (33%)	0.50130	0.27498	1.823	0.0683.
Polissílabo	83/376 (11%)	-0.57452	0.29408	-1.954	0.0507.
<b>Tipologia verbal</b>					
Ação (V. ref.)	369/376 (48%)				
Cópula	7/376 (1%)	-0.88726	0.51923	-1.709	0.0875.

MOD1: GLM (FORMULA = GERÚNDIO ~ FAIXA.ETÁRIA + ESCOLARIDADE + EXT.VERBO + TIPOLOGIA.VERBAL, FAMILY = BINOMIAL, DATA = DS)

Signif. codes: 0 '\*\*\*' 0.001 '\*\*' 0.01 '\*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Fonte: Elaborada pelos autores com dados da pesquisa

A Tabela 8 apresenta os resultados do modelo de efeitos mistos, identificado pela inserção de variáveis aleatórias, a exemplo do *informante* e do *item léxico*. O *summary* do

modelo indica que a correlação entre a escolaridade média, escolaridade universitária, faixa etária e o apagamento do /d/ no morfema de gerúndio se mantem, como se pode verificar no contraste entre o modelo 1 (Tabela 7) e o modelo 2 (Tabela 8), assinalando que as variáveis em foco não sofrem efeitos das variáveis aleatórias inclusas no modelo.

**Tabela 8 – Estimativas dos parâmetros do modelo (de regressão logística, modelo linear generalizado de efeitos mistos) do apagamento de /d/ no grupo verbal (ndo) – amostra CEMEDADOS**

	<b>Apl./N</b>	<b>Estimativa</b>	<b>Erro Padrão</b>	<b>Valor z</b>	<b>(p)</b>
<b>Escolaridade</b>					
Fundamental (V. ref.)	182/376 (24%)				
Média	119/376 (15%)	-3.743	1.817	-2.061	0.03934*
Universitária	75/376 (10%)	-6.407	2.082	-3.077	0.00209**
<b>Faixa Etária</b>					
Dois (V. ref.)	120/376 (16%)				
Um	16/376 (2%)	-4.405	1.934	-2.277	0.02277*
Três	240/376 (31%)	-1.174	1.606	-0.731	0.46461
<b>Extensão do verbo</b>					
Dissílabo (V. ref.)	38/376 (5%)				
Trissílabo	255/376 (33%)	1.193	1.648	0.724	0.46910
Polissílabo	83/376 (11%)	-2.249	1.755	-1.282	0.19991
<b>Tipologia verbal</b>					
Ação (V. ref.)	369/376 (48%)				
Cópula	7/376 (1%)	-1.491	2.395	-0.623	0.53342

MOD1: GLMER (FORMULA = GERÚNDIO ~ FAIXA.ETÁRIA + ESCOLARIDADE + EXT.VERBO + TIPOLOGIA.VERBAL + (1|INFORMANTE) + (1|ITEM.LÉXICO), DATA = DS)

Signif. codes: 0 '\*\*\*' 0.001 '\*\*' 0.01 '\*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Fonte: Elaborada pelos autores com dados da pesquisa

As análises de regressão logísticas executadas não confirmaram parte das hipóteses que haviam sido sugeridas, com exceção daquela anunciada para a variável escolaridade, para a qual se esperava que quanto menor fosse o nível de escolaridade maior seria o favorecimento da regra variável.

Dos resultados alcançados, destacam-se aqueles relacionados à escolaridade, fator que delimita o percurso dos usos linguísticos dos discentes rumo a um viés normativista, cuja orientação tem sido influenciada pela tradição gramatical de indicação prescritivista. Logo, a escola age como mantenedora de formas linguísticas socialmente tidas como de prestígio face àquelas tidas como socialmente estigmatizadas diante de tendências de mudança em curso na comunidade de fala (Votre, 2003).

Diante dessa conjuntura, vale anotar que a escola exerce um papel importante no desenvolvimento linguístico dos alunos, atuando como promotora de conhecimento e informações, demarcando a trajetória dos usos que os discentes fazem da língua para uma perspectiva normativa, amparada pelas gramáticas tradicionais que por si mesmas desatendem o caráter heterogêneo inerente às línguas naturais, isto é, desconsideram a diversidade linguística. Partindo desse pressuposto, presume-se que falantes que não mantêm contato direto com a escola ou mesmo que possuem baixo nível de escolaridade, estão mais suscetíveis a usos mais “estigmatizados” da língua, de sorte que quanto mais se avança em termos de níveis de escolaridade, maior será o contato com formas socialmente prestigiadas.

A face disso, os dados obtidos com as tabelas 7 e 8 confirmam essa tendência, visto que os falantes com escolaridade média e universitária desfavorecem o uso da regra variável, como anteriormente assinalado, confirmando a hipótese lançada para a variável escolaridade, a de que quanto menor fosse o nível de escolaridade do falante maior seria o favorecimento no apagamento da oclusiva dental /d/ no morfema que caracteriza os verbos no gerúndio, assim como atestada em estudos como os de Ferreira (2010), Nascimento, Araújo e Carvalho (2013), entre outros. Assim sendo, “[c]abe destacar e atribuir à escola um mérito nada desprezível”, dado que ela é “[...] responsável por uma parcela relevante da tarefa socializadora que o uso de uma língua nacional, de prestígio, requer. A escola sozinha, não faz a mudança, mas mudança alguma se faz sem o concurso da escola” (Mollica; Braga, 2017, p. 56).

## À GUIA DA CONCLUSÃO

Objetivou-se com este estudo descrever o comportamento variável da oclusiva dental /d/ no morfema marcador de verbos no gerúndio em dados de fala coletadas no município de Seabra (BA), pertencentes ao banco de dados do Projeto *Se abra à Chapada: coletando, explorando e mapeando dados sociolinguísticos*. Os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentaram a pesquisa se encontram no esteio da Teoria da Variação e Mudança Linguística (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1986]) e dos postulados labovianos (Labov, 2008 [1972]), que assume o axioma de que a língua é um sistema heterogêneo e ordenado, sujeita à variação e mudança contínuas.

Com a análise estatística dos dados, cujos os resultados foram obtidos por meio de análises de regressão logística de efeitos fixos e mistos, notou-se que para a comunidade de fala investigada a regra variável se correlaciona com as variáveis *faixa etária* e *escolaridade*, indicando uma mudança em progresso, dado que a faixa etária jovem lidera o uso da manutenção da oclusiva dental /d/ presente em verbos no gerúndio, no mesmo tempo em que a escolaridade se mostrou significativa quanto à manutenção da variante considerada socialmente como de prestígio. À face disso, Bortoni-Ricardo (2004, p. 48) argumenta que “os anos de escolarização de um indivíduo e a qualidade das escolas que frequentou também têm influência em seu repertório sociolinguístico”

Nessa mesma conjuntura, a escolaridade, apontada no parágrafo anterior, conforme Votre (2003, p. 51), funciona como “veículo de familiarização com a literatura nacional [...]”, inculcando “[...] gostos, normas, padrões estéticos e morais em face da conformidade de dizer e escrever”. Isto posto, vê-se que os resultados obtidos com os dados de fala representativos da comunidade de fala seabrense ilustram bem essa intrínseca relação entre os níveis de escolarização e o repertório sociolinguístico dos falantes que compreendem a comunidade em perspectiva.

Em suma, espera-se que este estudo possa contribuir para a descrição da variedade do português falado em Seabra e, em larga escala, para o português falado em todo o país. Com efeito, enseja-se, em estudos futuros, verificar o comportamento variável do fenômeno analisado em uma amostra de fala seabrense mais robusta, a fim de divulgar e conhecer melhor a realidade sociolinguística dessa gleba de terra localizada no interior do estado baiano.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, A. *O dialeto caipira*: gramática, vocabulário. São Paulo: HUCITEC, Brasília: INL, 1982 [1920].

ARAÚJO, R. C. *Apagamento da oclusiva dental /d/ no morfema {-ndo} formador de gerúndio na fala envirence*. 2019. 143f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BAGNO, Marcos. *Novela sociolinguística*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

BEVILÁQUA, Kayron Campos. Appendix Probi e variação linguística no Português Brasileiro. *Revista Versalete*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 30-45, jan./jun. 2014. Disponível em: <[www.revistaversalete.ufpr.br/edicoes/vol2-02/KayronBeviláqua.pdf](http://www.revistaversalete.ufpr.br/edicoes/vol2-02/KayronBeviláqua.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CAGLIARI, L. C. *Análise fonológica: introdução teoria e a prática com especial destaque para o modelo fonêmico*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

CARVALHO, M. C. M. *Pensando no gerúndio, acabei fazendo uma tese: análise dos usos do gerúndio não perifrástico em gêneros argumentativos escritos do Português Brasileiro*. 2018. 389 f. Dissertação (Doutorado em Línguas Clássicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

EQUIPE RSTUDIO. *RStudio: Desenvolvimento Integrado para R*. RStudio, PBC, Boston, MA, 2020. URL <http://www.rstudio.com/>.

FARACO, C. A. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FERREIRA, J. S. S. R. O apagamento do /d/ em gerúndio no falar vilaboense: uma análise variacionista. In: *Anais do II SIELLI e XX Encontro de Letras*, 2021.

FERREIRA, J. S.; TENANI, L. E.; GONÇALVES, S. C. L. O morfema de gerúndio “ndo” no português brasileiro: análise fonológica e sociolinguística. *R. Let. & Let.* Uberlândia/MG, v.28, n.1, p. 167-188, |jan.|jun. 2012.

FERREIRA, J. S. *O apagamento do /d/ em morfema de gerúndio no dialeto de São José do Rio Preto*. 145 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2010.

HUBER, J. *Gramática do português antigo*. trad. Maria Manuela Gouveia Delile. Lisboa: Gulbekian, 1986.

IBGE. *Estimativa populacional para o município de Seabra 2021*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/seabra>>. Acesso em: 05 mar. 2023.

KIPARSKY, P. *Lexical Morphology and Phonology*. Seoul: The linguistic Society of Korea, 1982, p. 3-91.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno; Maria Marta Pereira Scherre; Carolina Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LEE, S. H. *Morfologia e Fonologia Lexical do Português do Brasil*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

LEITE, S. M. dos S.; OLIVEIRA, A. A. de. “Voltanu pra casa”: a assimilação do /d/ gerúndio no sertão alagoano. *Travessias Interativas*, São Cristóvão (SE), n. 26 (vol. 12), p. 44-59.

MARROQUIM, M. *A língua do Nordeste (Alagoas e Pernambuco)*. São Paulo: Nacional, 1934.

MARTINS, I. da S.; BUENO, E. S. da S. Estudo do gerúndio – a transformação de [nd] em [n] no Português falado na região de fronteira, *Socioleto*, v. 1, n. 4, 2011, p. 1-24.

MOLLICA, M. C; MATTOS, P. B. de; GODINHO, S. M. F. Um padrão etário recorrente em fenômenos de variação fonológica. *Estudos Linguísticos*. São Paulo, v. 17. p.513-520. 1989. Disponível em: [http://www.gel.org.br/arquivo/anais/1306156869\\_59.mollica\\_etal.pdf](http://www.gel.org.br/arquivo/anais/1306156869_59.mollica_etal.pdf). Acesso em: 05 mar. 2021.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

NASCIMENTO, K. R. S. do; ARAÚJO, A. A. de; CARVALHO, W. J. de A. A redução do gerúndio no falar popular de Fortaleza: um olhar variacionista. *Veredas*. Juiz de Fora, v.2. p. 398-413. 2013. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2014/04/21%c2%ba-ARTIGO.pdf> >. Acesso em: 05 mar. 2023.

OLIVEIRA, J. O. N. de. Construções gerundiais em função de participio presente. In: *Anais do GELNE*, vol. 4, 2002, p. 571-573.

OUSHIRO, L. Tratamento de dados com o R para análises sociolinguísticas. In Raquel Meister Ko. Freitag (Org.). *Metodologia de Coleta e Manipulação de Dados em Sociolinguística*. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2014, p. 134-177. <http://dx.doi.org/10.5151/BlucherOA-MCMDS-10cap>

PEREIRA, M. H. Aula 10: descrição dos segmentos consonantais. In: PEREIRA, M. H; ROBERTO, M. G; RAMOS, J. V. B. *Português V*. volume 2. Rio de Janeiro : Fundação Cecierj, 2018, p. 37.

RADTKE, E.; THUN, H. Nuevos caminos de la geolinguística románica. Un balance. In: RADTKE, Edgar; THUN, Harald. *Neue Wege der Romanischen Geolinguistik*. Kiel: Westensee-Verlag, 1996. p. 25-49.

R CORE TEAM. *R: A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL <https://www.R-project.org/>. 2020.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. *Goldvarb X: a multivariate analysis application*. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Ottawa: Department of Mathematics, 2005.

VIEIRA, M. S. Apagamento do /d/: abordagem sociolinguística sob a perspectiva do gênero sexual. *Web – Revista SOCIODIALETO*. Campo Grande, v.1, n. 4, p.1-27, jul. 2011. Disponível em: <http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/9/28092011063729.pdf> Acesso em: 06 de mar. 2023.

VOTRE, S. J. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 51-56.

WEINREICH, U; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno; Revisão técnica de Carlos Alberto Faraco; posfácio de Maria da Conceição Paiva e Maria Eugênia L. Duarte. São Paulo: Parábola, 2006.

Recebido em 24 de julho de 2023.

Aprovado em 22 de novembro de 2023.





## CUIDADO À SAÚDE DA CRIANÇA EM TEMPOS DE PANDEMIA: METASSÍNTESE QUALITATIVA

DOI: 10.48075/ri.v26i1.31705

Yuri Lizeth Cardozo Prada<sup>1</sup>  
Gabriela Gomes Espindola<sup>2</sup>  
Katherine Slowinski Knapp<sup>3</sup>  
Neide Martins Moreira<sup>4</sup>  
Rosane Meire Munhak da Silva<sup>5</sup>  
Adriana Zilly<sup>6</sup>

**RESUMO:** **Objetivo:** buscar evidências científicas que descrevam dificuldades ou potencialidades para o cuidado à saúde da criança em tempos de pandemia. **Método:** metassíntese qualitativa, com busca nas bases de dados CINAHL, PubMed, Web of Science e Scielo. Foram analisados seis artigos publicados entre 2020 e janeiro de 2023, que atenderam os critérios de inclusão. **Resultados:** nos diferentes pontos da Rede de Atenção em Saúde foram evidenciadas repercussões para o cuidado infantil, observadas pela descontinuidade das consultas, exames e terapias, bem como na interrupção de estímulos para o desenvolvimento saudável. Identificou-se (re)adaptações no cotidiano familiar pela desarticulação da rede de apoio, mudanças no comportamento e emoções das crianças e sobrecarga do cuidador. Como potencialidade destaca-se a aproximação das crianças com seus cuidadores principais. **Considerações Finais:** torna-se relevante recuperar as atividades de acompanhamento e estímulo ao desenvolvimento infantil, assim como favorecer a interação com outras crianças e a retomada da rede de apoio.

**Palavras-chave:** Saúde da Criança; Cuidado da Criança; COVID-19.

## CHILD HEALTH CARE IN TIMES OF PANDEMIC: QUALITATIVE META-SYNTHESIS

**ABSTRACT: Objective:** to seek scientific evidence that describes difficulties or potential for child health care in times of a pandemic. **Method:** qualitative meta-synthesis, with search in CINAHL, PubMed, Web of Science and Scielo databases. Six articles published between 2020 and January 2023 that met the inclusion criteria were analyzed. **Results:** at different points of the Health Care Network, repercussions for child care were evident, observed by the discontinuity of consultations, exams and therapies, as well as the interruption of stimuli for healthy development. We identified (re)adaptations in the daily life of the family due to the disarticulation of the support network, changes in the children's behavior and emotions and caregiver burden. As a potentiality, the approximation of children with their main caregivers stands out. **Final Considerations:** it is important to recover follow-up activities and encourage child development, as well as to encourage interaction with other children and the resumption of the support network.

**Keywords:** Child Health; Child Care; COVID-19.

## INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, iniciou-se um surto de uma doença infecciosa respiratória aguda em Wuhan, China, causada pelo SARS-CoV-2 e nomeada de doença do novo coronavírus (COVID-19). Foi declarada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 (LUDVIGSSON, 2020), trazendo desafios sem precedentes aos sistemas de saúde em todo o mundo.

Pelo grande poder de transmissão da doença, as crianças encontram-se propensas a se contaminarem com a COVID-19 como os adultos. As manifestações clínicas principais incluem sintomas respiratórios típicos, como febre, tosse e dor de garganta, além de sintomas extra respiratórios, como diarreia, vômitos e fadiga (LIGUORO et al., 2020). Somado a doença física, a COVID-19 foi responsável por consequências de nível socioeconômico, epidemiológico, biomédico, cultural e emocional (GOIS et al., 2022).

No início da pandemia, as crianças foram classificadas como grupo de risco reduzido, levando em conta a realidade clínica menos alarmante em comparação aos adultos. Entretanto, mesmo que a maior parte das crianças infectadas apresentam sintomas mais brandos e um bom prognóstico, elas continuam tão suscetíveis ao vírus quanto os adultos (SANTOS et al., 2022).

Nesse contexto, adotaram-se medidas de enfrentamento visando a contenção da doença, como o distanciamento e isolamento social. Contudo, o uso dessas estratégias em associação ao excesso de informações disponíveis e rápida disseminação da doença podem trazer consequências para a saúde mental de diversos grupos populacionais. Entre estes

grupos, encontram-se as crianças, que tiveram sua rotina alterada por deixarem de realizar atividades habituais e de comparecerem à escola (ROCHA et al., 2021).

Na infância, são considerados efeitos diretos da pandemia aqueles vinculados aos sintomas da doença, decorrentes da própria infecção. Enquanto os efeitos indiretos relacionam-se às repercussões do isolamento social, que impactam na qualidade de vida e podem levar a outros problemas de saúde, além do impacto no desenvolvimento, socialização e no processo de ensino-aprendizagem (ROCHA et al., 2021, BERBET et al., 2021).

A partir do processo de isolamento social, observou-se mudanças desfavoráveis referentes à saúde das crianças: sedentarismo, má alimentação, aumento do tempo de telas e alteração do sono. Isso pode ter ocorrido em virtude do fechamento das escolas, espaços importantes para a criança aprender, interagir socialmente e praticar exercícios físicos (BERBET et al., 2021).

Outra medida adotada em decorrência da pandemia atingiu os sistemas de saúde, que não estavam preparados para lidar com o novo cenário. Houve a interrupção dos serviços de saúde considerados não essenciais, ou seja, o cancelamento ou adiamento de atendimentos ambulatoriais, consultas e procedimentos. Com isso, as crianças foram privadas de seus acompanhamentos de saúde (INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FERNANDO FIGUEIRA, 2020).

A respeito da saúde no Brasil durante a pandemia, houve um acentuado crescimento da demanda assistencial, acarretando a necessidade de estruturação de fluxos de atendimentos e organização da rede de atenção para os indivíduos com queixas respiratórias e para aqueles que necessitavam de acompanhamento por outros motivos. Portanto, uma das principais estratégias utilizadas foi a reorganização da estrutura física dos serviços, de forma a evitar contato entre os usuários, maximizar o tempo de atendimento e mitigar riscos de contágio (SILVA; CORRÊA; UEHARA et al., 2022).

A restrição no acesso aos serviços de saúde influenciou no processo de adiamento de vacinas e na suspensão de consultas de rotina, aumentando a vulnerabilidade, sobretudo das crianças (SANTOS et al., 2022). Diante do exposto, o objetivo do estudo foi buscar evidências científicas que descrevam dificuldades ou potencialidades para o cuidado à saúde da criança em tempos de pandemia.

## MÉTODO

Esse estudo é uma metassíntese qualitativa, que pode ser definida pela síntese e interpretação dos resultados de estudos qualitativos, objetivando obter compreensão que vai além dos estudos existentes e proporcione novas descobertas. A abordagem adotada se constitui nas seguintes etapas: elaboração da questão da pesquisa, identificação sistemática e seleção dos artigos, avaliação dos artigos, extração dos dados e elaboração da síntese (SANDELOWSKI; BARROSO, 2007).

Mediante a pergunta da pesquisa: “Como a atenção e o cuidado da saúde da criança foram organizados em meio a pandemia da COVID-19?”, realizou-se uma busca da literatura para apontar estudos qualitativos originais que abordassem este tema.

A busca foi realizada por dois revisores de forma independente, nas bases de dados CINAHL, PubMed, Web Of Science e Scielo. A combinação de descritores usada para guiar a busca em todas as bases de dados foi: “Criança [palavra-chave] AND COVID-19 [palavra-chave] AND profissionais da saúde [palavra-chave] OR cuidadores [palavra-chave].

Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e janeiro de 2023, nos idiomas espanhol, inglês e português, provenientes de estudos qualitativos, com discurso de pais, cuidadores e/ou profissionais da saúde. Foi adotado como critério de exclusão: teses, dissertações, livros, textos não disponíveis online ou completos. A busca nas bases de dados ocorreu em fevereiro de 2023.

A figura 1 ilustra o processo de busca, descrito conforme as recomendações PRISMA (MOHER et al., 2009). Ao total foram obtidos 32 artigos, dois revisores leram os títulos e resumos e fizeram suas deliberações e individualmente fizeram as escolhas. Como resultado desse processo, seis artigos atenderam os critérios de inclusão. Após, os dois revisores realizaram a leitura do texto completo de forma autônoma, confirmando-se a inclusão desses seis artigos.

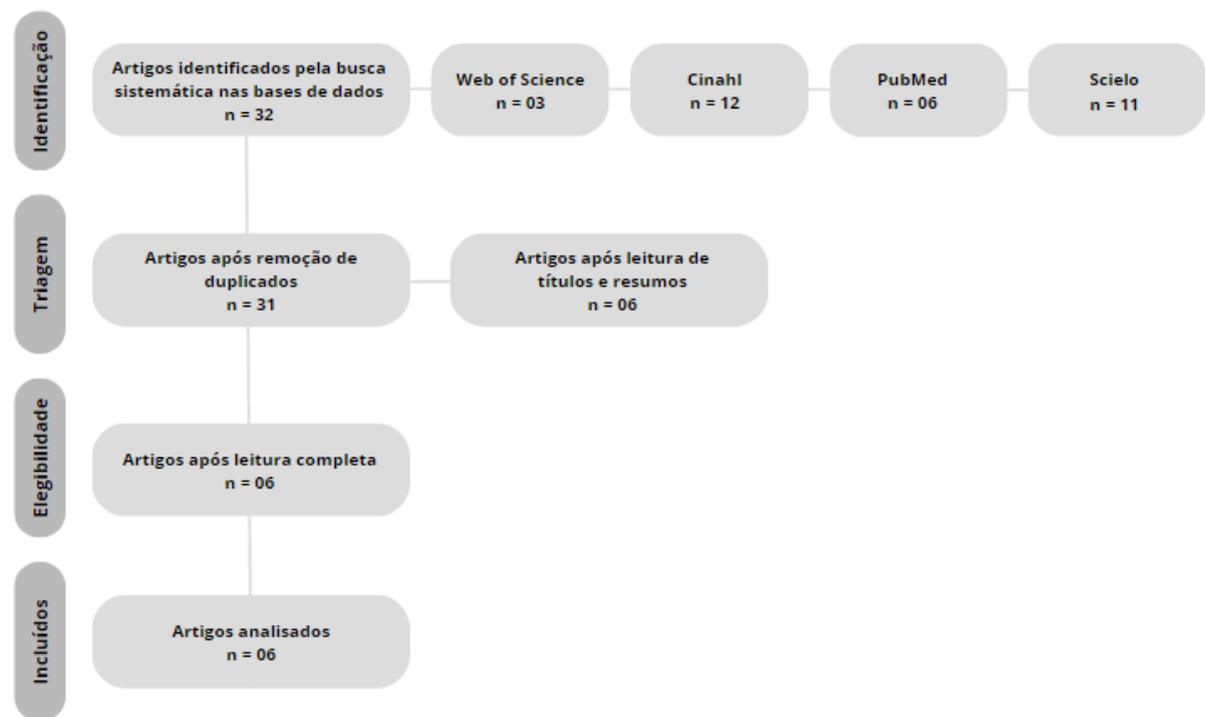


Figura 1 - Fluxograma PRISMA do processo de busca na literatura sobre a atenção e o cuidado à saúde da criança organizados em meio a pandemia da COVID-19, 2020-2023

Em seguida, realizou-se a codificação para a elaboração de categorias de modo que facilitasse a síntese dos dados. O seguimento da codificação dos resultados dos artigos foi composto pelas seguintes etapas: a) análise dos artigos; b) busca pelos temas comuns entre os artigos c) elaboração das categorias d) elaboração dos resultados.

A codificação foi realizada individualmente, em seguida dois revisores compararam e relacionaram os temas em comum. Após isso, os artigos foram organizados em suas categorias e integrados com o objetivo de contextualizar os dados para interpretação.

## RESULTADOS

Foram selecionados e analisados seis estudos que atenderam os critérios estabelecidos e que descreveram como a atenção e o cuidado à saúde da criança foram organizados em meio a pandemia da COVID-19, na visão de familiares, cuidadores e profissionais de saúde.

Os resultados foram categorizados nos seguintes temas: repercussões da pandemia na atenção e seguimento da saúde infantil; implicações da pandemia no cuidado à criança; reflexos da pandemia no desenvolvimento da criança; um olhar para o cuidador (Quadro 1).

## REPERCUSSÕES DA PANDEMIA NA ATENÇÃO E SEGUIMENTO DA SAÚDE INFANTIL

O contexto da pandemia gerou repercussões em diferentes pontos da Rede de Atenção em Saúde (RAS). Na atenção primária, foi relatado pelas mães que o atendimento foi reduzido ou até mesmo interrompido em virtude das mudanças de fluxo para a demanda de casos de COVID-19. A atenção terciária também foi impactada, com o fechamento da Unidade de Cuidados Intermediários Canguru (UCINCa), setor importante para a sobrevivência de prematuros, em alguns hospitais. Essas mudanças ocorreram em decorrência do surgimento do novo coronavírus, que exigiu dos serviços de saúde e das próprias famílias a (re)formulação de estratégias capazes de diminuir os impactos da pandemia na saúde infantil (REICHERT et al., 2021).

Para os profissionais, gerou-se a necessidade de capacitação e busca por conhecimentos relacionados à doença, no entanto, devido ao número crescente de informações e falta de um núcleo provedor único, houve desencontro de informações, o que gerou medo e preocupação. Esses incorporaram uma extensa rotina de higienização após o término do turno de trabalho, maior uso de Equipamento de Proteção Individual (EPIs) do que estavam acostumados e sobrecarga de carga horária em razão a colegas que foram remanejados ou afastados (CARLOS et al., 2020).

Quadro 1 – Características dos estudos incluídos na metassíntese qualitativa sobre a atenção e o cuidado à saúde da criança organizados em meio a pandemia da COVID-19, 2020-2023

<b>Primeiro autor, ano e país</b>	<b>Coleta de dados</b>	<b>Caracterização</b>
Reichert, 2022, Brasil	Entrevista semiestruturada	n=18, idade entre 23 e 38 anos, mães e trabalhadores da saúde egressos do método canguru, entrevistas mostraram que a pandemia trouxe repercussões no cuidado ao lactente prematuro, como a desativação temporária da unidade canguru e a descontinuidade da assistência ao prematuro, estratégias de enfrentamento incluem acompanhamento telefônico e cumprimento das medidas de biossegurança.

Silva, 2022, Brasil	Entrevista semiestruturada	n=30, maiores de 18 anos, mães com filhos de 0 a 6 anos, percebeu-se que os pais influenciaram a prática de hábitos alimentares não saudáveis entre as crianças e a manifestação de mudanças no comportamento dos filhos, demonstrou necessidade de acompanhamento contínuo dos aspectos referentes ao desenvolvimento das crianças e do retorno delas às atividades presenciais.
Medeiros, 2021, Brasil	Entrevista semiestruturada	n=11, maiores de 18 anos, mães e avós, os discursos revelaram que o período de isolamento social houve suspensão do atendimento e acompanhamento das CRIANES por profissionais da saúde, cuidadoras expressaram temer que a criança se contamine com o vírus devido a saúde frágil, teleconsultas como forma de cuidado durante o isolamento.
Silva, 2021, Brasil	Formulário semiestruturado	n=12, maiores de 18 anos, mães com parto inferior a 37 semanas, hospitalização das crianças logo após o nascimento, pandemia trouxe fragilidades a atenção a saúde infantil como lacunas na comunicação, ausência de orientações, atraso vacinal e demandas de cuidados interrompidas, o seguimento da saúde das crianças em situações estressoras implica ampliar práticas sustentadoras ao bem-estar infantil e familiar, como o teleatendimento de enfermagem.
Vale, 2021, Brasil	Questionário	n=44, maiores de 18 anos com filhos com síndrome congênita do Zika, a pandemia da COVID-19 repercutiu no incremento de novas tarefas de cuidado com a criança e ambiente doméstico e elevou os níveis de sobrecarga de cuidado das mães, que realizam em casa as atividades de estimulação e escolares após a descontinuidade dos cuidados profissionais.
Carlos, 2020, Brasil	Entrevista semiestruturada	n=17, mães enfermeiras que atuam no serviço de saúde durante a pandemia com filho de 0 a 10 anos, o estudo indica uma maior demanda parental durante a pandemia, sendo necessário

		políticas institucionais estruturantes para que as mães enfermeiras sejam colocadas numa posição de igualdade e segurança para o exercício pleno da profissão e da relação intrafamiliar saudável.
--	--	--

n: número de participantes da pesquisa

Fonte: os autores, 2023

Por outro lado, para as famílias e os pacientes, principalmente as Crianças com Necessidades Especiais de Saúde (CRIANES), o período de isolamento social e suspensão dos serviços de saúde foi um momento de dificuldade em razão da perda de exames, consultas e terapias de reabilitação que eram importantes para o desenvolvimento infantil e aumento da qualidade de vida. As mães relataram o medo do agravamento ou retrocesso do quadro clínico em virtude do tempo que estiveram afastados de acompanhamento nos serviços de saúde (MEDEIROS et al., 2021).

Outra fonte de preocupação materna foi a possibilidade de os filhos apresentarem outros problemas de saúde e não conseguirem atendimento necessário, já que o seguimento nos serviços estava suspenso em razão da pandemia. Na visão da família, o suporte oferecido pelos profissionais da saúde no período pandêmico foi interrompido e frágil para a atenção à saúde infantil (SILVA et al., 2021).

Os serviços de saúde se adaptaram ao momento com alterações nos processos de trabalho: incremento das medidas de higiene, afastamento ou realocação de funcionários considerados grupos de risco, espaçamento dos horários de atendimento entre pacientes, redução do quantitativo de pacientes atendidos, além da implantação de novos protocolos para atendimento, disponibilização de EPI e suspensão de alguns atendimentos (REICHERT et al, 2021).

Ainda de acordo com os mesmos autores, quando houve a possibilidade de retorno aos atendimentos ao segmento infantil, observou-se o absenteísmo de algumas crianças em decorrência do medo materno de expor a criança ao risco de contaminar-se.

Nesse sentido, para o enfrentamento da COVID-19, foram necessárias reorganizações da rotina dos profissionais e das instituições de saúde, adotando estratégias que incluíssem novas formas de cuidado para fornecer orientações aos cuidadores, com o uso de tecnologias de informação e comunicação para a realização de teleconsulta. A adoção da telesaúde pelos serviços durante a pandemia objetivou proteger as crianças da infecção

pelo vírus e não frear bruscamente os atendimentos (REICHERT et al, 2021, MEDEIROS et al., 2021).

Contudo, relatos de algumas mães mostraram a fragilidade das ações de saúde como busca ativa por visita domiciliar ou contato telefônico que não foram aplicadas pelos serviços da Atenção Primária à Saúde para totalidade da população infantil (SILVA et al., 2021).

## IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA NO CUIDADO À CRIANÇA

Anteriormente à pandemia da COVID-19, o cuidado infantil não era realizado apenas pelos pais, havia uma extensa rede de apoio que fornecia suporte, incluindo familiares, babás e a própria escola (SILVA et al., 2022). Uma das repercussões da pandemia para o cuidado à criança foi a impossibilidade de contar com apoio de outras pessoas (VALE et al., 2021).

Em razão do distanciamento social visando a contenção do vírus, o fechamento das escolas e a inserção do home office, a rotina domiciliar sofreu transformações. Isto refletiu em uma mudança do cotidiano em relação aos cuidados infantis e com maior oportunidade dos pais ficarem próximos aos seus filhos. Entretanto, os pais referiram dificuldade em traçar uma nova dinâmica diária em casa (SILVA et al., 2022). Encontrar tempo, organização e disponibilidade para tal propósito foi um desafio, em especial por se juntar com outras tarefas (CARLOS et al., 2020).

A pandemia trouxe o incremento de novas atividades de cuidado à criança e ao ambiente doméstico, como a intensificação de medidas de higiene e realização de atividades escolares e recreativas (VALE et al., 2021). Outras atividades incluídas na rotina foram contar histórias, ler livros, utilizar o celular, assistir televisão e brincadeiras em casa. Os cuidados com a pandemia, além do aumento da higiene, principalmente das mãos, incluíram o isolamento social e uso de máscaras (SILVA et al., 2021).

A fim de mitigar problemas para o desenvolvimento da criança, algumas mães realizaram cuidados de estimulação em casa, visando para preencher a lacuna ocasionada pela descontinuação de serviços de reabilitação, sessões de fisioterapia, fonoaudiologia e outros (VALE et al., 2021).

Nos casos de mães que atuaram como enfermeiras durante a pandemia, estas se viram em um dilema entre o desejo de proteger os filhos e estar expostas ao SARS-Cov-2. A

preocupação e o medo de levar o vírus para casa foi um relato comum. Para elas, o auxílio da rede de apoio para cuidar de seus filhos foi necessário. Foram relatados casos em que as mães se separaram dos filhos pelo medo de transmitirem o vírus a eles, além de relatos referentes ao impacto na amamentação para este grupo (CARLOS et al., 2020).

## REFLEXOS DA PANDEMIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Os impactos da pandemia no desenvolvimento da criança foram observados de diversas formas no decorrer da análise dos artigos. Fato descrito com frequência foi a interrupção de metodologias de estímulos para o desenvolvimento, seja na escola, em tratamentos com profissionais específicos e com acompanhamento geral desses profissionais especializados (REICHERT et al., 2021, MEDEIROS et al., 2021).

A interrupção do método canguru para o recém-nascido prematuro ocasionou insegurança para as famílias na prestação dos cuidados devido possível repercussão no desenvolvimento neuropsicomotor da criança, assim como na qualidade de vida, tendo em vista que essa interrupção dificulta o acompanhamento à saúde da criança, com consequências futuras, considerando que os primeiros anos de vida da criança são primordiais para o seu pleno desenvolvimento (REICHERT et al., 2021). Também o período de isolamento social causado pela pandemia dificultou a continuidade das consultas de rotina, exames e sessões de fisioterapia que são cruciais ao desenvolvimento das CRIANES (MEDEIROS et al., 2021).

Algumas adaptações proporcionaram mudanças positivas, para as crianças e famílias, como exemplo a aproximação entre pais e filhos, consequentemente estreitando as relações e estabelecendo confiança, visto que melhora o desenvolvimento infantil (MEDEIROS et al., 2021). Como também um dos malefícios das adaptações se mostrou o aumento a exposição a telas, seja pela necessidade do desenvolvimento educacional das aulas online, como lazer ou ainda como uma forma dos cuidadores reorganizarem os meios de ocupar as crianças para que pudessem realizar as demandas de trabalho (MEDEIROS et al., 2021).

Outro aspecto muito importante apontado foi a mudança no comportamento e emoções das crianças, os cuidadores notaram maior irritabilidade, ansiedade que levaram a maior dependência dos pais, alterações no padrão do sono e insegurança. Foi relatado inclusive que essas mudanças nas emoções levaram ao aumento do consumo de guloseimas,

mesmo com mudanças positivas na alimentação das crianças, como o consumo de alimentos mais saudáveis (REICHERT et al., 2021, MEDEIROS et al., 2021).

Diversos sintomas infantis apresentados podem ser justificados com a perda de atividades prazerosas no cotidiano das crianças, como a convivência com outros familiares, amigos na escola, e, pela energia não gasta no decorrer do dia por estarem restritas ao domicílio. Com as privações exigidas devido a pandemia as crianças passaram a expressar os sentimentos por meio de comportamento de dependência e medo (REICHERT et al., 2021).

Ademais, como impacto prejudicial ao desenvolvimento da criança, um estudo retratou o possível atraso no desenvolvimento devido a interação social estar restrita somente ao ambiente familiar, tendo em vista a necessidade das interações com os demais familiares e pessoas para um desenvolvimento promissor (SILVA et al., 2021).

## UM OLHAR PARA O CUIDADOR

Voltando o olhar ao impacto da pandemia nos pais e cuidadores, todos os artigos relataram como foram absorvidas as mudanças e adaptações no cuidado e no cotidiano.

Antes da pandemia os pais tinham uma rede de apoio e a responsabilidade dos cuidados se estendia também a tios, avós, babás e as creches, havia um suporte às famílias. Com as medidas de distanciamento físico, houve a necessidade de reorganizar a rotina diária, proporcionando uma aproximação maior com os filhos, por meio da realização de atividades, uma presença maior no cotidiano educacional, tendo em vista que esse momento acontecia no ambiente escolar (MEDEIROS et al., 2021). Apesar da sobrecarga que ocorreu sobre os pais no período da pandemia, foi descrito que eles sempre buscaram, apesar das dificuldades, ter um relacionamento harmonioso e compreensivo com os filhos e isso proporcionou uma melhora nas relações (SILVA et al., 2021).

Os cuidadores trouxeram em seus relatos os sentimentos de medo e incerteza sobre a saúde das crianças e suas fragilidades, visto a possibilidade de contrair o vírus e ele trazer complicações graves, ou, o medo do agravamento da doença já existente devido ao tempo longe do serviço de saúde. Junto a isso, a dúvida de como seria o pós-pandemia, a readaptação das CRIANES ao “novo normal” e o temor por parte dos cuidadores na dificuldade de adaptação à nova realidade do distanciamento físico e do uso de máscara. De forma geral, os cuidadores se sentiram impotentes diante da situação adversa da pandemia, que fugiu do controle (MEDEIROS et al., 2021, SILVA et al., 2021).

Os responsáveis das crianças relataram ainda além do medo de contaminação, o que mais se destaca é em relação ao desenvolvimento das crianças, seja devido à falta de interação social ou de não frequentar a escola. Outros pontos significativos foram a sobrecarga dos cuidados com a criança e a nova rotina. Para os cuidadores, essa nova realidade, não deixou um tempo reservado para os cuidados com eles mesmos e para a relação com o parceiro, que acabou ficando esquecida (REICHERT et al., 2021).

Foi referido também outros aspectos que levaram a sobrecarga do cuidador, relacionado a diferentes fatores como dificuldades financeiras, falta de alimentos, perda de controle sobre a saúde da criança, realização das atividades específicas que a criança precisava realizar em casa. Ainda a privação do sono e abdicação de projetos pessoais (SILVA et al., 2021).

Por fim, foi mencionado o esgotamento, devido à sobrecarga do trabalho pelo enfrentamento de um momento desconhecido e todos os cuidados necessários, não sobrando energia para brincar com seus filhos, ficando então como tarefa de familiares que estavam ajudando nesse processo, embora houvesse a preocupação sobre isso. Como meio de amparo, encontraram a espiritualidade como forma de lidar com os momentos difíceis (CARLOS et al., 2020).

## DISCUSSÃO

Essa metassíntese buscou analisar os efeitos da pandemia na organização da atenção e do cuidado à saúde da criança, sob a perspectiva dos cuidadores e/ou familiares e profissionais da saúde, possibilitando a identificação de fatores que alteraram o processo de cuidado integral da criança e de seu desenvolvimento emocional, intelectual e motor durante as restrições estabelecidas pelos Estados como consequência da pandemia por COVID-19.

Estudos mostram que essas restrições implementadas para a mitigação da pandemia, provocaram a interrupção total ou parcial de serviços de saúde e de benefícios sociais, afetando especialmente as crianças (CASTRO, 2020). Destaca-se o estudo realizado em 22 países da América Latina e do Caribe, o qual identificou que os serviços mais impactados foram aqueles relacionados ao cuidado infantil, a saúde mental e o seguimento do crescimento das crianças (DINTRANS et al., 2021). Cabe ressaltar que uma das principais estratégias para o cuidado à saúde das crianças nos países das Américas foi implementação

da telessaúde e visitas domiciliares, cujo principal objetivo foi garantir a cobertura de vacinação, aumentar o número de consultas e seguimento mediante contato telefônico (CASTILLO; MARINHO, 2020, JONES et al., 2022).

Nesse contexto, é importante destacar que a interrupção de alguns serviços de saúde e de educação infantil geraram problemas no desenvolvimento e na saúde física e mental das crianças. As restrições de isolamento social alteraram significativamente as rotinas das crianças, umas das mais destacadas é o aumento do tempo que passam frente a uma tela, seja por questões de lazer ou por assistir aulas online, como também alterações nos padrões de sono e aquisição de hábitos alimentares inadequados (HINCAPIE; LÓPEZ-BOO; RUBIO-CODINA, 2020). Ademais, as mudanças ocorridas pela quarentena impossibilitaram a interação das crianças com pessoas além dos pais, tendo como consequência mudanças no humor, alterações no comportamento e episódios de ansiedade (LIZARAZO; NUÑEZ, 2020, VALENCIA et al. 2021).

Por outro lado, como consequências das medidas de isolamento social, as escolas suspenderam as aulas presenciais e o convívio com outros integrantes da família foi reduzido, portanto, os pais tornaram-se os provedores quase exclusivos do cuidado das crianças. Em tempos de pandemia, foi adotado por instituições e empresas o tele trabalho, o que obrigou aos pais a conciliar o cuidado infantil, com as tarefas domésticas e o trabalho (OTTAVIANO, 2020). Segundo a literatura, o estresse dos pais no período pandêmico aumentou significativamente, sendo o medo e irritabilidade sensações frequentes dentro da dinâmica familiar, causadas especialmente pela preocupação do contágio pelo novo coronavírus, a economia familiar e a carga laboral doméstica (JORDAN et al., 2020).

Como limitação, apesar da revisão ter incluído artigos em três idiomas, ainda não representa uma perspectiva global sobre todas as modificações que ocorreram na atenção e cuidados à criança.

Como contribuição para a Enfermagem, a presente pesquisa mostrou dados importantes da alteração na atenção à criança e seus cuidadores em tempos de pandemia e como isso prejudicou a saúde e a dinâmica familiar, o que possivelmente possa auxiliar na tomada de decisões em futuras pandemias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo elencou as dificuldades para o cuidado infantil durante a pandemia da COVID-19, sendo essas principalmente a falta da rede de apoio e do acesso aos serviços de saúde e educacionais e como potencialidades, houve a aproximação da criança com os cuidadores principais.

Essas informações permitem conhecer, na visão dos familiares, cuidadores e profissionais de saúde, como ocorreu o manejo das necessidades infantis em um período pandêmico e mostrar os pontos principais a serem fortalecidos na vigência de outra crise sanitária. Com o fim da pandemia, torna-se importante retomar e recuperar as atividades de acompanhamento e estímulo ao desenvolvimento infantil, bem como favorecer a interação com outras crianças e a retomada da rede de apoio. Além do fortalecimento de ações relacionadas a atenção integral à saúde das crianças por parte dos órgãos públicos.

Por último, cabe destacar a necessidade de realização estudos qualitativos a nível internacional, com o intuito de compreender como ocorreu o cuidado infantil durante a pandemia como uma visão global, tendo em vista que os artigos que cumpriram os critérios de inclusão do presente foram realizados em âmbito nacional.

## REFERÊNCIAS

BERBET, L. D. et al. A pandemia da COVID-19 na saúde da criança: Uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*. v. 10, n.7, 2021. p. 1-18. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i12.34228>.

CARLOS, D. M. et al. A experiência dialógica entre ser mãe de criança e enfermeira na pandemia da Covid-19. *Texto & Contexto Enfermagem*. v. 29, 2021. p. 1-14. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2020-0329>.

CASTILLO, C.; MARINHO, M. L. Los impactos de la pandemia sobre la salud y el bienestar de niños y niñas en América Latina y el Caribe. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/47806-impactos-la-pandemia-la-salud-bienestar-ninos-ninas-america-latina-caribe-la>. Acesso em 31 mar 2023.

CASTRO, C. Challenges posed by the COVID-19 pandemic in the health of women, children, and adolescents in Latin America and the Caribbean. PNUD Latin America and the Caribbean. 2020. Disponível em: <https://www.undp.org/latin-america/publications/challenges-posed-covid-19-pandemic-health-women-children-and-adolescents-latin-america-and-caribbean>. Acesso em 18 mai 2023.

DINTRANS, P. V. et al. Interrupción de servicios de salud para embarazadas, recién nacidos, niños y niñas, adolescentes y mujeres durante la pandemia de COVID-19: proyecto ISLAC

2020. *Revista Panamericana de Salud Pública*. V. 45, 2021. p. 1-10. DOI: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2021.140>.

GOIS, R. L. B. et al. Crianças e adolescentes: saúde em tempos de pandemia. *Research, Society and Development*. v. 11, n. 5, 2022. p. 1-13. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i5.27752>

HINCAPIE, D.; LÓPEZ-BOO, F.; RUBIO-CODINA, M. El alto costo del COVID-19 para los niños: estrategias para mitigar su impacto en América Latina y el Caribe. Banco Interamericano de Desarrollo, 2020. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/el-alto-costo-del-covid-19-para-los-ninos-estrategias-para-mitigar-su-impacto-en-america-latina-y>. Acesso em 31 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FERNANDO FIGUEIRA. COVID-19 e Saúde da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. v. 10, n. 7, 2020. Disponível em: [https://www.iff.fiocruz.br/pdf/covid19\\_saude\\_crianca\\_adolescente.pdf](https://www.iff.fiocruz.br/pdf/covid19_saude_crianca_adolescente.pdf). Acesso em 20 abr 2023.

JONES, D. E. et al. Estrategias de servicios de salud en mujeres, recién nacidos/as, niños/as y adolescentes durante la pandemia de COVID-19 en países de las Américas. *Cadernos de Saúde Pública*. v. 38, n. 12, 2022. p. 1-12. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311XES120222>.

JORDAN, R. F. et al. Una aproximación a la salud mental de los niños adolescentes y cuidadores en el contexto de la COVID-19 en el Perú. *Acta Med Peru*. v. 37, n. 4, 2020. p. 1-3. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/pdf/amp/v37n4/1728-5917-amp-37-04-556.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2023.

LIGUORO, I. et al. SARS-COV-2 infection in children and newborns: a systematic review. *European Journal of Pediatrics*. v. 179, 2020. p. 1029–1046. DOI: <https://doi.org/10.1007/s00431-020-03684-7>.

LIZARAZO, O. M. C.; NUÑEZ, S. E. Effects of quarantine and virtual sessions in times of COVID-19. *Eco Matematico*. v. 11, n. 1, 2020. p. 31-39. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsy.2020.00533>.

LUDVIGSSON, J. F. Systematic review of COVID-19 in children shows milder cases and a better prognosis than adults. *Acta Paediatr*. v. 109, n. 6, 2020. p. 1-8. DOI: <https://doi.org/10.1111/apa.15270>.

MEDEIROS, J. P. B. et al. Continuity of care for children with special healthcare needs during the COVID-19 pandemic. *Revista Brasileira de Enfermagem*. v. 75, n. 2, 2021. p. 1-8. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0150>.

MOHER, D. et al. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *Ann Intern Med*; v. 6, n. 7, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>.

OTTAVIANO, J. M. Teletrabajo y cuidados. In: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Cuidados y mujeres en tiempos de COVID-19: La experiencia en la Argentina. *Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde*. v. 26, nº1, 2024. e-ISSN: 1982-3010.

2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46453-cuidados-mujeres-tiempos-covid-19-la-experiencia-la-argentina>. Acesso em 31 mar 2023.

REICHERT, A. P. S. et al. Repercussões da pandemia da Covid-19 no cuidado de lactentes nascidos prematuros. *Escola Anna Nery*. v. 26, 2021. p. 1-9. DOI: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0179>.

ROCHA, M. F. A. et al. The impact of the covid-19 pandemic on child-youth health: a cross-sectional study. *Brazilian Journal of Health Review*. v. 4, n. 1, 2021. p. 1-15. DOI: <https://doi.org/10.48036/apims.v17i2.524>.

SANDELOWSKI, M.; BARROSO, J. Handbook for Synthesizing Qualitative Research. Springer Publishing; 2007.

SANTOS, R. P. et al. Análise ética dos impactos da pandemia de COVID-19 na saúde de crianças e adolescentes. *Escola Anna Nery*. v. 26, 2022. p. 1-7. DOI: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0460pt>.

SILVA, R. M. M. et al. Seguimento da saúde da criança e prematuridade: as repercussões da pandemia da COVID-19. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*. v. 9, 2021. p. 1-10. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.4759.3414>.

SILVA, B. R. G.; CORRÊA, A. P. V.; UEHARA, S. C. S. A. Organização da atenção primária à saúde na pandemia de covid-19: revisão de escopo. *Revista de Saúde Pública*. v. 56, n. 94, 2022. p. 1-14. DOI: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2022056004374>.

SILVA, J. P. F. et al. Implicações da covid-19 no cotidiano das famílias nordestinas e no cuidado infantil. *Saúde e Sociedade*. v. 31, n. 1, 2022. p. 1-11. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022210287>.

VALE, P. R. L. et al. Repercussões da pandemia da COVID-19 em mães-crianças com síndrome congênita do Zika. *Acta Paulista de Enfermagem*. v. 34, 2021. p. 1-9. DOI: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO03123>.

VALENCIA, R.L. et al. Pandemia y niñez: efectos en el desarrollo de niños y niñas por la pandemia Covid-19. *Veritas & Research*. v. 3, n. 1, 2021. p. 1-10. Disponível em: [http://revistas.pucesa.edu.ec/ojs/index.php?journal=VR&page=article&op=view&path\[\]=75](http://revistas.pucesa.edu.ec/ojs/index.php?journal=VR&page=article&op=view&path[]=75). Acesso em 10 jul 2023.

Recebido em 10 de agosto de 2023.

Aprovado em 23 de novembro de 2023.





## AS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DE MARIANA/MG: UMA PERSPECTIVA ONOMÁSTICA

DOI: 10.48075/ri.v26i1.31802

Izadora Lopes<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo faz um recorte da toponímia presente nas estações ferroviárias em Mariana/MG, a fim de endossar a importância da cultura e da história das pessoas que habitavam e transitavam nestes locais, desde a primeira metade do século XX. É com base em tal explicação que ocorreu a escolha por nove topônimos do grupo de estações do Ramal Ponte Nova. Esses topônimos foram constituídos ao longo de décadas e sofreram obliteração desde os anos 80, com a interrupção dos serviços ferroviários, há mais de 40 anos. A Toponímia no Brasil, atualmente, é uma disciplina científica de investigação da origem dos nomes de lugares e da história social atinente a eles. Este estudo objetiva recuperar a origem histórica dos topônimos: Crasto, Dom Silvério, Edgard Werneck, Floresta, Goiabeiras, Lavras Velhas, Mariana, Passagem de Mariana e Ribeirão do Carmo. A toponímia registra as circunstâncias das experiências de pessoas, experiências essas que representam a história e a cultura. Segundo Isquierdo (2012) os nomes próprios de lugares são ressemantizados com o fim precípua de nomear um lugar. A nomeação de lugares sempre foi, para além de sua função denominativa, significativa para as sociedades em todo o mundo. A toponímia codifica a história, o lugar e a herança cultural, portanto, cada comunidade possui uma maneira sui-generis da realidade extralinguística, segundo Villalva (2014) incluindo ou excluindo a oralidade, registros discursivos mais ou menos prestigiados, ou diferentes delimitações temporais. Segundo o modelo taxonômico proposto por Dick (1990) será realizada uma análise e classificação dos topônimos.

**Palavras-chave:** Toponímia; século XX; Estudo Lexical; estrada de ferro; estações ferroviárias.

## THE RAILWAY STATIONS OF MARIANA/MG: AN ONOMASTIC PERSPECTIVE

<sup>1</sup>Aluna do mestrado [Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras], Mariana, MG, Brasil. Endereço eletrônico: [izadora.lopes@aluno.ufop.edu.br](mailto:izadora.lopes@aluno.ufop.edu.br).

**ABSTRACT:** The present paper makes a cut of the toponymy present in the railway stations in Mariana/MG, in order to endorse the importance of the culture and history of the people who lived and transited in these places, since the first half of the 20th century. It is based on this explanation that the choice of nine place names belonging to the stations group of Ramal Ponte Nova. These toponyms were formed over decades and have been obliterated since the 1980s, with the interruption of rail services over 40 years ago. Toponymy in Brazil, currently, is a scientific discipline of investigation of the origin of place names and the social history related to them. This study aims to recover the historical origin of the toponyms: Castro, Dom Silvério, Edgard Werneck, Floresta, Goiabeiras, Lavras Velhas, Mariana, Passagem de Mariana and Ribeirão do Carmo. Toponymy records the circumstances of people's experiences, experiences that represent history and culture. According to Isquerdo (2012) the proper names of places are resemantized with the primary purpose of naming a place. The naming of places has always been, in addition to its nominative function, significant for societies around the world. Toponymy codifies history, place and cultural heritage, therefore, each community has a sui-generis way of extralinguistic reality, according to Villalva (2014) including or excluding orality, more or less prestigious discursive records, or different temporal delimitations. According to the taxonomic model proposed by Dick (1990), an analysis and classification of toponyms will be carried out.

**Keywords:** Toponymy; 20th Century; Lexical Study; railway; railway stations.

## INTRODUÇÃO

Na toponímia de Mariana há pequenas informações que muitas vezes escapam do olhar casual, mas que desempenharam papéis fundamentais. As estações ferroviárias, uma vez efervescentes centros de conexão, agora silenciosamente testemunham as mudanças inexoráveis do tempo. Como pontos de encontro, trabalho e transição, essas estações exerceram uma função vital na formação da identidade local e que sofrem as ações implacáveis do tempo. Neste artigo, exploraremos o significado dessas estações ferroviárias em Mariana, refletindo sobre seu declínio e o legado que deixaram para trás em um mundo que se transforma incessantemente. As estações ferroviárias em Mariana, Minas Gerais, representam um importante patrimônio cultural imaterial que reflete não apenas a infraestrutura de transporte, mas também as complexas interações entre espaço e tempo que moldaram a história da região. O sistema ferroviário desempenhou um papel crucial no desenvolvimento econômico e social do estado, bem como na formação da identidade local.

A língua, utilizada na comunicação do homem, seja através da fala ou da escrita e gestos, representa muito mais que as marcas linguísticas, mas representações de uma

sociedade que são os conhecimentos multisseculares em suas diversas marcas sociais e culturais. Salienta-se, antes de mais nada, tentar uma aproximação da noção de língua, objeto da Linguística: é um conjunto sistemático de signos e regras que formam um conjunto estruturado e formal, Polguère (2018, p.24) acrescenta:

Deve-se entender com isso que não se trata de um simples repertório de elementos indecomponíveis e autônomos que servem para comunicar. Os elementos constitutivos de cada língua estão interligados, eles são feitos para interagir e se combinar. É esta organização interna de uma língua que faz dela uma ferramenta de comunicação particularmente potente, capaz de produzir um número infinito de mensagens diferentes. (POLGUÈRE, 2018, p.24)

Nas camadas toponímicas encontram-se raízes centenárias, que revelam desde influências portuguesas a nomeações espontâneas e nomeações advindas de homenagens, entre outras razões e circunstâncias. Evidentemente, um projeto como as ferrovias não deve ser interpretado como uma mera conquista da engenharia, uma vez que é perpassado por questões de alterações no espaço e na vida social das pessoas

A ferrovia diluiu a dimensão local e de localidade dos antagonismos sociais na dimensão geopolítica dos embates sociais e políticos da modernidade antes que os embates fossem efetivos. Já não era possível viver sem temer os desdobramentos do mundo criado pelo capital moderno e pela máquina. (MARTINS, 2004, p. 9).

O presente artigo apresenta uma análise toponímica das estações ferroviárias pertencentes ao município de Mariana, Minas Gerais. O estudo considera a origem histórica dos nomes de lugares ou topônimos, sobretudo, no que se refere aos aspectos históricos e socioculturais. Martins (2004) endossa que essas estações foram palco de inovações e componentes de uma nova mentalidade, de uma nova concepção da sociedade e das relações sociais.

A escolha do tema se deu através de um levantamento prévio baseado no livro "Vestígios da paisagem carioca: 50 lugares desaparecidos do Rio de Janeiro". Inspirados por essa investigação, voltamos nosso olhar para Mariana e suas estações ferroviárias, que evocam memórias de uma era que não mais existe, tornam-se portadoras de narrativas entrelaçadas.

Este artigo traça um percurso de análise do que consideramos parte do patrimônio cultural imaterial da língua presente nas estações ferroviárias de Mariana, Minas Gerais. No desdobrar deste trabalho, exploraremos, em primeiro lugar, a importância dessas estações como testemunhas vivas de um passado enraizado na sociabilidade e no trabalho. Nossa escolha foi pela investigação das estações de Mariana e de seus distritos. Assim, arrolaremos as estações ferroviárias presentes nesses distritos, como uma maneira de resgatar seus nomes e destacar os aspectos históricos e socioculturais atinentes a eles.

## **A QUESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E OS NOMES DE LUGARES**

As estações ferroviárias foram mais do que simples infraestruturas logísticas; elas se tornaram símbolos físicos da conexão entre a cidade e a necessidade da criação desse meio de transporte na região. A disposição geográfica dessas estações desempenhou um papel crucial na definição das rotas comerciais e no acesso às áreas de exploração, consequentemente moldando a urbanização e o desenvolvimento econômico de Mariana. As estações, uma vez mais, foram as testemunhas dessa evolução, mantendo viva a conexão entre o passado e o presente.

Portanto, as estações ferroviárias em Mariana transcendem sua função física para se tornarem espaços de encontro entre espaço e tempo. A preservação e a análise detalhada dos topônimos podem oferecer acesso ao patrimônio cultural imaterial e nos ajudar a compreender o papel que as estações ferroviárias desempenharam na construção da cidade de Mariana e de seus distritos.

## **A CRIAÇÃO DE MARIANA E O RIBEIRÃO DO CARMO**

A fundação de Mariana está ligada às “Entradas” que se iniciaram pelo Ribeirão do Carmo, um elemento geográfico que desempenhou um papel central no desenvolvimento do arraial, que se formou nos últimos anos do século XVII.

A religião católica teve um papel importante no episódio de criação, de divisão administrativa e controle do território marianense, o que influenciou a escolha de alguns topônimos, e que explica o primeiro, que deu nome à cidade: Ribeirão do Carmo. Anos depois da criação da cidade, os pequenos arraiais foram surgindo da necessidade de se explorar novas fontes de metais preciosos.

## A QUESTÃO ADMINISTRATIVA: MARIANA NO SÉCULO XVIII

No século XVIII Mariana se tornou um importante centro administrativo de Minas Gerais. A cidade adquiriu uma estrutura administrativa, como a Câmara Municipal de Mariana, estabelecida em 1711, que desempenhou um papel crucial na governança local. Além de administrar questões legais e judiciais, a Câmara participava dos cuidados com os aspectos urbanos, regulamentava o comércio e participava da tomada de decisões que moldaram a vida da comunidade. Essa complexa teia administrativa retrata a importância de Mariana como um polo central na região das Minas.

Esses elementos apontam para o aspecto histórico da cidade, salienta-se a apresentação desses fatos para a compreensão do patrimônio cultural imaterial da língua que permeia narrativas em Mariana e seus distritos.

## CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL (EFCB)

Uma das empreitadas ferroviárias mais significativas no Brasil foi Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), sua construção remonta a 1855 sob a direção de Christiano Benedicto Ottoni (1811-1896). A EFCB conectou o estado do Rio de Janeiro a São Paulo, e depois os limites do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. A primeira estação a ser concluída foi a de Chiador, em 1889. A ferrovia conectou áreas produtoras às cidades, permitindo que produtos agrícolas e matérias-primas alcançassem pessoas.

Por fim, a Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) transcendeu sua função prática e está presente, até os dias atuais, nas memórias coletivas, influenciando a cultura, a economia e a própria identidade da região.

## O RAMAL PONTE NOVA

O Ramal Ponte Nova surgiu entre os anos de 1914 e 1926, foi o eixo que cruzou a cidade de Mariana e seus distritos na década de 20, para o transporte de mercadorias e passageiros, ao que se nomeava de trens mistos.

O eixo da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) trouxe desenvolvimento econômico e social para a cidade de Mariana e muitos de seus distritos. Ressaltamos o

legado cultural e histórico dessas estações ferroviárias, uma vez que serviram de pontos de encontro, intercâmbio cultural e desenvolvimento de identidades locais.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

Apesar de relacionado ao léxico, o estudo da Onomástica se distingue porque se ocupa dos nomes de pessoas e de lugares. O estudo da toponímia é importante para a sociedade, na medida em que ele aponta a origem histórica de povos antigos e a localização com precisão de sítios desaparecidos. Por se tratar de um referente, ele poderá deixar registrado na memória de uma sociedade aqueles povos que passaram, de onde e como surgiram. Em outras palavras, se um acidente geográfico recebe o nome de Morro, e este espaço é destruído, na toponímia em geral, seu nome não desaparece por se tratar de um referente. O topônimo fornece pistas referentes à vida religiosa, agrícola, etnológica, dentre muitas outras características de um povo.

O topônimo e o antropônimo são, pois, entidades que vão além da expressão linguística e envolvem, obrigatoriamente, os referentes que destacam. Assim sendo, no âmbito dos Estudos Linguísticos, eles ocupam certa peculiaridade. Para Gonçalves (2007, p. 73) “todos os lugares habitados têm nomes. A toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas”. Para ilustrar, podemos tomar a seguinte situação: quando o distrito de uma cidade recebe o nome de São José, isso revela o espírito religioso do povo daquele lugar, isto é, a fé católica do lugarejo, sua religiosidade e devoção específica ao santo homenageado. Assim, esse Santo tem uma história mítico-religiosa associada ao local, que o reconheceu ao atribuir seu nome a essa localidade.

O patrimônio lexical da língua constitui-se das representações de uma sociedade que são os aspectos culturais e conhecimentos multisseculares, e os estudos lexicais, através da Toponímia, custodiam essa valiosa mescla de informações, de conhecimentos presentes nas camadas toponímicas. “Ao lado do tempo reencontrado, está o espaço reencontrado” (POULET, 1992, p. 54-55, apud ABREU, 1998, p. 83), a motivação pode se perder da memória coletiva, e por isso precisa ser resgatada; ou, ainda, o topônimo original pode ser substituído por um outro, e a riqueza do patrimônio lexical vai se perdendo, daí a necessidade de propormos estudos como este. Trata-se de uma questão muito cara, a recuperação e preservação do patrimônio léxico-cultural, que são os topônimos. De acordo Dick, à Onomástica interessa o nome, do qual se pressupõe:

(...) o nomeador (sujeito, emissor ou enunciador), o objeto nomeado (o espaço e suas subdivisões conceptuais, que incorpora a função referencial e sobre o qual recairá a ação de nomear), o receptor (ou o enunciatário, que recebe os efeitos da nomeação, na qualidade de sujeito passivo). (DICK,1998, p. 103).

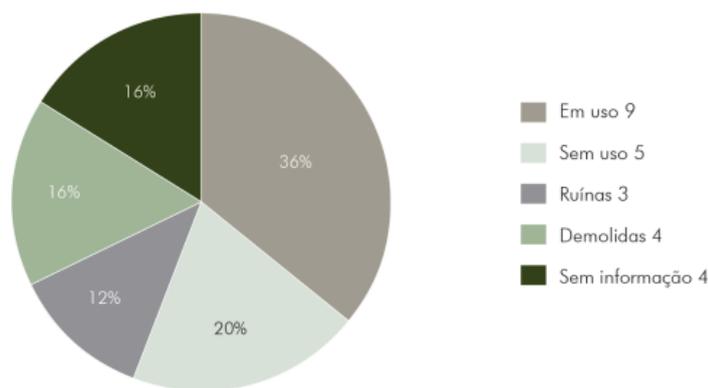
Para a realização deste estudo foram necessários alguns métodos como: a pesquisa bibliográfica para consulta a livros e artigos de história antiga de Minas Gerais e das estações em discussão para se aproximar de um significado. As cartas geográficas ainda representam uma fonte primária básica (DICK, 2006), são instrumentos confiáveis que permitem uma projeção sócio-histórica (períodos ou fluxo contínuo). Para entender a localização precisa dos topônimos, foi realizada uma consulta a mapas cartográficos. Além disso, foi feita análise e classificação dos topônimos a partir do modelo taxonômico proposto por Dick (1990).

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e relatos dos moradores mais antigos, até a década de 1980 ainda havia trens mistos circulando ao longo do Ramal Ponte Nova da Estrada de Ferro Central do Brasil. No entanto, essa atividade foi interrompida, e hoje encontra-se desativada.

O eixo, objeto deste estudo, já abrigou um total de 25 estações. Quatro delas desapareceram ao longo das décadas, interrompendo algumas paradas, inclusive no município de Mariana. Três estações que outrora abrigaram a movimentação e a vida ao longo do ramal encontram-se hoje em estado de ruína.

### **Imagem 1 – Ramal Ponte Nova (2018)**



Fonte: SILVA, 2018.

A *Imagem 1* apresenta um gráfico do Ramal Ponte Nova e suas estações, algumas foram desativadas e outras encontram-se em ruínas. A Estação Ferroviária de Mariana representa um elo com o passado e uma peça central no patrimônio cultural imóvel da cidade. O município de Mariana reconheceu a importância histórica e arquitetônica desta estação ao proceder com o tombamento. Fica claro que essa estação mantém seu lugar na memória das estações ferroviárias do Brasil.

As estações ferroviárias recebem, ainda na atualidade, destaque para suas atribuições, como pontos de encontro entre pessoas, culturas e experiências. Para ilustrar, imaginemos a seguinte situação: a estação *Oculus*, em Nova Iorque, que é também um *shopping* e uma passagem para os pedestres que querem economizar o caminho no *Financial District*. Ainda se espera o estabelecimento de diversas lojas e restaurantes.

A análise das motivações dos nomes de estações ferroviárias de Mariana/MG oferece conhecimentos importantes no que se refere ao conhecimento da história da Estrada de Ferro de Minas Gerais. Este artigo se concentra na discussão sobre a toponímia das estações do Ramal Ponte Nova, no que compete ao perímetro do município de Mariana. A chegada da ferrovia à essa região, trouxe condições de se acessar mercadorias e novidades, de maneira rápida e adequada. Segundo o site *Estações Ferroviárias Mineiras* (2019)

O ramal de Ponte Nova foi construído em 1887 e 1888 para a estação de Burnier, se atingir Ouro Preto, então capital da Província, de forma que ela se ligasse com o Rio de Janeiro por via férrea. Somente mais tarde, entre 1914 e 1926, é que foi construído o trecho que chegaria até Ponte Nova. Por uma resolução da RFFSA, RI-51 de 2/6/1964, o ramal passou a ser operado pela Leopoldina. Até 1980 ainda

havia trens mistos percorrendo o ramal. Atualmente o ramal da Ponte Nova está desativado, tanto para passageiros como para cargas. Seus trilhos foram praticamente todos arrancados.

O mapa a seguir mostra a extensão da malha ferroviária e todos os topônimos. Foram tomados para análise, todos os que correspondem a circunscrição de Mariana/MG, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

**Imagem 2** – Mapa Esquemático das Principais Linhas Férreas de Minas Gerais (2017).

Destaque em vermelho: Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB).



Fonte: SILVA, 2018.

A *imagem 2* apresenta uma representação visual das diferentes áreas e estações ao longo do Ramal Ponte Nova da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), em Mariana.

**Imagem 3** – Mapa das Principais Linhas Férreas de Minas Gerais (2018). Ramal destacado para análise: Ramal Ponte Nova.



Fonte: SILVA, 2018.

**Tabela 1** – Legenda para o mapa ilustrado na “Imagem 3”.

Convenções	
Linha preta	Linhas Ferroviárias Erradicadas
Verde	Estações com Tombamento Federal
Azul	Estações Valoradas
Amarelo	Estações com Proteção Municipal
Vinho	Estações com Proteção Estadual
Roxo	Estações em Uso
Laranja	Estações Sem Uso
Azul Escuro	Estações Demolidas
Amarelo Claro	Estações Sem Informações

Passagem de Mariana (Laranja - Sem Uso): Indica que a estação de Passagem de Mariana está atualmente sem uso ferroviário.

Quilômetro 554 – (Laranja – Sem Uso): Indica que a estação Floresta está atualmente sem uso ferroviário.

Mariana (Roxo e Amarelo - Em Uso e Proteção Municipal): A estação de Mariana é representada em duas cores diferentes, roxo e amarelo. Isso sugere que partes da estação ainda estão em uso e em atividade, enquanto outras áreas estão sob proteção municipal.

Ribeirão do Carmo (Laranja - Sem Uso): Similar a Passagem de Mariana, esta cor indica que a estação Ribeirão do Carmo não está em uso ferroviário atualmente.

Monsenhor Horta (Roxo - Em Uso): A estação Monsenhor Horta é destacada em roxo, indicando que essa área ainda está em uso, provavelmente mantendo alguma atividade ferroviária.

Lavras Velhas (Amarelo Claro - Sem Informações): A cor amarelo-clara indica que não há informações disponíveis sobre o estado atual da estação Lavras Velhas.

Furquim (Roxo - Em Uso): Semelhante a Monsenhor Horta, Furquim está em uso, o que é representado pela cor roxa.

Goiabeiras (Laranja - Sem Uso): A estação Goiabeiras não está sendo usada atualmente, como indicado pela cor laranja.

Crasto (Vermelho - Ruínas): A cor vermelha sinaliza que a estação Crasto encontra-se em ruínas.

O mapa exibe uma representação visual das diferentes áreas e estações ao longo do Ramal Ponte Nova da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) em Mariana, oferecendo um panorama das condições atuais de cada local. É importante destacar que as informações fornecidas no mapa são baseadas nas especificações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que fornece detalhes sobre o estado e uso das estações:

Passagem de Mariana (Laranja - Sem Uso – (cf. SILVA, 2018): a estação de Passagem de Mariana está atualmente sem uso ferroviário, como representado pela cor laranja. Isso sugere que não há atividade ferroviária em andamento nessa estação.

Quilômetro 554 – (Laranja – Sem Uso – (cf. SILVA, 2018): a estação é denominada assim pelo IPHAN, trata-se da mesma denominada Estação Floresta e encontra-se sem uso, desde a década de 80.

Mariana (Roxo e Amarelo - Em Uso e Proteção Municipal – (cf. SILVA, 2018): Segundo o IPHAN, partes da estação de Mariana estão em uso e atividade, representadas em roxo. Além disso, o IPHAN destaca que algumas áreas da estação estão sob proteção municipal, denotadas pela cor amarela. Isso indica um esforço para preservar sua importância histórica e cultural. Mariana (Trem Turístico): A estação de Mariana também é usada como ponto de partida para um trem turístico, oferecendo uma experiência nostálgica que permite aos visitantes mergulhar na história ferroviária da região.

Ribeirão do Carmo (Laranja - Sem Uso – (cf. SILVA, 2018): O IPHAN assinala que a estação Ribeirão do Carmo não está em uso ferroviário, como indicado pela cor laranja. Isso sugere que não há atividade ferroviária ocorrendo na estação.

Monsenhor Horta (Roxo - Moradia – (cf. SILVA, 2018): O IPHAN destaca que a estação Monsenhor Horta é usada como moradia, conforme representado pela cor roxa. Isso indica uma transformação da estação em um espaço residencial.

Lavras Velhas (Amarelo Claro - Sem Informações – (cf. SILVA, 2018): O IPHAN não fornece informações sobre o estado atual da estação Lavras Velhas, representado pela cor amarelo claro.

Furquim (Roxo - Centro Cultural – (cf. SILVA, 2018): O IPHAN especifica que a estação Furquim é usada como um centro cultural, representado pela cor roxa. Isso sugere que a estação desempenha um papel na promoção da cultura e da arte.

Crasto (Vermelho - Ruínas – (cf. SILVA, 2018): De acordo com o IPHAN, a estação Crasto está em ruínas, como indicado pela cor vermelha. Isso indica um estado avançado de deterioração da estrutura.

Em conjunto, essas informações oferecem uma compreensão mais profunda das condições atuais e usos das diferentes estações ao longo do Ramal Ponte Nova. O mapa se torna uma ferramenta poderosa para visualizar como esses locais foram transformados e como a história ferroviária continua a influenciar a paisagem e a cultura da região.

Taxionomias de natureza física

### Estação **Goiabeiras**

Esta é uma das últimas estações erguidas na região, datada de março de mil novecentos e quarenta e nove. Salienta-se neste topônimo o termo específico goiaba, de motivação fitotoponímica. Segundo o DHPB, podemos supor o seguinte:

1. Arbusto mediano originário da América Tropical e que dá frutos de variados tamanhos. Goyaba, arvore mediana, semelhante em folhas e flôr as Masseiras; o seu fructo fica descripto no araçá. LUIZ DOS SANTOS VILHENA (1921) [1801], CARTA VIGESIMA [A00\_0846 p. 749].

## 2. Araçá goiaba

O fruto da goiabeira. [...] porém eu regeitando as mais, descreverei unicamente o araçá guayaba, por ser de mais activa efficacia entre os mais araçaz; e assim Araçá guayaba hé huma fruta produzida por huma arvore silvestre [...]. FRANCISCO ANTÔNIO DE SAMPAIO (1971) [1782], ARAÇÁ GUAIBABA [A00\_1648 p. 33].

Portanto, chegou-se à conclusão de que para o caso do referido nome, a toponímia registrou uma paisagem vegetal que existe ou já existiu e estava em certo destaque no ambiente físico. Goiabeira é um derivado da palavra goiaba, e em sua forma pluralizada: Goiabeiras, o que pode indicar uma localização precisa do vegetal.

## Estação **Floresta**

A implementação data de dez de novembro de mil novecentos e quarenta e três, possui 79 anos e atualmente restam apenas as ruínas da estação já desativada desde a década de 70. Esta estação representou uma parada entre o distrito de Passagem de Mariana e a cidade Mariana, acredita-se que a sua motivação esteja presente no nome de uma fazenda próxima: Fazenda Floresta. Segundo o site *Estações Ferroviárias* “Esta estação servia à fazenda Floresta. (...) o posto foi demolido na década de 1970, aproximadamente”. Este topônimo foi classificado na taxa dos fitotopônimos, uma vez que remete a um elemento da flora brasileira, ainda que mais genérico. Sugiro que possa se tratar de uma caracterização da paisagem, quando na escolha do nome para o lugar. Dick completa

Quantos aos genéricos **floresta** e **mata** e/ou **mato**, a sua referência como signos toponímicos, na nomenclatura oficial brasileira, é extensa, principalmente em relação ao segundo termo, todos aparecendo, porém, em sintagma simples ou em compostos ou em formações sufixais. (DICK, 1990, p.174).

## *Taxionomias de natureza antropocultural*

## Estação **Passagem de Mariana**

Corônimo + (distrito) Passagem de Mariana

Sua fundação data de doze de outubro de mil novecentos e quatorze. Este distrito representou um ponto de separação entre os municípios de Mariana e de Ouro Preto, que estão separados por apenas 12 quilômetros. O cenário mudou apenas com a construção da atual BR-356. Na pequena localidade, a urbanização ocupou o espaço de muitas edificações coloniais. Como símbolo dos tempos idos, há ainda, a igreja de Nossa Senhora da Glória. Do povoamento e formação do local, percebe-se pelas feições paisagísticas dos morros, um passado marcado pelas expedições e suas diversas explorações no local

Distrito do município de Mariana. Fica a meio caminho, entre Ouro Preto e Mariana. O distrito de Passagem foi suprimido pela lei nº 116, de 9 de março de 1839, incorporado seu território ao de Mariana. O decreto nº 155, de 26 de julho de 1890, elevou a distrito de paz o policial da Passagem. A denominação Passagem foi mudada para Passagem de Mariana, pelo decreto-lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938. A paróquia foi criada por provisão de 15 de abril de 1941. O que dá vida à pequena vila é a mina, explorada ainda hoje com vantagem. A exploração do ouro, ali, data dos tempos das bandeiras. Muitas datas foram concedidas, desde 1729; mais tarde, adquiriu-as todas José Botelho Borges, que explorou o ouro por muito tempo, sendo, após sua morte, os terrenos levados à praça, em 1819; foram arrematados pelo barão de Eschwege. Organizou este a Sociedade Mineralógica da Passagem, com capital de 1.900 libras. Depois de exploradas as minas por muitos anos, foram interrompidos os trabalhos e vendida a propriedade a um inglês, Thomaz Bawden que, logo em seguida, a revendeu à Anglo-Brazilian Gold Company Ltd., em 1859. Esta companhia adquiriu mais três propriedades vizinhas, as lavras do Fundão, do Paredão e de Matacavalos; durante mais de meio século, explorou as minas a companhia inglesa, com resultados compensadores. Últimamente, passou a pertencer a brasileiros. Em Passagem, foi levantada, primeiramente, a capela de Santo Antônio do Morro, na fazenda do Tte. Cel. Maximiano de Oliveira Leite; chegou a ser curada; mas depois da morte daquele sertanista, entrou em decadência e passou a ser apenas capela particular da fazenda. Foi, então, construída, em lugar mais cômodo, outra capela, tendo por orago N. Sª da Glória, que passou a ser curada. (BARBOSA, 1968, p.345).

Este topônimo é classificado como um hodotopônimo, pois, remete à um caminho ou via: Passagem.

## Estação **Mariana**

Corônimo + (cidade) Mariana

Esta estação foi inaugurada em doze de outubro de mil novecentos e quatorze. Extensivo ao nome da cidade, ela possui seu denominativo motivado pelo topônimo do município: Mariana. É um antropotopônimo, um nome próprio individual, em homenagem à então rainha D. Maria Ana Josefa de Áustria, Rainha de Portugal e esposa de D. João V. Mariana recebeu o título de cidade, pela Carta Régia de 23 de abril de 1745, no evento de criação de um bispado em Minas Gerais

O Sargento-mór Alpoim foi igualmente encarregado pelo Rei de levantar na Villa do Carmo a planta de uma cidade. O Bispado, que desde 1720 planejava D. João V crear nas\* Minas, afinal ficou deliberado, e proposto á Santa Sé por acto de 23 de abril de 1745. (VASCONCELLOS, 1904, p.398; 399).

Abonação retirada de um documento eclesiástico:

“Livro do Primeiro dos Assentos dos Baptismos, Casamentos e Obitos da antiga Villa do Ribeirão do Carmo, hoje Cid.<sup>e</sup> Marianna o qual vay por mim numerado[...]”. (Cf. Anexo 1 – Documentos Eclesiásticos – p. 16, L. 1-5)

Segundo o “Trem da Vale”, atualmente a Estação Mariana encontra-se no seguinte estado: A Estação de Mariana, também denominada Estação Parque é um complexo composto pela Praça Lúdico-Musical, pela Biblioteca da Estação, pelo antigo casarão que abrigava a estação ferroviária de Mariana e por vagões fixos localizados nos arredores do prédio.<sup>2</sup> De todos os topônimos estudados, é o único que não sofreu nenhum tipo de elisão, devido ao uso ainda recorrente da estação e da linha que liga os municípios de Mariana e Ouro Preto.

## Estação **Ribeirão do Carmo**

Corônimo + distrito (Ribeirão do Carmo)

Topônimo de fundação da cidade de Mariana e primeira Vila do estado de Minas Gerais. Seu povoamento teve início pelo ribeirão nomeado Carmo. Recebe, no entanto, a forma simples do topônimo “Carmo”, se tornando Ribeirão do Carmo e que ficou extensivo ao nome desta estação ferroviária, fundada em 18/02/1923. Segundo o *Dicionário de Todos*

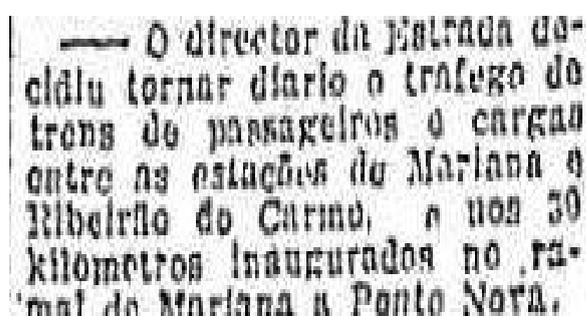
---

<sup>2</sup> Trem da Vale.

os Santos “em torno do qual se deu início do povoamento mineiro, mesmo sendo designado sob a invocação de Nossa Senhora do Carmo, recebeu apenas a forma específica ‘do Carmo’, constituindo, assim, um topônimo simples”. Ele é classificado como um hierotopônimo, pois é um nome sagrado e que remete à uma ordem religiosa.

Sobre esse topônimo é possível dizer que ocorreu uma mudança gramatical, passou de lexia virtual (antes do momento da enunciação) a lexema (como ocorre com qualquer palavra ocorrência), em outros termos, passou de substantivo comum a substantivo próprio. Um sintagma toponímico é composto por um termo genérico (o acidente físico ou humano): rio, cachoeira, córrego, serra e sítio, fazenda) e o termo elemento específico (o topônimo propriamente dito), por isso, o lexema só é atualizado caso faça parte do léxico virtual do falante. José Rebello Perdigão<sup>3</sup> endossa que o Capitão João Lopes de Lima, paulista, e o Pe. Manoel Lopes descobriram o famoso ribeirão do Carmo. Esse território foi dividido em 15 de agosto de 1700, na esperança de se encontrar ouro de melhor quilate. Passados dois ou três anos, descobriu-se o Rio Brumado e Sumidouro por João Pedroso. Mais abaixo, fundou-se a Freguesia de Bom Jesus do Monte, por João Lima Bomfante.

**Imagem 4** – Ocorrência do topônimo em um periódico de 1923, ano de inauguração da estação.



Fonte: O Estado de S. Paulo, 8/6/1923/Gutierrez L. Coelho; Marcelo Lordeiro; Julio Cesar Alves; O Estado de S. Paulo, 1923.

### Estação **Dom Silvério**

Segundo o historiador Cônego Trindade, Dom Silvério foi bispo e primeiro Arcebispo de Mariana, de 1906 a 1922. De acordo com o mesmo historiador, Dom Silvério nasceu em 1840 e viveu até 1922. A motivação está, portanto, no nome próprio do ilustre munícipe, provavelmente fruto de uma homenagem e está registrado desde a criação da estação: dezoito de fevereiro de mil novecentos e vinte e três. Classificamos, assim, como um

<sup>3</sup> Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 69, p. 1.<sup>a</sup>, 279-280.

axiotopônimo, quando temos um nome acrescido do título: Dom. Ainda sobre a motivação, Santos (2019) endossa:

De origem muito humilde, mulato, Dom Silvério desde cedo demonstrou uma facilidade muito grande com o aprendizado e com o latim. Apadrinhado por Dom Viçoso (1788-1875), teve no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte uma formação religiosa destacável. Foi daqueles sacerdotes que amparado pela Igreja soube retribuí-la com ações e serviços que ficaram reconhecidos na história eclesíastica mineira e nacional. No ano de 1897 seria empossado como bispo de Mariana e promovido a arcebispo em 1907. Incumbiu-se, particularmente, da tarefa de restabelecer novamente o patrimônio diocesano que havia sido dilapidado desde a separação entre Estado e Igreja”. (SANTOS, 2019, p.6).

### Estação **Lavras Velhas**

O topônimo está registrado desde um de dezembro de mil novecentos e vinte e três. Foi classificado na taxa dos sociotopônimos, uma vez que indica atividades realizadas em Minas Gerais, no período colonial: a exploração de metais preciosos. No DHPB tem-se

#### 2. Extração de metais.

Proveu mais q' atendendo ao requerim.<sup>to</sup> de pessoas Mineiras deste Continente de quão perniciosas se ão as vendas e vendagens de bebidas por entre as lauras, de donde sucede não só a embriagação dos Escravos, mas tãobem a extirpação, e lapidação do oiro em negocios com os mesmos escravos [...]. ANTONIO BARBOZA DE MATTOS COITINHO (OUVIDOR) JOSÉ JOAQUIM DO COITO (ESCRIVÃO) (1921) [1779], AUTO DE PROVIMENTOS DE CORREIÇÃO QUE MANDA FAZER O D.OR OUVIDOR GERAL E CORREGEDOR DESTA COMARCA ANTONIO BARBOZA DE MATTOS COITINHO NESTE PRESENTE ANNO DE 1779 [M00\_0017 p. 107].

Segundo Dick (1990) os sociotopônimos remetem às atividades profissionais, trabalho *Catas, Lavras, Garimpo, Lavagem, Engenho, Monjolo, Olaria*. Vasconcellos indica a localização geográfica exata de Lavras Velhas

Ocupando tantos cargos rendosos, nos quaes á exemplo dos coevos poderia se enriquecer, vemos que assim não aconteceu. No Livro de Notas n. 1 do Tabellião Pilos da Villa do Carmo, acha-se uma Escriptura do compra feita, pelo Capitão Mór Carlos Pedroso, em 23 do agosto de 1715, ao Capitao Domingos de Araujo Lanhoso,

de doussitios por 4.800 oimyas inclisivé 6 peças do gentio do Guiné, com a clausula adjecta de hypotheca até final pagamento. Ura desses sitios, ou ambos, estão hoje convertidos na Fazenda chamada Ressaca, entre S. Caetano e Lavras Velhas, em ambas as margens do ribeirão do Carmo. (VASCONCELLOS, 1904, p.144).

A imagem abaixo revela a datação desse topônimo, mais uma vez, o excerto de jornal é datado de cinco de dezembro, quatro dias depois da criação da Estação Lavras Velhas e que apresenta uma tentativa de organização do funcionamento dos trilhos.

#### Imagem 5 - Ordem para que os trens mistos fossem a Lavras Velhas

— O sub-director da 2a. divisão, tendo recebido comunicação de que a estação de Lavras Velhas, estava apta para o serviço de trafego, determinou á chefia do movimento, que expedisse horarios prolongando as viagens dos trens do ramal do Ouro Preto, que termina em Marianna, até aquella estação.  
Com semelhante autorização, o dr. Delamara S. Paulo, chefe do movimento, expediu telegrammas de providencias e mandou organizar escalas do pessoal, etc. Agora, foi expedida uma circular por ordem superior tornando sem offeito a anterior, pois a estação de Lavras Velhas, não está aparelhada para o serviço do trafego.

Fonte: O Estado de S. Paulo, 5/12/1923.

#### Estação **Edgard Werneck**

Esta estação está localizada no distrito de Furquim e a motivação de seu nome, atribuída à Edgard Werneck Furquim de Almeida, engenheiro e funcionário-membro da Estrada de Ferro Central do Brasil, assassinado em 1925, no estado de Pernambuco. Este topônimo está registrado há 96 anos.

Este topônimo é classificado de acordo com o modelo proposto por Dick (1990) como um antropotopônimo, sua motivação está no nome e apelido de família do engenheiro homenageado.

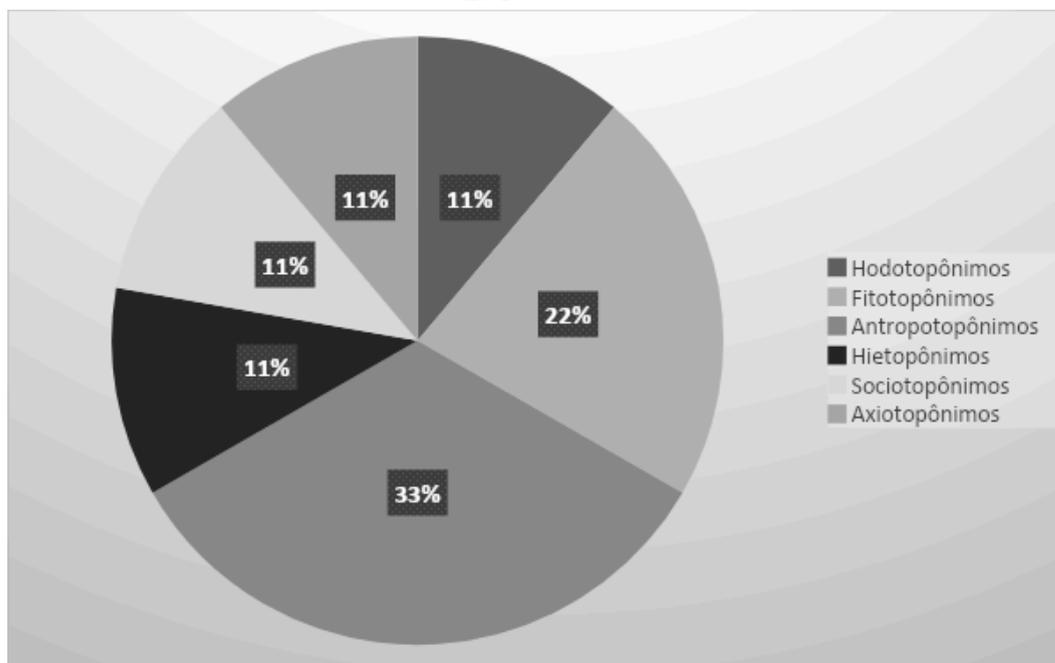
#### Estação **Craсто**

O topônimo também é extensivo ao nome da localidade. Sua motivação, Castro, é um apelido de família, e as primeiras pessoas a chegarem a este local, dando destaque a Manuel de Castro

Estes se conservaram em algumas partes que acharam desta constituição de formações de rios e cascalhos, como foi no lugar da Cidade [Mariana] alguns, São Sebastião outros e os mais nas Lavras Velhas, Crasto e Furquim”. (Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. Bento Fernandes Furtado; Minas Gerais; ca. 1750, apud Códice Costa Matoso, 1999:180).

O levantamento dos topônimos em questão levou às seguintes conclusões: eles possuem datação de uma época da construção das ferrovias e modernização do sistema de transporte brasileiro, no entanto, possuem características conservadoras, porque são extensivos ao nome da própria localidade. Essas localidades possuem datação muito mais recuada que a das estações ferroviárias, por isso, podemos supor que esses topônimos estão registrados, na maioria dos casos, há muitas décadas. Essas informações revelaram uma visão toponímica com perfil marcante de denominações espontâneas, como: Passagem de Mariana, Floresta, Ribeirão do Carmo e Goiabeiras. O que leva a conclusão de que alguns topônimos ainda privilegiavam alguma característica de um acidente geográfico do local, isto é, características da paisagem física. Por isso, revelam uma história escondida registrada nos topônimos desses acidentes humanos. A visão de mundo e costumes de um povo e suas atividades, como: Lavras Velhas. Analisou-se também os topônimos Edgard Werneck, Dom Silvério, Mariana, Castro, que fazem homenagem a munícipes e pessoas ilustres e que alguma maneira marcaram a história do município. Esse estudo não representa uma leitura completa, é o início de uma discussão que pode ser revisitada e pesquisada mais a fundo.

### **Gráfico 1 – percentual das taxes de natureza física e antropocultural**



Fonte: dados da pesquisa.

O *gráfico 1* representa uma breve análise taxonômica das estações ferroviárias de Mariana, seus nove topônimos foram classificados em seis taxionomias. Segundo Dick (1990, p. 61)

É, pois, na realidade circundante, ou no chamado universo ambiental em que o homem se organiza, individual e comunitariamente, que se encontram as influências positivas ou negativas de sua própria experiência cultural, no mais amplo sentido. E é nessa mesma cadeia de possibilidades que os topônimos se estruturam e se distribuem em estratos de diversas naturezas. (DICK, 1990, p.61).

Na figura acima, as áreas denominadas *Antropotopônimos* e *Fitotopônimos* representam as motivações mais recorrentes, o que quer dizer que a hipótese de que os nomes de pessoas motivariam em maior parte a toponímia dessas estações, foi concretizada. Ainda que a primeira possibilidade tenha sido seguida, a segunda taxa que merece destaque é a dos Fitotopônimos, juntamente com as demais taxes indicou uma variação muito importante, diante da pequena amostra coletada. Logo, temos a presença dos hodotopônimos, fitotopônimos, hierotopônimos, antropotopônimos, sociotopônimos e axiotopônimos, indicando para vários referenciais toponímicos. Sugiro que uma parte importante da memória desse lugar está contida na toponímia das Estradas de Ferro do município em questão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber uma elisão dos nomes tradicionais e por isso a necessidade de preservar e recuperar os não muitos exemplos existentes “(...) porque um marco não deve ser alterado. Precisa ficar intacto para continuar transmitindo a porção cultural que encerra.” [Dick, 1997, p.223-224]. A toponímia de Mariana entrega identidades, relações de poder embutidas e comunicam várias mensagens. Além de serem manifestações de herança linguística, cultural e social. É como se o passado aparecesse sem transformações para o lugar

[...] e sua opção hegemônica do modal rodoviário, construindo todo um conjunto de valores na sociedade de que o único e melhor transporte seria o veículo automotor colocando o trem no passado da “Maria-Fumaça” e de algo que não merece sair da nostalgia e do pitoresco de um tempo que não volta mais. (GIFFONI, 2006, p.199).

História, memória e cultura são componentes importantes na formação da identidade e esses constituintes são carregados nas práticas toponímicas de um lugar. Vistos nessa perspectiva, os topônimos não devem ser entendidos apenas como um sistema de referência, pois pode haver conexões consideráveis entre o nome, o que ele alude e a pessoa que dá o nome.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. DE A. Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*. I série, v. XIV, p. 77–97, 1998.

Códice Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2v.: il. (*Coleção Mineiriana. Série Obras de Referência*)

DICK, M. V. de P. do A. *A Motivação Toponímica: Princípios teóricos e Modelos Taxionômicos*. São Paulo; FFLCHAJSP, 1990.

DICK, M. V. de P. do A. A Construção do Texto Onomástico: Escritura e Oralidade. São Paulo. *Anais da XLVHI Reunião Anual da SBPC*, p. 158-159, 1997.

GIFFONI, J. M. S. *Trilhos arrancados: História da Estrada de Ferro Bahia e Minas (1878 – 1966)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

GUTIERREZ, L.; COELHO, M. L.; ALVES, J. C. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 jun. 1923.

GONÇALVES, T. M. *Cidade e Poética: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007, 208p. (Educação em Ciência).

ISQUERDO, A. N. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: SEABRA, M. C. T. C. de (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Vol. VI. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012, p. 115-139.

MARTINS, J. de S. A ferrovia e a modernidade em São Paulo: a gestação do ser dividido. *Revista USP, São Paulo*, n.63, p.6-15, setembro/novembro, 2004.

MOTA, I. *Vestígios da paisagem carioca: 50 lugares desaparecidos do Rio de Janeiro*/Isabela Mota, Patricia Pamplona. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2021. 488p.

Ordem para que os trens mistos fossem a Lavras Velhas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5 dez. 1923.

POLGUÈRE, A. *Lexicologia e semântica lexical: noções fundamentais*. Trad. Sabrina Pereira de Almeida. São Paulo: Contexto, 2018.

SILVA, F. dos S. *Remanescências da arquitetura ferroviária em Minas Gerais: uma ferramenta de preservação das estações ferroviárias*. Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Escola de Arquitetura. (Dissertação). Belo Horizonte: 2018.

VILAÇA, F. *São Paulo: segregação urbana e desigualdade*. Estudos avançados. Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2011.

VILLALVA, A. *Introdução ao estudo do léxico: descrição e análise do Português*/ Alina Villalva, Joao Paulo Silvestre. – Petropolis, RJ : Vozes, 2014.

Recebido em 27 de agosto de 2023.

Aprovado em 17 de novembro de 2023.

